

RELATÓRIO E CONTAS 2023



RELATÓRIO & CONTAS

2023



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
A - A EMPRESA	13
I - QUEM SOMOS	15
1.1. Missão, Visão e Valores	15
1.2. Descrição, atividade e presença	15
1.3. Cadeia de Valor	18
1.4. As nossas pessoas	18
1.5. Os nossos stakeholders	21
1.6. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	22
1.7. O propósito e os compromissos de Integridade e de Sustentabilidade	27
1.8. Carteira de Participações e Sucursais	30
1.9. Síntese de Indicadores	31
2. RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES	32
3. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	33
B - O NEGÓCIO	35
I. LINHAS ESTRATÉGICAS	37
1.1. Introdução	37
1.2. Orientações Estratégicas para o Mandato 2021 - 2023	37
1.3. Objetivos e Indicadores de Desempenho anuais para a Águas do Algarve, S.A. para o mandato 2021-2023	40
2. ENQUADRAMENTO	42
2.1. A Envolvente	42
2.2. O Sector	43
2.3. A Regulação	47
3. O NEGÓCIO	50
3.1. Introdução	50
3.2. Água em Alta	50
3.3. Saneamento em Alta	57
3.4. Outros negócios	61
4. SUSTENTABILIDADE	61
4.1. Gestão do Risco	61
4.2. Atividade Operacional	65
4.3. Financeira	96
4.4. Investigação e desenvolvimento / Inovação	101
4.5. Eventos Posteriores ao Fecho	103
4.6. Cumprimento das Orientações Legais	104
C - PERSPETIVAS FUTURAS	131
D - CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
E - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	139
F - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023	143
Introdução	145
Demonstração da posição financeira	146
Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral	147
Demonstração das variações no capital próprio	147
Demonstração dos fluxos de caixa	148
Notas às demonstrações financeiras (índice)	149
G - ANEXOS DO RELATÓRIO E CONTAS	215



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caros Acionistas,

A empresa Águas do Algarve, SA respondendo às necessidades da região, transformou o sector do abastecimento de água para consumo e do saneamento de águas residuais, elevando o seu padrão de qualidade e garantindo a preservação do ambiente, contribuindo desta forma para munir o Algarve de um sistema seguro, do ponto de vista de saúde pública dos cidadãos, melhorando os níveis de atendimento e promovendo a qualidade ambiental, fatores essenciais para o bem estar da população e para o desenvolvimento económico e turístico da região.

Ao fim de várias décadas de investimentos, o aumento do consumo no abastecimento público, muito motivado pelo crescimento urbano, e nos últimos anos na agricultura, bem como, pelo efeito das alterações climáticas, todos esses investimentos mostram-se insuficientes.

Vivemos um dos momentos mais críticos ao nível da escassez hídrica das últimas décadas.

O Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve foi pensado para que a região consiga ser mais resiliente e consigamos ultrapassar as dificuldades provocadas pela diminuição da pluviosidade. Os investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que com a reprogramação já ultrapassam os 240 M de euros, não são para aumentar consumos, são para garantir o que já consumimos. Assim, temos de ser mais eficientes no combate às perdas nos sistemas de abastecimento público, o qual é responsável por cerca de 30% de água não faturada. De igual forma temos de ser mais eficientes na agricultura, setor onde se consome mais água (70 a 75% do consumo total), o qual também precisa de ser mais bem regulado, para facilitar a sua monitorização. As medidas previstas no PRR para este fim tem como objetivo poupar 2 Mm³ no abastecimento público e 5 Mm³ no sector agrícola.

Além da eficiência, os projetos definidos no PRR serão sem dúvida os grandes desafios. Se por um lado a Região tem de ter a capacidade de ser mais eficiente, consumindo menos água, por outro, é fundamental concretizarmos os investimentos previstos pela Águas do Algarve.

A Reutilização da água (ApR) é uma das medidas que temos mais avançadas, os projetos de Vilamoura, Quinta do Lago e Boavista, já estão finalizados, tendo sido lançados os respetivos concursos públicos, estando o projeto de Albufeira Poente preparado para ser colocado a concurso nas próximas semanas. Esta medida foi prevista para a rega de campos de golfe, espaços verdes, agricultura ou mesmo na lavagem de ruas, tendo como objetivo poupar 8 Mm³ a montante de água superficial ou subterrânea.

No que respeita à captação de água no Pomarão, aguarda-se pela conformidade ambiental, nas próximas semanas. Este investimento, possibilitará a captação e elevação até 30 Mm³ em período húmido, sempre que for necessário, por forma a garantir o abastecimento público, através da Barragem de Odeleite. A Dessalinização, obra que prevê produzir inicialmente 16 Mm³ de água para abastecimento público, ficando a sua infraestrutura de obra civil preparada para crescer até aos 24 Mm³, tendo sido publicado o anúncio de Concessão- Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve no passado dia 16 de fevereiro.

Mas embora se estejam a fazer todos estes investimentos, o Algarve tem o seu maior desafio neste momento, que passa por garantir o equilíbrio entre a oferta e a procura, numa perspetiva de sustentabilidade ambiental, económica e social, para garantir que não falta água em toda a região. Não podemos continuar a crescer, sem garantir que os recursos são suficientes.

O próximo ano poderá não ser fácil, estamos condicionados pelas condições hidrológicas do período húmido. Espero que os decisores políticos saibam estar à altura da decisão que envolve a sustentabilidade ambiental da região, o futuro dos algarvios e a economia de Portugal.

O Plano de Recuperação e Resiliência, tem-se revelado um grande desafio para toda a empresa, pois as mesmas equipas, com os mesmos meios, têm assumido com responsabilidade e dedicação o cumprimento de tal desígnio, nomeadamente o reforço da robustez e resiliência do Sistema Multimunicipal e dos seus ativos, o qual está a ser preparado para garantir níveis de serviço em contexto de crescente escassez do recurso principal da nossa atividade. De facto, a importância da Resiliência dos Ativos é encarada como um fator chave na estratégia futura da Região Algarvia, estando a qualidade e fiabilidade, dos serviços num patamar muito elevado.

É neste contexto, que o Conselho de Administração encara com entusiasmo e confiança as perspetivas futuras da Águas do Algarve, S.A. acreditando que a Empresa estará capacitada para enfrentar estes grandes desafios, mas também consciente da necessidade do envolvimento dos seus acionistas e das várias entidades da Tutela que permitirão prosseguir tais objetivos.

Em termos de realizações físicas relevantes e por forma a garantir-se o abastecimento, concluiu-se a Captação do Volume Morto da Barragem da Odeleite e recuperaram-se várias Captações Subterrâneas, possibilitando uma gestão mais adequada da água fornecida pelo sistema em alta, nomeadamente, num contexto de elevada escassez hídrica nos Municípios de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur. A reabilitação da ETAR de Lagos prosseguiu o planeamento previsto, tendo como resultado a melhoria imediata do efluente tratado dentro do normativo de descarga estabelecido.

Tratou-se ainda de um ano de preparação de importantes investimentos na região, os quais contribuirão, inclusive, para aquela que é a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas onde se insere a economia circular. Destaco os projetos de Aproveitamento de Águas para Reutilização de Vila Real de Santo António, que permitem a rega de mais dois campos de golfe, bem como a Secagem Solar na ETAR de Vila Real de Santo António.

As alterações Climáticas e a consequente escassez hídrica atual, faz com que a gestão da água seja um dos maiores desafios que a região já enfrentou. Sendo que a Águas do Algarve surge como um dos motores essenciais, na busca por soluções e alternativas que minimizem estes impactos, é de referir que a Comunicação e a Educação Ambiental, têm sido também uma Área essencial nesta matéria. Caminhando lado a lado em toda a atividade que desenvolvemos, através de um esforço incessante, na capacitação do consumidor e da população em geral, para o reconhecimento do valor inestimável da água, na senda por uma mudança efetiva de atitudes, especialmente no que se refere à redução dos desperdícios e respeito, por este bem precioso que é água. A aposta contínua nesta área tem sido também uma das nossas premissas, através de maior presença comunicacional na região, maior desenvolvimento e fornecimento de conteúdos com todas as escolas da região, e entidades regionais, entre ações várias que são promovidas. Temos consciência do alcance de resultados, em que os cidadãos estão mais despertos para os temas da sustentabilidade, das alterações climáticas, e de uma maior empatia no que se refere à necessidade de maior eficiência hídrica. Também pela nossa dedicação, que no dia em que se assinalou o Dia Mundial do Ambiente, dia 5 de junho, a Águas do Algarve foi a vencedora, a nível nacional na Categoria Sensibilização Ambiental, dos prémios lançados pela “Essência do Ambiente”. Para a Águas do Algarve, é um orgulho e uma honra imensurável sermos reconhecidos por um trabalho que consideramos tão importante e significativo para o futuro do nosso planeta.

A Investigação e Desenvolvimento continua a ser um fator diferenciador da Águas do Algarve pelo número de projetos em que está envolvida, bem como pelo caráter internacional dos parceiros que deles fazem parte, com destaque para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a Universidade do Algarve (UAAlg), Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto Superior Técnico, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FFUL, entre outros.

Na ótica do desempenho financeiro, os resultados líquidos da atividade (sem o Desvio de Recuperação de Gastos) atingiram em 2023 1,0 milhão de euros, face a 5,0 milhões de euros registados no ano anterior.

Esta redução de cerca de 3,9 milhões de euros deve-se essencialmente ao aumento verificado nos gastos com fornecimentos e serviços externos (5,7 milhões de euros), os quais já refletem o agravamento significativo e generalizado dos preços e cujo impacto apenas é amenizado pelo aumento do volume de negócio em 2,8 milhões de euros.

Pelo facto de a Empresa ter a sua atividade regulada, sobre o resultado líquido da atividade incidu o Desvio de Recuperação de Gastos de 2023. Assim, o resultado líquido após o Desvio de Recuperação de Gastos foi de +2,0 milhões de euros em 2023, comparando-se este com 1,7 milhões de euros em 2022.

Do ponto de vista da posição financeira, há a relevar que a dívida total de clientes aumentou 2,3% (+833 mil euros). Relativamente à dívida vencida registou-se igualmente um aumento de 13,7% (+ 1,8 milhões de euros) integralmente associada à dívida vencida não contenciosa. Quanto à dívida vencida em contencioso não se verificaram alterações de 2022 para 2023.

Por outro lado, a Águas do Algarve, S.A., manteve a tendência descendente do nível de endividamento dos últimos anos, reduzindo no quadriénio 2020-2023, 9,8 milhões de euros.

Ao nível financeiro, a empresa mantém na sua carteira de ativos o Acordo de Regularização de Dívida assinado em Maio de 2021 com o Município de VRSA, no valor de 16,8 milhões de euros. Este acordo tem sido cumprido pelo cliente. A AdA continua a ter a expectativa de cedência deste ARD a uma entidade financeira.

Ainda e relativamente aos Ativos da empresa o triénio 2021-2023 foi marcado por uma intensificação do volume de investimentos na região, com um aumento de 12,1 milhões de euros face ao triénio anterior, com um total de 46,3 milhões de euros. Embora esta tendência de crescimento seja positiva, tanto para a Águas do Algarve, S.A. como para a região, nada se comparará ao aumento, sem precedente, dos investimentos para o próximo triénio que, maioritariamente, por efeito do Plano de Recuperação e Resiliência, irão gerar um acréscimo nos ativos da empresa na ordem dos 47,9 milhões de euros para 2024, 149,0 milhões de euros em 2025 e 174,0 milhões de euros em 2026, i.e., em 2024 e nos próximos 2 anos a Águas do Algarve, S.A. verá os seus ativos crescerem 48,7% relativamente aos ativos brutos registados à data.

Finalmente uma palavra de apreço aos acionistas, aos meus colegas de equipa de gestão, aos órgãos de fiscalização e demais entidades públicas e privadas e, especialmente, a todos os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. que, apesar das dificuldades, souberam responder com determinação e responsabilidade, aos novos desafios que lhe foram sendo colocados no exercício da missão de serviço público prestado pela Águas do Algarve, S.A.



FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

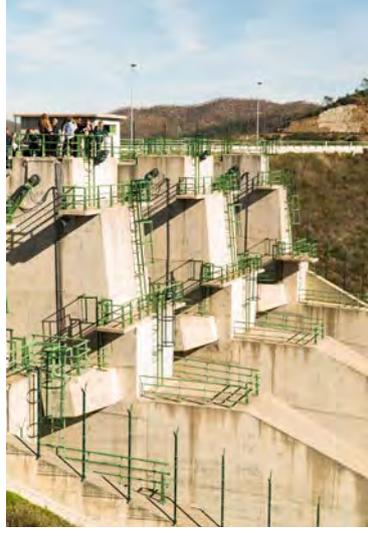
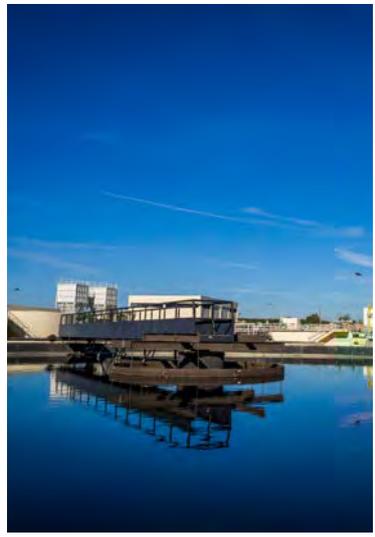
As empresas do Grupo Águas de Portugal desenvolvem atividades essenciais à vida humana, à saúde pública, à proteção do ambiente e ao desenvolvimento social e económico.

O esforço de infraestruturização e a implementação de modelos de governança adequados ao longo de 30 anos de existência do Grupo Águas de Portugal permitiram alcançar elevados padrões de qualidade, colocando Portugal entre os melhores desempenhos da Europa no que respeita a qualidade da água de abastecimento público e à cobertura dos serviços de saneamento.

São amplamente reconhecidos os progressos notáveis que Portugal registou no setor da água em três décadas deste roteiro de transformação.

Os impactos positivos da nossa atividade estão patentes na qualidade de excelência da água da torneira, na saúde e bem-estar, na qualidade das águas balneares, na preservação da biodiversidade, promovendo a economia circular, a valorização dos territórios e cidades mais sustentáveis.

A Águas do Algarve, S.A. orgulha-se de contribuir para estes resultados e reafirma o seu compromisso de responder aos novos desafios para continuar a fazer a diferença na vida das pessoas.







A - EMPRESA



1 - QUEM SOMOS

A Águas do Algarve, S.A. constituída pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto encontra-se numa fase de alteração do seu caminho Empresarial, tendo sido assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24/07/2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto 1 da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

1.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

A Águas do Algarve, S.A., tem como missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar os recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos e;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

VISÃO

Ser reconhecida como referência Empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

VALORES

A Águas do Algarve, S.A. tal como o grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor.

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

1.2. DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

O Sistema abrange geograficamente os 16 municípios da região do Algarve, nomeadamente: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Monchique, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Este Sistema é dos investimentos mais importantes dos últimos anos no Algarve, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, da diversidade e complexidade técnica bem como da dimensão e extensão do investimento na Região. A totalidade dos investimentos efetuados pela Águas do Algarve, S.A. até ao final de 2023 é de 708,3 milhões de euros (não incluindo o valor da integração das barragens de Odeleite e Beliche e os valores relativos aos Ativos sob Direito de Uso).

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA) tem a concessão para a captação, tratamento e adução de água, em alta, para a garantia do abastecimento público de água à região do Algarve., assegurando elevados níveis de qualidade, mediante a implementação de tecnologias avançadas de tratamento e com um rigoroso controlo e monitorização dos processos.

A eficiência e resiliência do SMAASA é fundamental para o Algarve e um fator decisivo para o dinamismo socioeconómico, sendo que a garantia de elevados padrões de qualidade da água para o abastecimento público, constitui um critério diferenciador para o dinamismo socioeconómico da região, nomeadamente para a indústria do turismo, sector industrial e serviços.

Nas últimas duas décadas a AdA tem levado a cabo um conjunto muito relevante de investimentos ao nível da garantia de origens de água e fiabilidade e resiliência do SMAASA. Um dos investimentos mais significativos prendeu-se com a construção do Empreendimento Hidráulico de Odelouca, que compreende a Barragem de Odelouca, seus órgãos de segurança e obras complementares. Deve ainda referir-se a Construção do Sistema de Captações Subterrâneas de Benaciate, a Reabilitação e integração no SMAA de captações municipais estratégicas e a Construção de 2 Estações Elevatórias Reversíveis.

Em 25 de Janeiro de 2022, e conforme previsto no Decreto-Lei n.º 160/2019, de 24 de outubro, foi estabelecido, e assinado, por Sua Excelência o Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática, e pela Águas do Algarve S.A., o Contrato de Concessão relativo à gestão do Empreendimento Equiparado a Fins Múltiplos do Aproveitamento Hidráulico de Odeleite-Beliche. Águas do Algarve, S.A., que atribuiu à AdA a responsabilidade de Gestão dos seus bens comuns.

Associado às medidas estruturais referidas, a Águas do Algarve S.A. (AdA), assumiu também o compromisso de implementar um ambicioso Programa Ambiental, associado à temática da água, desde as origens de água aos meios receptores e às áreas e habitats em que se inserem as infraestruturas da concessão. Na estruturação deste Programa Ambiental, foi entendimento da AdA que as ações a desenvolver seriam tanto mais eficazes quanto maior fosse o seu impacto positivo na biodiversidade, o seu potencial científico, educacional e interpretativo e a sustentabilidade socioeconómica, isto é, medidas cujos efeitos perdurem no médio e longo prazo.

Neste contexto a Conservação do Lince Ibérico teve especial relevância, dado que a principal origem de água do Algarve se localiza numa região histórica de presença desta espécie. Devem também destacar-se os projetos associados à requalificação de galerias ripícolas, e à valorização e preservação de ecossistemas ribeirinhos na Região do Algarve, nomeadamente na Bacia do Arade. Este programa ambiental contempla ainda a implementação do Projeto Falanges, com foco na preservação de três espécies de peixes endémicas do Sudoeste de Portugal, duas das quais possuem estatuto de “Críticamente em Perigo” de extinção: a Boga-do-Sudoeste (*Iberochondrostoma almakai*) e o Escalo-do-Arade (*Squalius aradensis*); e ainda o Barbo do Sul (*Barbus sclateri*), com estatuto de “em Perigo” de extinção. Este é um relevante projeto de conservação, com ações ex situ, com vista à investigação, manejo e proteção destas três espécies de Ciprinídeos, e posteriores ações de repovoamento, in situ, no seu local de origem, a Bacia do Arade. Prevê também a inclusão de atividades de monitorização ecológica, de ictiofauna e vegetação ripícola, avaliando a qualidade de refúgios térmicos adequados à salvaguarda das populações endémicas de peixes, como forma de garantir a conservação de espécies vulneráveis e ameaçadas e o aumento da sua resiliência e a preservação dos ecossistemas ribeirinhos face aos efeitos gerados pelas alterações climáticas.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – Sistema de Abastecimento de Água é composto atualmente pelas infraestruturas constantes do quadro seguinte:

INFRAESTRUTURAS DO SMAASA	QUANTIDADE
Estações de tratamento de água (ETA)	4
Estações elevatórias	39
Pontos de Entrega	81
Reservatórios	19
Barragens	3
Adutor [kms]	529

Em meados de 2023 entrou em serviço o Ponto de Entrega de Monchique, tendo em consequência entrado em serviço as infraestruturas a montante que já se encontravam executadas, nomeadamente o Reservatório Intermédio, EE para Monchique e as respetivas adutoras entre o Reservatório de Francesas e o Reservatório abastecido pelo referido Ponto de entrega.

Relativamente ao número de Estações Elevatórias, deverá ser referido que ao contrário do definido nos indicadores da ERSAR para Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos, nomeadamente o dAA32ab, foram contabilizados todos os grupos elevatórios que apesar de se encontrarem no mesmo edifício bombeiam para destinos diferentes.

Mais se informa que o comprimento de adutora reportado tem em conta as adutoras de água bruta que passaram para gestão direta desta Sociedade.

SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS



O Sistema de Saneamento de Águas Residuais (SSAR) permite recolher, tratar e devolver ao meio ambiente as águas residuais tratadas nas ETAR que integram a concessão.

As condições de funcionamento das infraestruturas que integram o SSAR são da maior importância para o Algarve, na medida em que tal contribui para as exigências ambientais e de tratamento das águas residuais, para a qualidade dos meios recetores, nomeadamente as zonas húmidas e as águas balneares, essencial às atividades económicas da região, bem como para a produção e fornecimento de Água para Reutilização (ApR).

Este sistema, em termos de desenvolvimento de projetos e obras, teve início em 2003 e, atualmente, estão em exploração as infraestruturas constantes do seguinte quadro:

INFRAESTRUTURAS DO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	QUANTIDADE
ETAR	80
Estações elevatórias	192
Colector gravítico (km)	272.6
Conduta elevatória (km)	210.1
Reutilização (km)	18.5

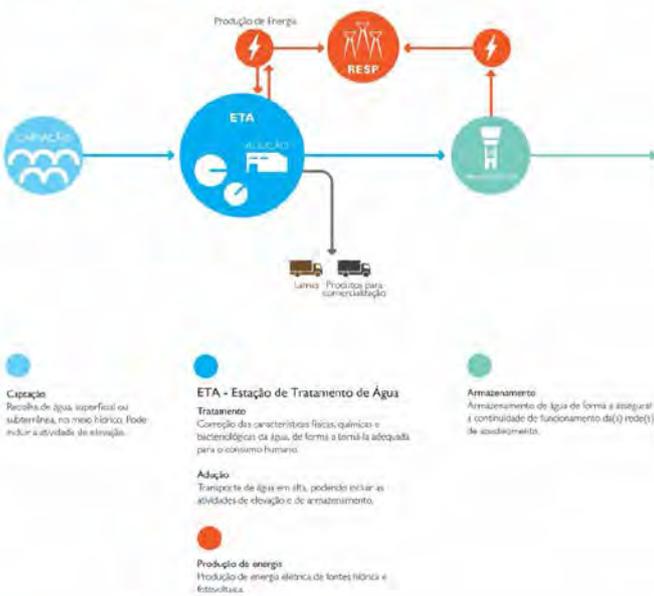
Como se pode verificar no Quadro anterior, considera-se importante referir neste ponto o comprimento de condutas utilizadas para o fornecimento de ApR sendo que em 2023, mais precisamente a 10 de agosto desse ano iniciou-se o abastecimento aos campos de golfe Castro Marim Golf e Quinta do Vale em Castro Marim, tendo ainda sido criados dois pontos de entrega (PE de Castro Marim e PE de Quinta do Vale).

No ano de 2022, foi integrada no sistema de saneamento a ETAR do Autódromo, no entanto não entrou em funcionamento, estando atualmente a AdA, S.A. a preparar um procedimento pré-contratual para a adjudicação de empreitada de reabilitação que permitirá a colocação em serviço desta instalação.

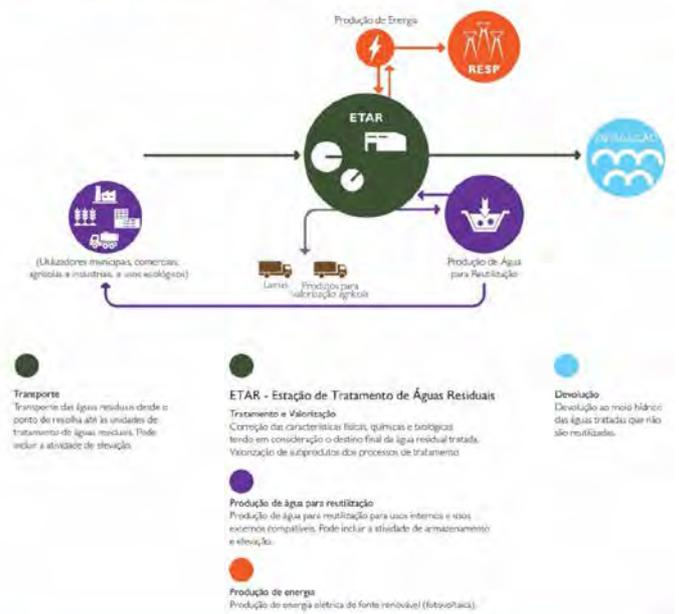
Tratando-se de património da Águas do Algarve, S.A. a mesma encontra-se contabilizada no Quadro anterior.

1.3. CADEIA DE VALOR

OPERAÇÃO ÁGUA



OPERAÇÃO SANEAMENTO



ALTA BAIXA ALTA

1.4. AS NOSSAS PESSOAS

De modo a assegurar o desempenho cabal da sua missão, que se centra em áreas marcadamente de serviço público, a Águas do Algarve, S.A. necessita de quadros muito qualificados, o que torna mais exigente a política de recursos humanos da Empresa, que tem de estar orientada para a valorização dos colaboradores e para a sua motivação através de níveis cada vez mais elevados de satisfação.

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

No exercício da sua missão, a Águas do Algarve, S.A. tem optado, ao longo dos anos, por utilizar recursos internos para as tarefas de operação ligadas ao tratamento e abastecimento de água, e utilizar recursos externos e internos, desde 2018, para as tarefas de operação de recolha e tratamento de águas residuais, bem como para as tarefas de manutenção dos equipamentos, quer sejam de água, quer de saneamento.

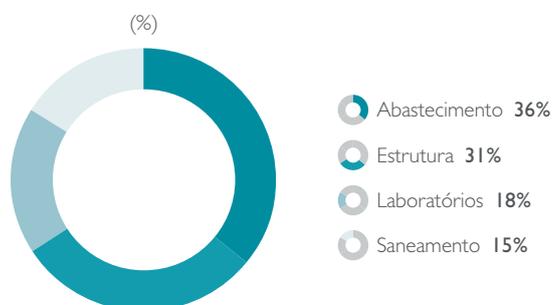
Tendo consciência que o setor de atividade em que a Águas do Algarve, S.A. se insere, e o território onde atua, acarretam exigências muito fortes quanto à qualidade do produto fornecido (água para consumo humano) e qualidade dos serviços prestados (tratamento de águas residuais) numa região (Algarve) basilar para a economia nacional, está implementada a opção de dotar a Empresa de um departamento laboratorial de excelência, com recursos materiais e humanos próprios, altamente especializados, capazes de controlar todos os processos ligados ao ciclo completo da água, levando a que a Águas do Algarve, S.A. tenha sido pioneira em Portugal na obtenção da certificação, segundo normas internacionais, do produto Água por si abastecida.

Como resultado desta estratégia, os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. repartem-se pelas seguintes áreas:

COLABORADORES POR ÁREAS (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)

	2023	2022	2021
Abastecimento	71	71	56
Saneamento	29	31	31
Laboratórios	35	35	32
Estrutura	60	60	60
Cedidos + Licenças sem retribuição	0	0	0
Total	195	197	179

COLABORADORES POR ÁREAS



Em 31 de dezembro de 2023 o número total de colaboradores na situação de efetividade situou-se em 195.

A estrutura etária dos colaboradores da Empresa tem a idade média de 46 anos e é fortemente dominada pela faixa etária dos 45 aos 49 anos.

COLABORADORES POR NÍVEIS ETÁRIOS

	2023	2022	2021
Entre 18 e 24 anos	1	1	5
Entre 25 e 29 anos	10	10	5
Entre 30 e 34 anos	11	11	11
Entre 35 e 39 anos	15	21	21
Entre 40 e 44 anos	4	44	51
Entre 45 e 49 anos	98	57	43
Entre 50 e 54 anos	26	24	18
Entre 55 e 59 anos	18	14	13
Mais de 59 anos	12	15	12
Total	195	197	179

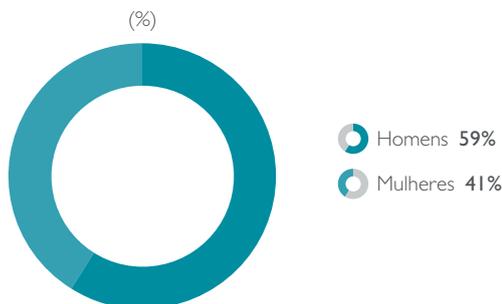
COLABORADORES POR NÍVEIS ETÁRIOS



Em 2023 a distribuição dos colaboradores, ao nível dos géneros, revela uma repartição predominante do sexo masculino:

COLABORADORES POR GÉNERO (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	2023	2022	2021
Homens	116	119	107
Mulheres	79	78	72
Total	195	197	179

COLABORADORES POR GÉNERO



Em 2023 a Empresa continuou a evidenciar um nível elevado de qualificação dos seus colaboradores, sendo o peso dos colaboradores com grau de ensino superior de cerca de 62%.

GRAU ACADÉMICO DOS COLABORADORES	2023	2022	2021
Ensino Básico ou inferior	25	28	21
Ensino Secundário	50	49	46
Ensino Superior (a)	120	120	112
Total	195	197	179

GRAU ACADÉMICO DOS COLABORADORES



O quadro seguinte resume os indicadores de tempo de 2023:

TEMPO DE TRABALHO DOS COLABORADORES (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	2023	2022	2021
Potencial de horas de trabalho (1)	380 832	329 848	317 100
Horas efetivas trabalhadas (sem HS) (2)	328 598	328 270	292 768
Horas não trabalhadas (sem férias) (3)=(1)-(2)	18 300	12 966	24 332
Horas de trabalho suplementar (HS)	2 006	1 579	2 205
Taxa de Absentismo	4,81%	3,93%	7,67%

MOTIVOS DO ABSENTISMO (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	2023	2022	2021
Acidentes de trabalho	1 203	200	744
Doença	8 558	4 654	15 463
Suspensão disciplinar	-	0	80
Assistência a familiares	1 184	1 346	549
Maternidade/paternidade	3 246	4 160	6 505
Outras causas	4 110	2 607	990
Total	18 300	12 966	24 332

Constata-se que, no ano de 2023, o nível de absentismo aumentou, essencialmente, em resultado das horas relacionadas com baixas por doença e outras causas.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A qualificação dos recursos humanos constitui uma das prioridades da Águas do Algarve, S.A., por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento.

Em 2023 foi dada maior incidência às formações técnicas, bem como, a formação de Ética e Conduta no Grupo AdP e cursos de Cibersegurança.

A formação proporcionada em 2023 vem detalhada no quadro abaixo:

NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO EM 2023 (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	HORAS	%
Internas	864	23%
Externas	2 945	77%
Total	3 809	

SEGURO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA

A 31 de dezembro de 2023, todos os colaboradores da Empresa estavam abrangidos por um seguro de saúde, extensível aos respetivos cônjuges não separados de pessoas e bens ou equiparados (pessoas em união de facto com o trabalhador) e filhos ou equiparados enteados ou adotados). Os filhos, enteado ou adotado serão excluídos da apólice na data da renovação desta ocorrida imediatamente após completarem 25 anos de idade, exceto se, cumulativamente, permanecerem no agregado familiar do trabalhador; forem portadores de deficiência, ou doença crónica, que confira grau de incapacidade permanente, e não auferirem remuneração. Nestes casos a exclusão da apólice ocorre na data da renovação desta ocorrida imediatamente após completarem 30 anos de idade.

A Empresa proporciona ainda a todos os colaboradores um seguro de vida.

SEGURANÇA NO TRABALHO

A promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os que, direta ou indiretamente, consigo trabalham é uma prioridade da Águas do Algarve, S.A. que continua empenhada na melhoria das condições de trabalho e na prevenção de acidentes, em 2023 destaca-se as seguintes ações:

- Acompanhamento da medicina no trabalho: No âmbito da medicina no trabalho o médico esteve presente nas instalações da Empresa para acompanhamento dos trabalhadores, cerca de 12h/mês, tendo sido realizadas 24 visitas;
- Baixo índice de sinistralidade: foram registados 8 (oito) acidentes em 2023, que originaram 220 dias de baixa. Embora os acidentes tenham aumentado ligeiramente face a 2022 onde foram registados 6 acidentes, os dias de baixa aumentaram bastante, pelo que se tratou de acidentes mais graves e/ou que requeriam maior número de dias de baixa.
- Formação: foram realizadas diversas ações de formação no âmbito da SST (19 ações de formação), com especial relevância para as ações sobre trabalhos em altura, produtos químicos perigosos e movimentação de cargas, num total de 611 horas de formação em SST. Estas ações ministradas em diversas instalações da Empresa contaram com a participação de cerca de 151 formandos da AdA. Foram ainda realizados 2 simulacros instalações diferentes.

1.5. OS NOSSOS STAKEHOLDERS

A Águas do Algarve, S.A. está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A Águas do Algarve, S.A. cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.



1.6. ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Algarve, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um capital social integralmente realizado de 29 825 000 euros. No final de 2023 o capital da sociedade estava repartido com a seguinte distribuição:

ACIONISTAS	AÇÕES			
	QUANTIDADE	VALOR	CLASSE	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3 247 447	16 237 235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289 270	1 446 350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17 236	86 180	A	0,29%
Município de Aljezur	34 046	170 230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32 787	163 935	A	0,55%
Município de Faro	409 788	2 048 940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187 813	939 065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202 726	1 013 630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338 797	1 693 985	A	5,68%
Município de Monchique	25 718	128 590	A	0,43%
Município de Olhão	230 791	1 153 955	A	3,87%
Município de Portimão	369 206	1 846 030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49 607	248 035	A + B	0,83%
Município de Silves	222 439	1 112 195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135 680	678 400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53 605	268 025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118 044	590 220	A	1,98%
Total	5 965 000	29 825 000		100,00%

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do código das sociedades comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3 247 447 ações com o valor nominal de 5,00€ (cinco euros), correspondentes a 54,44% do capital social da Águas do Algarve, S.A.

Nos termos do artigo 66.º do código das sociedades comerciais, cumpre informar que no exercício de 2023:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Águas do Algarve, S.A. está organizada em cinco direções, nove departamentos, nove áreas funcionais e de suporte e dois serviços técnico.



Para o desempenho das suas atividades, a Águas do Algarve, S.A. conta atualmente com um conjunto de unidades orgânicas, operacionais e de estrutura, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da Empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Descrevem-se, de seguida as principais características:

DIREÇÃO DE OPERAÇÃO ÁGUA – DOA

Assegura o fornecimento, a cada um dos utilizadores, da água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, segurança da água, constância e pressão, até aos volumes máximos diários que o sistema esteja, em cada momento, em condições de fornecer, tendo em atenção o dimensionamento do sistema e as necessidades dos respetivos utilizadores. Coordena o sistema de segurança alimentar, avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes. Coordena as atividades relacionadas com o produto água para consumo humano, assumindo a responsabilidade pelo produto.

DIREÇÃO DE EXPLORAÇÃO SANEAMENTO - DES

Assegura, de forma regular, contínua e eficiente, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos utilizadores, cujo destino seja o sistema.

DIREÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS – DGA

Assegura a conceção e construção de todos os órgãos necessários à captação, tratamento e adução de água para abastecimento e à recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis, cumprindo a legislação aplicável à adjudicação das empreitadas. Responsável por manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens e meios afetos à concessão, efetuando para tanto a manutenção preventiva, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.

FUNÇÃO CANDIDATURAS/FINANCIAMENTOS:

Compete à Função Candidaturas e Financiamentos a responsabilidade pela instrução, acompanhamento e coordenação administrativa e financeira do conjunto de projetos co-financiados desenvolvidos pela AdA, ao abrigo de diversos programas, seja na área de investimentos (PRR e POSEUR), seja na área de Cooperação transfronteiriça, SIFIDE, Inovação e Desenvolvimento, ou outros.

É uma função transversal, desenvolvida com autonomia, e em cooperação com as várias áreas funcionais da empresa.

Reporta diretamente à Administração sendo o ponto de contacto entre a AdA e as entidades financiadoras externas, nacionais e comunitárias.

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF

A Direção integra três áreas: uma área de Contabilidade e Tesouraria, uma de Planeamento e Controlo de Gestão, e uma de Gestão de Frota.

A Direção assegura a gestão financeira e contabilística da Empresa, de acordo com a estratégia da Administração e autonomia delegada, de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos da Águas do Algarve, S.A. e a sua otimização financeira. Garante o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa. É responsável por assegurar a prestação da correta informação de gestão aos órgãos decisores para a adequada tomada de decisão, assim como por propor a implementação de medidas corretivas. Elabora o orçamento anual e o respetivo controlo orçamental mensal. Garante ainda a atualização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Empresa. Contribui, em colaboração com as restantes áreas da Empresa, na preparação e prestação de toda a informação necessária de modo a promover e controlar o cumprimento das obrigações perante o concedente e das obrigações perante os acionistas e entidades oficiais.

É responsável pela elaboração e controlo do Plano Anual de Compras da Empresa.

Tem a responsabilidade de garantir uma Gestão eficiente e eficaz da Frota Automóvel da AdA.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LOGÍSTICA - DCL

É responsável pelo “Processo de Compras”, e todas as atividades/tarefas que lhe são inerentes, com respeito pela atual legislação que regula todo o processo de compras públicas – Código dos Contratos Públicos – por transposição, para o normativo nacional, das diretivas comunitárias 2014/23/UE – relativa à adjudicação de contratos de concessão, 2014/24/UE – relativa aos contratos públicos, 2014/25/UE – relativa aos contratos público celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e posteriores alterações e retificações.

GESTÃO DAS ORIGENS DE ÁGUA - GOA

Departamento que assegura, com os poderes delegados pela Administração, a gestão e exploração das infraestruturas das Origens de Água do SMAASA, entre elas três Grandes Barragens de Classe I (Odelouca, Odeleite e Beliche), coordenando e garantindo o controlo e fiabilidade dos processos e atividades de Segurança de Barragens, Captação de Água, e sua Adução às Estações de Tratamento de Água, contribuindo para a garantia da produção de água para abastecimento público, na quantidade e qualidade definida. Coordena também as atividades associadas à implementação do Programa Ambiental das Origens de Água.

Tem ainda também como missão, controlar e assegurar o cumprimento das obrigações da AdA nos contratos de concessão e títulos de utilização de recursos hídricos (TURH) das origens de água do SMAASA. E, em consonância com as orientações provenientes da Administração da AdA, a articulação com as várias entidades com competências no território, na área da gestão de recursos hídricos, assegurando a gestão das disponibilidades de água, e sua qualidade, para a captação pelo SMAASA.

LABORATÓRIO - LAB

O Laboratório apoia a operação dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de águas residuais, maioritariamente na área de planeamento e execução de planos de monitorização da qualidade da água. Assegura o escrupuloso cumprimento dos planos legais aplicáveis às águas para consumo humano, através da definição, implementação e acompanhamento do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), no Abastecimento, dos Planos de Autocontrolo de Águas Residuais (PAAR), para cumprimento dos parâmetros de descarga no saneamento de águas residuais, dos planos para cumprimento dos Contratos de Concessão, para utilização dos recursos hídricos, nas licenças de captação de águas subterrâneas e superficiais, nas licenças de produção de Água para Reutilização (ApR), bem como dos Planos Operacionais das Origens, Abastecimento e Saneamento. No âmbito da sua atividade, assegura ainda todos os requisitos da norma de acreditação ISO/IEC 17025, bem como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, baseado em princípios de confiança, imparcialidade, confidencialidade e objetividade. O Laboratório garante também a execução das colheitas e análises referentes ao Plano de Certificação do Produto água para Consumo Humano, ao abrigo da Recomendação ERSAR nº 02/2011 (suspensão em outubro de 2023) e Plano de Segurança da Água (PSA/ ISO 22000).

O Laboratório, além de ser reconhecido pela ERSAR como um laboratório APTO para o controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano, é também acreditado pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), sendo reconhecido por esta entidade nacional (bem como pelas autoridades nacionais dos países membros da União Europeia e EFTA) para executar as atividades específicas de avaliação da conformidade de águas naturais, para consumo humano e efluentes (águas residuais), de acordo com os requisitos normativos em vigor.

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - SE

Promove e coordena as atividades relativas ao acompanhamento e melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial de acordo com a estratégia definida pela Administração, assegurando o cumprimento dos requisitos das normas de referência (ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001, ISO 50001 e SA8000), dos requisitos legais e dos compromissos assumidos pela Administração, contribuindo para a otimização dos processos e a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Assegura e organiza as atividades inerentes aos Serviços Internos de Segurança no Trabalho de forma a prevenir os riscos profissionais e promover a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Compila e reporta dados para entidades oficiais, nomeadamente: Concedente, APA, INE, ERSAR, AdP, ACT, quando designado para o efeito.

RECURSOS HUMANOS - RH

É a unidade orgânica responsável pelo tratamento dos processos de recrutamento e seleção de pessoal, avaliação de desempenho dos funcionários, formação, processamento de vencimentos, tratamento de seguros de pessoas, organização dos horários de trabalho e cumprimento das obrigações legais relacionadas com as questões laborais.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CEA

O Gabinete de Comunicação e Educação Ambiental da Águas do Algarve tem como objetivo principal estabelecer uma estreita ligação entre a Empresa e os seus principais stakeholders. Promove também o alinhamento da visão, e daquela que é a missão estratégica da Empresa com os seus diferentes públicos. Definindo estratégias de comunicação globais, internas e externas, online e offline, munido-se de um conjunto vasto de ferramentas, sem nunca deixar de incorporar a história da marca da Águas do Algarve, de uma forma diferenciadora e eficiente, potenciando as relações também como os nossos acionistas e parceiros de negócio, destacando-se os clientes, fornecedores, consumidores, imprensa, público em geral.

Tem também como objetivo estratégico o reforço da notoriedade da Empresa junto de todos os stakeholders, fortalecendo o bom relacionamento entre estes bem como com os órgãos de comunicação social, e agir como o porta-voz da Empresa, com

especial enfoque no que se refere ao envolvimento da Empresa com a comunidade servida pelos serviços prestados, concebendo, acompanhando e participando nas diversas ações e iniciativas promovidas dentro e fora da região.

APOIO JURÍDICO

Trata-se de uma função de apoio jurídico à Administração e à Empresa com as atribuições e competências de estudar e elaborar pareceres/interpretações da Lei, normativos e regulamentos, e executar atividades que visem o cumprimento de obrigações legais pela Empresa. Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação. Colabora na resolução de disputas e litígios e patrocínio da Empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada.

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Secretário da Sociedade presta apoio especializado aos órgãos sociais, de acordo com o Artigo 446-B do Código das Sociedades Comerciais, apoiando sobretudo o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício dos respetivos deveres, assegurando a conformidade com a legislação aplicável, com os Estatutos e com os regulamentos internos.

SECRETARIADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEC

Unidade orgânica responsável por:

- Gerir e priorizar a agenda e compromissos dos membros da Comissão Executiva;
- Convocar reuniões internas e externas de acordo com a orientação da Administração;
- Articular entre a Administração e serviços técnicos de modo a cumprirem-se as deliberações das reuniões de Comissão Executiva e Conselho de Administração;
- Organizar os dossiers de apoio às reuniões da Administração;
- Conferir os dados da documentação a assinar pela Administração;
- Receção e triagem, digitalização, classificação e despacho da correspondência geral da Empresa;
- Expedição da correspondência;
- Organização e gestão do arquivo da Administração.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D)

Identifica oportunidades de colaboração com entidades públicas e privadas no domínio de Inovação, Desenvolvimento e Investigação (IDI), analisa essas oportunidades e avalia a probabilidade da sua realização, em contato estreito com os vários setores da empresa. Estuda as fontes potenciais de financiamento e cofinanciamento de projetos de IDI, supervisiona a elaboração das respetivas candidaturas e promove e coordena os projetos e estudos relacionados com IDI. Faz a recolha, compilação e análise da informação sobre a atividade de IDI, contribuindo para a elaboração dos relatórios de gestão. Participa em projetos de intervenção e em planos estratégicos do SMAASA, bem como em grupos de trabalho especializados da Holding AdP, em sintonia com o rumo estabelecido no Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo Águas de Portugal.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SI)

Área responsável pela infraestrutura de comunicações e dados da Empresa e pelos sistemas de informação de suporte à atividade da empresa, assegurando a operacionalidade e adequação de equipamentos informáticos e de comunicações, bem como dos respetivos sistemas e aplicações, às necessidades operacionais.

Acompanha e desenvolve os procedimentos necessários para suprir as necessidades da empresa de hardware e software.

É também responsável, em primeira instância, pela promoção e aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados.

Esta área desempenha um papel fundamental na recolha, armazenamento, processamento e distribuição eficiente de dados e informações dentro da empresa.

As principais responsabilidades e atividades associadas à área de Sistemas de Informação da AdA são:

- Desenvolvimento de Sistemas:
 - Projeto, desenvolvimento e implementação de sistemas de informação que atendam às necessidades específicas da empresa.
 - Programação e desenvolvimento de software personalizado.
 - Integração de sistemas para garantir a interoperabilidade entre diferentes plataformas e aplicativos.
- Gestão de Bases de Dados:
 - Administração e manutenção de bases de dados que armazenam informações cruciais para a organização.
 - Implementação de políticas de segurança para proteger a integridade e confidencialidade dos dados.
- Suporte Técnico:
 - Fornecimento de suporte técnico para utilizadores internos, resolvendo problemas relacionados com hardware, software e redes.
 - Formação de funcionários para garantir o uso eficiente dos sistemas e respetivos aplicativos.
- Gestão de Redes:
 - Administração e manutenção da infraestrutura de rede da empresa.
 - Implementação de medidas de segurança para proteger a rede contra ameaças cibernéticas.
- Segurança da Informação:
 - Implementação de políticas e práticas de segurança para proteger a informação confidencial da empresa.
 - Monitorização de ameaças e vulnerabilidades para garantir a integridade e a segurança dos dados.
- Gestão de Projetos de TI:
 - Coordenação e supervisão de projetos relacionados com a tecnologia da informação.
- Inovação Tecnológica:
 - Avaliação contínua de novas tecnologias e tendências para garantir que a empresa esteja atualizada e competitiva no mercado.

ÓRGÃOS SOCIAIS - 2023

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Dr. Rogério Conceição Bacalhau Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Faro (Presidente)

Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes (Vice-Presidente) – Renunciou em 03.01.2024

Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira (Secretária)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Eng.º António Paulo Jacinto Eusébio (Presidente Executivo)

Dr.ª Maria Isabel Fernandes da Silva Soares (Vice- Presidente)

Dr. Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Vogal Executivo)

Dr.ª Ana Paula Fernandes Martins, Presidente da Câmara Municipal de Tavira (Vogal não executivo)

Dr. José Carlos Martins Rolo, Presidente da Câmara Municipal de Albufeira (Vogal não executivo)

CONSELHO FISCAL

Mandato 2023-2025, iniciado em 03 de novembro de 2023:

Dr. Luis António Alves da Encarnação, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Presidente)

Dr.ª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal efetivo)

Dr. Renato de Oliveira Neves (Vogal efetivo) – renunciou em 23 de dezembro de 2023

Dr. António Jorge Morgado (Vogal suplente) – foi nomeado como membro efetivo em 11 de Janeiro de 2024.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS ⁽¹⁾

Mandato 2019-2021, iniciado em 8 de abril de 2019:

PricewaterhouseCoopers&Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na OROC sob o n.º 183 e registada na CMVM sob o n.º 20161485, representado por:

Dr. José Alves Bizarro Duarte (ROC Efetivo, ROC n.º 1957), registado na CMVM sob o n.º 202000003;

Dr. Carlos José Figueiredo Rodrigues (ROC Suplente, ROC n.º 1737), registado na CMVM sob o n.º 20161347.

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Dr.^a Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente);

Dr.^a Rosa Cristina Gonçalves Palma Presidente da Câmara Municipal de Silves (Vogal Efetivo);

AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

1.7. O PROPÓSITO E OS COMPROMISSOS DE INTEGRIDADE E DE SUSTENTABILIDADE.

O NOSSO PROPÓSITO

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

A atividade desenvolvida pela Águas do Algarve, S.A. tem o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

Considerando os relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental, reforçamos os nossos compromissos com o ambiente, a sociedade e a governança para cumprir o nosso propósito.

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela Águas do Algarve, S.A. em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade consubstanciado na Política de Integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta; Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades; Manual de Contratação Pública do Regime Geral; Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A Águas do Algarve, S.A. dispõe de uma Linha de Integridade, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal em linha com os principais desafios que o Grupo enfrenta fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas. Continuamos na prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente.

As ambições de sustentabilidade estão também alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.

(1) Por aplicação extensiva da regra aplicável aos administradores – artigo 391.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais (CSC) -, tem a Jurisprudência entendido que os demais membros dos órgãos sociais se mantêm em funções até serem substituídos (a não ser que renunciem). ;O revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas eleita nos termos do artigo 413.º-I-b) do CSC faz parte do órgão social de Fiscalização da sociedade. A PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PWC) foi, por deliberação de 2019.04.08, eleita sociedade de revisores oficiais de contas da Águas do Algarve, S.A., para o triénio de 2019/2021.A sociedade não procedeu, desde 1 de janeiro de 2022 até ao momento presente, à eleição nem do conselho fiscal nem do revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas para um novo mandato. A PWC não apresentou renúncia ao cargo de sociedade de revisores oficiais de contas, tendo-se mantido na plenitude de funções. Em 29 de setembro de 2022 reuniu a Comissão de Vencimentos da Águas do Algarve, S.A., tendo a respetiva deliberação expressamente mencionado a “FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE (mandato 2019-2021)” com a seguinte menção: “Mantêm-se inalteradas as remunerações fixadas”. Nestas circunstâncias, a Águas do Algarve, S.A., tem vindo a pagar à PWC, desde 1 de janeiro de 2022 até ao presente, as mesmas remunerações decorrentes do contrato assinado entre ambas as partes, respeitante ao triénio de 2019/2021.

Para melhor detalhe, poderá ser consultado o Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP em [Relatórios de Sustentabilidade \(adp.pt\)](https://www.adp.pt/relatorios-de-sustentabilidade) ou [Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...).



FAZER A
DIFERENÇA
NA VIDA
DAS PESSOAS



AS NOSSAS AMBIÇÕES E OBJETIVOS

AMBIÇÕES	OBJETIVOS
 <p>1 TRABALHAR COM PROPÓSITO</p> <p>Valorizar a relação com os/as colaboradores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Investir no desenvolvimento profissional e pessoal dos/as colaboradores/as - Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão - Garantir a segurança e saúde no trabalho - Promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal - Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz
 <p>2 AGIR PELO CLIMA</p> <p>Reduzir as emissões de GEE, mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a neutralidade e autossustentabilidade energética - Reduzir as emissões de GEE - Promover a mobilidade sustentável do Grupo - Promover a resiliência dos sistemas e garantir a disponibilidade, a qualidade e a segurança do serviço e do produto

AMBIÇÕES

OBJETIVOS

3 ACELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA



Gerir o ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular.

- Conservar as massas de água
- Minimizar os resíduos produzidos e valorizá-los enquanto subprodutos



4 VALORIZAR OS TERRITÓRIOS

Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população.

- Elevar a relação de proximidade e diálogo com os clientes e parceiros municipais
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia responsável
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento
- Fazer parte integrante da comunidade onde nos inserimos
- Proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas
- Água como fator essencial da proteção crescente da saúde pública

5 INOVAR PARA IMPACTAR



Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e suas empresas.

- Desenvolver projetos de IDI alinhados com as áreas estratégicas de inovação e as necessidades das empresas do Grupo AdP
- Desenvolver e lançar produtos, serviços e processos inovadores
- Desenvolver uma inovação aberta e assente numa rede multipolar de competências
- Promover a transformação digital do Grupo AdP

6 GARANTIR ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM FRONTEIRAS



Cooperar internacionalmente para a promoção da gestão sustentável da água.

- Partilhar o conhecimento através de projetos de capacitação e apoio técnico
- Promover a entretajuda em atividades e programas relacionados com a água, saneamento e clima em países em desenvolvimento
- Operar numa geografia de referência

AMBIÇÕES

OBJETIVOS



- Promover a educação para o desenvolvimento sustentável
- Promover o uso racional da água e a promoção do consumo da água da torneira
- Promover o uso sustentável da rede de saneamento
- Promover a utilização de ApR
- Promover a economia circular e a neutralidade energética
- Promover a inovação

Para um maior detalhe deverá ser consultado o Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP em [Relatórios de Sustentabilidade \(adp.pt\)](#).

1.8. CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

A Empresa não possui participações nem detém sucursais.

1.9. SÍNTESE DE INDICADORES

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	2023	2022	VARIAÇÃO ⁽¹⁾	VARIAÇÃO %
Capital Social (€)	29 825 000	29 825 000	0	0,0%
Capital Próprio (€)	34 257 666	32 219 653	2 038 012	6,33%
Ativos Tangíveis e Intangíveis Brutos (€)	762 214 213	743 743 970	18 470 243	2,48%
Ativo Líquido Total (€)	551 948 914	554 042 152	-2 093 237	-0,38%
Volume de Negócios (€) (excluindo serviços de construção)	63 185 886	60 429 039	2 756 847	4,56%
Resultados Antes de Impostos (€)	2 444 528	2 245 562	198,967	8,86%
Resultado Líquido do Exercício (€)	2 038 013	1 663 065	374,948	22,55%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	5,95%	5,16%	0,79%	
Rendibilidade do Ativo (%)	0,37%	0,30%	0,07%	
Autonomia Financeira - corrigida subs. Investimento (%)	42,94%	43,21%	-0,28%	
Endividamento Líquido : EBITDA	7,5	6,1	1,44	23,82%
EBITDA (€)**	21 605 037	26 123 800	-4 518 764	-17,30%
EBITDA : Serviço da Dívida	0,18	0,20	-0,02	-9,55%
Cash-cost (€/m ³)	0,36	0,30	0,06	19,16%
Margem EBITDA (%)	34,19%	43,23%	-9,04%	
ROCE- Indicador AdP (%)	4,20%	3,40%	0,81%	
Colaboradores em 31 Dezembro, excluindo órgãos sociais (nº)	195	197	-2,00	-1,02%
Área Geográfica Abrangida (Km ²)	4 995	4 995	0	0,0%
População Residente na Área Abrangida (nº)	453 839	453 839	0	0,0%
Investimento/Empreitadas do Ano (€)	18 470 243	20 516 554	-2 046 311	-9,97%
ABASTECIMENTO:				
Municípios (nº)	16	16	0	0,0%
População Servida (nº)	408 849	408 849	0	0,0%
Acessibilidade física ao serviço (%) (*)	99%	99%	0%	
Volume de Água Vendida (m ³)	73 825 716	71 544 515	2 281 201	3,19%
Tarifa (€/m ³)	0,4885	0,4757	0,0128	2,69%
Pontos de Entrega (nº)	81	80	1	1,25%
Estações Tratamento Água em Exploração (nº)	4	4	0	0,0%
Rede Adutora (Km)	529	495	34	6,87%
SANEAMENTO:				
Municípios (nº)	16	16	0	0,0%
População Servida (nº)	384 666	384 666	0	0,00%
Acessibilidade física ao serviço (%) (*)	98%	98%	0%	
Efluente Equivalente Faturado (m ³)	40 855 875	41 257 919	-402,044	-0,97%
Rendimentos tarifários (€)***	27 106 792	26 394 150	712,642	2,70%
Estações Tratamento Água Residual em Exploração (nº)	80	79	1	1,27%
Rede Coletores (Km)	483	482	1	0,15%

(1) Expresso em unidade de Síntese de Dados/Indicadores

* Com o contrato de concessão em vigor a partir de 24 de julho de 2019

** Exceto imposto selo operações financeiras e imparidades e subsídios ao investimento

*** Não incorpora os volumes faturados às empresas de limpa fossas

2. RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

A Águas do Algarve, S.A. possui as seguintes certificações:

- Recomendação ERSAR nº2/2011 - Certificação do Produto “água para consumo humano” variante: sistemas de abastecimento público em alta*;
- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade;
- NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental;
- NP ISO 45001:2019 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho;
- ISO 50001:2018 – Sistemas de Gestão da Energia;
- SA8000:2014 - Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social;
- NP EN ISO 22000:2018 - Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar;
- ISO 17025 - Acreditação de Laboratórios.



GALARDÕES/PRÉMIOS

A Águas do Algarve, S.A. foi galardoada pela ERSAR com I distinção, tendo recebido o Selo de qualidade para Serviço de abastecimento público de água (entre entidades).

No âmbito dos Prémios Essência do Ambiente, a Águas do Algarve foi a vencedora na Categoria Sensibilização Ambiental.



(*) *Em outubro de 2023 a AdA suspendeu a certificação do produto água para consumo humano, de acordo com a Recomendação ERSAR nº2/2011 - Certificação do Produto “água para consumo humano” variante: sistemas de abastecimento público em alta, decorrente da entrada em vigor do Decreto-lei nº 69/2023 de 21 de agosto sobre a qualidade da água para consumo humano, aguardando-se a respetiva revisão pela ERSAR.

3. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Todo o esforço que foi realizado nas várias áreas da Empresa, desde as operacionais às de gestão e apoio à gestão completaram mais um ano de grande profissionalismo e dedicação. Muito do trabalho realizado e dos objetivos atingidos em 2023 terão impactos assinaláveis na qualidade do serviço que a AdA presta e continuará a prestar à comunidade no Algarve.

Os resultados líquidos totalizaram 2,04 milhões de euros, resultado superior em 374,9 mil euros do que em relação a 2022 e superior em 1,67 milhões de euros em relação a 2021. De salientar que 2023 foi um ano em que efetivamente não se fez sentir qualquer efeito do rescaldo de uma pandemia que debilitou a economia mundial, chegando muito próximo do volume de negócio registado no ano 2019.

RESULTADOS	2023	2022	2021	2020	2019
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	1 024 570	4 965 969	7 766 081	5 577 513	5 208 485
DRG líquido do ano	1 013 443	(3 302 904)	(6 683 003)	(4 466 650)	(4 007 647)
DRG líquido do ano anterior	0	0	(717 314)	(371 499)	0
Resultado Líquido da atividade	2 038 013	1 663 065	365 764	739 364	1 200 838





B - O NEGÓCIO



1. LINHAS ESTRATÉGICAS

1.1. INTRODUÇÃO

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da Empresa Águas do Algarve, S.A. são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da sociedade, em 28 de junho de 2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2021-2023.

1.2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O MANDATO 2021 - 2023

1.2.1. MISSÃO

A Águas do Algarve, S.A. enquanto Empresa responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve, tem por missão garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas Empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela Águas do Algarve, SA.

A atividade prosseguida pela Empresa enquanto instrumento Empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das Empresas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a. Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir, com base na qual as Empresas do grupo AdP, designadamente a Águas do Algarve, S.A., desenvolvem a sua atividade;
- b. Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada Empresa;
- c. Definir os objetivos a alcançar pelas Empresas do grupo AdP, designadamente pela Águas do Algarve, S.A. no exercício da respetiva atividade operacional;
- d. Definir o nível de serviço público a prestar pelas Empresas do grupo AdP, e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

1.2.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a. Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b. Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- c. Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- d. Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;

- e. Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f. Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g. Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor; designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão Empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

1.2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. deverá:

- 1.2.3.1. Assegurar o cumprimento da missão da Empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- 1.2.3.2. Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- 1.2.3.3. Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- 1.2.3.4. Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- 1.2.3.5. Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- 1.2.3.6. Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do individuo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- 1.2.3.7. Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- 1.2.3.8. Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- 1.2.3.9. Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

1.2.4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- 1.2.4.1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - 1.2.4.1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - 1.2.4.1.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.2.4.1.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.

- 1.2.4.2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 1.2.4.2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 1.2.4.2.2. Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 1.2.4.2.3. Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - 1.2.4.2.4. Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.

- 1.2.4.3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 1.2.4.3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 1.2.4.3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - 1.2.4.3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

- 1.2.4.4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza Empresarial, designadamente:
 - 1.2.4.4.1. Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 1.2.4.4.2. Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - 1.2.4.4.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

- 1.2.4.5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza Empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 1.2.4.5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 1.2.4.5.2. No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

- 1.2.4.6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISSO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 1.2.4.6.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - 1.2.4.6.2. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - 1.2.4.6.3. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - 1.2.4.6.4. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

- 1.2.4.7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

1.3. OBJETIVOS E INDICADORES DE DESEMPENHO ANUAIS PARA A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. PARA O MANDATO 2021-2023

FINANCEIROS

INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	ADA
Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	10,0%
Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.	10,0%
Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com a RCM 34/2008: 1: Incumpre: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Excede: quando PMP <= 60 dias. Quando PMP > 60 dias ou incumpre com a RCM 34/2008: 1: Incumpre: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumpre: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Excede: face ao ano anterior, PMP < -25%.	10,0%
Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	10,0%

AMBIENTAIS E DE SERVIÇO

INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	ADA
Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. N° Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. N° Ações executadas face ao previsto >= 80,00%;<90,00% 3. N° Ações executadas face ao previsto >=90,00%	10,0%
Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA >=99,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior a 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
Plano de Lamas	Implementação do Plano de Lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em < 40% do previsto no PAO; 2. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 40% do previsto no PAO; 3. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 60% do previsto no PAO.	7,5%
Plano de Eficiência Hídrica	Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve	Cumprimento do plano de ação para as medidas de interligação Sotavento/Barlavento, Aproveitamento do volume morto - Beliche; Águas para Reutilização, Tomada de Água no Pomorão e Dessalinização.	5%
Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de ultimo recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e Complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2021 *após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescendo às ACAAs existentes	5%

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato - e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização – enunciados no quadro do ponto B-4.6. deste relatório.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de Indicadores e Metas do ponto B-4.6. deste relatório.

GRAU DE CONCRETIZAÇÃO

AVALIAÇÃO GLOBAL

GC < 1,8	Objetivos não Cumpridos
1,8 ≤ GC < 2,5	Objetivos Cumpridos
GC ≥ 2,5	Objetivos Superados

Em 2023, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pelo Concedente e pela Tutela Setorial e Financeira.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. A ENVOLVENTE

CONTEXTO MACROECONÓMICO ⁽²⁾

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o conflito iniciado em outubro de 2023 no Médio Oriente (Israel – Hamas), bem como os ataques recentes no Mar Vermelho pesaram sobre a atividade económica global em 2023, e continuarão a fazê-lo em 2024.

GLOBAL

O crescimento global para o ano 2023 estima-se em 2,6% e é esperado um crescimento de 3,1% para 2024 (3,2% para 2025).

As taxas elevadas dos bancos centrais para combater a inflação e a retirada do apoio fiscal num contexto de dívida elevada pesam sobre a atividade económica.

A inflação está a cair mais rapidamente do que o esperado na maioria das regiões, num contexto de resolução de questões do lado da oferta e de uma política monetária restritiva. A inflação global deverá cair para 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025, tendo a previsão para 2025 sido revista em baixa.

ZONA DO EURO

Após uma expansão robusta pós-pandemia em 2021 e 2022, a economia da UE perdeu dinamismo. O PIB real contraiu-se muito ligeiramente no quarto trimestre de 2022 e quase não cresceu nos primeiros três trimestres deste ano. O alto custo de vida teve um impacto mais pesado do que o esperado. Do lado externo, o comércio global proporcionou pouco apoio. Entretanto, a resposta da política monetária à inflação elevada está a fazer-se sentir na economia e o apoio orçamental está a ser parcialmente eliminado. Prevê-se que o crescimento do PIB da UE melhore para 1,3% em 2024, ainda abaixo do potencial e com uma revisão em baixa de 0,1 pontos percentuais, do verão. Prevê-se que ganhe ainda mais ritmo, para 1,7%, em 2025. Na área do euro, prevê-se que o crescimento do PIB seja ligeiramente inferior, de 1,2% em 2024 e 1,6% em 2025. Em 2023 o crescimento do PIB na zona euro estima-se em 0,6%.

As despesas totais de investimento deverão crescer de forma constante até 2025.

Espera-se que o aumento dos salários, o crescimento contínuo do emprego e o abrandamento adicional da inflação aumentem o poder de compra das famílias em 2024 e 2025, impulsionando o consumo.

A coexistência de um baixo desemprego e de elevadas percentagens de vagas e de escassez de mão-de-obra aponta para um mercado de trabalho ainda apertado.

A inflação medida pelo IHPC continuou a diminuir acentuadamente desde o pico de 10,6% em termos homólogos registado em outubro de 2022 na área do euro. Em outubro deste ano, estima-se que tenha atingido o mínimo de dois anos de 2,9%. A inflação na UE seguiu um caminho semelhante.

Prevê-se que o défice das administrações públicas da UE diminua ainda mais ligeiramente em 2023, para 3,2% do PIB, 0,1 p.p. abaixo do ano anterior.

Em 2024, o foco mudará para a inflação dos serviços, que está intimamente ligada ao mercado de trabalho. Esperamos que um abrandamento gradual do mercado de trabalho conduza a inflação subjacente para perto da meta de 2% estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE), até ao final do ano.

O Conselho do BCE decidiu, na reunião de 14 de dezembro de 2023, manter as três taxas de juro diretas inalteradas. Embora a inflação tenha descido nos últimos meses, é provável que volte a subir temporariamente no curto prazo.

⁽²⁾ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2023 são os seguintes:

INDICADORES ECONÓMICOS	ESTIMATIVA 2023	ANO 2022
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,1%	6,8%
Taxa crescimento Consumo Privado	1,0%	5,6%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	5,3%	8,1%
Taxa de desemprego	6,5%	6,1%
Euribor 6 meses (fim do ano)	3,861%	2,693%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	3,24%	2,17%

A economia portuguesa cresceu 2,1% em 2023, projetando-se um abrandamento em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2%, em 2025 e 2,0% em 2026. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025–26.

A evolução recente da atividade reflete a fraqueza da procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária, que se transmitiu às condições de financiamento dos agentes económicos. A subida de taxas de juro tem um impacto negativo mais rápido no setor industrial, com os serviços a evidenciarem maior resiliência. Esta resiliência dos serviços tem suportado a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento recente do emprego.

Prevê-se que o saldo orçamental atinja um excedente de 1,1% do PIB em 2023 (0,1% em 2024 e 0,2% em 2025), face ao défice de 0,3% do PIB em 2022.

2.2. O SECTOR

O SETOR A NÍVEL MUNDIAL ⁽³⁾

A água é, cada vez mais um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água e o abastecimento mantêm-se no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, e sendo objeto do ODS6, que visa o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano
- apenas um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados

(3) Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exacerbados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Em março de 2023 realizou-se a primeira grande conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicada à água desde 1977. A Conferência da ONU sobre Água de 2023 se concentrou-se no progresso em direção às metas relacionadas à água e ao saneamento, coincidindo com a revisão abrangente de médio prazo da Década Internacional de Ação, “Água para o Desenvolvimento Sustentável 2018-2028”.

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA ⁽⁴⁾

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

A este conflito juntou-se a guerra Israel-Hamas a 07 de outubro de 2023 agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita. No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026 para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n°136/2022).

Em resposta à crise geopolítica foi publicado a 27 setembro de 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7%.

(4) Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

No 15º Relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras (EG) de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%.⁽⁵⁾

O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL ⁽⁶⁾

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

PANORAMA NACIONAL

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- 9,8 milhões de habitantes servidos
- 97% de alojamentos servidos
- 184 litros: consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,558 | EUR/m³
- Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,62%

SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

- 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 86% de alojamentos servidos
- 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
- 86% de alojamentos servidos com tratamento
- 1,8 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente
- Tarifa média ponderada: 0,535 | EUR/m

Dados: RASARP 2022 volume 1 e RASARP 2023 volume 2

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A 14 dezembro de 2023 foi aprovada a resolução que estabelece o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030 ⁽⁷⁾ estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

O Plano visa quatro objetivos estratégicos globais, materializados em 70 medidas distribuídas por diferentes níveis de prioridade:

- eficácia dos serviços;
- eficiência dos serviços;
- sustentabilidade dos serviços;
- valorização económica, ambiental e societal dos serviços.

⁽⁵⁾ Nota à comunicação social de 22 de dezembro de 2023 da Adene

⁽⁶⁾ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

⁽⁷⁾ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro

O GRUPO ADP EM 2023

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver desde 2022, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a task force das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo durante o ano de 2022, com o objetivo de gerir, em situação de contingência, a seca meteorológica e hidrológica verificada em 2022, a terceira mais gravosa desde 1931.

Em 2023 e com foco na materialização de investimentos relacionados com os planos regionais de eficiência hídrica para reforço da resiliência dos sistemas de abastecimento de água, foi dada prossecução ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR.

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

O Plano de Ação para a Reutilização do Grupo e o Programa ZERO de Neutralidade Energética foram apresentados na cimeira mundial do clima - COP'28 em dezembro de 2023.

No plano internacional, em 2023 o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, instituição com a qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da "*Utilities of the Future*".

Neste âmbito, decorreu, em setembro de 2023, um programa de trabalhos promovido pelo Grupo Águas de Portugal para um grupo de técnicos do setor das águas de diversos países envolvendo sessões de intercâmbio de conhecimentos e capacitação, permitindo que os participantes discutissem como operacionalizar e integrar estes conceitos na água urbana, refletindo sobre as suas experiências e identificando desafios e oportunidades.

2.3. A REGULAÇÃO

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

Em 2023, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2023, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2023, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2023, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2023, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta de Recomendação sobre gestão de perdas aparentes em sistemas de abastecimento de água, o Projeto de Regulamento da qualidade de serviço prestado ao utilizador final e a proposta de Recomendação sobre gestão de fossas sépticas no âmbito de soluções particulares de saneamento de águas residuais domésticas.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

ADA – ATIVIDADE EM “ALTA”

A Águas do Algarve, S.A. é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2023, as tarifas e os rendimentos tarifários aplicadas na faturação pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2023, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 3,24%.

O diploma constituinte da Águas do Algarve, S.A., estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da Águas do Algarve, S.A., tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2023 estavam registados nas contas cerca de 37,9 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária, decorrentes do histórico da atividade da Águas do Algarve, S.A..

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) é a responsável por regular a atividade da Águas do Algarve, S.A. em matéria de qualidade de serviço.

Esta regulação é efetuada anualmente através de um conjunto de indicadores, cujos resultados são publicados no Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

O volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras em 2022, foi disponibilizado pela ERSAR em setembro de 2023 em <https://www.ersar.pt/pt>.

Os indicadores que compõem o sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, encontram-se distribuídos por três grupos:

1. Adequação do serviço ao utilizador;
2. Sustentabilidade da gestão do serviço;
3. Sustentabilidade ambiental.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Águas do Algarve, S.A. em: <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/avaliacao-da-qualidade-do-servico-prestado-aos-utilizadores>.

A Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2023, o volume 1 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Águas do Algarve, S.A., disponível em <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/avaliacao-da-qualidade-do-servico-prestado-aos-utilizadores>.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A Águas do Algarve, S.A., que presta um serviço público de abastecimento de água, está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, a Águas do Algarve, S.A. deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a Águas do Algarve, S.A. realiza a avaliação e gestão do risco do sistema de abastecimento, implementa os planos de monitorização operacional (PCO) e o PCQA. As situações de incumprimento dos valores paramétricos são comunicadas às entidades competentes, sendo levadas a cabo as medidas de investigação adequadas e sendo adotadas as medidas de correção legalmente previstas.

Em setembro de 2023, foi divulgado o volume 2 do Relatório Anual do sector (RASARP 2023 - com data de referência 31 de dezembro de 2022), relativo aos resultados da qualidade da água para consumo humano (PCQA 2022), tendo sido registado um resultado de 99.93% no indicador “Água segura”, superior à meta de 99% (objetivo de excelência) definido pela ERSAR.

Em dezembro de 2022 foi aprovado, pela ERSAR, o PCQA para o ano de 2023 da Águas do Algarve, S.A.. No âmbito do PCQA 2023, ao longo de 2023, foi dada continuidade à implementação das orientações emitidas pela ERSAR, tendo sido efetuadas 8888 análises (7118 das quais com valor paramétrico associado) e tendo sido registados 5 incumprimentos dos valores paramétricos, o que evidencia um excelente desempenho da Empresa em termos da qualidade da água para consumo humano. O indicador “Água segura” relativo ao ano de 2023 será publicado no RASARP 2024, pela ERSAR, onde se obterá certamente um resultado acima da meta definida pela ERSAR para um objetivo de excelência (99%).

A Águas do Algarve, S.A. que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a Águas do Algarve, S.A. deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

Em 2022, no cumprimento da legislação, a Águas do Algarve, S.A. implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela Águas do Algarve, S.A. são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2023, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022, foi divulgado pela ERSAR.

REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

Como referido anteriormente, a Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de regulação, podendo os utilizadores, caso tenham necessidade de pedir informações, ou efetuar reclamações recorrer ao sítio da internet: ERSAR - Reclamações, ou ao livro físico existente na Sede de Águas do Algarve, S.A., ao contacto via correio eletrónico (geral.ada@adp.pt) ou telefónico (289 899 070).

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços são analisados pela AdA e/ou pela entidade reguladora.

Durante o ano de 2023 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos de 100%.

A Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a Águas do Algarve, S.A. dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Em 2023 não se verificaram reclamações/verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de AA 100% e AR 94%. Estes valores correspondem a manutenção/melhoria face ao verificado nos últimos anos.

3. O NEGÓCIO

3.1. INTRODUÇÃO

A Águas do Algarve S.A. é uma sociedade de direito privado de capitais públicos onde a Águas de Portugal, SGPS, S.A., participa com a maioria do capital social, sendo o restante distribuído pelos municípios algarvios de acordo com o exposto na nota nº16 do anexo às demonstrações financeiras.

3.2. ÁGUA EM ALTA

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ALGARVE

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA), numa estratégia de gestão integrada e plurianual dos recursos hídricos, utiliza origens de água quer superficiais, quer subterrâneas, ajustando a sua estratégia de captação, numa avaliação contínua, em função das características dos anos hidrológicos, disponibilidades hídricas registadas nas origens; e da capacidade de redundância e flexibilidade na gestão do SMAAA (em termos de redundância de origens, capacidade de produção de água, transferência de água tratada entre subsistemas e gestão da distribuição).

A albufeira da barragem de Odelouca, destinada exclusivamente ao abastecimento público de água, é uma das principais origens de água superficial do Sistema, o qual recorre ainda às albufeiras do Aproveitamento Hidráulico de fins-múltiplos de Odeleite-Beliche e à água proveniente da albufeira da Bravura, também de fins-múltiplos.

As origens superficiais são complementadas com o recurso à captação de água subterrânea, através dos Sistemas de Captações Subterrâneas de Benaciate e de Vale da Vila, localizados no aquífero de Querença-Silves e dos Sistemas de Captações Subterrâneas de Almádena e Portelas, localizados no aquífero de Almádena-Odiáxere.



VOLUMES CAPTADOS, PARA ASSEGURAR AS NECESSIDADES DO ABASTECIMENTO PÚBLICO AO ALGARVE, ATRAVÉS DO SMAASA

No quadro seguinte, são apresentados os volumes totais captados pelo SAAAA, por origem de água, para assegurar as necessidades do Abastecimento Público ao Algarve, no ano 2023.

VOLUMES DE ÁGUA CAPTADOS NAS ORIGENS DE ÁGUA DO SMAASA PARA O ABASTECIMENTO PÚBLICO (M³)

ORIGEM DE ÁGUA		JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023
Superficial	Albufeira da Bravura	1 610 274
	Albufeira do Funcho	10 580 400
	Albufeiras de Odeleite-Beliche	32 729 081
	Albufeira de Odelouca	22 870 600
Subterrânea	Aquífero de Almádena/Odeáxere	890 623
	Aquífero de Querença/Silves	6 687 528
Total do Abastecimento Público		75 368 506

67 790 355

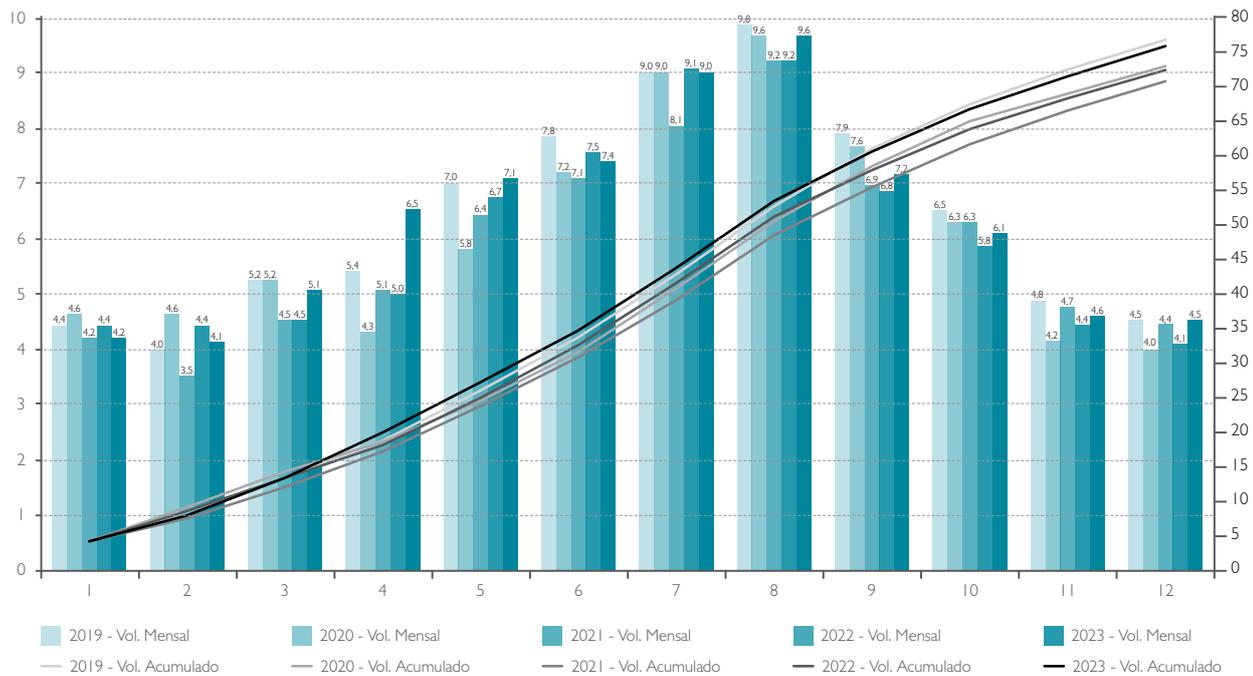
7 578 151

Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023 foram captados nas diversas origens de água do SMAASA, cerca de 75,4 hm³ de água, com recurso a origens superficiais (67,8 hm³) e origens de água subterrâneas (7,6hm³).

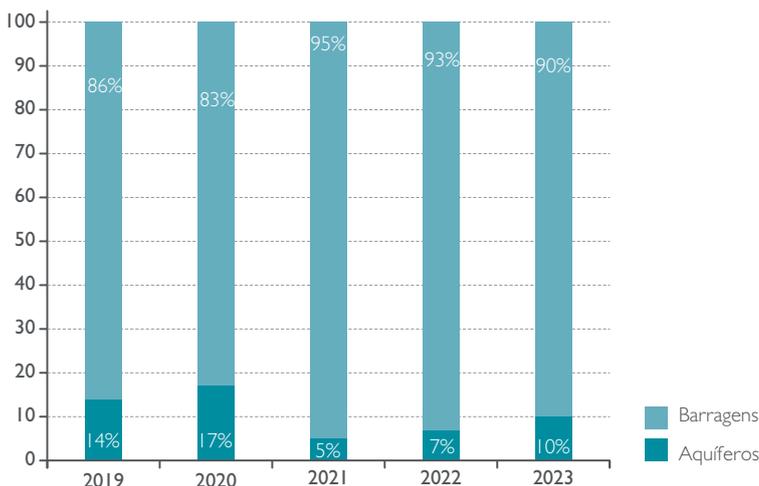
Nos gráficos seguintes apresentam-se os volumes captados no triénio 2021-2023, considerando o volume mensal, volume acumulado e a proporção por tipo de origem:

VOLUMES CAPTADOS

(Hm³)



PROPORÇÃO DO VOLUME CAPTADO POR TIPO DE ORIGEM



SITUAÇÃO DAS ORIGENS DE ÁGUA SUPERFICIAIS DO SMAASA

A região do Algarve vive atualmente uns dos momentos mais críticos de sempre no que se refere aos recursos hídricos. A seca hidrológica assume hoje um carácter estrutural com tendência de agravamento devido ao efeito expectável das alterações climáticas, com previsão de impactos muito significativos na economia, no bem-estar das populações, nos ecossistemas e no aumento da pressão sobre as massas de água, traduzindo-se no decréscimo da disponibilidade de água nas albufeiras e aquíferos.

Conforme é referido no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHAlg), *“A seca é uma preocupação crescente na Europa, com particular relevância nas regiões desertificadas do interior sudeste de Portugal e Espanha, onde a sua duração, frequência e severidade são cada vez maiores e os seus efeitos se mantêm muito para além do seu término. Um dos impactos mais graves das alterações climáticas é precisamente o que respeita ao aumento da frequência e severidade de períodos de seca e escassez de água.”*

É ainda mencionado que *“A experiência acumulada durante os períodos de secas ocorridos em 2012 e em 2017, assim como em situações anteriores, com particular destaque para a seca de 2004-2005, permitiram concluir que é essencial dotar o país de instrumentos e disposições que regulem a preparação para futuras ocorrências de um fenómeno que se está a verificar com maior frequência em Portugal, em resultado das mudanças climáticas. Efetivamente, as alterações climáticas terão provavelmente impactos significativos na distribuição temporal e espacial dos recursos hídricos, na qualidade da água e na ocorrência mais frequente de secas significativas.”*

De acordo com Copernicus Climate Change Service, *“setembro de 2023 foi o setembro mais quente de que há registo ao nível mundial”,* batendo o anterior recorde, em 2020, por uma margem “extraordinária” e dando continuidade a uma série de recordes mensais globais, iniciada em junho de 2023.

Na região do Algarve a precipitação tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, nomeadamente nas últimas duas décadas, observando-se uma irregular distribuição de precipitação ao longo dos meses do período húmido (outubro a abril), ocorrendo por vezes concentrada em um ou dois meses e nem sempre nos que eram tipicamente mais chuvosos (dezembro e janeiro), sendo essa irregularidade prejudicial para a economia e obrigando a uma adaptação dos ecossistemas. Nos últimos anos hidrológicos, e em termos de águas superficiais, o armazenamento total não tem atingido os 60% e a precipitação verificada não tem sido suficiente para gerar afluências significativas, de modo a permitir recuperar o armazenamento de água nas albufeiras da região.

No ano hidrológico de 2022-2023, verificou-se que as bacias do Arade e das Ribeiras do Algarve, onde se localizam as albufeiras da Bravura e de Odelouca permaneceram em situação de seca hidrológica extrema, ao longo de todo esse ano. No que refere à bacia do Guadiana, e nomeadamente às albufeiras de Odeleite e Beliche, a situação ao longo do ano hidrológico de 2022-2023 foi de seca moderada, não tendo sido possível assegurar-se a necessária regularização dos volumes armazenados.

De referir ainda que o novo ano hidrológico, de 2023-2024, não se revelou, até ao final do ano 2023, favorável para permitir uma melhoria significativa dos volumes armazenados, com a agravante da situação de baixa disponibilidade hídrica ser generalizada a todas as albufeiras que constituem origens da água do Sistema de Abastecimento de Água em Alta (SAAA) do Algarve gerido pela Águas do Algarve, S.A. (AdA).

Paralelamente, tem-se vindo a verificar, em consonância com os dados do INE e da Região de Turismo do Algarve, o aumento de estadias e número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros no Algarve, desde o fim da situação de pandemia por COVID-19 até ao presente momento. De facto, o ano de 2023 foi o ano com maior procura turística de sempre na região. No que refere aos restantes sectores, com maior relevância para o sector Agrícola, tem-se vindo também a verificar um aumento dos consumos ao longo dos últimos anos.

Na tabela seguinte são apresentados os volumes armazenados, entre 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2023, nas albufeiras que constituem origens de água superficial do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA).

	ALBUFEIRA DE ODELOUCA				ALBUFEIRA DE ODELEITE				ALBUFEIRA DO BELICHE				ALBUFEIRA DA BRAVURA			
Capacidade Total de Armazenamento (hm ³)	157,14				130,00				48,00				34,82			
Capacidade Útil de Armazenamento (hm ³)	128,20				108,80				42,89				32,26			
Data	Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil	
	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%
31/12/2022	59,19	37,67%	30,25	23,59%	77,80	59,85%	56,60	52,03%	25,03	52,15%	19,92	46,45%	4,10	11,78%	1,54	4,76%
31/01/2023	60,72	38,64%	31,78	24,79%	77,18	59,37%	55,98	51,45%	24,83	51,72%	19,72	45,97%	4,41	12,65%	1,84	5,70%
28/02/2023	61,47	39,12%	32,53	25,37%	75,90	58,38%	54,70	50,28%	24,37	50,78%	19,26	44,91%	4,55	13,08%	1,99	6,16%
31/03/2023	60,66	38,60%	31,72	24,74%	73,70	56,69%	52,50	48,25%	23,53	49,02%	18,42	42,95%	4,75	13,63%	2,18	6,76%
30/04/2023	57,50	36,59%	28,56	22,28%	68,81	52,93%	47,61	43,76%	21,67	45,14%	16,56	38,60%	4,65	13,34%	2,08	6,45%
31/05/2023	54,21	34,50%	25,27	19,71%	63,24	48,65%	42,04	38,64%	19,59	40,82%	14,48	33,77%	4,40	12,63%	1,83	5,68%
30/06/2023	50,95	32,43%	22,01	17,17%	57,47	44,21%	36,27	33,34%	17,68	36,83%	12,57	29,30%	4,09	11,74%	1,52	4,72%
31/07/2023	46,18	29,39%	17,24	13,45%	50,24	38,65%	29,04	26,69%	15,24	31,75%	10,13	23,62%	3,52	10,11%	0,96	2,97%
31/08/2023	41,03	26,11%	12,09	9,43%	43,01	33,08%	21,81	20,04%	12,51	26,07%	7,40	17,26%	2,93	8,42%	0,37	1,13%
30/09/2023	37,54	23,89%	8,60	6,71%	37,70	29,00%	16,50	15,17%	10,70	22,29%	5,59	13,03%	2,68	7,69%	0,11	0,35%
31/10/2023	37,75	24,02%	8,81	6,87%	41,59	31,99%	20,39	18,74%	11,99	24,97%	6,88	16,04%	2,64	7,59%	0,08	0,24%
30/11/2023	37,71	24,00%	8,77	6,84%	40,78	31,37%	19,58	17,99%	11,74	24,45%	6,63	15,45%	2,64	7,58%	0,07	0,23%
31/12/2023	38,68	24,61%	9,74	7,60%	40,57	31,21%	19,37	17,81%	11,66	24,30%	6,55	15,28%	2,68	7,69%	0,11	0,35%

Os números constantes da tabela anterior, indicam que os volumes armazenados nas albufeiras a 31 de dezembro de 2023 (e tendo em consideração os consumos médios dos diversos sectores, caudais reservados e ecológicos, e perdas por evaporação), não permitem garantir a segurança hídrica para o abastecimento público urbano, dado que não asseguram uma reserva de volume útil que garanta um ano das necessidades de captação deste uso.

Conjugando-se a situação crítica de seca e de escassez hídrica, com o previsível aumento de procura, com aumento dos consumos quer ao nível do abastecimento público de água, quer no que refere à Agricultura, Turismo e restantes sectores, é imperiosa a criação de soluções para a sua mitigação.

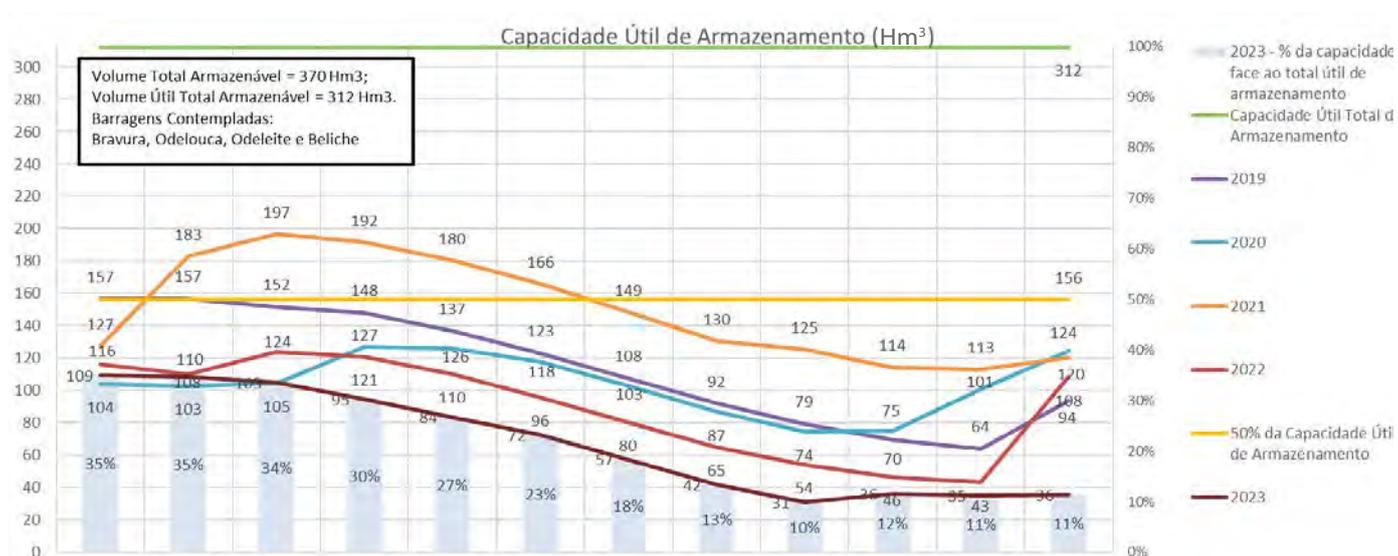
Neste sentido, tendo em conta a imprevisibilidade do regime hidrológico nos próximos meses, e as baixas disponibilidades de água nas albufeiras que constituem as principais origens de água do SAAA, manifestou-se essencial, adotar estratégias que permitam uma gestão muito criteriosa destas disponibilidades hídricas, naturalmente articulada entre os diferentes utilizadores, assim como efetuar um reforço das medidas extraordinárias previstas, para fazer face à escassez de água, e assegurar a garantia do abastecimento público de água à região do Algarve no próximo ano de 2024.

Releva-se que a ação urgente na vertente de redução de consumos e de aumento na eficiência hídrica em todos os setores utilizadores dos recursos hídricos, assume enorme importância.

É neste contexto, que se a Águas do Algarve elaborou e apresentou o Plano de Ação para a Situação de Emergência do Abastecimento de Água ao Algarve em 2024 da Águas do Algarve (AdA) – Grupo Águas de Portugal. Este plano contém medidas diretamente da responsabilidade da Águas do Algarve e também a recomendação de medidas a serem acionadas por outros stakeholders.

Reforça-se que o aumento da resiliência da região, apenas será alcançado através da ação articulada e integrada de todos os setores.

No gráfico seguinte apresenta-se uma análise plurianual ao somatório das capacidades úteis das barragens acima mencionadas:



MEDIDAS NO ÂMBITO DA GESTÃO DA SITUAÇÃO DE ESCASSEZ HÍDRICA, PELO SMAASA

O QUE FIZEMOS? (ANTECEDENTES)

A região do Algarve, nos últimos vinte anos, tem sido fortemente condicionada por secas meteorológicas e pela escassez de água. De acordo com as análises da Agência Portuguesa do Ambiente e do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, verifica-se a ausência de anos húmidos na região após o ano 2000, e o aumento de anos hidrológicos consecutivos com precipitação muito inferior à média.

Nas duas últimas décadas a AdA tem tido especial foco e empenho na adaptação do SAAA à Escassez de Água. Realizaram-se investimentos muito significativos, em dois eixos principais. Ao nível estrutural, com a construção de infraestruturas que permitiram a constituição e utilização de novas origens de água para o abastecimento público, e construção de soluções para maximizar a capacidade de redundância e fiabilidade do SAAA. E ao nível da implementação de novas estratégias de gestão do Sistema e suas origens de água, com a especialização de equipas técnicas.

Das medidas estruturais concluídas ao longo dos anos, há algumas que se destacam pela sua relevância, e que importa salientar:

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS E MEDIDAS ESTRUTURAIS IMPLEMENTADAS PELA ÁGUAS DO ALGARVE

ADAPTAÇÃO À ESCASSEZ HÍDRICA - 2006 - 2020	ESCASSEZ HÍDRICA - 2021 - 2022
<ul style="list-style-type: none">• Construção das Captações Subterrâneas de Benaciate; ampliação das captações de Vale da Vila (Querença- Silves)• Reabilitação e integração de captações municipais estratégicas (Fase I)• Construção de Estações Elevatórias Reversíveis (EER I e EER2)• Construção da Barragem de Odelouca• Aumento da Capacidade de Produção da ETA de Alcantarilha	<ul style="list-style-type: none">• Ativação do Plano de Contingência do SMAAA para a Escassez Hídrica para a Bravura• Gestão criteriosa e otimizada do SAAA - maximizar a capacidade de redundância e flexibilidade do Sistema• Rigorosa Monitorização dos volumes captados, face às disponibilidades das origens e necessidades de consumo• Reforço da Monitorização da Qualidade da Água• Articulação com as EG em Baixa, para otimização da gestão dos seus Sistemas

Neste contexto, a AdA tem vindo a aferir constantemente as suas estratégias de gestão das disponibilidades hídricas das origens afetas ao SMAASA, e numa estratégia de gestão integrada e plurianual dos recursos hídricos, tem vindo a:

- utilizar origens de água quer superficiais, quer subterrâneas, com capacidade de redundância entre elas;
- ajustar a sua estratégia de captação, numa avaliação contínua e numa ótica plurianual:
 - em função das características dos anos hidrológicos;
 - disponibilidades hídricas registadas nas origens;
 - das necessidades de consumo a satisfazer;
- maximizar a capacidade de redundância e flexibilidade de gestão do SMAASA (em termos de redundância de origens, capacidade de produção de água, transferência de água tratada entre subsistemas e gestão da distribuição).

Apesar das dificuldades e desafios dos últimos 20 anos, o investimento no aumento da resiliência deste Sistema tem permitido assegurar que, desde 2005, não haja falhas no abastecimento público de água no Algarve, na área da Concessão do SAAA. No entanto, isto resulta de um trabalho constante, que importa reforçar e continuar a realizar.

O QUE ESTAMOS A FAZER?

A AdA tem em desenvolvimento, ou em fase de conclusão, várias ações para aumentar a resiliência e garantia do abastecimento público na região:

- **A curto prazo:** medidas infraestruturais em curso com efeito (positivo) na mitigação da seca em 2024 (conforme apresentado no Plano de Ação para a Seca de 2024)
- **A médio longo prazo:** medidas em curso a médio e longo prazo que estão globalmente integradas no chamado "PRR algarve".

MEDIDAS EM IMPLEMENTAÇÃO PELA ÁGUAS DO ALGARVE

- Instalação de Sistema Temporário de Captação do Volume morto da albufeira da Bravura
- Construção de um Sistema Temporário de Captação do Volume morto da albufeira de Odeleite
- Reabilitação/Integração de antigas Captações Públicas Estratégicas de água subterrânea (Fase 2)
- Conclusão da construção e arranque de exploração de nova reserva estratégica do Barlavento
- Instalação de soluções para a utilização de Águas Para Reutilização (ApR) em usos urbanos não potáveis
- Reforço de campanhas de sensibilização e comunicação, sobre a necessidade de redução de consumos de água na região, utilização responsável da água e aumento da eficiência hídrica

A CURTO PRAZO	A MÉDIO E LONGO PRAZO
<ul style="list-style-type: none">• Construção de um Sistema Temporário de Captação do Volume morto da albufeira de Odelouca• Instalação de soluções para a utilização de Águas Para Reutilização (ApR) em usos urbanos não potáveis• Conclusão das Captações Subterrâneas da AdA em Almádena-Odeáxere• Estudos para avaliação das disponibilidades hídricas atuais e futuras (impacto das AC)• Avaliação, reabilitação e integração de outras Captações Públicas Estratégicas de água subterrânea (Fases 3 e 4)	<ul style="list-style-type: none">• Reforço da Interligação dos subsistemas de abastecimento do barlavento e do sotavento• Construção de Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento Algarvio• Construção de uma Estação de Tratamento de Água por Dessalinização• Captação de Água no Pomarão na bacia do Guadiana• Instalação de soluções para utilização de ApR em usos não potáveis

MEDIDAS MÉDIO E LONGO PRAZO - PRR ALGARVE

Com o propósito de dar resposta ao problema estrutural da seca no Algarve foi determinada a elaboração de um Plano Regional de Eficiência Hídrica (PREHA). O Plano avaliou as disponibilidades e os consumos hídricos, no barlavento e no sotavento algarvio e estabeleceu metas e horizontes temporais de eficiência hídrica para os principais usos. Identificou, ainda, medidas que promovessem a reutilização da água tratada e apontou soluções estruturais e origens de água alternativas que complementassem o previsível decréscimo do recurso por via das alterações climáticas.

Posteriormente, foi aprovado o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com um período de execução até 2026, que incorporou parte das medidas identificadas no PREHA, considerando as mesmas essenciais para garantir e aumentar a eficiência hídrica no Algarve, realçando, ainda, o facto de todas elas «serem complementares e articuladas de modo a assegurar a resiliência necessária aos efeitos das alterações climáticas».

De acordo com este documento, cerca de 40% dos projetos visavam aumentar a eficiência hídrica, 34% melhorar os processos de adaptação à seca, 15% contribuir para objetivos ambientais e 11% para melhorar a sua articulação.

São três as medidas previstas no PRR que estão a ser executadas pela AdA:

- **SM4** – Promover a utilização de água residual tratada (ApR), através da identificação de potenciais utilizadores desta origem não potável, sobretudo em atividades económicas ligadas ao turismo, agricultura e espaços públicos.
- **SM5** – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água (através do reforço da ligação entre os sistemas de abastecimento de água do Sotavento e do Barlavento Algarvio); e
- **SM6** – Promover a dessalinização de água do mar através da instalação de uma dessalinizadora.

Sintetizando, pode dizer-se que, todas estas medidas estão a ser implementadas para reduzir as perdas de água no setor urbano, aumentar a capacidade disponível das albufeiras, promover a utilização da água residual tratada e a dessalinização da água do mar.

Apesar de todas as medidas se encontrarem em curso, não estava previsto que as mesmas estivessem concluídas para fazer face aos problemas emergentes da seca de 2024.

O total de água faturada aos utilizadores do Sistema de Abastecimento de Água em Alta, em 2023, foi de 73 825 716 m³, representando um caudal médio diário de 202 262 m³, sendo superior em 3,19 % em relação ao caudal médio diário de 2022.

O volume de água não faturada foi de 1 542 791 m³, representando 2,05% do total de água captada para tratamento. As perdas reais foram estimadas em 559 431 m³, ou seja, 0,70% da água captada.

O volume total de água tratada no ano de 2023 foi de 73 615 680 m³ e representou um acréscimo de 4,2% face ao ano anterior. No ano 2023 foi tratada água da Albufeira da Barragem do Funcho com um aumento do volume de cerca de 140% face ao ano anterior, exigindo um aumento de todos recursos necessários ao seu tratamento.

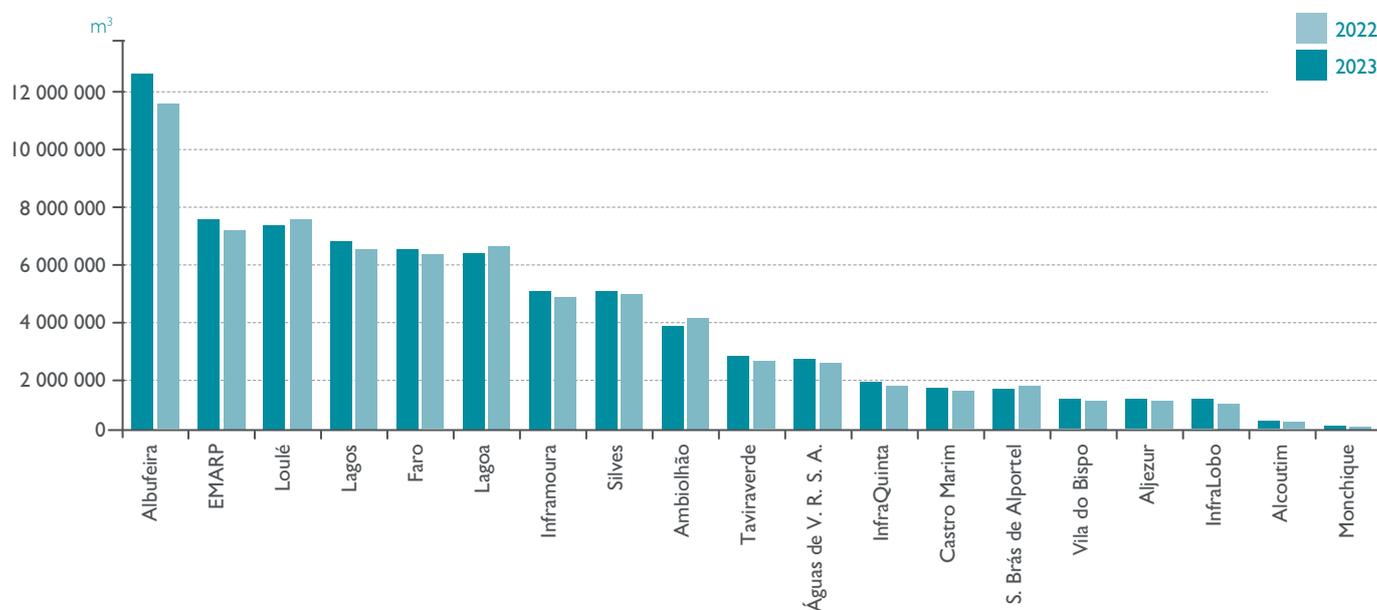
Através da Interligação Reversível, foram transferidos 4 220 396 m³ de água, no sentido Poente – Nascente 125 866 m³ e 4 094 530 m³ no sentido Nascente – Poente, representando um acréscimo global de volumes transferidos de 67% face ao ano anterior.

Manteve-se o Plano de Contingência do Sistema de Abastecimento de Água em Alta, ativado em 28 de abril de 2022, nomeadamente o Cenário I, com limitação de utilização da ETA de Fontainhas, atendendo à manutenção do estado de escassez hídrica a Barlavento no Algarve, tendo uma das medidas implementadas sido a captação de água no furo municipal LF2, com início a 5 de setembro de 2022, com um volume fornecido diretamente para a adução após desinfecção, de 121 458 m³, representando um decréscimo de 18 % face ao ano anterior, e manteve-se a captação de água subterrânea no furo JK8, tendo-se fornecido um total de 769 165 m³, diretamente para adução após desinfecção, representando um decréscimo de 5% face ao ano anterior.

O gráfico seguinte apresenta a evolução global dos volumes de água faturada aos Utilizadores Municipais no ano de 2023 face ao ano 2022.

EVOLUÇÃO ANUAL DO VOLUME DE ÁGUA FORNECIDA AOS UTILIZADORES MUNICIPAIS NOS ANOS 2023 E 2022

(m³)



Mantém-se a forte sazonalidade no Sistema de Abastecimento de Água em Alta, com um fator de ponta em 2023, de 1,54 registado no mês de agosto. Em 2022 o fator de ponta tinha sido de 1,64, também no mesmo mês.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos volumes de água faturados por Utilizador Municipal verificados no ano 2023.

DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA FATURADA EM PERCENTAGEM POR UTILIZADORES

(2023)



Albufeira 17,14%	Loulé 9,86%	S. Brás de Alportel 1,96%
Alcoutim 0,37%	Inframoura 6,70%	Silves 6,65%
Aljezur 1,44%	InfraLobo 1,42%	Taviraverde 3,56%
Castro Marim 2,02%	InfraQuinta 2,33%	Vila do Bispo 1,45%
Fagar 8,72%	Ambiolhão 5,04%	Águas de VRSA 3,41%
Lagoa 8,52%	EMARP 10,15%	
Lagos 9,08%	Monchique 0,17%	

Município com maior percentagem de água faturada foi o de Loulé, incluindo as Empresas concessionárias em baixa InfraQuinta, InfraLobo e InfraMoura, representando cerca de 20,3% da água faturada no Sistema de Abastecimento de Água em Alta.

O Utilizador Municipal com maior volume faturado foi Albufeira, representando 17,14% da água faturada no Sistema de Abastecimento de Água em Alta. O Utilizador Municipal com menor volume de água faturada foi Monchique, representando apenas 0,17% da água fornecida.

No ano de 2023 a operacionalidade do Sistema de Abastecimento de Água em Alta, não registou ocorrências que exigissem a interrupção do fornecimento de água aos Utilizadores Municipais com consequências para o abastecimento público de água.

QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA PARA CONSUMO HUMANO

A qualidade da água tratada e fornecida aos Utilizadores servidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, no ano 2023, pode considerar-se excelente, com uma conformidade que se estima em 99,93%, sendo o valor do indicador “Água segura” relativo ao ano de 2023 publicado posteriormente no RASARP 2024, pela ERSAR. Das 8888 análises efetuadas no âmbito do PCQA - das quais 7118 análises possuem valor paramétrico associado - apenas 5 incumpriram com os limites da qualidade da água (valores paramétricos) fornecida, em alta, ao Algarve.

PRODUÇÃO E DESTINO FINAL DE LAMAS DO TRATAMENTO DE ÁGUA

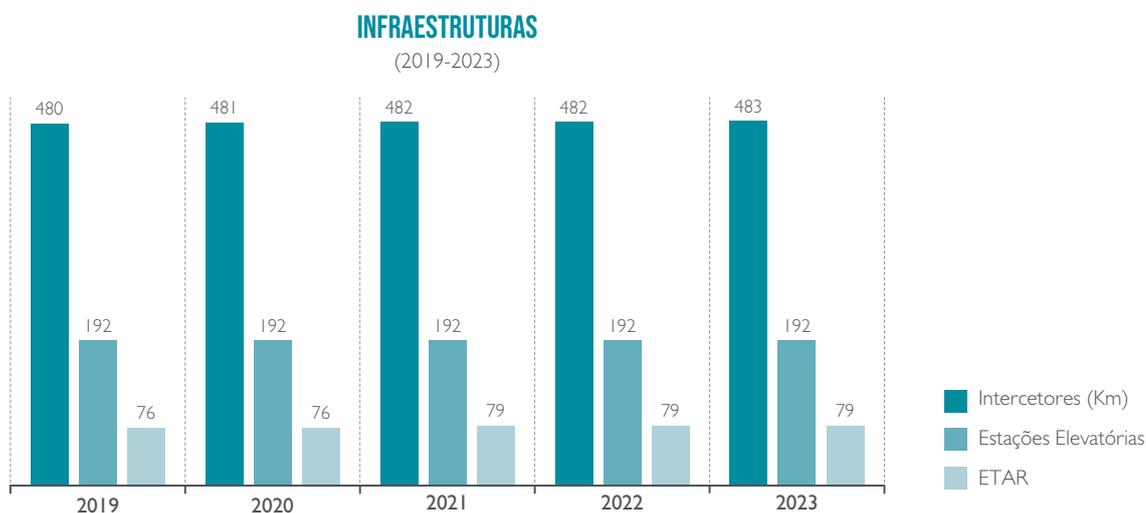
Nas Estações de Tratamento de Água (ETA) do Sistema de Abastecimento de Água em Alta em 2023 foram produzidas 6 496,1 toneladas de lamas desidratadas e enviadas 5 815,9 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé, representando, em relação ao ano anterior, um acréscimo de 6% na produção de lamas e um acréscimo de 4% nas lamas encaminhadas para valorização.

3.3. SANEAMENTO EM ALTA

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO ALGARVE

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS INSTALAÇÕES

Em 2023, mantêm-se o número de ETAR e EE exploradas em 2022 e aproximadamente o mesmo comprimento dos intercetores, ou seja, foram exploradas 79 ETAR, 192 EE e 483 km de intercetores.



Foram ainda exploradas infraestruturas no âmbito da reutilização de águas residuais tratadas, nos subsistemas de tratamento das ETAR de Albufeira Poente, Quinta do Lago e de Vila Real de Santo António. A reutilização de água tratada teve a seguinte distribuição, num volume total de cerca de 5% do total de água residual tratada:

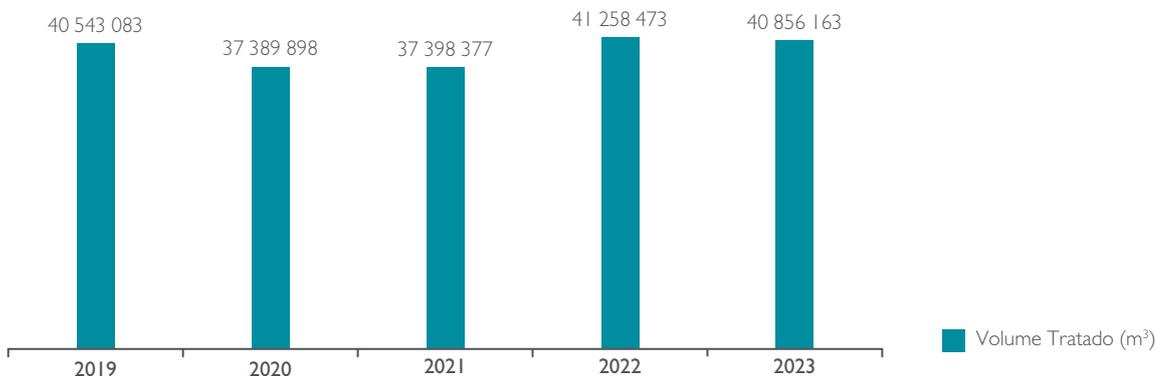
- Utilização interna, e.g., lavagens, preparação de reagentes, rega, 644 755 m³
- ApR para suporte de ecossistemas, 666 945 m³
- ApR rega de campos de golfe e de jardins, 778 214 m³

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA

Em 2023, o volume de água residual tratada foi de 40 856 163 m³, o que representa uma diminuição de 1% face ao ano anterior. Na figura seguinte estão representados os volumes anuais (m³), de 2019 a 2023.

VOLUME TRATADO

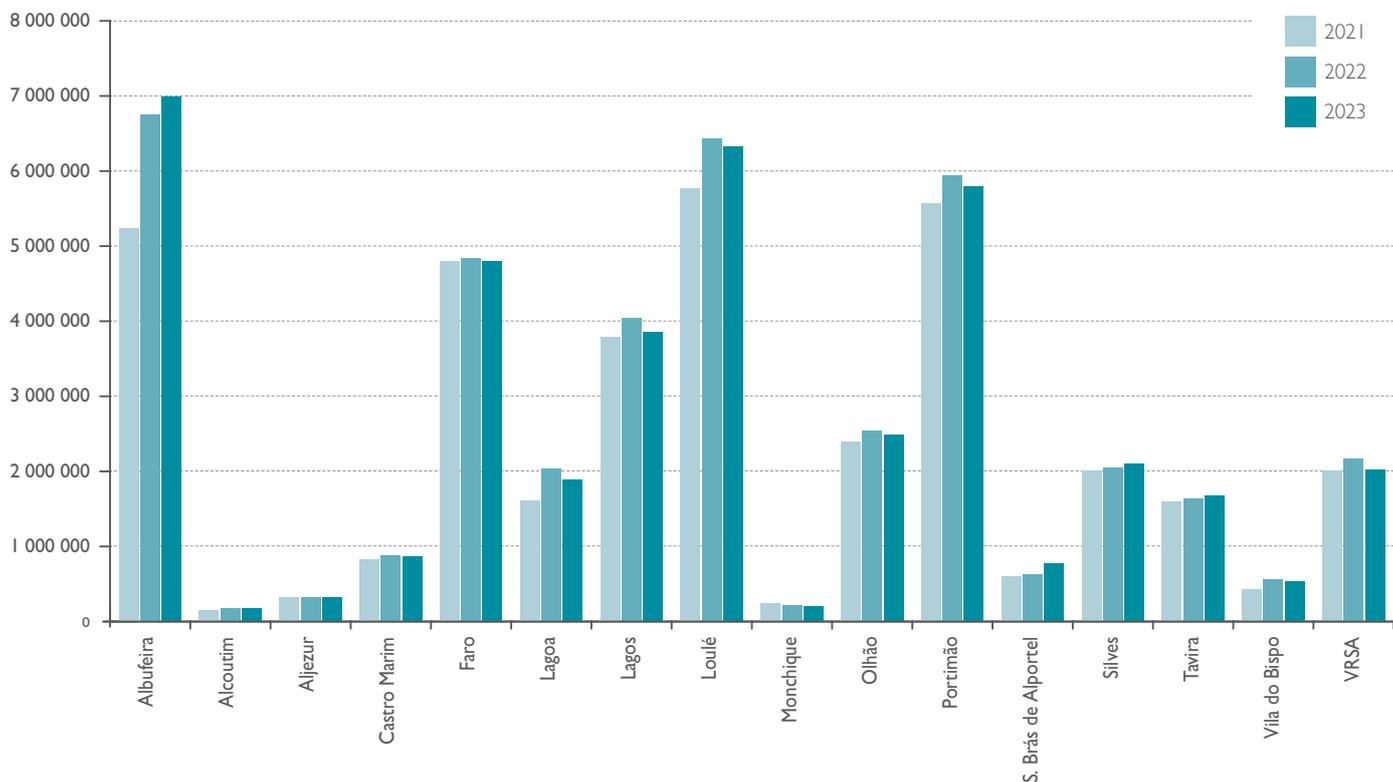
(2019 - 2023)



A distribuição de 2021 a 2023, por Município, é a que se apresenta de seguida:

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA

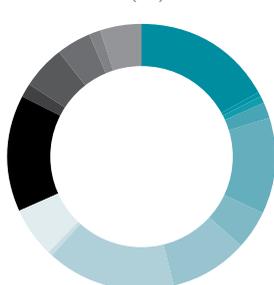
(m³)



Apresenta-se, na figura seguinte, a proporção de cada Município no volume de água residual tratada em 2023 (%).

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA

(m³)



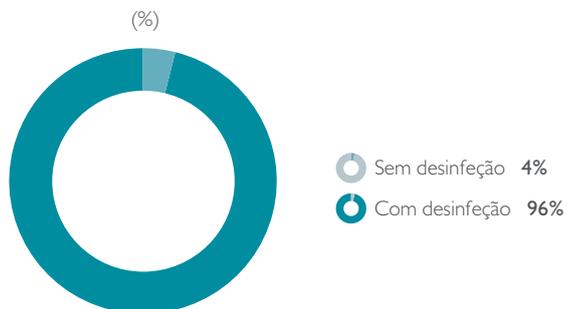
Albufeira 17,11%	Lagos 9,44%	Silves 5,15%
Alcoutim 0,43%	Loulé 15,49%	Tavira 4,11%
Aljezur 0,80%	Monchique 0,50%	Vila do Bispo 1,33%
Castro Marim 2,12%	Olhão 6,10%	VRSA 4,97%
Faro 11,74%	Portimão 14,20%	
Lagoa 4,62%	S. Brás de Alportel 1,89%	

DADOS DE EXPLORAÇÃO

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA COM DESINFEÇÃO MICROBIOLÓGICA

No que respeita à desinfeção microbiológica, 96% do volume de efluente foi tratado em ETARs com sistema de desinfeção por radiação Ultra Violeta, sistema de cloragem associado e/ou em lagoas de maturação.

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA COM DESINFEÇÃO MICROBIOLÓGICA



LOCALIZAÇÃO DAS ETAR E DOS MEIOS RECETORES

A localização das ETAR e dos meios recetores mais vulneráveis em zonas sensíveis, zonas húmidas, zonas de produção aquícola e zonas balneares, são apresentadas na figura seguinte.



No que se refere à capacidade de tratamento instalada no SSAR, 96% dessa capacidade localiza se junto a zonas sensíveis, balneares ou com produção aquícola.

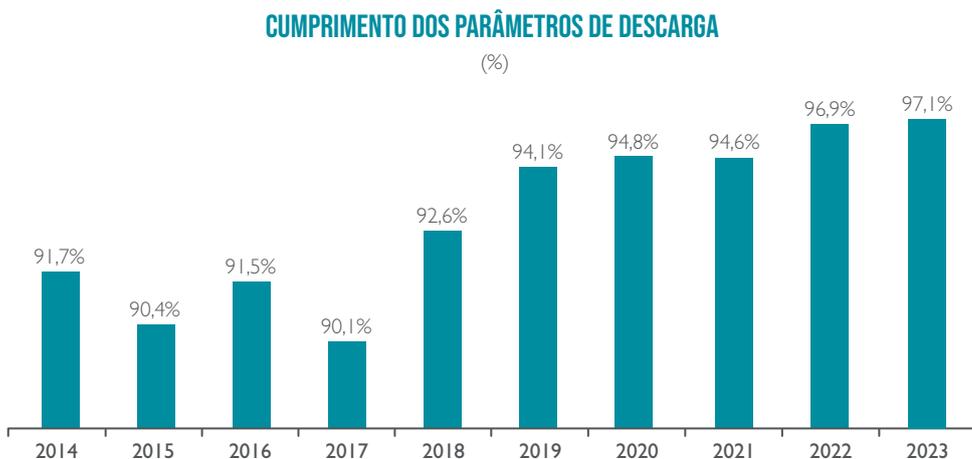
CAPACIDADE INSTALADA (M³/DIA)



CUMPRIMENTO DOS PARÂMETROS DE DESCARGA

Em 2023 efetuaram-se 11 635 determinações para controlo dos efluentes nas ETAR e nos respetivos meios recetores, no âmbito do estipulado nas licenças de descarga.

O cumprimento dos parâmetros de descarga é apresentado na figura seguinte (2014-2023).



Verifica-se o aumento do desempenho do indicador em 2023, comparativamente com 2022.

SISTEMAS DE DESODORIZAÇÃO NO SMSA

Nas figuras seguintes apresentam-se as ETAR (em função da capacidade instalada em habitante equivalente) e EE com sistemas de desodorização.

SISTEMA DE DESODORIZAÇÃO EM ETAR - CAPACIDADE INSTALADA



Verifica-se que, no que respeita à capacidade instalada em habitantes-equivalente, 76% das ETAR têm sistemas de desodorização.

SISTEMA DE DESODORIZAÇÃO EE



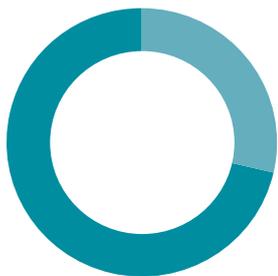
Relativamente às Estações Elevatórias, 73 têm sistemas de desodorização (38% do total).

LAMAS

Em 2023 foram geradas e transportadas para destino final adequado 50 219 toneladas de lamas, representando um aumento de 13%, quando comparado com o valor de 2022 (44 384 toneladas).

DESTINO DAS LAMAS

(%)



- Armazenamento temporário (R13) 28,7%
- Troca de resíduos (R12) 71,3%

As lamas têm como destino final preferencial as operações de valorização de resíduos R12 e R13.

PRODUÇÃO DE BIOGÁS

A única instalação onde é feito o aproveitamento energético do biogás é a ETAR de Lagos, que, no entanto, pelo facto de ter sido intervencionada em 2023, não teve este aproveitamento.

3.4. OUTROS NEGÓCIOS

A Empresa obtém rendimentos complementares resultantes da venda de energia da produção por painéis solares, da prestação de serviços de análises do laboratório, da venda de Lixiviados e limpa-fossas e da renda de cabodutos.

4. SUSTENTABILIDADE

4.1. GESTÃO DO RISCO

A Águas do Algarve, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da corrupção e infrações conexas, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a Águas do Algarve, S.A se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno (CI) existente nas empresas, **no decurso de 2023 foi dada continuidade à FASE 2 do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo**, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a organização e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios internos ou externos existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.

AMBIENTE DE CONTROLO

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.



O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, **com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.**

ATIVIDADES DE CONTROLO

Correspondem às atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas dos processos de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de **natureza preventiva ou detetiva** e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. **Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.**

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Componente instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A **informação** é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A **comunicação** é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES

É executado com vista a **assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo**, que garanta, nomeadamente, **a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.**

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2023 foi dada continuidade à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, de parte dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma

rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A conclusão deste mapeamento ocorrerá em 2024, sendo esse o momento em que será também efetuada a atualização do Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Será efetuada a verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno que permitirá, aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do Controlo Interno.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Águas do Algarve, S.A. sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, prevista nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

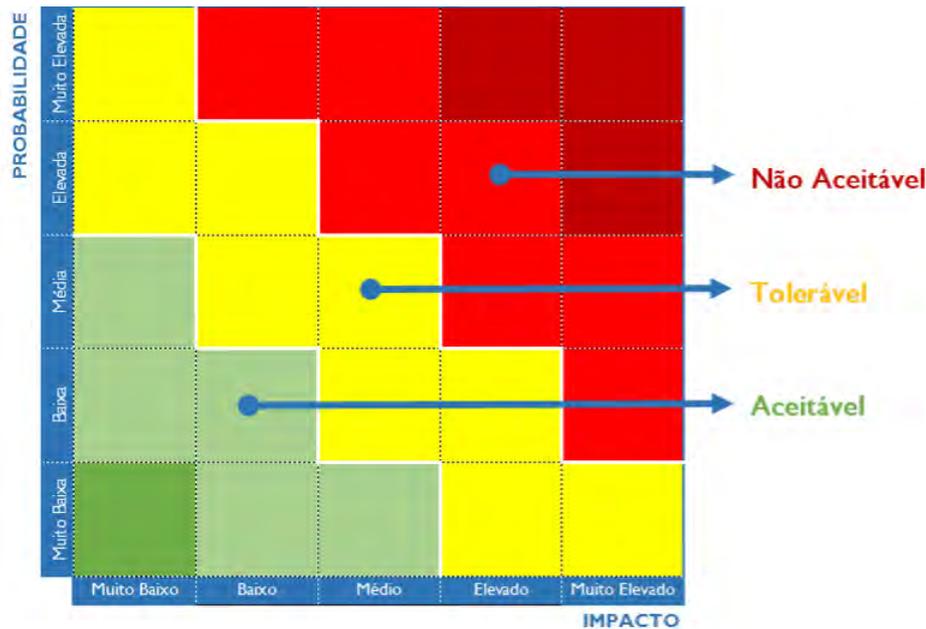
Com efeito, a implementação de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, atendendo à necessidade de evolução identificada, encontra-se em processo de alteração, em todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, a qual foi revista no decurso de 2023, passando pela metodologia implementada e a definição do modelo de governo da gestão de risco que se pretende implementar. Encontrando-se alinhado com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, as quais, de acordo com a nova matriz de risco, são as observam abaixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCl instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita. É a área de auditoria interna da AICR que procede à verificação e validação da implementação e funcionamento dos controlos de modo a aferir a eficácia dos mesmos e a identificação das insuficiências existentes.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela Águas do Algarve, S.A., sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a sua abordagem, além de ser assegurada pela Águas do Algarve, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi dada continuidade em 2023 ao projeto de revisão do referido modelo, o qual compreendeu a revisão e atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP, com base no levantamento, análise e sistematização dos riscos, realizado junto de 8 empresas do Grupo AdP.

Será dada continuidade ao projeto já iniciado através das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e Key Risk Indicators a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após ter sido realizado em 2022 o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021, foi efetuada a avaliação do risco em 2023, assente na nova matriz de risco, a qual possibilitou também concluir sobre a sua aderência à realidade das empresas do Grupo.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a Águas do Algarve, S.A. se encontra exposto, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023:

- **[R.1.3.3] – Saúde e Segurança (Safety)**
Risco de consequências para integridade física, vida ou doença profissional devido a acidentes de trabalho de colaboradores, bem como consequências para a integridade física de subcontratados ou visitantes;
- **[R.3.4.2] – Autonomia Energética**
Risco de inadequada gestão do consumo energético e de inadequada execução do programa de neutralidade energética;
- **[R.3.4.4] – Água para reutilização**
Risco de não aproveitamento total do potencial de produção e fornecimento de água para reutilização.

4.2. ATIVIDADE OPERACIONAL

4.2.1. LABORATÓRIO

A atividade, e complexidade, do trabalho do Laboratório tem vindo a crescer de forma sistemática ao longo dos últimos anos, tendo-se registado um aumento de cerca de 50% no volume de análises processadas nos últimos 10 anos. Durante o ano de 2023, verificou-se um aumento do volume de colheitas e análises de cerca de 9%, relativamente a 2022, assegurando-se desta forma a monitorização da qualidade da água no SMAAA, e respetivas origens, do SMSA, e correspondentes meios recetores, como detalhado a seguir.

CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E RESPETIVAS ORIGENS

O controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano é efetuado de modo a cumprir não só a legislação nacional aplicável, como também as orientações da Organização Mundial de Saúde, as especificações do Regulador ERSAR e do Plano de Segurança da

Água (PSA/ ISO 22000), e ainda da Certificação do produto “Água para consumo humano”, segundo a Recomendação nº02/2011, da ERSAR (suspensa em outubro de 2023).

A monitorização da qualidade da água para consumo humano, da empresa Águas do Algarve, abrange o controlo legal e operacional e incide sobre as etapas de tratamento das 4 ETA e todos os pontos do sistema de adução, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA).

De acordo com o definido nos Contratos de Concessão, para utilização dos recursos hídricos, e nas licenças de captação de águas subterrâneas e superficiais (no âmbito da Diretiva Quadro da Água), é também responsabilidade da AdA a monitorização da qualidade das águas de origem nas albufeiras de Odelouca, Sistema de Odeleite / Beliche e nos sistemas de captação de águas subterrâneas de Vale da Vila e Benaciate.

Adicionalmente, e no âmbito da Gestão da Situação de Escassez Hídrica, que se fez sentir durante o ano de 2023, no Algarve, e de forma a acompanhar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), manteve-se a monitorização da qualidade das águas de origem subterrânea na captação JK8 (Lagos), tendo-se ainda mantido a monitorização no furo LF2 (Portelas). Ainda neste âmbito, e no que respeita às águas de origem, manteve-se a avaliação da qualidade da água no rio Guadiana (localidade do Pomarão), de forma sistemática, tendo-se igualmente mantido monitorização da qualidade da água nas albufeiras da Bravura e do Funcho, por terem sido origens do SMAAA, em 2023.

O controlo analítico necessário para garantir a qualidade da água captada, produzida e distribuída, pela AdA é efetuado pelo Laboratório, que garante a realização de todas as colheitas e análises incluídas nos diversos planos. Para a monitorização da qualidade da água do SMAAA e das respetivas origens, o Laboratório da AdA utilizou uma rede de amostragem com cerca de 300 pontos de colheita, tendo processado, em 2023, um total de cerca de 128.400 análises nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), em águas superficiais, subterrâneas e para consumo humano. Das análises realizadas no SMAAA, e respetivas origens, apenas 22% foram contratadas a laboratórios externos.

É ainda de salientar o arranque do flotor, um novo órgão de tratamento na ETA de Alcantarilha, em outubro de 2020, que originou um acréscimo significativo no número de colheitas e análises solicitadas ao Laboratório, durante o ano de 2023, em particular análises não planeadas e com necessidade de resultados imediatos. O controlo desta etapa de tratamento teve assim um impacto muito significativo no trabalho de rotina do Laboratório.

CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUAS RESIDUAIS

O controlo da qualidade das águas residuais do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA) é efetuado de forma a garantir o cumprimento dos valores exigidos nas Licenças de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, de todas as Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da AdA, e respetivos meios recetores.

A monitorização da qualidade das águas residuais incide sobre o controlo legal e operacional das ETAR que constituem o SMSA. Após a alteração do regime de exploração do Sistema de Saneamento (em Abril de 2020), o Laboratório da AdA continuou, em 2023, responsável pelas colheitas e análises de âmbito legal das ETAR das 2 zonas do SMSA e também dos planos de controlo operacional da ETAR de Faro-Olhão, em exploração direta da AdA.

Para monitorização da qualidade das águas residuais, e meios recetores, o Laboratório da AdA utilizou uma rede de amostragem de cerca de 250 pontos de colheita, situados em ETARs, (88%) e meios hídricos recetores (cerca de 12%) do SMSA.

O controlo da qualidade da água do Sistema, ao longo de 2023, implicou a realização de cerca de 20.700 análises, nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), das quais cerca de 10% foram contratadas a laboratórios externos.

CONTROLO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS PARA REUTILIZAÇÃO (APR)

O controlo da qualidade das Águas para Reutilização (ApR) é efetuado de forma a garantir o cumprimento dos valores exigidos nas Licenças de Produção de Água para Reutilização, de algumas Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da AdA.

A monitorização da qualidade das ApR, incide essencialmente sobre o controlo legal previsto nas Licenças de Produção de Água para Reutilização.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR – VENDA DE ANÁLISES PARA CLIENTES EXTERNOS

A Direção Laboratório da AdA encontra-se, desde 2012, habilitado para o exercício da atividade complementar de “realização de análises laboratoriais para clientes externos” na sequência de uma autorização do Concedente e ERSAR.

Ao abrigo desta autorização, o Laboratório da AdA tem vindo a prestar serviços de análises para clientes externos, nomeadamente para a Empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A (AgdA), do Grupo AdP.

Com esta atividade o Lab gera anualmente proveitos conforme descrito no ponto “34- Saldos e transações com partes relacionadas” do presente Relatório.

QUALIDADE DA ÁGUA – REDES INTERNAS ADA

É também responsabilidade do Laboratório a monitorização da qualidade da água consumida internamente nas diversas instalações da AdA (água para consumo humano), através de uma rede que incluiu 97 pontos de colheita e no âmbito da qual se realizaram cerca de 3.100 análises, ao longo do ano 2023.

MÉTODOS IMPLEMENTADOS NO LABORATÓRIO DA ADA

Com o objetivo de garantir a monitorização e controlo da qualidade da água, o Laboratório da AdA tem atualmente implementados cerca de 460 ensaios/determinações analíticas, que executa regularmente na análise dos diversos tipos de águas e subprodutos de tratamento.

ACREDITAÇÃO DO LABORATÓRIO - NORMA NP EN ISO/IEC 17025

De modo a satisfazer as exigências regulamentares, e legais, aplicáveis ao setor Águas, o Laboratório da AdA encontra-se acreditado pelo IPAC, desde 2006, pela norma NP EN ISO/IEC 17025 - Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração, com o certificado IPAC n.º L0400.

O Laboratório da AdA mantém um total de cerca de 280 ensaios/determinações analíticas acreditadas - nas áreas técnicas de físico-química, microbiologia e biologia - para os produtos águas naturais, águas de consumo, águas residuais, balneares e piscinas. Adicionalmente, mantém a acreditação de colheita de amostras para os diversos parâmetros analisados nas águas para consumo humano e naturais (superficiais e subterrâneas).

Tal como em anos anteriores, e de forma a garantir uma resposta contínua às exigências de controlo de qualidade da água, o Laboratório tem vindo a adequar a acreditação de parâmetros às normas e Legislação em vigor, e aos pedidos dos diversos clientes, tendo por base as novas exigências de monitorização de qualidade das águas, bem como a alteração da matriz e da qualidade das águas de origem.

CONTROLO DE QUALIDADE EXTERNO DO LABORATÓRIO

O Laboratório participa anualmente em ensaios de intercomparação laboratorial (EIL), considerados como a principal ferramenta de controlo de qualidade externo de análises. Este tipo de ensaios permite comparar os desempenhos entre Laboratórios, a nível mundial, e assim garantir, e evidenciar, a qualidade técnica das análises efetuadas no Laboratório. Para além de dar cumprimento a um dos requisitos da norma de acreditação (ISO 17025), os resultados destas participações permitem também validar as metodologias dos ensaios acreditados, bem como os técnicos que as executam, calcular as incertezas das medições e evidenciar a fiabilidade dos resultados. À semelhança dos anos anteriores, o Laboratório da AdA manteve, durante o ano de 2023, um desempenho muito bom nas várias participações em EIL's.

COLABORAÇÕES, PROTOCOLOS E PROJETOS

O Laboratório da AdA integra, desde 2006, a Equipa da ISO 22000 / Plano de Segurança de Água (PSA) da AdA, assumindo a coordenação da referida Equipa (ESA). Participa ainda no projeto de Certificação do Produto “Água para consumo humano”, de acordo com a Recomendação ERSAR 02/2011 (suspensa desde outubro de 2023).

No que respeita a participações em Comissões Técnica (CT), o Laboratório da AdA manteve a sua colaboração com os vários grupos de trabalho promovidos pela RELACRE – Associação Portuguesa dos Laboratórios Acreditados, com o objetivo de estudar e debater os problemas específicos dos laboratórios, nomeadamente os relacionados com a gestão, a qualidade dos resultados e a elaboração de guias e documentos técnicos de trabalho. Em 2023 o Laboratório da AdA manteve a sua participação na Comissão Técnica CT72 - Qualidade da Água, coordenada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) na sua qualidade de Organismo de Normalização Setorial (ONS/DGA), em coordenação com o Instituto Português para a Qualidade (IPQ) enquanto Organismo Nacional de Normalização. O trabalho desta Comissão tem como âmbito a normalização da qualidade da água, incluindo a definição de termos, amostragem de águas, medição e reporte de características da água. A nível internacional a CT72 acompanha os trabalhos do Comité Técnico CEN/TC 230 “Water Analysis” do Comité Europeu de Normalização e do Comité Técnico ISO/TC 147 “Water quality” da Organização Internacional de Normalização.

À semelhança do efetuado em anos anteriores, manteve-se durante o ano de 2023 uma estreita colaboração com instituições de ensino, nomeadamente Universidades e Escolas, através da qual foram executados estágios curriculares de licenciatura e mestrado, e planeados estágios para 2024.

O Laboratório participou ainda em projetos de I&D da AdA identificados no ponto B.4.6 deste Relatório.

INSTALAÇÕES LABORATORIAIS

Tendo as Unidades Laboratoriais de Alcantarilha e Tavira sido dimensionadas, no final da década de 90, apenas para o controlo de qualidade da água das 2 principais estações de tratamento, e não tendo sido feita nenhuma remodelação desde então, verifica-se uma necessidade premente de dotar o Laboratório de um espaço adicional e adequado para garantir a realização das atividades específicas de avaliação da conformidade de águas naturais, para consumo humano e efluentes (águas residuais), de acordo com as necessidades atuais e de modo a assegurar o cumprimento dos requisitos normativos em vigor, nomeadamente a monitorização e o controlo analítico necessário nas águas captadas, produzidas e distribuídas, bem como das águas residuais e das águas para reutilização, da AdA, em condições de segurança e com fiabilidade. Acresce ainda a necessidade de dotar o Laboratório das condições mínimas necessárias para assegurar a monitorização e o controlo de qualidade da água para consumo humano face aos desafios da atualidade, marcados pela escassez de água e da SECA extrema que atualmente se atravessa, que leva a novos desafios no Laboratório e à necessidade de adaptação/implementação de ensaios, que permitam a monitorização e verificação da qualidade da água produzida a partir de novas origens, com características diferentes e muito específicas, nomeadamente a monitorização das águas provenientes de novos furos e captações e da Estação de Dessalinização de Água do Mar (EDAM), a construir no Algarve.

4.2.2. MANUTENÇÃO

4.2.2.1. MANUTENÇÃO NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Na área de negócio – abastecimento de água para consumo humano, no ano de 2023 os Serviços de Manutenção da área água, afeto à Direção de Gestão de Ativos, deram continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objetivos traçados para este serviço, de acordo com a legislação em vigor e com as normas internas da Empresa, de modo a consolidar as certificações em qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social e segurança alimentar, no âmbito de construção, exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e certificação do produto água para consumo humano em alta.

A Prestação de Serviços de Manutenção é efetuada em regime de Outsourcing.

No ano de 2023 continuou a vigorar o Contrato de Prestação de Serviços com a empresa BE WATER, S.A., que teve início a 1 de outubro de 2020 e que terminou a 30 de setembro de 2023. Entretanto foi lançado Concurso Público para nova Prestação de Serviços, sendo que nos restantes meses de 2023, os serviços de manutenção foram assegurados através de um Contrato por Ajuste Direto com a empresa BE WATER, S.A., enquanto se aguardava pela aprovação do novo Contrato resultante do Concurso Público.

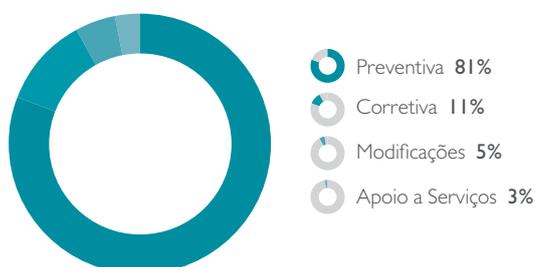
No ano de 2023 realizaram-se 16.729 intervenções de manutenção (mais 619 do que em 2022), abrangendo 3 barragens, 18 furos de captação, 4 ETAs, 33 estações elevatórias, 72 pontos de entrega, e 425km de adutores, com um total de 13 913 equipamentos ativos. A área de negócio água, a Águas do Algarve, S.A. conseguiu em 2023 um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 92%. De salientar o esforço efetuado no sentido de manter toda a instrumentação analítica (316 equipamentos) em perfeito funcionamento e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a dar cumprimento aos requisitos da Segurança Alimentar e da Certificação do Produto. Para tal foram realizadas nestes equipamentos 6 568 intervenções Preventivas e 223 intervenções Corretivas, que originaram 21 662 ensaios comparativos com Equipamento Padrão.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

Mão-de-Obra (Horas x Homem – HH's) utilizada, distribuída por “Tipo de Trabalho”:

HH'S POR TIPO DE TRABALHO

(%)



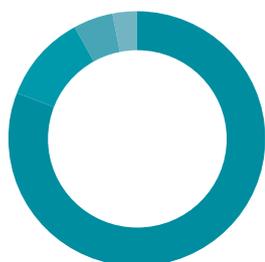
TIPO DE TRABALHO

	HH'S
Preventiva	69 179
Corretiva	9 313
Modificações	3 897
Apoio a serviços	2 929
Total	85 318

N.º de Ordens de Trabalho (OT's), distribuída por "Grau de Urgência":

O.T.S. POR GRAU DE URGÊNCIA

(%)



- Rotina **91%**
Restantes Graus de Urgência
- Urgência **9%**
Grau 1 – execução em 24H
Grau 2 – execução em 48H

TIPO DE TRABALHO

	OT'S
Rotina	15 159
Urgência	1 570
Total	16 729

Cumprimento do Plano Preventivo

PLANO PREVENTIVO

	INTERVENÇÕES
Nº Intervenções Previstas	13 999
Nº Intervenções Realizadas	12 882
% de Execução	92%

Relativamente aos anos anterior, continuou-se a verificar uma estabilização dos valores percentuais da mão-de-obra utilizada em manutenção preventiva e corretiva (81% em preventiva e 11% em corretiva), embora, em relação a 2022, com uma redução de 1%, na mão-de-obra utilizada em manutenção preventiva, mas também uma redução de 3% em mão-de-obra utilizada em manutenção corretiva, tendo-se verificado ligeiros aumentos em trabalhos de modificações/melhorias e apoio a serviços.

Como já referido anteriormente, em 2023, na área de negócio água, conseguiu-se um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 92%, mantendo a média de anos anteriores, entre 90% e 95%.

O número de intervenções urgentes (com prazo de reparação imediato ou até 48 horas) teve uma redução de 1% em relação a 2022, fixando-se em 2023 nos 9%.

Relativamente à rede de adução de água em alta, no ano de 2023 ocorreram 5 roturas em condutas (foram 9 em 2022), tendo sido reparadas atempadamente, sem que tenham ocorrido faltas de água nos municípios por interrupção de abastecimento.

A instalação de uma válvula reguladora de pressão no ramal para as ilhas resultou que em 2023 não tenha ocorrido nenhuma rotura naquele ramal, onde com muita frequência ocorriam roturas (6 roturas em 2022).

Atendendo à idade das infraestruturas, na maioria com mais de 20 anos, é espectável que comecem a surgir necessidades de substituição de equipamentos, quer por avaria quer por perda de rendimento, com muitos equipamentos a entrarem claramente em fim de vida. Daí algum aumento verificado no n.º de intervenções corretivas e urgentes.

Nesse sentido, estando atentos a esta situação, os serviços de manutenção em conjunto com os outros serviços integrados na Direção de Gestão de Ativos têm vindo a identificar essas necessidades e a implementar a atempada substituição de equipamentos em fim de vida, prevendo em orçamento esses investimentos e a sua calendarização.



Exemplo de uma reparação de rotura em conduta – fuga no ramal que abastece as ilhas da Armona e Culatra.

Reparação de fuga em conduta de PEAD DN250 PNI 6/transição para FFD, junto a linha de caminho de ferro e em zona afetada pelos níveis freáticos, no parque natural da Ria Formosa. Houve a necessidade de colocação de estacas para segurança da infraestrutura do caminho de ferro e para trabalho em segurança.



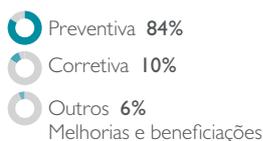
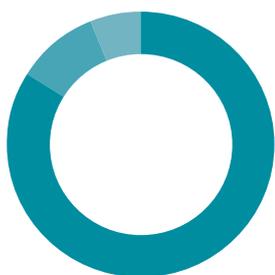
4.2.2.1. MANUTENÇÃO NO SANEAMENTO

MANUTENÇÃO SANEAMENTO

No âmbito de todas as instalações de saneamento que integram o SSAR, no ano de 2023, apresenta-se nos diagramas seguintes a informação mais relevante, no que se refere à atividade de manutenção:

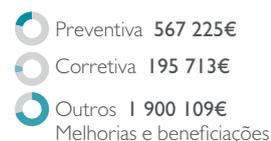
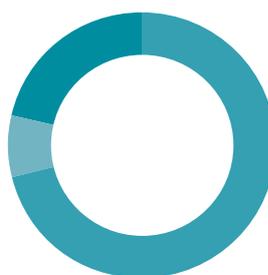
INTERVENÇÕES EFETUADAS

(%)



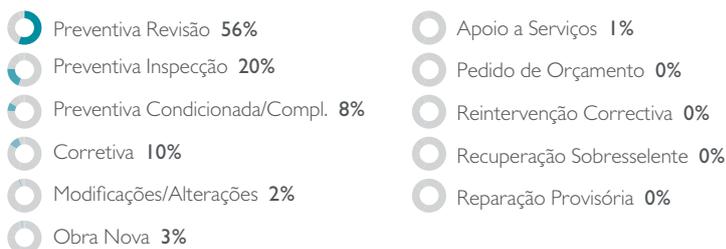
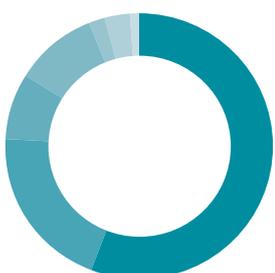
INTERVENÇÕES EFETUADAS

(€)



TIPO DE INTERVENÇÃO

(%)



TIPO DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS	N.º ETAR
Ferramentas Elétricas e Máquinas-Ferramenta	41
Grupos Geradores	173
Redes Água, AR, etc.	486
Grades Mecânicas	513
Equipamentos Elevação de cargas (Pontes Rolantes, Gruas, etc.)	572
Automação & Comunicações (Supervisão, Telegestão, Automatos, PC, etc.)	926
Outros, etc	1246
Segurança (Extintores, Pontos Ancoragem, etc.)	1402
Instrumentação (Analisadores, Medidores Caudal, Nível, etc.)	1558
Bombas, Geradores, Grades, etc	1693
Equipamentos elevação líquidos (Bombas Centrífugas, Bombas Doseadoras, Motobombas, etc.)	2047
Eléctricos (Quadros Potência/Comando, Variadores, Postos Transformação, etc.)	3339
Mecânicos Hidráulicos (Válvulas, filtros, etc.)	5334
Estruturas (Órgãos ETAR/EE, Conduatas, Caixas Visita, etc.)	6406
Total	25 736

4.2.3. INVESTIMENTO

A componente de investimentos tem-se revelado de elevada importância na continuidade do bom nível de serviço prestado à região do Algarve e na concretização dos compromissos assumidos para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve.

Por outro lado, registando-se um decréscimo dos valores de precipitação registados na Região do Algarve, torna-se fundamental tomar medidas que visem mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência necessária aos efeitos das alterações climáticas.

Assim foram definidas um conjunto de medidas no âmbito do Plano de Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREH), as quais visam a mitigação da escassez e a resiliência aos episódios de seca promovendo a manutenção da disponibilidade de água e a qualidade de serviço.

Assim, desde o ano de 2021, foi contemplado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) um conjunto de investimentos que caberá à Águas do Algarve, S.A. executar e têm como objetivo, em primeira linha, privilegiar a adoção de medidas do lado da procura através do recurso à utilização de origens alternativas, como sejam as águas residuais tratadas e, em segunda linha, de medidas que permitam superar os períodos de seca prolongada, promovendo o aumento das disponibilidades hídricas da região, recorrendo à otimização da exploração das infraestruturas existentes (de adução em alta e de armazenamento) e ao reforço das origens de água.

Estes investimentos traduzem-se na materialização das seguintes submedidas:

- a) Submedida SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada (ApR), através da identificação de potenciais utilizadores desta origem de água não potável, sobretudo em atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura e espaços públicos. Para as áreas com maior potencial será desenvolvida a afinação do tratamento das estações de tratamento de águas residuais para um nível de qualidade compatível e serão construídas infraestruturas de elevação, armazenamento e distribuição de modo a permitir a substituição de outras origens de água potável ou o uso de captações próprias, no cumprimento do regime jurídico que regulamenta a produção de ApR, bem como a sua utilização, por forma a promover a sua correta utilização e a evitar efeitos nocivos para a saúde e para o ambiente, seguindo as orientações da proposta do Regulamento Europeu sobre esta matéria.
- b) SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água, nomeadamente reforçando a ligação entre os sistemas de abastecimento de água do Sotavento/Barlavento Algarvio, reforçando as aflúncias à albufeira de Odeleite e otimizando a exploração da sua capacidade de armazenamento, nomeadamente, permitindo a exploração de parte do seu volume morto. Prevê-se, designadamente, o reforço das aflúncias à albufeira de Odeleite através de uma captação no rio Guadiana;
- c) SM6 – Promover a dessalinização de água do mar, através de uma instalação de dessalinização que complemente as outras medidas de reforço da oferta e que permita modularidade e a possibilidade de incrementos adicionais de disponibilidade de água, para mitigação de riscos futuros. Esta infraestrutura prevê a instalação de um sistema de produção de energia fotovoltaica de modo a assegurar a mitigação das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da produção de água por esta via.

Em termos de valores de investimento global previstos para as várias submedidas, o mesmo totaliza o valor estimado de 169.5 M€, e distribuído da seguinte forma:

INVESTIMENTO GLOBAL							
SUBMEDIDA	2021	2022	2023	2024	2025	2026	TOTAL
SM4	- €	41 704,62 €	414 676,42 €	6 943 568,28 €	15 193 095,86 €	406 954,82 €	23 000 000,00 €
SM5	63 133,37 €	1 966 086,67 €	1 386 981,96 €	10 780 000,84 €	51 217 917,16 €	27 083 172,00 €	92 498 742,00 €
SM6	137,26 €	1 18 871,00 €	472 140,70 €	1 219 376,93 €	25 601 666,39 €	26 587 807,73 €	54 000 000,00 €
Total	63 270,63 €	2 126 662,29 €	2 273 799,08 €	18 942 946,04 €	92 012 679,41 €	54 077 934,55 €	169 498 742,00 €

Salienta-se que no ano de 2023 os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis atingiram o valor de 14,18 milhões de euros, correspondente a uma realização física de 54% face ao orçamento inicialmente previsto para o ano, tendo contribuído positivamente o desenvolvimento das empreitadas “Reabilitação da ETAR de Lagos”, “Fases de Reforço de Adução a Loulé - Ligação ao Reservatório Intermédio” e “Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – 2º contrato”.

INVESTIMENTO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Durante o ano de 2023, com o objetivo de serem cumpridos os objetivos traçados para o Sistema de Abastecimento de Água, foi realizado um investimento total de cerca de 5.6 milhões de euros, em que contribuiu a execução física das seguintes empreitadas:

- a) Reforço de Adução a Loulé – Reservatório Intermédio;
- b) Sistema de elevação de água para o túnel de Odeleite-Beliche.



Figura 1 - Reforço de Adução a Loulé – Reservatório Intermédio – Montagem de equipamentos

INVESTIMENTO NO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

No ano de 2023, relativamente ao Sistema de Saneamento, foi executado um investimento de cerca de 11.3 milhões de euros, em que contribuiu a execução física das seguintes empreitadas:

- a) Reabilitação da ETAR de Lagos;
- b) Central de secagem solar de lamas da ETAR da de Vila Real de Santo António;
- c) Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve – 2º contrato;
- d) Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de VRSA;
- e) Reabilitação da ETAR de Autódromo;

- f) Reabilitação da EEAR do Vau;
- g) Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e respetivos emissários.



Figura 2 – Reabilitação da ETAR de Lagos – Edifício de desidratação e Digestor de lamas.

No que diz respeito à elaboração de Estudos e Projetos, no ano em análise, deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido pelas empresas da especialidade contratadas para o efeito, com especial enfoque nos estudos e projetos contemplados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) dando-se como exemplo o desenvolvimento dos projetos referentes a:

- a) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Vilamoura;
- b) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Quinta do Lago;
- c) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto do Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve – Solução da Tomada de Água no Pomarão;
- d) Aquisição de Serviços relativa ao Processo de Avaliação de Impacte Ambiental, Estudo de Impacte Ambiental, Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução do “Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve – “Solução da Tomada de Água no Pomarão”;
- e) Aquisição de Estudos e Consultoria para a Implementação da Dessalinização na Região do Algarve;
- f) Aquisição de Serviços relativa ao Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, Estudo de Impacte Ambiental e todos os trabalhos complementares do projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve;
- g) Aquisição de serviços para a elaboração do projeto de execução da otimização de escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final.

PERSPETIVAS DE INVESTIMENTO PARA 2024

O ano de 2024 continuará a ser um ano muito importante para a Águas do Algarve, S.A. estando previsto um total de investimento em empreitadas de cerca de 31.2 milhões de euros.

As obras mais importantes a realizar, em 2024, são:

Sistema de Abastecimento de Água

- Implementação da Dessalinização na Região do Algarve (início);
- Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Barlavento/ Sotavento Algarvio - Chão da Dona e ETA de Fontainhas (início);
- Reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento Algarvio – 1.ª Fase (início);
- Fases de Reforço de Adução a Loulé – Fase III (início);
- Novo Ponto de Entrega em Castro Marim - Cerro do Enho (início);
- Reforço de adução ao Concelho de Alcoutim (início);
- Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Abastecimento de Água do SMAASA – 1º contrato (início);
- Recolocação das condutas da travessia Ilha da Culatra/Ilha da Armona (início);
- Melhorias no Empreendimento Hidráulico do Funcho – 1ª Fase (início);
- Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Origens do SMAASA – 1º contrato (início);
- Reforço\Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca (SAABO) (início);
- Fases de Reforço de Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio (continuação);
- Sistema de elevação de água para o túnel de Odeleite-Beliche (continuação).

Sistema de Saneamento de Águas Residuais

- Remodelação da ETAR de Paderne e Sistema Elevatório do Purgatório (início);
- Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Vilamoura (início);
- Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR da Quinta do Lago (início);
- Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR da Boavista (início);
- Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Albufeira Poente (início);
- Reabilitação da ETAR de Autódromo (continuação);
- Central de secagem solar de lamas da ETAR da de Vila Real de Santo António (continuação);
- Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – 2º contrato (continuação).

Programa Zero – Eficiência Energética

- Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025) – (início);
- Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (2021-2025)-Fase I – (início);

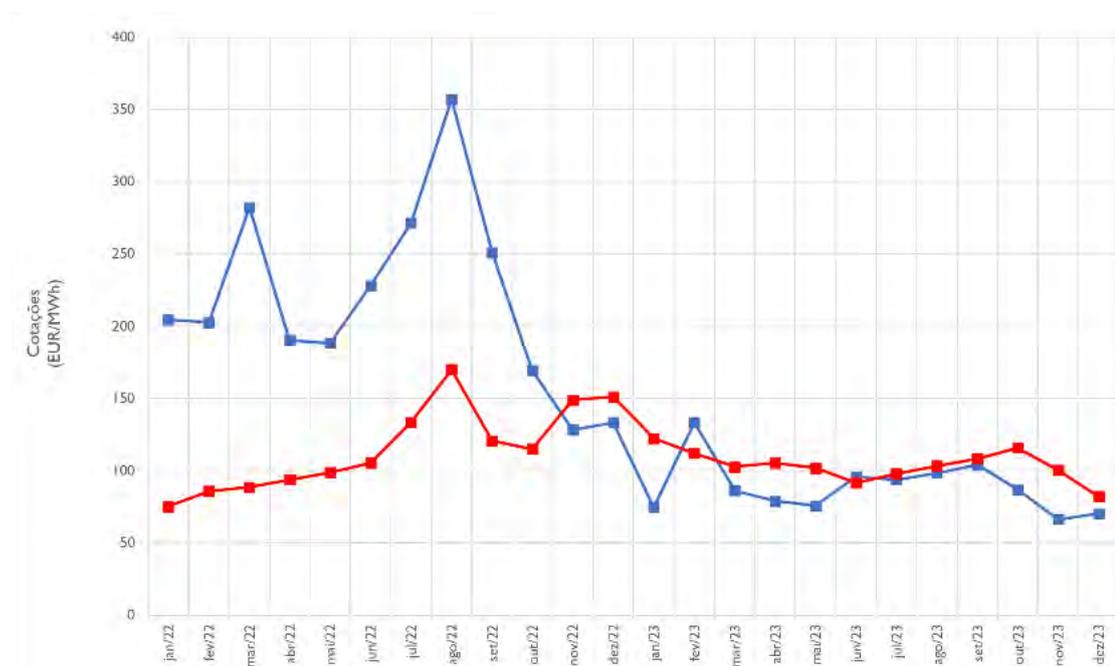
- Programa ZERO - Ação Solar III (flutuante) (2021-2025) – (início);
- Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - FASE I (2021-2025) – (início);
- Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE I (2021-2025) – (início);
- Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025) – (início);
- Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025) – (início);
- Programa ZERO - Instalação de Central Hídrica na Barragem de Odelouca (2021-2025);
- Instalação de Sistemas de Correção do Fator de Potência – (início);
- Programa ZERO – Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025) – Lote 1 – (início);
- Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (2021-2025) - Fase 2 – (início).

4.2.4. GESTÃO DE ENERGIA

A ENERGIA NO GRUPO ADP

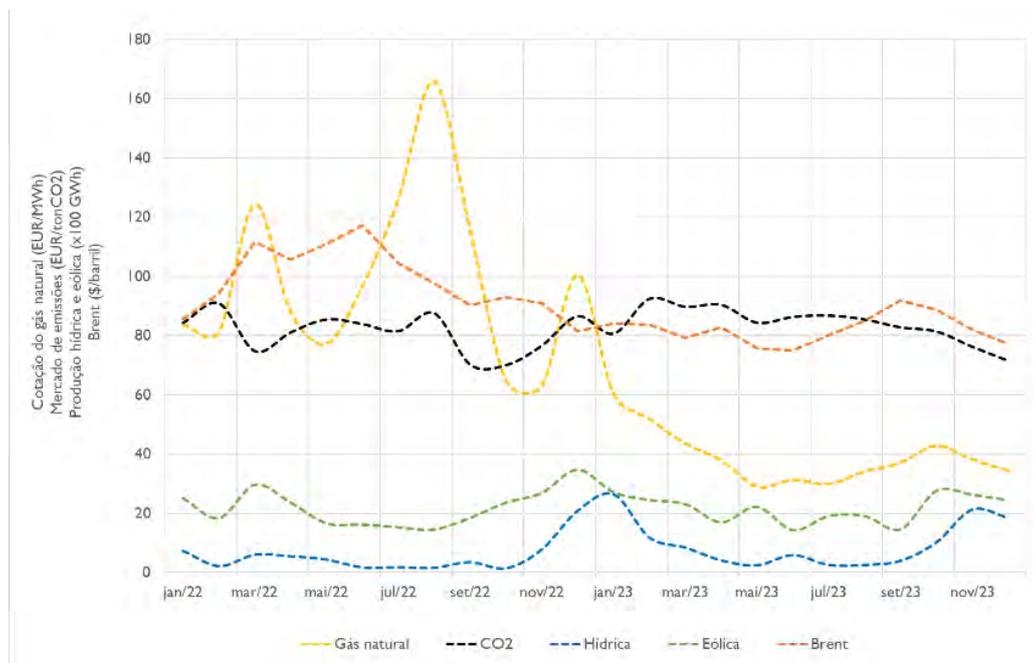
O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

No ano de 2023 verificou-se uma retoma gradual da estabilidade dos mercados elétricos, principalmente no 2º semestre, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte. De relembrar que o ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, que se manteve em 2023, apesar do impacto nos mercados ter sido significativamente menor.



Preço da energia elétrica (EUR/MWh)

Em 2023 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 88,27 €/MWh (tendo sido de 217,84 €/MWh em 2022, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico). Já a cotação média em 2023 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2024 foi de 104,73 €/MWh, diminuindo -3,6% face ao ano de 2022.



Componentes que influenciam o preço da energia

Analisando as componentes que mais influenciam o preço da energia, destaca-se a redução do preço médio do gás natural que depois de atingir máximos históricos em 2022, mostrou uma tendência de descida ao longo do ano de 2023. A cotação mensal média do CO2 aumentou ligeiramente face ao ano anterior (+3,6%). A produção hídrica foi significativamente superior (+85,2%), já a produção eólica na Europa em 2023 foi próxima da verificada no ano anterior (-1,5%). Quanto ao Brent apresenta um preço médio em 2023 de 82,1 \$/barril, valor inferior face a 2022 (98,6 \$/barril).

Nos mercados diários europeus e em 2023, as cotações reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIAÇÃO DO MERCADO DIÁRIO

	COTAÇÃO MÉDIA 2023	COTAÇÃO MÉDIA 2022	2023/ 2022
Portugal	88,27	217,84	-59,5%
Alemanha	94,92	235,46	-59,7%
França	96,60	275,89	-65,0%

Os preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2024, reduziram-se face ao ano anterior, com menor expressão do que as verificadas nos mercados diários, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIAÇÃO DO MERCADO DE FUTUROS PARA FORNECIMENTO EM 2024

	COTAÇÃO MÉDIA 2023	COTAÇÃO MÉDIA 2022	2023/ 2022
Portugal	104,73	108,67	-3,6%
Alemanha	146,87	174,19	-15,7%
França	180,24	195,58	-7,8%

No ano de 2023, o consumo nacional foi de 50.728 GWh, superior em +0,8% face ao registado em 2022.

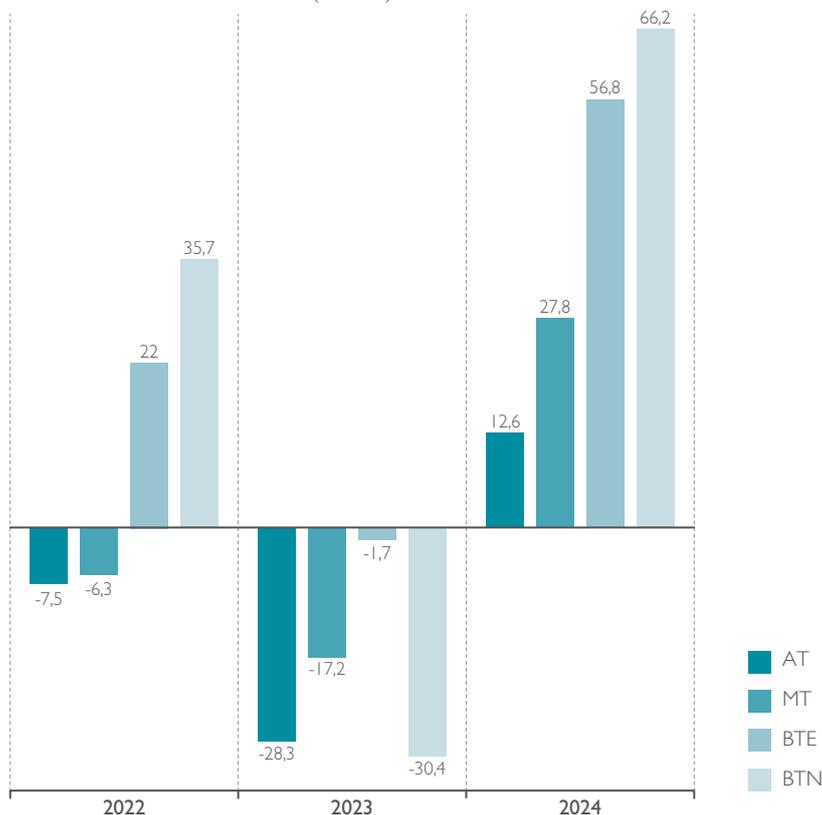
No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Como se tem referido inúmeras vezes, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia. A atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e conseqüente aumento da TAR.

Em 2024 as TAR terão um aumento significativo em todos os níveis de tensão, conforme ilustrado na figura seguinte.

VARIAÇÃO TAR

(€/MWh)



Em 2023, verificou-se uma retoma gradual à estabilidade dos mercados elétricos, apesar de algumas flutuações ao longo do ano, tornando a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em 2023 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um para o fornecimento no 1º semestre e outro para o 2º semestre, sem preço base e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a grande redução do custo de energia verificada no 2º semestre (o preço médio desceu de 201,43 €/MWh no 1º semestre para 111,23 €/MWh no 2º semestre).

Igualmente a opção pelo regime regulado no fornecimento em BTN revelou-se ser a melhor, uma vez que o regime liberalizado ainda não voltou a ser competitivo neste segmento.

Em 2024 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1º semestre de 2024 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 10 milhões de euros face a 2023 calculando-se que em 2023 seja de 101 milhões de euros).

O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ADP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2024) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2023 (+2,4% do que em 2022) cifrando-se em 768,91 GWh; em relação aos caudais os dados mais atuais apontam para um aumento de 1,3% do caudal em abastecimento de água e de 6,0% em água residual.

Destes, 739,26 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,4% do que em 2022 e 29,72 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,4% do que em 2022). Este valor de 739,26 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 731,89 GWh e 6,69 GWh fornecidos no âmbito da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN e onde participam 6 infraestruturas de 5 empresas do Grupo AdP.

No ano de 2023 merece ainda destaque a produção própria de energia (100% renovável), seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2023 apontam para uma produção de 39,24 GWh/ano (+1,8% face a 2022). O autoconsumo foi de 29,72 GWh (+8,6% do que em 2022) e a energia vendida à RESP totalizou 9,52 GWh (-14,9% do que em 2022).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2023 foi de 729,74 GWh, o que representa uma variação de +2,5% do que em 2022, onde o saldo foi de 712,20 GWh (de notar que parte deste aumento se deve à integração das instalações do município de Setúbal na SIMARSUL). A autossuficiência energética do Grupo AdP manteve-se em 5,1% do seu consumo total de energia.

Em termos nacionais e relativamente a 2023, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2024) deverá atingir em 2023 cerca de 101 milhões de euros (+208,3% do que em 2022), que corresponde a cerca de +68,3 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado dos preços de energia de mercado elevados.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2023, os 190 veículos 100% elétricos (+59 do que em 2022) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,5 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 214 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 561 tep. Em termos de energia primária, a redução foi de -44,5% (-81,7 tep), e o consumo elétrico foi de 475 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -475 toneladas (-83,5%).

No ano de 2023 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP (≈ 1.600 veículos) consumiu cerca de 2,83 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -5,2% face a 2022 – ano em que foram consumidos 2,99 milhões de litros - e uma variação de +1,2% face a 2021, ano ainda perturbado pela pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,80 milhões de litros de combustíveis), o que representa em termos médios de consumo diário 7.766 l/dia em 2023 (em 2022 o consumo médio diário foi de 8.190 l/dia e em 2021 de 7.676 l/dia).

O consumo de combustíveis em 2023 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,3 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de -15,4% face a 2022 (3,9 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +7,5% face a 2021 (2,5 milhões de euros, sem IVA incluído). A redução verificada na fatura de combustíveis deve-se à redução do preço médio dos combustíveis.

No Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis diminuiu face ao ano anterior: -19,0% no gasóleo e de -18,5% na gasolina. Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento

continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não podem deixar de ser tidos em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2023 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um mix integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Durante o ano de 2023 concluiu-se o desenvolvimento desta ferramenta e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 (ano base do inventário) e de 2022 (último ano com dados disponíveis). Durante 2024, será concluído o inventário relativo a 2023, proceder-se-ão a pequenos ajustes na ferramenta e delinear-se-á o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com

vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

Na área da mobilidade elétrica, as viaturas elétricas que constam do parque automóvel da AdA, 14 viaturas ligeiras de passageiros e 5 viaturas ligeiras de mercadorias encontram-se ao serviço de todos os setores da Empresa.

No ano de 2023 estas viaturas percorreram 258.174 km, dos quais as viaturas ligeiras de passageiros percorreram 194 722 km e as viaturas de ligeiras de mercadorias 63.452 km. A utilização das viaturas elétricas implicou um consumo de energia elétrica de 40 235 kWh o qual corresponde à emissão de 19,0 toneladas de CO₂ para a atmosfera. Comparando com um cenário de 19 viaturas de características equivalentes, mas com motor térmico convencional, se essas mesmas tivessem sido mantidas ao serviço, e considerando a mesma quantidade de quilómetros (258.174 km), seriam responsáveis pela emissão de 55,7 toneladas de CO₂ para a atmosfera. A substituição das viaturas permitiu assim evitar uma emissão de 36,7 toneladas de CO₂ para a atmosfera.

MOBILIDADE ELÉTRICA 2023								
TIPOLOGIA	VIATURAS		VIATURAS CONVENCIONAIS		VIATURAS ELÉTRICAS		VAR. EMISSÕES CO ₂	
	Nº DE VIATURAS	KM'S PERCORRIDOS%	COMBUSTIVEL (LITROS)	EMISSÕES EM T CO ₂	ENERGIA KW H	EMISSÕES EM T CO ₂	EM T CO ₂	EM %
veiculos M1 (passageiros)	14	194 722	15 577	42,0	29 647	14,3	-27,7	-65,9%
veiculos N1 (mercadorias)	5	63 452	5 076	13,7	10 588	4,7	-9,0	-65,9%
Soma	19	258 174	20 654	55,7	40 235	19,0	-36,7	-65,9%

Na área da certificação da frota, em 2023 a AdA manteve a certificação de toda a frota automóvel de viaturas de serviço da AdA. Trata-se de um sistema de etiquetagem energética da frota (SEEF) que tem por objetivo a promoção da mobilidade sustentável, a melhoria do desempenho energético e ambiental das frotas nacionais e, a redução do consumo de combustível e custos associados ao sector dos transportes.



O Algarve, como região do país com mais horas de sol, tem vindo a investir grandemente na construção de centrais fotovoltaicas, sendo a Águas do Algarve, S.A. (AdA), atualmente detentora de 55 instalações equipadas com unidades de microprodução fotovoltaica, com um potência total instalada de 220 kWp, 3 instalações equipadas com unidades de miniprodução fotovoltaica, sendo 2 delas em parceria com a AdP Energias e 1 delas, cujo investimento esteve a cargo da Galp e, atualmente, a exploração e manutenção, também, com uma potência total instalada de 326 kWp.

A produção elétrica resultante das unidades atrás referidas, é para venda à rede elétrica de serviço público (RESP). Para além destas unidades, a AdA dispõe ainda de 6 centrais fotovoltaicas para autoconsumo (UPAC), com uma potência total instalada de 1,8 MWp.

Em termos futuros, no âmbito do Programa ZERO, prevê-se um investimento estimado de 44,9 M€, entre 2021 e 2030, na instalação de centrais de produção de energia verde, ou seja, proveniente de fontes de energia renováveis, com especial enfoque para a eólica, hídrica e reforço do solar, assim como para implementação de medidas de eficiência energética.

INVESTIMENTOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA ZERO

Cód. ERSAR	DESCRIÇÃO	PAO no Ano 2024	Projeção para o Ano 2025	Projeção para o Ano 2026	Projeção para posterior a 2026	SOMA
		em €	em €	em €	em €	em €
353	Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	265.058	748.548	2.476.363	0	3.489.969
354	Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (2021-2025)-Fase I	2.168.800	220.000	240.000	20.000	2.648.800
355	Programa ZERO - Ação Solar III (flutuante) (2021-2025)	0	454.313	5.465.537	1.000.000	6.919.850
356	Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - FASE I (2021-2025)	0	276.440	2.899.572	0	3.176.012
357	Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - FASE II (2026-2030)	0	0	77.605	7.389.156	7.466.761
358	Programa ZERO - Ação Solar IV (flutuante) (2026-2030)	0	0	0	6.558.250	6.558.250
359	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE I (2021-2025)	0	411.090	2.183.600	2.462.920	5.057.610
360	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE II (2026-2030)	0	0	3.246.000	4.314.000	7.560.000
361	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	295.917	2.773.083	0	0	3.069.000
362	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025)	0	177.164	0	0	177.164
363	Programa ZERO - Instalação de Central Hídrica na Barragem de Odelouca (2021-2025)	0	13.050	37.450	0	50.500
373	Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (2021-2025) - Lote I	246.010	0	0	0	246.010
380	Programa Zero da Solar Solo -EDAM - PRR	0	0	4.073.650	0	4.073.650
394	Programa Zero da Solar Solo -EDAM - Substituição - PRR	0	0	0	4.073.650	4.073.650
396	Programa Zero Hídrica Pomarão - PRR	0	0	1.254.025	1.081.500	2.335.525
436	Programa Zero Eólico I (2027) - PRR	0	0	5.150	2.157.850	2.163.000
437	Programa Zero Eólico 2 (2030) - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
438	Programa Zero Eólico 3 (2032) - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
439	Programa Zero Hídrica Pomarão - Substituição - PRR	0	0	0	2.335.525	2.335.525
440	Programa Zero Solar Flutuante (2030) - PRR	0	7.210	5.554.790	0	5.562.000
441	Programa Zero ApR Solar - Deslocalizado (2029)	0	0	0	1.442.000	1.442.000
442	Programa Zero ApR Solar - Deslocalizado (2057)	0	0	0	108.150	108.150
443	Programa Zero Eólico 4 (2033) - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
446	Programa Zero Eólico I (2050) - Substituição - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
447	Programa Zero Eólico 2 (2056) - Substituição - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
448	Programa Zero Eólico 3 (2057) - Substituição - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
449	Programa Zero Eólico 4 (2049)-Substituição - PRR	0	0	0	2.163.000	2.163.000
450	Programa Zero Solar Flutuante (2050)-Substituição - PRR	0	0	0	5.562.000	5.562.000
451	Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (substituição)	0	0	0	3.735.666	3.735.666
452	Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (substituição)	0	0	0	3.811.496	3.811.496
453	Programa ZERO - Ação Solar III (flutuante) (substituição)	0	0	0	6.919.850	6.919.850
454	Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - (substituição)	0	0	0	10.078.373	10.078.373
455	Programa ZERO - Ação Solar IV (flutuante) (substituição)	0	0	0	6.223.500	6.223.500
456	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE I (substituição)	0	0	0	5.057.610	5.057.610
457	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE II (substituição)	0	0	0	7.560.000	7.560.000
458	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (substituição)	0	0	0	3.069.000	3.069.000
459	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (substituição)	0	0	0	177.164	177.164
460	Programa ZERO - Instalação de Central Hídrica na Barragem de Odelouca (substituição)	0	0	0	50.500	50.500
463	Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (2021-2025) - Fase 2	1.163	1.161.533	0	0	1.162.696
digit	Programa Zero - Outros trabalhos - digitalização	661.262	661.262	661.262	5.951.356	7.935.142
Est	Programa Zero - Estudos, projetos e gestão Neutralidade	238.063	238.063	238.063	1.666.442	2.380.632
Total dos Investimentos		3.876.273	7.141.757	28.413.067	107.946.958	147.378.054

Recentemente, para que seja possível à AdA e, conseqüentemente, ao Grupo AdP, manter os objetivos relativos à Neutralidade Energética, houve a necessidade de ajuste do Programa ZERO, considerando os novos investimentos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), reforçando-o com mais algumas medidas, destacando-se a instalação de uma central fotovoltaica para autoconsumo, associada à futura Dessalinizadora, com uma potência instalada prevista de 5,65 MWp.

O consumo de energia elétrica na AdA em 2023, seguiu a tendência do Grupo AdP e aumentou, face a 2022, cerca de 6%, cifrando-se em 78,3 GWh.

Por outro lado, a AdA produziu 2,5 GWh de energia em que, 1,9 GWh foi proveniente das centrais fotovoltaicas para autoconsumo, e 0,6 GWh das mini e microproduções, tendo-se registado um ligeiro aumento face a 2022, em resultado da entrada em funcionamento, no decorrer do mês de outubro, das centrais fotovoltaicas das ETAR de Albufeira Poente, Boavista e Ferreiras.

No decorrer do ano de 2023 a AdA obteve a certificação na norma ISO 50001, para as seguintes instalações: EE1 BELICHE, ETA ALCANTARILHA, ETAR COMPANHEIRA, ETAR FARO/OLHÃO, ETAR VILAMOURA, ETAR VALE FARO, ETA TAVIRA, EE3 STO ESTEVÃO, E.E. DE FARROBO e ETAR ALB POENTE.

Trata-se de um marco importante para a AdA pois, para além de ser um objetivo que há muito ambicionava, vai permitir que sejam criados sistemas de gestão sistemática de energia, e estabelecidos processos necessários ao adequado desempenho energético das instalações, através de usos eficientes, assim como da implementação de medidas de eficiência energética, com vista à diminuição do consumo de energia e conseqüente redução das emissões de gases com efeito de estufa.

4.2.5. COMPRAS E LOGÍSTICA

As funções e competências do Departamento de Compras e Logística, baseiam-se essencialmente na execução de todas as tarefas inerentes ao Processo de Compras e Logística que diariamente são desenvolvidas no intuito de dar resposta às necessidades das várias Áreas Requisitantes, tendo em linha de conta todo o processo de "Procurement" implementado na AdA, nomeadamente através da condução das ações necessárias à contratação, utilizando as ferramentas colocadas à sua disposição, tais como a plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, SAP e iPortalDoc, na estrita observância dos preceitos regulados pela atual legislação de contratação pública, o que se traduz nas seguintes tarefas/funções:

- a) Garantir que os procedimentos de aquisição a realizar se encontram enquadrados dentro do regime de contratação em vigor e nas regras refletidas nas Instruções de Trabalho (IT's) aprovadas pela AdA;
- b) Efetuar a tramitação dos procedimentos pré-contratuais na respetiva plataforma eletrónica, ou através de correio eletrónico, de acordo com as regras fixadas nas IT's;
- c) Validar e processar a informação de origem na Área Requisitante, via requisição de compra SAP, elaborando e emitindo os respetivos Contratos Básicos e proceder ao envio da nota de encomenda às Áreas Requisitantes, que promovem ao seu envio ao adjudicatário;
- d) Zelar pelo bom funcionamento do fluxo de compra SAP, identificando e reportando em plataforma própria (PACO) as anomalias que coloquem em risco o processo de contratação pública por incumprimento da legislação aplicável, ou por forma a fomentar uma melhoria contínua do próprio fluxo;
- e) Promover as ações necessárias, no intuito de fornecer uma resposta adequada aos pedidos de apoio dos utilizadores SAP, no que diz respeito à criação de requisições de compra, liberação de contratos e utilização das ferramentas de pesquisa dos diversos documentos;
- f) Propor soluções à medida para a redução dos procedimentos de baixo valor, como é o caso dos Ajustes Diretos Regime Simplificado (ADRS) por forma a conseguir sinergias e alcançar benefícios económico-financeiros para a Empresa.

Por se considerar uma boa prática, potenciada pelos princípios da qualidade, seguindo o exigido pela norma ISO 9001, o DCL produziu em 2016, no momento da sua criação, um conjunto de documentos de suporte à contratação pública, nomeadamente o Processo de Compras da Águas do Algarve, S.A., um conjunto de instruções de trabalho, fluxogramas que tinham o intuito de definir a evolução de todos o processo de compra consoante o tipo de procedimento escolhido e respetivas minutas padronizadas.

A acrescentar, a Águas do Algarve, S.A., implementou o Manual de Contratação Pública da AdP SGPS, bem como outros regulamentos e demais orientações internas, com vista a uma maior eficiência e eficácia do processo de compras.

4.2.5.1 VALORES CONTRATUALIZADOS DURANTE O ANO DE 2023.

Durante o ano de 2023 foram desenvolvidos pelo DCL um conjunto de processos aquisitivos que se traduziram num valor global de contratações de aproximadamente 98,5 M€ (Noventa e oito milhões e quinhentos mil euros), correspondendo a um número total de Contratos Básicos SAP de 1188.

Do universo de procedimentos pré-contratuais conduzidos pelo DCL há a destacar os que conduziram à celebração dos seguintes contratos:

- a) Empreitada de Execução de trabalhos de reparações e melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve, no valor de 2 818 927,00€+IVA;
- b) Empreitada para Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e Respetivos Emissários, no valor de 1 900 682,00€+IVA;
- c) Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR VRSA – Fase I, no valor de 1 179 873,00€+IVA.
- d) Empreitada de Reforço e Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca, no valor de 1 209 076,00€+IVA.
- e) Aquisição de Serviços Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, no valor de 6 911 698,00€+IVA;
- f) Aquisição de Estudos e Consultoria para a implementação da Dessalinização na Região do Algarve, no valor de 596 365,00€+IVA.
- g) Aquisição de Serviços para a Gestão de Projetos e Empreendimentos de Engenharia – Lotes 1, 2, 3 e 4, no valor de 561 600,00€+IVA.
- h) Análises de Águas Naturais, Águas para Consumo Humano e Águas Residuais, no valor de 622 176,00€+IVA.

4.2.5.1.1. POR TIPO DE PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL

TIPO DE PROCEDIMENTO	VALOR DOS CONTRATOS (€)
Ajuste Direto-Critério Material	2 152 554,34 €
Ajuste Direto-Regime Geral	121 702,07 €
Ajuste Direto Simplificado	550 468,04 €
Concurso Público	18 191 337,58 €
Consulta Prévia	983 273,69 €
Contratação Excluída	9 289 763,53 €
Setor Especial	3 766 170,95 €
Total Geral	35 055 270,20 €

4.2.5.1.2 NÚMERO DE PROCEDIMENTOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL

TIPO DE PROCEDIMENTO	Nº DE PROCEDIMENTOS
Ajuste Direto-Critério Material	9
Ajuste Direto-Regime Geral	10
Ajuste Direto Simplificado	453
Concurso Público	31
Consulta Prévia	21
Contratação Excluída	98
Setor Especial	597
Total Geral	1219

4.2.6. MEDIDAS DE EFICIÊNCIA EM TERMOS DE SUSTENTABILIDADE

O ano de 2023 foi para a Águas do Algarve mais um ano de continuidade no desenvolvimento da estratégia, em alinhamento com a Estratégia Corporativa, nomeadamente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tendo focalizado a sua atenção na:

- **Eficiência no Uso da Água** – Aumento de reutilização de água residual tratada especialmente em termos externos com os novos projetos de APR;
- **Projetos de I&D** - Execução de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação que visam desenvolver, testar e aplicar soluções nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais com o objetivo de aumentar a resiliência e a eficiência dos sistemas, melhorar o controlo e a respetiva capacidade previsional, reduzir os consumos energéticos e a pegada de carbono e potenciar a recuperação, produção e valorização de subprodutos decorrentes dos processos de tratamento, num quadro de sustentabilidade, em simbiose com a comunidade;
- **Eficiência Energética** – Continuação do investimento na redução da dependência energética do exterior, com a utilização de fontes de energia renováveis. Adequação de condições de funcionamento e de consumos energéticos de alguns equipamentos com vista à redução dos respetivos consumos;
- **Gestão de Resíduos** - Continuação da redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização;
- **Responsabilidade Social** – Como forma de promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, a AdA proporciona a flexibilização do trabalho permitindo a realização de teletrabalho.
- **Segurança e Saúde no Trabalho** – A aposta na formação e sensibilização dos trabalhadores e na melhoria dos espaços de trabalho continua a dar os seus frutos, mantendo baixos os índices de sinistralidade.

4.2.7. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No decorrer do ano em análise, a Águas do Algarve reiterou o seu compromisso inabalável com a excelência na comunicação institucional, reconhecendo-a como um pilar fundamental para o sucesso organizacional. Neste contexto, destacamos distintamente a importância atribuída à comunicação interna e externa como elementos estratégicos que moldam a identidade e a perceção da empresa na região onde nos inserimos, e fora desta.

Internamente, a Águas do Algarve continua a promover uma cultura de comunicação aberta e eficaz. Investimos recursos significativos no desenvolvimento de canais internos - Intranet, e materiais de divulgação inclusos, proporcionando a existência de plataformas e produtos robustos para a disseminação de informações relevantes sobre a nossa própria atividade. A comunicação interna é vista como um meio crucial para alinhar as equipas com os valores, objetivos e conquistas da empresa, promovendo a coesão e maior ligação entre todos.

A implementação de iniciativas como atividades internas, encontros de empresa na edição aniversário, celebração do Natal, reuniões, materiais audiovisuais, etc. tem sido fundamental para criar e manter um ambiente de trabalho transparente e colaborativo. Acreditamos que uma equipa informada e motivada é essencial para enfrentar os desafios que estamos a enfrentar, e outros que não se vislumbram de fácil resolução.

Externamente, a Empresa continua a fortalecer as relações com os seus stakeholders, parceiros, comunidade local, fornecedores, clientes, investidores, entidades públicas e cidadãos em geral. Através de uma abordagem proativa e estratégica, a Águas do Algarve procura não apenas comunicar as suas realizações, mas também posicionar-se como um agente de mudança e inovação no setor.

Reconhecemos também a importância vital da educação ambiental na construção de um futuro mais sustentável. Investimos de forma significativa na promoção da consciencialização ambiental, especialmente entre as gerações mais jovens, por meio de programas educacionais inovadores. Junto das Escolas, colaboramos ativamente com estas proporcionando experiências educativas envolventes que despertem o interesse dos estudantes para as questões ambientais. Através de workshops interativos, palestras e iniciativas práticas, buscamos criar uma base sólida de conhecimento e valores ambientais desde tenra idade. A inclusão geracional, faz também parte da nossa estratégia. Acreditamos que a educação ambiental não tem limites de idade. Assim, estendemos os nossos esforços para envolver todas as classes geracionais. Realizamos eventos comunitários, workshops para adultos e iniciativas intergeracionais que promovem a compreensão partilhada e a ação conjunta para preservar os recursos hídricos e o ambiente em geral.

A Educação Ambiental não é apenas um projeto; é um compromisso contínuo com a Sustentabilidade. Integrar princípios de

sustentabilidade no cerne da nossa comunicação institucional reflete o nosso papel ativo na construção de uma sociedade informada e comprometida com práticas ambientais responsáveis. Ao promover a Educação Ambiental, não apenas cumprimos o nosso dever de responsabilidade social, mas também cultivamos as sementes de um futuro onde cada indivíduo é um guardião ativo do nosso planeta. Juntos, estamos a moldar uma narrativa de consciência e ação que transcende gerações.

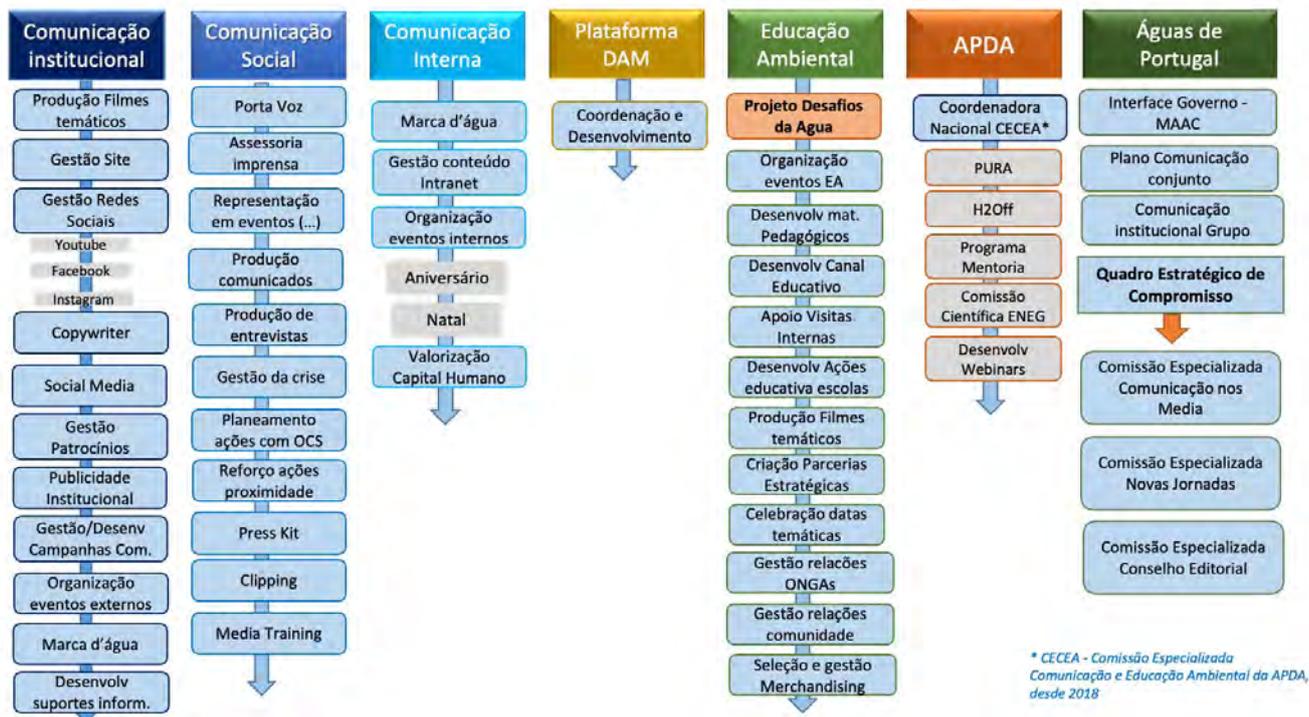


Figura 3 - Organograma simplificado do Gabinete Comunicação e Educação Ambiental

REVISTA ÁGUAS DO ALGARVE

No âmbito do nosso compromisso contínuo com a transparência e prestação de contas, destacamos, neste relatório anual, a implementação bem-sucedida do projeto editorial da *Águas do Algarve*, com carácter trimestral, de distribuição nacional, tendo início no ano de 2022. Este projeto editorial surge como parte integrante da nossa estratégia de comunicação, visando fortalecer os laços com os nossos Parceiros, Stakeholders e Clientes. Ao longo das suas páginas, são detalhados desenvolvimentos operacionais, iniciativas estratégicas e análises setoriais, proporcionando uma visão abrangente das atividades e realizações no período em análise. Este veículo editorial desempenha um papel crucial na disseminação de informações relevantes, promovendo a compreensão aprofundada dos desafios e oportunidades que moldam o nosso ambiente operacional. A sua conceção alinha-se com os princípios fundamentais da empresa, refletindo a visão de uma entidade orientada para o futuro e comprometida com a excelência. Não se limitando a uma narrativa dos feitos alcançados, é uma ferramenta estratégica para comunicar eficazmente as metas e objetivos da empresa. Ao integrar temas técnicos, análises de desempenho e perspetivas futuras, proporciona um panorama abrangente do nosso posicionamento no mercado e das estratégias delineadas para o futuro. Com 3 edições lançadas ao longo do ano de 2023, a 3ª edição da revista refletiu sobre a reutilização da água, a 4ª edição deu a conhecer as novas origens de água e a 5ª edição foi uma edição especial de Natal. Toda as edições encontram-se disponíveis online na página da *Águas do Algarve* e no site <https://issuu.com/aguasdoalgarvesa>.



ÁGUA CIRCULAR COM MAIS VALOR E MAIOR RESILIÊNCIA - CERIMÓNIA VILAMOURA

Duarte Cordeiro, Ministro do Ambiente e Ação Climática, esteve no dia 05 de setembro na ETAR de Vilamoura, para uma visita em que serão apresentados os projetos de produção de água para reutilização (ApR) para aplicação na rega de campos de golfe e espaços verdes em Vilamoura e na Quinta do Lago. Com mais estes projetos, a Águas do Algarve, em conjunto com as demais partes interessadas, dá um forte impulso para aumentar a disponibilidade dos recursos hídricos e a resiliência da região, contribuindo para a circularidade e neutralidade carbónica dos serviços de água e para o desenvolvimento económico sustentável da região.

Para a produção de água para reutilização no Algarve, está previsto um investimento global de 23 milhões de euros até 2025, estimando-se um incremento de 1,4 para 8 milhões de m³/ano, destinando-se 71% à utilização pelos campos de golfe.

Estes investimentos, financiados pelo PRR no âmbito do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve, permitirão produzir cerca de 3,41 milhões de m³ de água para reutilização destinada à rega de campos de golfe e de espaços verdes, assegurando um maior equilíbrio entre a procura e a disponibilidade do recurso hídrico.



CERIMÓNIA DE ASSINATURA DE PROTOCOLO COM O CASTRO MARIM GOLFE & COUNTRY CLUB

A Águas do Algarve e o Castro Marim Golfe & Country Club assinaram em Julho 2023, em Castro Marim, um acordo para o fornecimento de ApR – Água para Reutilização aos campos de golfe do resort, possibilitando assim uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos numa região que vem sendo cada vez mais impactada pela escassez de água. Este acordo vem na sequência da conclusão da primeira fase do projeto “Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – Água para Reutilização da ETAR de Vila Real de Santo António” pela Águas do Algarve, destinado a permitir a utilização de águas residuais tratadas na rega dos campos de golfe existentes na zona norte deste concelho, visando contribuir para assegurar o equilíbrio entre a oferta e a procura e promovendo a resiliência à seca, tendo por base os cenários de alterações climáticas.



Com o fornecimento da ApR pela Águas do Algarve, o Castro Marim Golfe & Country Club irá substituir cerca de 450 000 m³ de água utilizada no processo de rega e manutenção dos seus campos de golfe, assegurando um maior equilíbrio entre a procura e a disponibilidade do recurso hídrico.

Representando um investimento de 1,5 milhões de euros, com financiamento do POSEUR, o projeto permite substituir a utilização anual de cerca de um milhão de metros cúbicos de água superficial por ApR, ficando a ETAR com capacidade instalada para a disponibilização de outros pontos de entrega, quer campos de golfe quer rega agrícola e também para usos urbanos, como lavagem de arruamentos e rega de espaços verdes públicos.

ÁGUAS DO ALGARVE RECEBEU COMITIVA DO BANCO MUNDIAL

Water in Circular Economy and resilience” (WICER)

Foi no dia 20 de setembro, que recebemos nas nossas instalações, uma comitiva do Banco Mundial, a qual foi composta por representante da equipe WICER, e membros da equipe de projetos atuais do Banco Mundial com componentes de reutilização e economia circular, Clientes do Banco Mundial com projetos de reutilização, bem como por vários técnicos especializados do setor, oriundos de vários países, entre eles Turquia, Índia, Barbados, Senegal, Peru, Austrália, Espanha entre outros.

O objetivo do workshop é apoiar os clientes e as equipes de trabalho do Banco Mundial no desenvolvimento da reutilização de águas residuais e outros princípios da economia circular em programas e investimentos através de um evento de troca de conhecimento. Em particular, o workshop visou oferecer soluções para os desafios enfrentados pelos clientes do Banco Mundial, sendo também por este motivo, um grande orgulho para a Águas do Algarve ter sido uma das empresas selecionadas para receber esta comitiva. Com intervenções de vários colaboradores da Águas do Algarve, que partilharam conhecimentos, experiências e apresentação de desafios presentes e futuros, a comitiva passou pela ETAR da Companheira em Portimão, ETAR de Albufeira e Herdade dos Salgados.



A ETAR DE LAGOS RECEBEU A VISITA DO MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA

Numa visita que se realizou no dia 01 de março à ETAR de Lagos, pelo Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática, José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro e o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Hugo Polido Pires, foi possível verificar o avançado estado das obras de remodelação desta infraestrutura. Com um Investimento da ordem dos 16,5 Milhões de euros, é Cofinanciado pelo POSEUR no montante de 10 401 497,67€. A reabilitação da ETAR de Lagos, têm como principais objetivos a beneficiação da linha de tratamento da fase líquida integrando as etapas de pré-tratamento, decantação primária, tratamento biológico e decantação secundária. No que se refere à linha de tratamento da fase sólida, esta incluirá as etapas de espessamento, digestão anaeróbia e desidratação. A capacidade de atendimento é de 138 000 hab. eq.



VISITA MINISTERIAL A OBRAS PREVISTAS NO PLANO REGIONAL DE EFICIÊNCIA HÍDRICA DO ALGARVE

A Águas do Algarve SA, recebeu na sexta-feira, dia 13 janeiro 2023 a visita do Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Dr. Duarte Cordeiro, a obras previstas no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e enquadradas no Plano de Recuperação e Resiliência do Algarve, na componente 09 – SM5 - Aumento da capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforço com novas origens de água.

DADOS DA EMPREITADA

A empreitada “Sistema de Elevação de Água para o Túnel de Odeleite-Beliche” é composta por dois contratos de empreitada, ambos adjudicados à empresa ACCIONA ÁGUA, S.A., tem do como dados principais os seguintes:

Lote A - “Sistema de elevação de água para o túnel Odeleite-beliche”

Remodelação e adaptação da comporta de isolamento da tomada de água para o túnel - Valor: 1 83 604,03 EUR (cento e oitenta e três mil, seiscentos e quatro euros e três cêntimos).

Objeto da empreitada: Remodelação e adaptação da comporta de isolamento da Tomada de Água para o Túnel de interligação entre as barragens de Odeleite e do Beliche, de forma que esta assegure suficiente estanquicidade no sentido inverso, ou seja, no sentido Beliche-Odeleite e durante os períodos em que se estiver a bombear água do volume morto.

Lote B - “Sistema de elevação de água para o túnel Odeleite-Beliche”:

Sistema elevatório - Valor: 2 250 000,00 EUR (dois milhões, duzentos e cinquenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Objeto da empreitada: Sistema de Elevação terá como objetivo, em situações de seca extrema, permitir transferir água para a albufeira de Beliche a partir do volume morto da albufeira de Odeleite, continuando assim a ser assegurado o Abastecimento à Região do Algarve, mesmo quando o nível em Odeleite estiver já abaixo da tomada de água para o túnel de interligação entre as duas albufeiras. Para tanto, será necessário bombear a água do volume morto até à estrutura de entrada do túnel, de forma a que aquela possa, a partir daí, fluir por gravidade em direção ao Beliche.

Total dos dois contratos: 2 433 604,03 EUR



CONCURSO “A ÁGUA E O MAR PARA MIM”

Após o grande sucesso que constituiu a 1ª edição do Concurso de Artes Visuais das Águas do Algarve “A Água e o Mar para Mim”, fez todo o sentido dar continuidade a este projeto de responsabilidade social de grande impacto junto da comunidade algarvia.

A Água como essencial à vida, o Mar e os Oceanos como A origem da Vida. A importância do Mar na história, economia, desenvolvimento e identidade sociocultural de Portugal são internacionalmente reconhecidos e nacionalmente assinalada a importância do Mar a 16 de novembro.

Neste concurso que desafiou os utentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Algarve a refletir sobre o a Água e o Mar e a desenvolver uma peça artística dedicada à Água e ao Mar a partir de um guarda-chuva à escolha pelas instituições ou distribuído pela Águas do Algarve. Através deste guarda-chuva foram trabalhados temas como o Mar, a Água, Saneamento, a Sustentabilidade Ambiental e o trabalho da Águas do Algarve de forma artística e criativa.

Ao convite elaborado 21 associações de Solidariedade social reponderaram positivamente ao desafio, apresentados trabalhos de extrema criatividade e entrega.

FEIRAS E FESTAS POPULARES

Apesar de, em número reduzido relativamente ao ano de 2023, foi possível marcar presença na Feira do Marisco em Olhão e na Fatacil em Lagoa durante 1 dia no mês de agosto.

As feiras são oportunidades únicas de estabelecer contacto direto com a comunidade local e com a população não só algarvia como de várias pessoas de vários pontos do país.

As feiras são uma oportunidade rápida de fazer chegar a mensagem de forma direta ao público em geral.

Nestas feiras foram estabelecidas dinâmicas que permitiam testar os conhecimentos da população em geral sobre a água e oferecidos alguns pequenos brindes.

PROJETO “AGUARTE - TORNA-TE ÁGUA”.

Após o sucesso da 1ª edição, fez todo o sentido dar continuidade ao projeto AguarTE – Torna-te água, sendo inseridas algumas adaptações à primeira edição.

O produto da 1ª edição foi o início de uma peça de teatro integralmente direcionada às questões hídricas não só de forma regional mas global, peça essa que foi complementada com uma segunda parte e exibida não só à massa associativa dos concelhos algarvios predispostos a receber o AguarTE como também esta peça teatral se transformou num projeto intergeracional em que os sénior, dotados de toda a sua sabedoria e trabalho de investigação relativo à importância da água no desenvolvimento da região algarvia e das povoações ao longo do tempo aliada à tradição e cultura portuguesa põe ao dispor dos jovens em idade escolar quer a sua experiência de vida, experiência hídrica ou teatral.

Assim, além das exibições para a comunidade sénior, foram também proporcionadas 4 exibições no Teatro Lethes para os alunos do 3º e 4º ciclo de Faro. Estas sessões ocorridas em 19, 20, 21 e 22 de setembro de 2023 tiveram uma audiência média de 150 jovens por sessão, tendo sido um sucesso entre os mais novos e uma oportunidade de sensibilizar todos para o exigente ano hídrico que se aproxima.





No final de cada sessão deu-se um momento de partilhas, questões numa biblioteca intergeracional. Além destas sessões intergeracionais houve também uma sessão aberta ao público geral que decorreu no dia 17 de novembro às 21h30 no IPDJ em Faro.

Ainda foi possível a exibição do Aguarte e da exposição a Tavira (Clube de Tavira – 8 de janeiro), Silves (Teatro Gregório Mascarenhas – 16 de janeiro) e Portimão (Escola da Bemposta, 23 abril 2024), conjugando as exposições entre a massa associativa dos concelhos e a população escolar.

DIAS ABERTOS

Sempre muito concorrida, é também a iniciativa de Portas abertas, que a Águas do Algarve tem vindo a desenvolver, nos últimos anos, e que será para continuar.

Foram promovidos dias abertos ao longo de todo o ano quer às origens da água (Barragem de Odelouca), como às ETAs (Tavira e Alcantarilha) ou das ETAR (Faro-Olhão, Almargem, Companheira, Albufeira Poente). Além destes dias abertos, houve também em contexto de campanha um reforço nas datas disponíveis uma vez que urgiu a necessidade de sensibilizar a população para as questões hídricas.

Esta iniciativa foi uma iniciativa de grande sucesso tendo tido um impacto junto de centenas de pessoas que sempre tiveram curiosidade em conhecer o processo de origem tratamento de águas e tratamento de efluentes. Estes dias abertos a toda a comunidade, levaram também às visitas de diversas escolas às nossas instalações.



MINUTOS VERDES

No âmbito da sensibilização da população em geral, para as questões da sustentabilidade, foram desenvolvidos 4 Minutos Verdes, com a Quercus, sobre os temas Galardão Praias Qualidade Ouro no Algarve, emissão a 18/07/2023; Projeto Desafio da água, emissão a 24/11/2023; Escassez hídrica Algarve/Sensibilização para a poupança de água, com emissão a 03/08/2023 e Reutilização de água residual tratada com emissão a 09/08/2023.

Os minutos estão disponíveis para consulta em <https://youtu.be/t9otj-8WrKc>.

PRAIAS BANDEIRAS DOURADAS

O galardão “Praia com Qualidade de Ouro” distingue anualmente a qualidade da água balnear das praias de portuguesas, com base na informação pública oficial disponível, tendo exclusivamente em consideração as análises efetuadas nos laboratórios das diferentes Administrações Regionais Hidrográficas. O projeto “Praias Qualidade de Ouro” resulta de uma Parceria entre a Quercus e as entidades que nos respetivos municípios asseguram o tratamento do saneamento de águas residuais, um processo determinante do ponto de vista ambiental, com influência direta na qualidade das águas balneares, no caso algarvio a Águas do Algarve.



CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO “ÁGUA É VIDA, NÃO A DESPERDICE – ARRANCOU EM JUNHO

Para fazer face aos impactos da escassez de água que vem vindo a impactar alguns territórios de Portugal continental, sob o mote “Água é vida – não a desperdice”, o Grupo Águas de Portugal (AdP), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), com o financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática, lançaram uma campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água visando promover práticas que fomentem o seu uso eficiente.

A campanha arrancou no Algarve, território mais afetado pela seca e escassez de água e região que no Verão quase duplica a sua população, promovida pela Águas do Algarve, a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, a CCDR Algarve e a Região de Turismo do Algarve e contando com o envolvimento de diferentes associações hoteleiras e de restauração do Algarve que conjugam esforços para apelar a residentes e turistas nacionais e estrangeiros que não desperdicem água.

A campanha “Água é Vida. Não a desperdice” alerta para a importância da água e faz um apelo a todos para a adoção de comportamentos que contribuam para o bom uso do recurso: “Uma torneira aberta pode gastar 12 litros de água em apenas 1 minuto. Se cada pessoa desperdiçar 1 minuto de água por dia em Portugal, são 120 milhões de litros de água, o suficiente para satisfazer as necessidades básicas diárias de um milhão de pessoas. A água é essencial à vida e merece toda a nossa atenção. Seja mais consciente e evite gastos desnecessários.”

MOVIMENTO H2OFF - 22 DE MARÇO

Para assinalar o Dia Mundial da água, que se celebra a 22 de março, a Águas do Algarve junta-se à iniciativa H2OFF, promovida pela Comissão Especializada de Comunicação e Educação Ambiental da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, a qual é coordenada pela nossa colaboradora Teresa Fernandes, pretendendo assim chamar a atenção de TODOS do valor deste precioso recurso VITAL – a ÁGUA.



SEIVA SEMANA DE EDUCAÇÃO COM INICIATIVAS DE VOLUNTARIADO AMBIENTAL

Numa parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente, através da ARH Algarve, com os parceiros do Voluntariado Ambiental para a Água, participámos na Semana de Educação Ambiental e Iniciativas de Voluntariado Ambiental - SEIVA 2023, que decorreu de 14 a 22 de outubro. Este ano, o tema foi “Aliança pela Água” por força da situação que atravessamos e tem como principal objetivo a mobilização de todos para a consciência da escassez de água no Algarve.



SEMANA DA RIA FORMOSA

Projeto dedicado à sensibilização ambiental nas Escolas dos cinco concelhos abrangidos pelo Parque Natural da Ria Formosa-PNRF, visando promover a partilha pedagógica de experiências e em simultâneo o desenvolvimento de atividades sobre os valores naturais deste território. O projeto “A Semana da Ria Formosa” pretende fomentar parcerias entre Entidades Públicas, Privadas e Instituições Sociais numa perspetiva interventiva no meio, com o objetivo de difundir informações, fomentar o conhecimento e práticas que possam incrementar a consciencialização e o reconhecimento da importância da Ria Formosa, contribuindo para a construção de uma consciência ecológica conducente à preservação do património natural e cultural



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Esta temática é assumida pela Empresa como uma ferramenta estratégica no processo de compreensão integrada do ambiente, incentivando à participação individual e coletiva, responsável e permanente como valor inseparável da cidadania, fundamentais a um futuro com desenvolvimento sustentável.

A Águas do Algarve consciente das responsabilidades a nível de sensibilização e educação para a sustentabilidade desenvolveu durante o ano de 2023 um vasto conjunto de ações, e de parcerias, apresentando de seguida as que mais se destacaram

DESAFIO DA ÁGUA

O projeto de Educação Ambiental da Águas do Algarve direcionado para os mais novos que se encontra na sua 2ª edição lançada em março de 2023 com algumas alterações e upgrades ao projeto.

Nesta 2ª edição, prosseguiu-se com a manutenção do site, lançamento de novo vídeo de apresentação do projeto NanoFlex - BeCreative (youtube.com), manteve-se o desenvolvimento de fichas mensais com atividades e exercícios direcionados para a realidade hídrica do Algarve com casos práticos da região algarvia.

No site um novo separador “Subscrever” permite uma base de dados que permitirá o acesso a uma newsletter com todas as atualizações do projeto.

Esta newsletter será enviada de forma trimestral ou sempre que houver novas atividades como o lançamento de uma revista, de uma ficha, de um episódio da série, um concurso ou uma atividade.

Algumas das inovações do projeto durante o ano de 2023 foram um espetáculo de magia da água, duas novas mascotes, a criação de redes sociais do projeto, um concurso regional de banda desenhada, um concurso musical, um roadshow escolar sobre o ciclo da água entre outras atividades.

ESPETÁCULO DE MAGIA

A água é a força mágica que além de gerar vida, nos conecta a tudo o que existe. Somos inteiramente dependentes da água para sobreviver e, tudo o que nos rodeia depende da água para existir. A água é a base da vida tudo. Desde a saúde e bem-estar de todos os seres vivos, até à produção e matéria-prima de tudo o que nos rodeia, mesmo que, de forma não visível a olho nu.

A magia da água é algo que deve ser celebrado e valorizado como elemento primordial para os seres vivos e para o nosso planeta. Foi este o mote que levou a Águas do Algarve a celebrar toda a sabedoria da Água na criação de um espetáculo de magia em que a Água foi a personagem principal e que tiveram lugar em todos os 16 concelhos algarvios entre Maio e Junho.

Muito embora a água seja o centro da vida, porém, nem sempre é valorizada e reconhecida pelo seu valor, motivo pelo qual, nesta ação um mágico e o seu ajudante realizaram truques de magia para surpreender, sensibilizar e envolver as crianças num

universo único de fantasia e encanto através de truques de magia com água. O espetáculo teve cerca de 50 minutos não sendo apenas expositivo com interativo, pois possibilitará contar com a participação dos/as alunos/as em alguns dos truques apresentados



ROADSHOW ESCOLAR

Simultaneamente com o espetáculo de magia, um roadshow correu os 16 municípios com uma atividade que consistia na montagem final de um puzzle em que para ter acesso a cada peça, os grupos teriam de responder corretamente a questões ligadas ao ciclo da água.

Este roadshow esteve presente em escolas de todos os 16 municípios da região, durante todo o mês de maio.

PASSAPORTE AQUÁTICO

O passatempo “Passaporte Aquático” convida os jovens da região do Algarve a explorar os tesouros naturais desta incrível região, com a água como protagonista. Locais icónicos e ligados à natureza como a Praia de Vale do Lobo, a Praia de Cacela Velha, a Praia de Faro, ou o Parque Natural da Ria Formosa, a Praia da Ilha de Tavira, a Praia de Benagil, a Praia da Marinha ou a Lagoa dos Salgados, a Praia do Camilo ou a Praia do Carvoeiro mereceram uma visita com outra atenção no Verão.

Ao visitar estes locais os jovens levaram consigo o passaporte, fizeram um desenho e refletiram um pouco sobre o aspeto natural do local.

Para participar, deveriam imprimir o passaporte, visitar os lugares sugeridos e enviar fotografias do passaporte e dos locais visitados. Os melhores passaportes tiveram como prémio bilhetes para o parque aquático Aquashow.

O concurso decorreu entre o dia 28 de julho de 2023 e o dia 15 de setembro de 2023.

GUARDIÕES DA ÁGUA

Em 2023, o concurso escolar lançado às escolas da região consistiu na construção de uma banda desenhada de 4 páginas em que as turmas foram desafiadas a construir uma história sobre a água e / ou saneamento ou poluição em que a Clarinha e o Salpico fossem as personagens principais.

A este convite à criatividade responderam 220 escolas do Algarve e de todo o país.

À semelhança do ano de 2022, será também organizado um evento de divulgação dos vencedores e entrega de prémios que decorrerá a 22 de março de 2024 nas Quatro Águas em Tavira.

OS EMBAIXADORES DA ÁGUA

A Clarinha e o Salpico são os Embaixadores eleitos para representar a Águas do Algarve nos mais diversos momentos. Jovens, alegres e divertidos, a Clarinha e o Salpico acompanharam todo o projeto de comunicação e educação ambiental -Desafios da Água.

Durante o ano de 2023 a família aumentou e a Clarinha e o Salpico ganharam dois amigos: a Lula Chapim e o Polvo Pitágoras. Os nomes foram a votação e as duas mascotes passaram a incluir a série animada do projeto, newsletters e comunicações digitais.

REVISTA QUADRIMESTRAL

Foi disponibilizada no site uma revista quadrimestral de 12 páginas, durante um ano, que abordou diversas perspetivas dos temas, como a fauna e a flora da região, a atividade da Águas do Algarve – sendo também um veículo para levar o projeto para junto dos professores, encarregados de educação e todos os interessados no projeto.



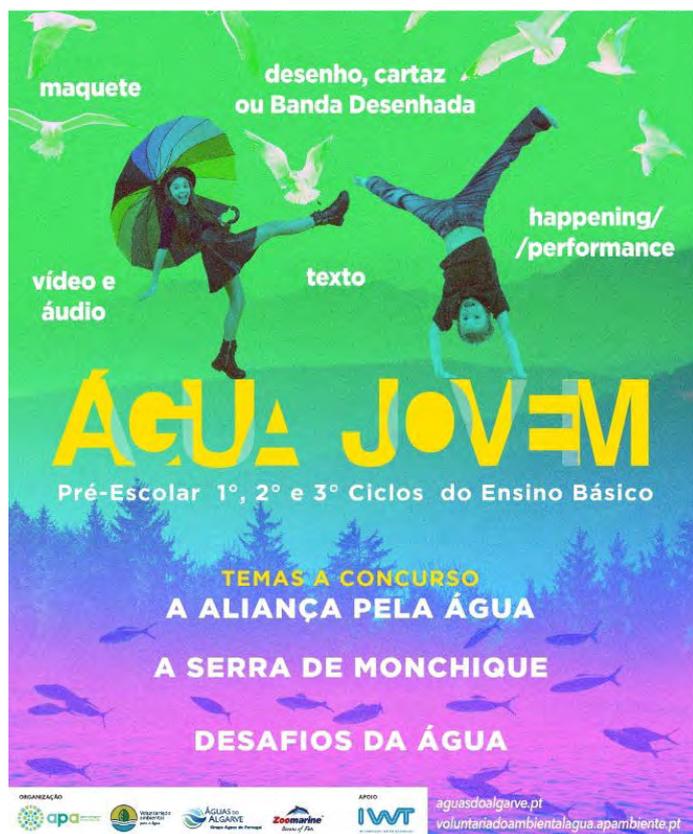
SÉRIE ANIMADA

Foram criados também 2 episódios de uma série animada em que a Clarinha e o Salpico são as personagens principais. Nestes episódios, as nossas mascotes ensinam a poupar água na escola e sensibilizam para a importância de poupar água.

Os episódios podem ser vistos em: <https://desafiodaagua.pt/desafio-da-agua/#mini-serie>.

16 NOVEMBRO - DIA NACIONAL DO MAR

Nesta data em que se assinala o Dia Nacional do Mar foi lançado um concurso às escolas em que teriam que fazer um desenho relativo ao mar. Os vencedores foram a turma do professor Cláudio Garcia do Colégio Bernardete Romeira em Olhão que ganharam uma ida ao Centro de Ciência Viva com o seguinte desenho.



SESSÕES SENSIBILIZAÇÃO ESCOLAS

Além de todas as atividades em conjunto com as escolas da região, foram também feitas visitas e sessões de sensibilização em largas dezenas de escolas de toda a região chegando a mensagem de preservação do meio ambiente a quase 6 milhares de alunos dos 3 ciclos de escolaridade.

Além destas sessões de sensibilização foram estabelecidas diversas parcerias com as mais diversas escolas de todo o Algarve, desde marchas pela água, dias da água, disponibilização de jogos e atividades, quinzenas da água entre outras atividades

13ª EDIÇÃO AGUA JOVEM

De acordo com dados fornecidos, pela UNICEF, "...as alterações climáticas colocam em causa o **bem-estar das crianças**, o acesso à alimentação, água e **educação**. Há regiões do globo mais expostas a estes problemas, tornando a educação ambiental urgente, sobretudo, nos países mais desenvolvidos." Não queremos que Portugal apareça nesta lista, pelo que a Águas do Algarve está motivada para continuar a contribuir para o desenvolvimento de uma maior literacia ambiental, dando a conhecer boas práticas, com experimentação de soluções, dentro da realidade da nossa região algarvia.

Por esta e outras razões, continuamos a fazer parte da construção e desenvolvimento regional do Concurso Educativo "Água Jovem" que não deixa ninguém indiferente. Ano após ano, temos vindo a interagir junto dos mais jovens em idade escolar (*ensino pré-escolar e os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico do Algarve*) sempre com diferentes temáticas e desafios associados.

Os temas deste ano foram:

1. A "Aliança pela Água" (Tema I)
2. A "Serra de Monchique – A importância da água e dos seus ecossistemas aquáticos" (Tema II)
3. Os "Desafios da Água – Impacte das Alterações Climáticas (ODS13) no ODS 6", Tema III.

LANÇAMENTO LIVRO DIGITAL COM “101 MANEIRAS DIVERTIDAS DE POUPAR ÁGUA”

Direcionado aos mais novos e não só, este livro pretende relembrar que existem mais de 100 formas de poupar água através de dicas que podem ser utilizadas no dia-a-dia. Os nossos Embaixadores da Água, a Clarinha e Salpico são os super-heróis que transportarão os leitores nesta viagem pela poupança de água nos mais diversos contextos. Onde existe desperdício na utilização doméstica da Água, é onde se irá aprender a poupar de forma divertida. Assim, a Clarinha e o Salpico vão poupando Água na cozinha, na lavandaria, na casa de banho, no jardim e espaços exteriores, além de atitudes do dia-a-dia que levarão a uma consciência ambiental e poupança de água de forma indireta. Utilizar guardanapos de papel, inserir a poupança de água nas resoluções de Ano Novo, utilizar produtos biológicos, fazer compostagem, cronometrar o banho, cozinhar vegetais a vapor ou utilizar um copo com água para bochechar ao lavar os dentes são algumas das dicas que os nossos super-heróis da poupança recomendam. Disponível no site 101 maneiras divertidas de poupar água | Águas do Algarve (aguasdoalgarve.pt) este livro digital é de acesso gratuito, acessível a todos aqueles que se queiram inspirar e agir conscientemente para preservar a Água e cuidar do meio ambiente.



4.2.8. SERVIÇO DE CADASTRO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

A Águas do Algarve (AdA), desde a sua existência, tem aumentado o seu portefólio de ativos, dependendo destes para garantir um serviço à população e caracterizando-se, consequentemente, como uma empresa ativo-intensiva. Desta forma, é exigida uma criteriosa gestão baseada, maioritariamente, nos dados disponíveis nos diferentes sistemas de informação, quer sejam dados operacionais, geográficos, de manutenção e/ou financeiros.

Dada a dimensão de dados gerados diariamente pelo sistema multimunicipal, é crucial uma boa gestão da informação, sendo que é um dos pilares essenciais da gestão de ativos, nomeadamente na fiabilidade que esses dados têm de possuir, associados aos ativos.

Neste sentido, todos os processos de recolha, sistematização, organização e de atualização da informação são fulcrais para o tratamento de dados e realização de sucessivas avaliações ao desempenho dos ativos por forma a justificar convenientemente a tomada de decisão sobre as intervenções a realizar ao longo do seu ciclo de vida.

Esta área durante o ano de 2023, consolidou a sua posição no seio da Águas do Algarve, S.A. torna-se essencial no apoio à decisão dos investimentos a levar a cabo pela Empresa, participando no planeamento, estudos e priorização desses investimentos dos quais se destacam pela sua importância para a região os Planos, de Recuperação e Resiliência (PRR) e de Neutralidade Energética – Programa Zero do Grupo AdP (PNE).

Sendo um dos pontos fulcrais afetos a esta área a partilha de informação, está prevista a atualização dos sistemas de portais WebSIG para o ano de 2024, sendo que se pretende com esta ação implementar portais com maior disponibilidade e diversificar esta solução, pelos conteúdos fundamentais e direcionados às necessidades dos utilizadores finais, permitindo ainda uma maior capacidade de gestão e administração pelo CADSIG da plataforma WebSIG, possibilitando assim a publicação mais célere de novos elementos necessários à tomada de decisão.

Esta nova solução permitirá ainda a criação de aplicações de mobilidade, de forma a poder ser visualizado quer seja num telemóvel ou num tablet com capacidade para a instalação desta ferramenta, podendo inclusive um colaborador partilhar o seu conhecimento sobre as infraestruturas geridas por esta Sociedade, solicitando alterações, correções ou a inclusão de dados em falta.

Ainda com o objetivo de partilha de informação, toda a informação constante do disco de grande capacidade adquirido no ano de 2022, será englobada em área dedicada no servidor da AdA de forma a ser disponibilizado a todos os colaboradores as Telas Finais em posse desta Área e criada uma pasta “análise” para consulta e análise dos processos, externos, mas com afetação de infraestruturas geridas pelas várias áreas e departamentos desta Empresa.

A gestão e a atualização do arquivo central da Empresa, continua a ter grande relevância, continuando o desenvolvimento dos trabalhos de digitalização dos processos de expropriação e de criação de base de dados para codificação, organização dos mesmos, pretendendo-se que futuramente permita ainda a consulta dos mesmos.

Relativamente ao Processo Orçamental, ao Plano de Atividade e Orçamento e ao novo Estudo de Viabilidade Económico-financeiro, esta Área voltou a participar nos mesmos, na componente de investimentos e integrações.

Continuamos a promover a atualização do cadastro geométrico das parcelas expropriadas, um processo moroso e particularmente difícil, devido aos constrangimentos temporais de operacionalização e conclusão por parte da Direção-Geral do Território (DGT). Salienta-se que este trabalho tem sido executado pela AdA, uma vez que a DGT não efetua operações de renovação cadastral, conforme disposto no n.º 1 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 172/95, de 18 de julho.

Foi cumprido o acompanhamento e reporte quinzenal para o Ministério da Tutela dos trabalhos de remoção da biomassa vegetal em redor das nossas instalações, localizadas em espaços classificados como rurais, dando integral cumprimento do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, recentemente revogado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

À semelhança dos anos anteriores, em 2023, efetuamos a recolha e validação dos valores de cada componente, referentes à Taxa de Recursos Hídricos (TRH), efetuando à posteriori, a previsão para o ano seguinte e apurando os valores unitários a cobrar por metro cúbico a cada área de negócio.

Continuaram-se os trabalhos referentes à uniformização dos números e legendas das peças desenhadas tanto produzidas na Empresa como as que são criadas pelos projetistas e/ou empreiteiros contratados por esta Empresa, e manteve-se o processo de regularização de parcelas expropriadas e a consequente obtenção de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos nossos prédios ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 1, alínea p), do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação dada pelo artigo 9.º da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro.

Face ao que tudo antecede, esta área continuará a prosseguir as ações da sua responsabilidade a realizar durante o ano de 2024, com ponto focal nos novos projetos em desenvolvimento no combate às alterações climáticas e à concretização dos processos de integrações de infraestruturas municipais em curso, no SMAASA, com ênfase nas captações para abastecimento público, tendo o CADSIG carregado na base de dados AdASIG todas as captações municipais em estudo para integração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve.

Prevê-se ainda, e no âmbito da partilha de informação e capacitação da Empresa de mais informação para decisão de possíveis intervenções a realizar, que durante o ano de 2024 sejam integradas na Base de Dados AdASIG as inspeções vídeo efetuadas ao longo dos últimos anos e as que se verifique necessário executar.

4.3. FINANCEIRA

ANÁLISE ECONÓMICA

O Volume de Negócios associado à atividade de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais da Empresa cifrou-se em cerca de 63,2 milhões de euros em 2023, representando um aumento de 6,0% face ao ano anterior. Este acréscimo resultou da combinação de vários fatores, nomeadamente:

- de um aumento dos volumes faturados na área de negócio do abastecimento, passando de 71,54 Mm³ para 73,89 Mm³ (+3,27%) em 2023;
- do acréscimo de 2,7% na tarifa praticada no abastecimento de água, nomeadamente, de 0,4757€/m³ para 0,4885€/m³ e nos rendimentos tarifários, de 26 394 150 de euros para 27 106 792 de euros.

Relativamente ao volume de efluente tratado em 2023, verificou-se uma diminuição 402 mil m³, embora, não tivesse impacto no volume de negócio da Águas do Algarve, S.A. por força da adoção do método de faturação por via de rendimentos tarifários.

Abaixo o volume de negócio em euros:

VOLUME DE NEGÓCIOS⁽¹⁾	2023	2022	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
Vendas	36 078 490	34 033 726	2 044 764	6,01%
Prestação de serviços	27 107 397	26 395 313	712 083	2,70%
Volume de negócios	63 185 886	60 429 039	2 756 847	4,56%

(1) O volume de negócio apresentado não inclui os Rendimentos dos Serviços de Construção e DRG

Relativamente aos rendimentos e gastos relacionados com a manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais é de evidenciar o seguinte:

- No caso do abastecimento de água, os serviços de operação são assegurados totalmente por recursos internos (da AdA) e os serviços de manutenção estão contratados externamente. No saneamento, todos os serviços de operação e manutenção foram contratados externamente exceto para o subsistema da ETAR de Faro/Olhão;
- Este modelo de gestão do sistema de saneamento teve início em abril 2020, com dois contratos de operação e manutenção para as duas zonas de saneamento, Nascente e Poente.

Assim, considera-se que o *cash-cost* é o indicador mais adequado para retirar conclusões, indicador esse que se explicita de seguida:

CASH-COST LÍQUIDO	2023	2022	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
Gastos de Vendas (1)	2 413 166	1 779 906	633 260	35,58%
FSE	32 318 897	26 632 599	5 686 298	21,35%
Gastos com o Pessoal	6 704 031	6 073 378	630 653	10,38%
Outros gastos operacionais *	1 307 557	878 017	429 540	48,92%
Soma 1	42 743 651	35 363 900	7 379 751	20,9%
Subsídios à exploração	137 445	241 131	-103 686	-43,00%
Outros rendimentos operacionais **	1 025 357	817 531	207 826	25,42%
Soma 2	1 162 802	1 058 662	104 141	9,8%
Cash-Cost = soma 1 - soma 2	41 580 849	34 305 239	11 089 955	32,3%

* - exceto imposto selo operações financeiras e imparidades

** - exceto subsídios ao investimento

(1)- O Gasto das Vendas apresentado não inclui os Gastos dos Serviços de Construção

Como se constata, o *cash-cost* aumentou fruto da variação desfavorável dos gastos ocorridos principalmente na rubrica de "FSEs", somando no conjunto 7,38 milhões de euros cujo 77,05% é formado por aquela rubrica. Verificou-se igualmente um aumento na compra de água bruta para a ETA de Fontainhas (+21,5 mil euros), com origem na Barragem da Bravura, o aumento dos gastos com reagentes por efeito de preços e igualmente de quantidade e um significativo aumento nos gastos com Energia, motivado pelo aumento do preço unitário no fornecedor.

Assim, apresenta-se de seguida, o detalhe dos gastos mais significativos, os quais representam cerca de 94% dos gastos em FSE:

RUBRICA	2023	2022	VARIAÇÃO €	VARIAÇÃO %
621 - Subcontratos	14 314 493	14 088 247	226 246	1,6%
6241 - Electricidade	5 657 579	1 596 557	4 061 022	254,4%
6261 - Rendas e alugueres	664 641	347 585	317 056	91,2%
6263 - Seguros	527 232	490 715	36 517	7,4%
6226 - Conservação e reparação	3 664 042	3 310 255	353 787	10,7%
6221 - Trabalhos especializados	5 303 562	4 690 426	613 137	13,1%
62681003 - Material de laboratório	441 721	476 125	-34 404	-7,2%
Outros FSE	1 745 626	1 632 689	112 937	6,9%
62 - FSE	32 318 897	26 632 599	5 686 298	21,4%

Contando que os preços aumentaram no final de 2022 e continuaram a fazê-lo em 2023 verificou-se um aumento acentuado nos gastos com FSE, i.e., mais 21,4% do que em 2022, sendo que a natureza de gastos com maior representatividade é a de eletricidade, com um aumento de 4,06 milhões de euros e uma variação equivalente de 254,4%. Posto isto, verifica-se igualmente um aumento, em 2023, de 91,2% (+317,1 mil euros) na rubrica rendas e alugueres pois começou a ser cobrada uma renda pelo espaço de implantação

da ETAR de VRSA, um aumento de 13,1% (+613,1 mil euros) na rubrica trabalhos especializados, 10,7% (+353,8 mil euros) na rubrica de conservação e reparação, 7,4% (+36,5 mil euros) na rubrica de seguros. Em contraciclo, verifica-se apenas uma redução de 7,2% (-34,4 mil de euros) na rubrica de material de laboratório.

A diferença entre o Volume de Negócios e o *Cash-Cost* representa o EBITDA gerado pela Empresa, cuja evolução se apresenta no quadro seguinte, evidenciando-se igualmente o peso do EBITDA no Volume de Negócios.

EBITDA	2023	2022	VARIAÇÃO €	VARIAÇÃO %
Volume de negócios	63 185 886	60 429 039	2 756 847	4,6%
Cash-Cost Líquido	41 580 849	34 305 239	7 275 611	21,2%
EBITDA	21 605 037	26 123 800	-4 518 764	-17,3%
EBITDA: VN	34,2%	43,2%		-9,0%

A componente financeira associada aos gastos com os recursos das entidades financiadoras da Empresa (bancos + empréstimos AdP) e com os proveitos decorrentes das aplicações financeiras e juros de mora imputáveis aos clientes evoluiu conforme quadro seguinte:

RESULTADOS FINANCEIROS	2023	2022	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
Gastos financeiros (1) (2)	6 660 780	5 515 353	1 145 427	20,77%
Rendimentos financeiros (1)	1 133 946	885 875	248 071	28,00%
Resultados Financeiros	5 526 833	4 629 478	897 356	19,38%

(1) - exceto justo valor

(2) - inclui imposto selo operações financeiras

Os gastos financeiros aumentaram 20,77%, sendo que o respetivo endividamento aumentou em 2,1%, de 2022 para 2023.

Os rendimentos financeiros de 2023, excluindo o efeito do justo valor, aumentaram 28,0% relativamente ao ano 2022, essencialmente devido aos juros de mora associados à dívida de VRSA excluída do ARD que representa uma variação favorável à empresa no valor de 239 899€.

Conjugando os valores do EBITDA com os Resultados Financeiros e IRC, conforme quadro seguinte, chegamos ao indicador *Cash-Flow* Líquido, que diminuiu em valor absoluto e no peso face ao Volume de Negócios.

CASH FLOW LÍQUIDO	2023	2022	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
EBITDA	21 605 037	26 123 800	-4 518 764	-17,30%
Resultados financeiros	5 526 833	4 629 478	897 356	19,38%
IRC	406 516	582 497	-175 981	-30,21%
Cash Flow Líquido	15 671 688	20 911 826	-5 240 138	-25,06%
Cash Flow Líquido: VN	24,8%	34,6%		

Pelo quadro acima podemos concluir que o denominado *cash-flow* líquido piorou face ao volume de negócios, passando de 34,6% em 2022 para 24,8% em 2023.

O quadro seguinte evidencia, em detalhe, a evolução das restantes rubricas de gastos e rendimentos associados ao investimento e justo valor, cujo agregado denominamos gastos de investimento.

GASTOS E RENDIMENTOS LIGADOS AO INVESTIMENTO E JUSTO VALOR	2023	2022	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
Amortizações	22 944 455	22 670 339	274 116	1,21%
Provisões / Perdas por Imparidade	1 522	1 478	43	2,93%
Gastos (justo valor)	208 097	153 843	54 254	35,27%
Soma 1	23 154 074	22 825 661	328 413	1,44%
Subsídios ao Investimento	8 120 605,53	7 956 973	163 633	2,06%
Rendimentos (justo valor)	39 702	39 713	-11	-0,03%
Margem (IFRIC 12)	0	0	0	
Soma 2	8 160 308	7 996 686	163 622	2,05%
Gastos Inv = soma 1 - soma 2	14 993 766	14 828 975	164 791	1,11%

Conjugando os valores do Cash-flow líquido com os deste último quadro (gastos de investimento), chegamos aos Resultados Líquidos da Empresa, cuja evolução se apresenta de seguida:

CASH FLOW LÍQUIDO	2023	2022	VARIAÇÃO €	VARIAÇÃO %
Cash-flow líquido	15 671 688	20 911 826	-5 240 138	-25,06%
Gastos Inv	14 993 766	14 828 975	164 791	1,11%
Resultados Líquidos	2 038 012	1 663 065	374 948	22,55%
Resultados líquidos / Capital Social	6,83%	5,58%		

Enquanto os resultados antes de impostos reduziram-se significativamente em 2020 e em 2021 face a 2019, os anos de 2022 e 2023 revelaram ser ano em contraciclo. O mesmo se verificou em relação aos resultados líquidos, gerando uma rentabilidade dos capitais próprios de 4,1% em 2019, 2,5% em 2020, de 1,2% em 2021, de 5,6% em 2022 e de 6,8% em 2023.

Em 2022 o DRG registado, em termos líquidos de impostos diferidos, ascendeu a cerca de 1,0 milhão de euros.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Da análise económica efetuada acima resulta que a situação financeira da Empresa tenha-se resentido dos efeitos exógenos provocados por uma guerra na Ucrânia antecedida por uma pandemia por COVID-19, verificado nos últimos anos, nomeadamente:

- Em 2023 a Empresa registou um ligeiro aumento no seu passivo oneroso (+2,3% face a 2022), melhorou o Prazo Médio de Pagamentos, passando de 44 para 42 dias. O valor de dívidas vencidas de clientes aumentou em 5,9%.
- Em termos de Resultados o rácio EBITDA / Volume de Negócios piorou face a anos anteriores, grandemente impactado pela subida generalizada de preços, passando de 45,5% em 2020 para 49,0% em 2021, para 43,2% em 2022 e 34,2 em 2023, e o Resultado Líquido da Atividade (sem o Desvio de Recuperação de Gastos) baixou 79,4%.

No capítulo abaixo designado por “prazos médios de recebimento e pagamento” analisa-se o comportamento dos clientes e da Empresa face aos fornecedores.

Quanto aos investimentos, a nota 6 do anexo às contas evidencia o acréscimo de 18,5 milhões de euros em ativos tangíveis e intangíveis brutos.

O quadro seguinte dá-nos conta de como decorrem as candidaturas no âmbito do POSEUR:

CÓDIGO - DESIGNAÇÃO	CANDIDATURA - CONTRATO EM VIGOR		PEDIDOS DE PAGAMENTO				COMPARTICIPAÇÃO		
	VALOR DA CANDIDATURA (1)	COMPARTICIPAÇÃO (2)	DESPESAS APRESENTADAS (3)	DESP. ELEGÍVEIS JÁ APROVADAS (4)	DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS (5)	DESPESAS EM ANÁLISE (6)	COMPARTICIPAÇÃO APROVADA (7)	VALOR RECEBIDO (8)	VALOR APROVADO AINDA NÃO RECEBIDO (9)
FC-000028-FaroOlhão	16 221 382	13 910 215	17 299 823	16 221 382	1 078 441	0	13 910 215	13 910 215	0
FC-000027-Companheira	10 696 314	9 096 271	12 033 285	10 694 814	1 338 471	0	9 095 463	8 638 714	456 749
FC-000026 - Vila do Bispo Sagres	2 026 246	1 722 309	2 087 797	2 016 806	70 991	0	1 716 423	1 716 423	0
FC-000025 - Algoz Tunes	1 773 438	1 507 422	1 849 668	1 773 438	76 231	0	1 507 422	1 507 422	0
FC-000002 - Monchique Norte	652 549	554 667	781 018	652 549	128 469	0	554 667	554 667	0
FC-000835 - Beneficiação da ETA de Alcantarilha	5 068 330	3 505 759	5 010 095	4 942 774	67 321	0	3 395 243	3 235 271	159 971
FC-0001445 - Construção de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR de V.R.S.A.	1 468 195	1 034 855	1 944 198	1 451 754	8 527	0	1 025 469	775 490	249 979
FC-001563 - Remodelação da ETAR de Lagos	12 237 056	10 401 498	15 878 274	11 750 502	210 939	0	10 000 086		10 000 086
FC-001564 - Nova Reserva do Barlavento	2 329 896	1 980 412	2 902 004	2 176 402	135	0	1 980 412		1 980 412
TOTAIS	52 473 406	43 713 406	59 786 164	51 680 421	2 979 524	0	43 185 398	30 338 201	12 847 197

1) Montante Elegível aprovado na Candidatura

2) Montante máximo de participação aprovada

3) Montante total de despesas apresentadas em PP

4) Montante elegível total aprovado, das despesas apresentadas em PP

5) Montante não elegível validado, das despesas apresentadas em PP

6) Pedidos de Pagamento em análise

7) Montante de participação aprovada, face às despesas elegíveis apresentadas em PP

8) Montantes de participação já recebidos

9) Montantes de participação já aprovados, por pagar

Da tabela anterior, as candidaturas referentes à Remodelação da ETAR de Lagos, e à Nova Reserva do Barlavento, para as quais a respetiva comparticipação aprovada e executada soma conjuntamente 11 980 497,85 €, foram concedidas em regime de “overbooking”.

PRAZOS MÉDIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

A Águas do Algarve, S.A. é prestadora dos serviços de abastecimento e de saneamento “em alta” para a região do Algarve. Como consequência, os Clientes são as Câmaras Municipais ou Empresas detidas exclusiva ou maioritariamente pelos Municípios, perfazendo atualmente 19 clientes.

Os quadros seguintes resumem a dívida (não corrente e corrente) dos clientes no final de 2023 e 2022 e os prazos médios de recebimento:

DÍVIDA (CORRENTE E NÃO CORRENTE)	2023	2022	VARIAÇÃO €	VARIAÇÃO %
Dívida Vencida	14 184 217	13 399 228	784 989	5,9%
Dívida Não Vencida	23 123 509	23 075 908	47 601	0,2%
TOTAIS	337 307 726	36 475 136	832 590	2,3%

Os saldos acima correspondem a valores brutos, portanto sem imparidades (2 718 640€ em 2023), e faturados, ou seja, sem Acréscimos de juros de mora não faturados a clientes (5 107 864€ em 2023).

PRAZOS MÉDIOS DE RECEBIMENTO	2023	2022	VARIAÇÃO DIAS	VARIAÇÃO %
PMR (Dias)	53	50	3	5,1%

Verifica-se no final de 2023 um aumento da dívida total de clientes, um ligeiro aumento da dívida vencida e da dívida total não vencida. Este efeito tem origem essencialmente em faturas de setembro e outubro 2023, entretanto todas liquidadas nos primeiros dias de 2024. A semelhança de anos anteriores, embora impercetível no quadro da dívida total de clientes, a Empresa renovou o esforço em procurar resolver diferendos com clientes com vista à recuperação de créditos vencidos.

A semelhança do verificado no mandato anterior, após a nomeação do Conselho de Administração em 15 de março de 2021 para o triénio 2021-2023, foram efetuadas várias reuniões com os municípios cuja antiguidade do saldo era superior a 2 meses com o objetivo de se estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. Os pontos mais relevantes são os seguintes:

TAVIRAVERDE E.M.

O valor vencido, 3,53 milhões de euros, 3,23 dos quais correspondem a 4 Processos que se encontram no Supremo Tribunal a aguardar decisão e 302 mil euros correspondente à faturas de outubro 2023, entretanto liquidadas no dia 02 de janeiro 2024;

VRSA, SGU E.M. / MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

A 25 de maio 2021 foi celebrado um Acordo de Regularização de Dívida (ARD), para 16,8 M€. À data de fecho do ano de 2023 o cliente amortizou as respetivas prestações trimestrais consideradas no Plano de Pagamento do ARD. A expectativa da AdA é a de que o remanescente do ARD à data seja regularizado via FAM – Fundo de Apoio Municipal, ou através de uma cessão de posição contratual a um banco comercial ou ao BEI.

A restante dívida (9,8 M€) poderá ser resolvida extrajudicialmente, favorecendo o indicador de gestão “Dívida Comercial de Devedores Municipais”, caso este se mantenha em 2024, independentemente da data de entrada em caixa ou equivalente de caixa se verificar.

ÁGUAS DE VRSA

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 266,5 mil euros correspondente às faturas AA e AR de outubro de 2023, entretanto liquidadas a 12 de janeiro de 2024. O Cliente tem registado valores vencidos nos fechos de cada mês, liquidando-os num prazo entre 60 e 90 dias.

FAGAR

Relativamente ao Acordo de Regularização de Dívida (ARD), celebrado em 2011 entre a Empresa e a FAGAR, a AdA mantém contabilisticamente um valor em aberto de 1,06 milhões de euros. Aquando da integração das infraestruturas de saneamento no património da AdA, S.A., haverá lugar à compensação de valores que resultarem da valorização final das infraestruturas, a qual irá ser ainda feita.

Em 2022 foi iniciado um processo para conciliação de registos contabilísticos e acerto de contas com a CM Faro e a FAGAR, visando resolver algumas divergências que persistiram durante alguns anos. A conciliação foi realizada durante o exercício de 2022.

Os trabalhos referentes à formalização da transferência da propriedade de ativos e do cumprimento dos termos da adesão do Município de Faro aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento estão em curso, tendo as entidades acordado a contratação de serviços jurídicos comuns para o efeito, que desejavelmente permitirá no curto prazo regularizar os processos em aberto entre a AdA e a FAGAR.

AMBIOLHÃO

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 314,4 mil euros correspondente às faturas AA e AR de outubro de 2023, entretanto liquidadas a 08 de janeiro 2024. O Cliente tem registado, a partir de abril 2023, valores vencidos nos fechos de cada mês, liquidando-os num prazo entre 60 e 90 dias.

TAVIRAVERDE

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 215,1 mil euros correspondente às faturas AA e AR de outubro de 2023, entretanto liquidadas a 02 de janeiro 2024. O Cliente tem registado esporadicamente valores vencidos nos fechos do mês, liquidando-os num prazo entre 60 e 90 dias.

VILA DO BISPO

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 164,5 mil euros correspondente às faturas AA e AR de setembro e outubro de 2023, entretanto liquidadas a 10 de janeiro 2024. O Cliente tem registado esporadicamente valores vencidos nos fechos do mês, liquidando-os num prazo entre 60 e 90 dias.

CASTRO MARIM

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 64,4 mil euros correspondente à fatura AA de outubro de 2023, entretanto liquidadas a 02 de janeiro 2024.

Relativamente aos restantes clientes, verifica-se, em termos gerais, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias).

De referir que o atraso no pagamento de faturas emitidas há mais de 60 dias, nem que seja por alguns dias como acima apresentado prejudica não só o rácio PMR mas também o indicador desempenho cuja a administração da Águas do Algarve, S.A. é avaliada podendo ter passado em 2023 de uma avaliação “não atingido” para “atingido”.

Para além dos valores contabilizados na conta de clientes, estão registados na rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, 5,1 milhões de euros referentes a juros de mora estimados para os atrasos na regularização de dívida, tais como a dívida de clientes em injunções/processos administrativos (ver nota 11).

No que respeita ao pagamento a fornecedores, os prazos contratualmente estabelecidos, em regra 30 dias, estão a ser antecipados. De notar que o saldo de fornecedores de imobilizado incorpora valores de integração de património municipal ainda não liquidados por razões de natureza administrativa, nomeadamente obtenção das autorizações do concedente para proceder à integração, bem como retenções de pagamento de faturas como garantia prevista em contrato, nos termos do Código da Contratação Pública.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	2023	2022	VARIAÇÃO DIAS	VARIAÇÃO %
PMP (Dias)	42	44	-2	-3,5%

O valor do PMP melhorou ligeiramente de 2022 para 2023, passando de 44 para 42 dias, respetivamente.

4.4. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO

No ano de 2023 deu-se seguimento à execução dos projetos IDI que já estavam em curso no ano transato, tendo-se apoiado igualmente a realização de estudos e projetos por parte de entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

PROJETOS I+I&D

PROJETO AA-FLOODS

Foi concluído em 30 de junho de 2023 o projeto AA-FLOODS - Novas ferramentas de prevenção, alerta, coordenação e gestão de Emergência por Cheias ao nível local – no âmbito do Programa Europeu - Espaço Atlântico, cujo início havia tido lugar a 1 de março de 2019. O projeto integrou nove parceiros de cinco países, especificamente de Portugal, Espanha, França, Irlanda e Reino Unido.

Em termos de enquadramento geral o Projeto, incide sobre o fenómeno das cheias, que decorrentes das Alterações Climáticas, afetam cada vez mais a vida das pessoas na área do Espaço Atlântico. Esta é uma matéria cuja gestão e responsabilidade não compete apenas aos governos, mas também dos municípios, comunidades locais, entidades gestoras de água, meio científico e ONGs. O AA-FLOODS deu um contributo determinante para unir esses atores, criando e testando novas ferramentas, projetos pilotos, planos e regulamentos que permitem melhorar a gestão e a resposta a situações de inundações.

No âmbito do projeto AA-FLOODS foram desenvolvidas novas ferramentas ao nível dos sistemas de prevenção e simulação de inundações/cheias, sendo que no caso da AdA se deu especial enfoque ao vale a jusante da Barragem de Odelouca. O Projeto AA-FLOODS permitiu a elaboração do Modelo Digital de Terreno (MDT), o Modelo Digital de Superfície (MDS), o Modelo Digital de Elevação (DEM) e os Ortofotomapas da área de influência da descarga da barragem de Odelouca através da utilização de LIDAR (Light Detection And Ranging), Aerofotogrametria, e Batimetria de todo o Vale a jusante. A utilização destes dados, permitiu criar um modelo hidráulico, IBER, que visa otimizar o regime de descargas da barragem, num compromisso entre assegurar o cumprimento das descargas necessárias à garantia da segurança estrutural da barragem e minimizar o risco de danos no vale a jusante

WATER MINING

Continuou-se com a execução projeto de I&D e inovação WATER- MINING – “*Next generation water-smart management systems: large scale demonstrations for a circular economy and society*”, que é coordenado pela Universidade Técnica de Delft (Países Baixos) e conta com a participação de 38 parceiros europeus dos setores científico – tecnológico e empresarial, público e privado, provenientes de 12 países. O projeto é financiado pela União Europeia ao abrigo do programa Europeu de inovação e investigação H2020, no tópico CE-SC5-04-2019 - *Building a water-smart economy and society, subtópicos Symbiosis between industry and water utilities e Large Scale applications with multiple water users at various relevant scales.*

Durante o ano de 2023 avaliou-se a qualidade do biopolímero produzido a partir das lamas aeróbias granulares no protótipo instalado na ETAR de Faro/Olhão, tanto a nível dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos como das propriedades reológicas. O biopolímero tem aplicabilidade em vários setores, designadamente a nível agrícola face às suas propriedades como bioestimulante do crescimento das plantas e à sua capacidade de absorção de água. O trabalho desenvolvido, com forte componente de economia circular e de comunicação com as partes interessadas, foi analisado e discutido na reunião anual do projeto, que se realizou em outubro de 2023 em Larnaca, Chipre, juntamente com outros casos de estudo.

A AdA participou igualmente em dois workshops internacionais pela via temática onde apresentou os principais resultados obtidos até então. O primeiro, em 21 de março, integrado no *Official United Nations Satellite Workshop*, Campinas, São Paulo, Brasil e o segundo em 7 de julho, dedicado à apresentação do Nereda, Kaumera, Cadeias de Valor Circular e reutilização de água, TU Delft, Países Baixos.

SINERGEA

Em 2023 desenvolveu-se uma plataforma inteligente de suporte à gestão integrada e otimizada da energia, da qualidade da água balnear e de eventos de inundações na cidade de Albufeira e ambientes adjacentes, onde se integram os subsistemas de Vale Faro e Ferreiras, sendo parte integrante do projeto SINERGEA – “*Sistema inteligente para apoio ao uso eficiente de recursos e à gestão de emergências de inundações e de contaminação balnear em cidades costeiras*”, tendo-se iniciado os respetivos testes.

O projeto foi financiado pelo PORTUGAL 2020, ao abrigo do Aviso n.º 03/SI/2017 - SI I&DT Empresarial, contando como parceiros para além da AdA a SIEMENS S.A. (promotor líder), o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a Universidade do Algarve (UAlg) e o Instituto Superior Técnico. O Município de Albufeira (MunAlb) e a Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA-ARHAlg) são igualmente parceiros do projeto, embora não sejam financiados.

OUTROS PROJETOS

- *Plano de Segurança da Água do SMAAA e certificação do produto “água para consumo humano”* - Em 2023 foi mantido o Plano de Segurança da Água do SMAAA e a certificação do produto “água para consumo humano” de acordo com a recomendação ERSAR n.º 2/2011.
- *A UAlg tem vindo a realizar vários estudos para monitorização dos contaminantes de interesse emergente (e.g., fármacos), disponibilizando a AdA acesso às instalações, partilha de amostras e, ou discussão dos resultados obtidos:*
 - *Projeto de Investigação e Desenvolvimento sobre tratamento terciário de águas residuais com microalgas e valorização de biomassa em biorefinaria.* A AdA apoia a realização da Tese de Doutoramento na área de Sistemas Ambientais da Universidade do Algarve, referente à utilização de microalgas, uma tecnologia sustentável e de baixo custo, para remoção de contaminantes de interesse emergente (CIE), disponibilizando acesso às suas instalações para recolha de amostras de águas residuais passíveis de serem utilizadas nos ensaios laboratoriais.
 - *Projeto de Investigação da UAlg “Bioaugmentação e transferência de plasmídeos por conjugação utilizando bactérias de ambientes extremos para aumentar a biodegradação de poluentes recalcitrantes em lama – BIOEXTREMDEGRAD”.* A AdA apoia a realização deste projeto através da disponibilização de lama aeróbia granular como inóculo para os reatores laboratoriais e do acompanhamento e discussão dos resultados obtidos.

- o Projeto de Investigação da UAlg “MicroFish/MicroWaste”. Neste projeto, apoiado pela AdA, a UALG efetua a monitorização de compostos farmacêuticos no efluente líquido, à entrada e saída da ETAR de Faro/Olhão.

PUBLICAÇÕES / COMUNICAÇÕES / POSTER

- o Martins A. Águas do algarve, S.A. – ApR e Circularidade dos Recursos. *Workshop Água e ODS Locais*. Julho 2023. Universidade do Algarve. Faro.
- o Martins A. Águas do Algarve circular economy and tourism projects. *Knowledge Exchange and Capacity Building Workshop “Implementing circular economy principles in the water sector”*. Setembro 2023. Portimão.
- o Martins A. Kaumera – Experience from demonstration in Portugal. CS3: Faro/Olhão NEREDA® WWTP. *Official United Nations Satellite Workshop*. Julho 2023. Campinas, São Paulo, Brasil (via telemática).
- o Martins A. Kaumera – Experience from demonstration in Portugal. CS3: Faro/Olhão NEREDA® WWTP. *Official United Nations Satellite Workshop*. Julho 2023. Campinas, São Paulo, Brasil (via telemática).
- o Almeida F. Fernandes T. Desafio da Água - Poupança sem fronteiras. ENEG 2023. Gondomar.
- o Espanha A. Mamede A., Martins AR. Gestão de ativos: conhecer para ser sustentável. ENEG 2023. Gondomar.
- o Migueis L. Infraestruturas de produção, elevação e adução de água para reutilização da ETAR de Vilamoura. ENEG 2023. Gondomar.
- o Sancho R. Correia P. Costa L. Peres A. Ramos P. Lucas H. Implementação da etapa de flotação na ETA de Alcantarilha. ENEG 2023. Gondomar.
- o Sancho R. Matos M. Silva M. Carapuça F. Lucas H. Redução da produção de cloratos como subproduto da adição de hipoclorito de sódio. ENEG 2023. Gondomar.
- o Martins A. Experience in water reuse in Portugal. Bottlenecks and Regional Plans. Official United Nations Satellite Workshop, Campinas. Julho 2023. São Paulo, Brasil (via telemática).
- o Martins A. Kaumera – Case study results and potential applications. Addressing water scarcity through circularity: the WATER-MINING project. *Larnaca Sewerage Board Workshop*. Outubro 2023. Larnaca. Chipre
- o Catarina Silva a, Cristina M.M. Almeida b c, João A. Rodrigues d, Sofia Silva b c, Maria do Rosário Coelho e, António Martins e, Rita Lourinho f, Eugénia Cardoso f, Vítor Vale Cardoso d, Maria João Benoliel d, Elsa Mesquita a, Rita Ribeiro a, Maria João Rosa a. - *Improving the control of pharmaceutical compounds in activated sludge wastewater treatment plants: key operating conditions and monitoring parameters*. *Journal of Water Process Engineering*. Volume 54, August 2023., <https://doi.org/10.1016/j.jwpe.2023.103985>

4.5. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

A Águas do Algarve está em processo de finalização de formalização de contratos de fornecimento de água para reutilização a clientes sediados no Concelho de Castro Marim.

Mantém-se o cenário de elevada incerteza no teatro geopolítico mundial, com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia sem desenlace à vista, e com o aumento de carácter estrutural da generalidade dos preços de aquisição de bens e serviços, com especial ênfase os da energia.

Não obstante este quadro incerto a Administração da Águas do Algarve entende que a solvabilidade da Empresa, bem como a continuação da sua atividade normal, não estão em causa.

DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos no dia 29 de Fevereiro de 2024 à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2023.

Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de gastos operacionais relacionados com os aumentos significativos de preços de aquisição, a Empresa propôs à ERSAR que não haja lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2023.

Importa realçar que o contexto de atuação da ERSAR para a partir desta Remuneração Acionista de 2022, e anos posteriores está marcado pela impugnação judicial intentada pela AdA ainda durante o ano de 2022 contra a ERSAR e contra o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2021, e o respetivo ajustamento (corte) na Remuneração Acionista desse ano.

Independentemente do mencionado atrás, a Empresa entende que os efeitos e consequências que os haja não põem em causa as contas de 2023.

4.6 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

ENQUADRAMENTO

As empresas deverão incluir nos seus R&C um capítulo autónomo (anexo I) dedicado ao Cumprimento das Orientações e Obrigações Legais, conforme estipulado nas Instruções sobre os processos de prestação de contas.

O presente documento respeita a ordem constante do ofício acima identificado e visa auxiliar as empresas na elaboração do referido anexo, designadamente através da disponibilização de textos. Os mesmos não dispensam a inclusão da restante informação, nomeadamente os quadros solicitados no anexo.

Reforça-se a necessidade da justificação dos eventuais incumprimentos ser efetuada no ponto a que respeita (“Qualquer eventual não cumprimento dos aspetos legais ou das orientações transmitidas, deverá ser objeto de fundamentação rigorosa, com a indicação da data prevista para a regularização desse incumprimento, bem como com a explicitação de eventual Despacho/Diploma Legal que permita a exceção.”). Paralelamente, no quadro do apêndice 2, na coluna da justificação, deve ser feita remissão ao respetivo ponto. Chama-se a atenção para a necessidade de assegurar a consistência dos valores reais (históricos) agora a reportar com outros anterior e formalmente reportados (nomeadamente em sede de PAO ou de R&C anteriores).

Quando se verificarem discrepâncias dever-se-á apresentar o motivo e, se possível, demonstrar a reconciliação dos números (ex.: n.º trabalhadores: diferente critério no apuramento do número – especificar qual).

PONTO 1 - OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38º DO REGIME JURÍDICO DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

a) Objetivos definidos pelo “acionista” para 2023, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 28 de junho de 2021 foram aprovadas as Orientações Estratégicas e Objetivos e Indicadores de Gestão para o mandato em curso (2021-2023), cujo grau de concretização relativamente ao exercício de 2023 será objeto de apreciação na assembleia geral anual de março de 2024.

Glosário

AA = Abastecimento de Água;

AR = Águas Residuais;

PRC = Plano de Redução de Custos;

PAO = Plano de Atividade e Orçamento;

PMP = Prazo Médio de Pagamento;

RCM = Resolução de Conselho de Ministros;

PP = Ponto Percentual;

RL = Resultado Líquido;

DRG = Devio de Recuperação de Gastos;

AQA = Avaliação da Qualidade da Água;

AQAR = Avaliação da Qualidade da Água Residual;

Os objetivos e indicadores de desempenho, com metas a atingir e fórmulas de cálculo para aferir o grau de cumprimento dos mesmos foram os seguintes:

FINANCEIROS

INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	ADA
Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	10,0%
Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do calculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.	10,0%
Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com a RCM 34/2008: 1: Incumprir: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumprir: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Excede: quando PMP <= 60 dias. Quando PMP > 60 dias ou incumprir com a RCM 34/2008: 1: Incumprir: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumprir: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Excede: face ao ano anterior; PMP < -25%.	10,0%
Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	10,0%

AMBIENTAIS E DE SERVIÇO

INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	ADA
Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto >= 80,00%; < 90,00% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	10,0%
Qualidade da Água Fornecida	$AQA = QA$ (Ano N)	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
Qualidade das Águas Residuais	$AQAR = QAR$ (Ano N)	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior a 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
Plano de Lamas	Implementação do Plano de Lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em < 40% do previsto no PAO; 2. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 40% do previsto no PAO; 3. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 60% do previsto no PAO.	7,5%
Plano de Eficiência Hídrica	Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve.	Cumprimento do plano de acção para as medidas de interligação Sotavento/ Barlavento, Aproveitamento do volume morto - Beliche; Águas para Reutilização, Tomada de Água no Pomorão e Dessalinização, de acordo com a tabela em Anexo (?)	5%
Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de ultimo recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e Complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e Complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e Complementar até 31.12.2021 *após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescendo às ACA's existentes	5%

Para 2023 não foram considerados os seguintes Indicadores:

- Neutralidade Energética
- Plano de Lamas
- Água para Reutilização (incluído no Plano de Eficiência Hídrica)
- Efluentes Agroindustriais e agropecuários.

Tendo os respetivos ponderadores sido distribuídos proporcionalmente pelos restantes indicadores.

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores estabelecidos:

FINANCEIROS

INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	ADA
Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	12,5%
Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	12,5%
Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.	12,5%
Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com a RCM 34/2008: 1: Incumprido: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Excede: quando PMP <= 60 dias. Quando PMP > 60 dias ou incumprido com a RCM 34/2008: 1: Incumprido: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumpre: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Excede: face ao ano anterior, PMP < -25%.	12,5%
Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	12,5%

AMBIENTAIS E DE SERVIÇO

INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	ADA
Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. N° Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. N° Ações executadas face ao previsto >= 80,00%; < 90,00% 3. N° Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	12,5%
Qualidade da Água Fornecida	$AQA = QA (\text{Ano N})$	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00% *sem deterioração face ao ano anterior	9,4%
Qualidade das Águas Residuais	$AQAR = QAR (\text{Ano N})$	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00% *sem deterioração face ao ano anterior	9,4%
Plano de Eficiência Hídrica	Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve.	Cumprimento do plano de acção para as medidas de interligação Sotavento/Barlavento, Aproveitamento do volume morto - Beliche; Águas para Reutilização, Tomada de Água no Pomorão e Dessalinização, de acordo com a tabela em Anexo (?)	6,3%

FINANCEIROS

(CONTINUAÇÃO)

PONTUAÇÃO FINAL DO PERÍODO

PRC à data 2023 (%)	PRC à data PAO 2023 (%)	PRC Dez para Cumprir (%)	Var 2023 - PAO à data (%)	Classificação
56,41%	53,43%	53,53%	5,59%	1
Dívida Vencida Cliente 2023 à Data (M€)	Dívida Vencida Cliente 2022 à Data (M€)	Dívida Vencida Cliente 2023 Dez para Cumprir (M€)	DCDMA (%)	Classificação
14,18	13,40	14,07	105,86%	1
Stock da Dívida 2023 Data Ajustado (M€)	Stock da Dívida 2022 à Data (M€)	Stock da Dívida 2023 para cumprir (M€)	Endividamento (%)	Classificação
170,3	172,4	175,8	-1%	3
PMP 2023 à Data (dias)	PMP 2022 à Data (dias)	PMP 2023 Dez para Cumprir (dias)	Var PMP (N/N-1) ou PMP (N) (dias ou %)	Classificação
42	44	32	-3%	1
RL sem DRG 2023 à Data (€)	RL sem DRG à Data PAO 2023 (€)	RL sem DRG 2023 Dez para Cumprir (M€)	Var RL 2023 - PAO Data sem Efeito do DRG	Classificação
1 024 570	6 865 591	6 522 311	-85%	1

AMBIENTAIS E DE SERVIÇO

(CONTINUAÇÃO)

PONTUAÇÃO FINAL DO PERÍODO

Número de Ações Realizadas em 2023 à Data	Número de Ações Previstas em 2023 à Data	Número de Ações Realizadas em 2023 Dez para Cumprir	Execução do Plano de Manutenção (%)	Classificação
12882	13999	80% do número de ações previstas	92%	3
Análises Realizadas (AR) ao abrigo do PCQA 2.º Semestre 2023	Análises Conformes Segundo o PCQA 2.º Semestre 2023	Análises Conformes (AC) Segundo o PCQA 2023 Dez para Cumprir (%)	Qualidade da Água Fornecida (%)	Classificação
8888	8883	AC=AR=100%	99,9%	3
Análises Realizadas (AR) ao abrigo do Normativo de Descarga 2023	Análises Conformes (AC) Segundo o Normativo de Descarga 2023	Análises Conformes (AC) Segundo o Normativo de Descarga 2023 Dez para Cumprir (%)	Qualidade das Águas Residuais (%)	Classificação
2212	2174	AC/AR>90%	98,3%	3
Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve				
Interligação Barlavento - Sotavento Aprovação dos projetos de execução (Barlavento e Sotavento)	Aproveitamento do volume morto - Beliche - Abertura do procedimento execução Comporta e Sistema Elevatório	Tomada de água no Pomarão Adjudicação procedimento para Avaliação Impacto Ambiental	Dessalinização - Adjudicação procedimento Estudo de Impacto Ambiental	Classificação
1	3	1	1	2

MODO DE AVALIAÇÃO		AVALIAÇÃO DOS GESTORES	
1	Não Atingido	< 1,8	Não Cumprido
2	Atingido	$1,8 \leq \text{Avaliação} < 2,5$	Cumprido
3	Superado	$\geq 2,5$	Superado

A avaliação dos gestores é feita pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório da pontuação de cada indicador determinado nos termos do disposto acima.

A Empresa atingiu o objetivo global de 2023 com uma notação de 1,9, cumprido. Em 2022 a empresa tinha atingido uma nota de 2,1 o que corresponde também à classificação de cumprido.

b) Execução do plano de atividades e orçamento para 2023

Por outro lado, os princípios estabelecidos no Estatuto do Gestor Público quanto ao exercício das funções de administração nas Empresas do Setor Empresarial do Estado implicam que, de forma eficiente e empenhada, se cumpre a missão da Empresa como concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, “em alta”, para a região do Algarve.

A materialização dos objetivos que daí resultam é efetuada no plano de atividades e orçamento (PAO) que foi elaborado e posteriormente aprovado a 29 de dezembro 2023.

Em linhas gerais, o Plano de Atividades e Orçamento, incluindo o Plano de Investimentos, assentou no estabelecimento de um conjunto de objetivos para 2023, face ao ano de 2019, que de seguida se apresentam:

- i. A melhoria da eficiência operacional, traduzida numa redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios;
- ii. A contenção dos gastos com pessoal;
- iii. Que o crescimento do endividamento remunerado corrigido de aumentos de capital e líquido do financiamento de novos investimentos não excede os 2%;
- iv. Que novas atividades sejam sustentadas em análise de custo-benefício demonstrativas da racionalidade económica para a prossecução dos objetivos gerais da Empresa.

E ainda, em cumprimentos com as instruções da DGTF em matéria de prestação de contas apresentam-se os seguintes indicadores:

INDICADORES DE GESTÃO	PAO 2023	EXECUÇÃO 2023	DESVIO (+/-)
Resultado Líquido	1 865 990 €	2 038 013 €	172 022
EBITDA	24 004 387 €	21 605 037 €	-2 399 350
Resultado Operacional (1) (EBIT)	5 680 342 €	8 128 648 €	2 448 306
Volume de Negócio (2)	64 704 531 €	63 185 886 €	-1 518 645
Endividamento	173 298 839 €	176 052 491 €	2 753 652
Dívida Financeira Líquida (3) / EBITDA	665%	749%	85%
Disponibilidades	13 396 859 €	2 303 199 €	-11 093 660
Outros depósitos a prazo		11 835 854 €	11 835 854
Imp.Indirectos-Imp.Selo Oper Financeiras -Nacional	3 162 €	9 587 €	6 425

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do VN.

3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

c) Execução do Plano de Atividade e Orçamento 2023 na vertente Investimento e nível de Endividamento.

PLANO DE INVESTIMENTO	PAO 2023	EXECUTADO 2023							DESVIO (PAO VS EXECUTADO)
		TOTAL	FONTES DE FINANCIAMENTO						
			AUTOFINANCIAMENTO (RECEITAS PRÓPRIAS)	ORÇAMENTO DO ESTADO	ENDIVIDAMENTO	FUNDOS COMUNITÁRIOS	PRR	OUTRAS	
Valor total do investimento	44 072 640	18 470 243			18 470 243	0			25 602 397
Investimentos previstos no PAO mas excedeu o montante aprovado	6 441 589	8 866 721	0	0	8 762 946	0	103 775	0	-2 425 133
114-Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e respectivos emissários	394 907	614 451			614 451				-219 544
215 - Reformulação do sistema de telegestão do SMAAA	17 429	39 642			39 642				-22 213
219 - Reforço de adução na zona da Penina	77 142	103 775			0		103 775		-26 633
257 - Reabilitação da ETAR de Lagos	5 574 264	7 714 234			7 714 234				-2 139 970
339-Estação Elevatória, desinfecção, adução e pontos de entrega: reutilização da água tratada na ETAR de VRSA	377 787	393 942			393 942				-16 155
555-Investimentos I Candidatura	60	677			677				-617
Investimentos não previstos PAO	0	360 266	0	0	969 035	0	0	0	-969 035
129 - Concessão - Construção da ETAR de Faro	0	2 410			2 410				-2 410
133-Nova Reserva do Barlavento	0	157			157				-157
266-Investimentos Diversos 2018	0	169			169				-169
287-Sistemas de Resiliência à seca (Sistemas de bombagem de Volumes Mortos das albufeiras)	0	13 127			621 895				-621 895
367-Carregadores VEs ETA Alcantarilha	0	35 864			35 864				-35 864
371 - Fornecimento e Montagem de uma Plataforma	0	157 067			157 067				-157 067
372 - CE-Reab Furos LF2, LF6 e LF8 Portelas	0	22 123			22 123				-22 123
374-ETAR Autódromo	0	129 349			129 349				-129 349

Pese embora a AdA tenha realizado 4,41 M€ de investimentos não previstos em orçamento, i.e., 3,09 M€ acima do previsto e 1,31 M€ em investimentos não previstos, no cômputo geral a empresa ficou abaixo do orçamentado em 9,44 M€. Por outro lado, inseridos no valor apresentado estão revisões de preços faturadas pelos fornecedores calculadas em consonância com os índices de atualização previstos nos cadernos de encargos e na própria legislação.

PONTO 2 - GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneiio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneiio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DE TAXA DE JURO	31.12.2023	IMPACTO TAXA MÉDIA +1%	IMPACTO TAXA MÉDIA -1%
Juros (gastos) à taxa variável	2 133 938	546 754	-546 754
Juros (rendimentos) à taxa variável	1 133 946	290 538	-562 742
Impacto Líquido	999 992	256 216	15 988

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2023 e 2022 não foram contratados swaps cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual.

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

ANO FIM DO PERÍODO EM VIGOR PARA A ATUAL TAXA DE	CAPITAL EM DÍVIDA (NOTA 19)	VALOR DO CAPITAL NO ANO DE REFIXAÇÃO DE TAXA
2023	124 832 940 €	
2024		
2025		
2026		
2027		
2028		
2029		
2030		60 776 372 €
2031		8 962 470 €
2032		11 119 360 €
2033		
2034		43 974 738 €
SOMA		124 832 940

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos obrigacionistas) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2023 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2023 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017 a AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches: (i) transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A; (ii) prorrogação da data final de disponibilidade do financiamento até 14 de setembro de 2023; (iii) waiver ao covenant “Net debt/EBITDA” relativo ao ano 2023. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo AdP tem utilizados 320,6 milhões de euros da tranche A e 49,3 milhões de euros da tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

LINHAS DE CRÉDITO DE CURTO PRAZO CONTRATUALIZADAS

RISCO DE LIQUIDEZ (MILHÕES EUROS)	PLAFOND DISPONÍVEL	PLAFOND USADO	PLAFOND NÃO USADO
Descobertos bancários (atribuíveis apenas à AdA)	7,0	0,0	7,0
Empréstimos de empresas do Grupo	0,0	0,0	0,0
Empréstimos de curto prazo a empresas do Grupo	0,0	0,0	0,0
Linhas de crédito líquidas disponíveis atribuíveis à AdP SGPS	15,0	15,0	0,0
Descobertos bancários (Grupo AdP)	27,0	21,0	6,0

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO EM MILHÕES EUROS	2023	2022
Empréstimos não correntes (empréstimos obrigacionistas)	0,0	0,0
Empréstimos não correntes (empréstimos obrigacionistas e de empresas do Grupo)	51,5	36,0
Disponibilidades	14,1	14,3
Endividamento líquido	37,4	21,7
Total capital próprio	34,3	32,2
Capital	29,8	29,8
Endividamento líquido/total do capital	109,1%	67,3%

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

- **Risco de crédito**

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

- **Contraparte de exploração**

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

- i. **Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais (“Municípios”)**

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AdP entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

ii. Estado e Setor Público, Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

iii. Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

SEGMENTO DE NEGÓCIO (MILHÕES DE €)

NEGÓCIO EM ALTA

Tipologia de clientes	Município	Outros	Total
Risco	Baixo	Médio	
Exposição bruta	37,3	0,0	37,3
Imparidade	2,7	0,0	2,7
Exposição líquida	34,6	0,0	34,6

(*) Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados, e empresas municipais ou intermunicipais.

(**) Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

Em 31 de dezembro de 2023 a antiguidade da dívida de clientes (exceto Municípios) e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

31.12.2023

INSTITUCIONAIS, EMPRESAS ABASTECIDAS PELA REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM ALTA

Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	23,12			23,12
Vencida até 180 dias	1,12			1,12
Vencida há mais de 180 dias	13,07	2,72		10,35

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023 e 2022, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na Demonstração da Posição Financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da Demonstração da Posição Financeira.

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS (VALORES EM MILHÕES DE €)	2023	2022
Depósitos à ordem (Nota 12)	2,29	14,31
Depósitos prazo (Nota 12)	11,84	0,00
	14,31	14,31
RATING		
A-	13,63	0,09
A2	0,00	0,00
A3	0,00	0,00
B1	0,00	0,00
Ba2	0,00	0,00
Baa1	0,00	0,00
Baa2	0,00	0,26
BB	0,00	0,05
BBB	0,03	0,02
BBB+	0,47	13,90
Não disponível	0,01	0,01
	14,14	14,32

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2023.

(a) Em 31 de dezembro de 2023, inclui 2,29 milhões de euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdA, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos.

EVOLUÇÃO TAXA DE FINANCIAMENTO ADA	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (Milhões de €)	6 859 289 €	5 665 908 €	6 426 168 €	7 913 501 €	7 622 612 €
Taxa Média de Financiamento (%)	3,90%	3,26%	3,53%	4,07%	3,57%

Apresenta-se no quadro abaixo a remuneração do financiamento, sob as várias componentes e igualmente as taxas médias anualizadas referentes aos juros suportados e encargos sob financiamento (all-in).

REMUNERAÇÃO DO FINANCIAMENTO	2023	2022	2021
Endividamento	176 052 491	171 972 619	175 430 729
Remuneração do financiamento	6 859 289	5 665 908	6 426 168
Juros Suportados	5 774 310	4 526 986	5 182 892
Imposto Selo s/ Operações Financeiras	9 587	3 288	6 140
Diferenças de câmbio desfavoráveis de financiamento	0	0	0
Perdas em Instrumentos Financeiros (justo Valor)	90	0	0
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	1 124 515	1 138 923	1 247 015
TPPE - Ativos em Curso	-39 625	0	-3 740
Taxa média juros suportados	3,28%	2,60%	2,85%
Taxa média total de financiamento	3,90%	3,26%	3,53%

RISCO DE EXPLORAÇÃO

• Risco de catástrofe

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

• Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

PONTO 3 - LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, a qual aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2023 (LOE2023), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 1 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023):

A Águas do Algarve, S.A. tem vindo a reduzir o seu endividamento, conforme se detalha no quadro seguinte, cumprindo os termos definidos para 2019 na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2019.

PASSIVO REMUNERAÇÃO (EM €)	2023	2022	2021	2020	2019	VARIÇÃO 2023/2022	
						VALOR	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	176 371 862	172 375 390	175 832 818	185 933 702	196 871 226	3 996 472	2,32%
- dos quais concedidos pela DGTF							
Aumentos de Capital por dotação							
Aumentos de Capital por conversão de créditos							
Endividamento Ajustado	176 371 862	172 375 390	175 832 818	185 933 702	196 871 226	3 996 472	2,32%

VARIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO (EM €)	2023	2022
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	176 371 862	172 375 390
Capital Social	29 825 000	29 825 000
Novos Investimentos no ano (expressão material)	6 121 349	
Varição do Endividamento	-1,1%	

PONTO 4 - EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

De 2022 para 2023 verifica-se uma redução do prazo médio de pagamento, conforme quadro seguinte:

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	2023	2022	VARIÇÃO 2023/2022	
			VALOR	%
PMP (Nº de Dias)	42	44	-2	-3,45%

No termos do ponto 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, “os objetivos de prazos de pagamento a fornecedores e respetivo grau de cumprimento estabelecem-se com base no PMP do ano anterior e de acordo com a tabela seguinte:”

	GRAU DE CUMPRIMENTO DO OBJECTIVO		
	SUPERAÇÃO	CUMPRIMENTOS	INCUMPRIMENTO
PMP do ano anterior inferior a 45	PMP < 30 d	30 d ≤ PMP < 40 d	PMP ≥ 40 d
PMP do ano anterior superior a 45	Redução do PMP superior a 25 %	Redução do PMP no intervalo (15 %; 25 %)	Aumento do PMP ou inferior a 15 %

Deste modo, e face aos valores que tinham sido registados para o ano de 2022, verifica-se que em 2023, embora o indicador tenha melhorado o resultado da avaliação representa um “não cumprido”.

Abaixo a divisão dos valores em dívida, por prazos de vencimento:

	DÍVIDAS NÃO VENCIDAS (€)	VALORES EM DÍVIDA POR ANTIGUIDADE					
		DÍVIDAS VENCIDAS (€)	DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O 1º DL 65-A/2011 (€)				
			0-90 DIAS	90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	>360 DIAS
Aquisições de bens e serviços	7 326 462	1 109 260	7 328	10 012	2 401	6 722	
Aquisições de Capital	935 754	144 891	848	0	0	0	
Total	8 262 216	1 254 151	8 175	10 012	2 401	6 722	

PONTO 5 - DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO AÇIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA ÚLTIMA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

PONTO 6 - REMUNERAÇÕES

Apresentam-se de seguida os quadros com as remunerações dos Órgãos Sociais da Empresa

A) ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

MANDATO (INÍCIO-FIM)	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO (€)	REMUNERAÇÃO ANUAL 2023 (€)			
				BRUTA (1)	REDUÇÃO REMUNERATÓRIA (2)	REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3)	VALOR FINAL (4)=[(1)-(2)]+(3)
2021 - 2023	Presidente	Rogério Conceição Bacalhau Coelho	575,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2021 - 2023	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2021 - 2023	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MANDATO (INÍCIO-FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		REMUNERAÇÃO	
			FORMA (1)	DATA	[ENTIDADE PAGADORA]	[O/D] (2)
2021 - 2023	Presidente Executivo	António Paulo Jacinto Eusébio	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2021 - 2023	Vice-Presidente Executivo	Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2021 - 2023	Vogal Executivo	Hugo Miguel Guerreiro Nunes	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, S.A.	CMR Sul-CHUA / AdA
2021 - 2023	Vogal Não Executivo	Ana Paula Fernandes Martins	AG	15/03/2021	C. M. Tavira	C. M. Tavira
2021 - 2023	Vogal Não Executivo	José Carlos Martins Rolo	AG	15/03/2021	C. M. Albufeira	C. M. Albufeira

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [3] / [9]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D - Origem / Destino

Sendo a Águas do Algarve, S.A. uma Empresa classificada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, e sem prejuízo dos casos de opção pelo vencimento dos lugares de origem, as remunerações dos administradores são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO COM ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES		
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME
Ana Paula Fernandes Martins	Câmara Municipal de Tavira	Presidente	Público
José Carlos Martins Rolo	Câmara Municipal de Albufeira	Presidente	Público

MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO COM ESTATUTO DE GESTOR PÚBLICO	ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO			
	FIXADO (S/N)	CLASSIFICAÇÃO (A/B/C)	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO
António Paulo Jacinto Eusébio	S	B	5 071,51	2 028,60
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	S	B	4 564,36	1 825,74
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	S	B	4 057,21	1 622,88

REMUNERAÇÃO ANUAL 2023 (€)

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL 2023 (€)			REDUÇÃO REMUNERATÓRIA (2)	REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3)	VALOR FINAL (4)=[(1)-(2)]+(3)
	FIXA (*)	VARIÁVEL	BRUTA (1)			
António Paulo Jacinto Eusébio	96 444	0	96 444	4 822	0	91 622
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	86 800	0	86 800	4 340	0	82 460
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	77 509	0	77 509	3 875	0	73 634
			260 753	13 038	0	247 715

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)							
	VALOR DO SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL	SEGURO DE VIDA	SEGURO DE SAÚDE	OUTROS		
	ENCARGO DIÁRIO	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE	[IDENTIFICAR]	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE	[IDENTIFICAR]	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE
António Paulo Jacinto Eusébio	7,14	1 685,04	CGA	20 251,44	853,44	1 742,80	- - -	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	7,14	1 749,3	Segurança Social	14 027,86	768,09	622,59	- - -	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	7,14	1 735,02	Segurança Social	19 065,84	682,75	2 240,42	- - -	
		5 169,36		53 345,14	2 304,28	4 605,81		0

MEMBRO DO CA	ENCARGOS COM VIATURAS - 2023								
	VIATURA ATRIBUÍDA (S/N)	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO (S/N)	VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA (€)	MODALIDADE (1) (IDENTIFICAR)	ANO DE INÍCIO	ANO DE TERMO	VALOR DA RENDA MENSAL (€)	GASTO ANUAL COM RENDAS (€)	PRESTAÇÕES CONTRATUAIS REMANESCENTES S(Nº)
António Paulo Jacinto Eusébio	Sim	Sim	28 231,03	AOV	2018	2024	603,61	7 243,32	4
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2024	384,02	4 608,24	5
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2024	371,74	4 460,88	5

MEMBRO DO CA	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)					
	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTO COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS (*)		GASTOS TOTAIS COM VIAGENS (€)
				IDENTIFICAR	VALOR	
Joaquim Carlos Correia Peres	398,63	687	0,00	Refeições	350,98	1 437
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	0,00	0,00	0,00	Refeições	80,67	80,67
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	351,38	232	0,00	Refeições	141,53	725,26

B) CONSELHO FISCAL

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO MENSAL (€)	N.º DE MANDATOS
			FORMA (1)	DATA		
2023-2025	Presidente	Município de Lagoa, representado pela Presidente da Câmara Municipal, Luis António Alves da Encarnação	DUE	03/11/2023	AG	2
2023-2025	Vogal Efetivo	Sandra Simões Filipe Valério	DUE	03/11/2023	AG	2
2023-2025	Vogal Efetivo	João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos (*)	DUE	03/11/2023	AG	2
2023-2025	Vogal Suplente	António Jorge Morgado	DUE	03/11/2023	AG	2

Legenda: (1) Resolução (R) / Deliberação Unânime p/ Escrito (DUE) / Despacho (D)

(*) No início de dezembro de 2023 o Dr. João Matos foi substituído pelo Dr. Renato de Oliveira Neves. Este último, por incompatibilidade de funções, renunciou, entretanto, ao cargo no dia 23 de dezembro 2023. Já a 11/01/2024 o Dr. António Morgado foi nomeado como membro efetivo do Conselho Fiscal, completando assim a composição deste órgão.

MEMBRO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL DO CONSELHO FISCAL 2023 (€)			
	BRUTO (1)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2)	REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3)	VALOR FINAL (4)=(1)-(2)+(3)
Município de Lagoa, representado pela Presidente	0	0	0	0
João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos*	12 829,95	644,30	0	12 185,65
Sandra Simões Filipe	15 082,34	754,60	0	14 327,74
	27 912,29	1 398,90	0	26 513,39

C) REVISOR OFICIALZ

MANDATO (INÍCIO / FIM)	CARGO	NOME	COMPOSIÇÃO REVISOR OFICIAL DE CONTAS		IDENTIFICAÇÃO SROC / ROC			DESIGNAÇÃO		
			N.º DE INSCRIÇÃO NA OROC	N.º DE REGISTO NA CMVM	FORMA ¹	DATA	CONTRATADA	N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NO GRUPO	N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA EMPRESA	
2019-2021 ^(*)	SROC	PricewaterhouseCoopers&Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda representada por José Alves Bizarro Duarte	183	20161485	AG	05/04/2019	Sim	5	5º Ano do Exercício	
2019-2021 ^(*)	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	05/04/2019	Sim	4	4º Ano do Exercício	
2019-2021 ^(*)	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	05/04/2019	Sim	5	5º Ano do Exercício	

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

* Por não ter havido nomeação de ROCs, a PWC continuou a exercer funções no ano de 2023.

NOME	REVISÃO DE CONTAS DE 2023 (€)
PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda, representada por José Alves Bizarro Duarte e Carlos José Figueiredo Rodrigues	11 680

A PWC não apresentou renúncia ao cargo de sociedade de revisores oficiais de contas, tendo-se mantido na plenitude de funções para a certificação legal das contas de 2023.

PONTO 7 - APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, CONFORME REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI Nº8/2012, DE 18 DE JANEIRO, NO QUE SE REFERE, DESIGNADAMENTE:

- À NÃO UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO NEM DE OUTROS INSTRUMENTOS DE PAGAMENTO POR GESTORES PÚBLICOS, TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DE DESPESAS AO SERVIÇO DA EMPRESA;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- AO NÃO REEMBOLSO A GESTORES PÚBLICOS DE QUAISQUER DESPESAS QUE CAIAM NO ÂMBITO DO CONCEITO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO PESSOAL;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- DESPESAS COM COMUNICAÇÕES;

O valor anual das despesas com comunicações dos gestores da Águas do Algarve, S.A. é o que se apresenta no quadro seguinte:

MEMBRO DO CA	GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)		
	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	VALOR ANUAL	OBSERVAÇÕES
António Paulo Jacinto Eusébio	N/A	536	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	N/A	536	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	N/A	536	

- DESPESAS COM COMBUSTÍVEL E PORTAGENS EM VIATURAS DE SERVIÇO.

O quadro seguinte apresenta os gastos com combustível e portagens pelas viaturas dos gestores da Empresa:

MEMBRO DO CA	GASTOS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)				
	PLAFOND MENSAL	COMBUSTÍVEL GASTO ANUAL	PORTAGENS GASTO ANUAL	TOTAL GASTO ANUAL	OBSERVAÇÕES
António Paulo Jacinto Eusébio	486	3 987	1 186	5 173	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	389	2 489	541	3 031	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	389	2 385	515	2 900	

PONTO 8 - APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO E DO ARTIGO 11.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A Águas do Algarve, S.A dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais

PONTO 9 – ELABORAÇÃO (DE TRÊS EM TRÊS ANOS) E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS CONFORME DETERMINA O N.º 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade.

A informação relativa ao ano de 2023 é apresentada de seguida:

NÚMERO DE PESSOAS POR GÉNERO	2023	
	FEMININO	MASCULINO
Chefia	7	3
Chefia intermédia	2	8
Técnico de apoio administrativo	6	2
Técnico operacional	6	63
Técnico superior ou equiparado	60	40
Total por género	81	116

RETRIBUIÇÃO TOTAL MÉDIA MENSAL POR GÉNERO	2023	
	FEMININO	MASCULINO
Chefia	4 059	5 211
Chefia intermédia	3 615	3 940
Técnico de apoio administrativo	1 599	1 271
Técnico operacional	1 416	1 573
Técnico superior ou equiparado	2 046	2 290

PONTO 10 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO NO RESPECTIVO SÍTIOS NA INTERNET DO RELATÓRIO ANUAL7 SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (N.º 1 DO ARTIGO 46.º DO RJSPE E ARTIGO 6.º DO REGIME GERAL DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (RGPC), APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 109-E/2021, DE 9 DE DEZEMBRO) E DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES CONEXAS (ARTIGO 6.º DO RGPC).

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do DL n.º 109-E/2021, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da Águas do Algarve, S.A., encontra-se disponibilizado na internet em <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/regulamentos>. Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na Águas do Algarve, S.A., em 2011, foi revisto no decurso de 2023, aprovada pelo seu Conselho de Administração em 29 de Janeiro de 2024, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

PONTO 11 - CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO, DESIGNADAMENTE:

A) O MODO COMO FORAM APLICADAS AS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA VIGENTES EM 2022, SENDO QUE, NAS EMPRESAS-MÃE DE GRUPOS PÚBLICOS, ESSE PONTO DEVERÁ INCLUIR TODAS AS EMPRESAS EM QUE ESTAS PARTICIPEM MAIORITARIAMENTE;

B) OS PROCEDIMENTOS INTERNOS INSTITUÍDOS PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E SE OS MESMOS SÃO OBJETO DE REVISÃO PERIÓDICA, COM REFERÊNCIA À ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO;

C) OS ATOS OU CONTRATOS CELEBRADOS COM VALOR SUPERIOR A 5 M€, INDEPENDENTEMENTE DA ESPÉCIE DO ATO, OU CONTRATO, EM CAUSA, E SE OS MESMOS FORAM SUJEITOS A VISTO PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS, CONFORME DETERMINA O ARTIGO 47º DA LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS (LOPTC).

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhoras práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

A Águas do Algarve, S.A. possui um departamento, designado “Departamento de Compras e Logística”, o qual tem por obrigação e competência a preparação de desenvolvimento de todas as aquisições de bens e serviços de que a Empresa necessita para a sua atividade.

Este departamento centraliza toda a logística das aquisições, cuja necessidade lhe é encaminhada através de requisições efetuadas no sistema SAP, por todos os departamentos e áreas da Empresa.

a) Contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros.

Em 2023 não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

PONTO 13 - MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DA ADEÇÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

As Empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março. As Empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

PONTO 14 - EFICIÊNCIA OPERACIONAL, PREVISTA NOS Nº 1, 2 E 3 DO ARTIGO 133.º DO DLEO 2023, E EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS, PREVISTA NOS Nº 4 E 5 DO ARTIGO 133.º DO DLEO 2023

No quadro abaixo são apresentados os valores respeitantes à verificação do cumprimento dos respetivos objetivos, que se resumem:

- Redução do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios face a 2022;
- Redução ou manutenção dos seguintes conjuntos de gastos face a 2022: (1) Gastos com contratações de estudos, pareceres e consultoria;
- Não incremento dos gastos associados à frota automóvel, face a 2022;
- Não agravamento dos gastos-com-pessoal-corrigidos, face a 2022.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	REAL	PAO	REAL	REAL	REAL	2023/2022		2023/2021	
	2023	2023	2022	2021	2020	Δ ABSOL.	VAR. %	Δ ABSOL.	VAR. %
Imp.Indirectos - Imp.Selo									
Oper Financeiras -Nacional	9 587	3 162	3 288	6 140	5 342				
(0) EBITDA(1)	21 605 037	24 004 387	26 123 800	28 303 195	27 221 112	-4 518 764	-17%	-6 698 159	-24%
(1) CMVMC	2 413 166	2 417 192	1 779 906	1 959 076	2 387 017	633 260	36%	454 090	23%
(2) FSE	32 318 897	31 080 323	26 632 599	23 893 319	24 193 356	5 686 298	21%	8 425 578	35%
(3) Gastos com o pessoal	6 704 031	6 861 713	6 073 378	5 598 973	5 685 161	630 653	10%	1 105 058	20%
i. Relativos aos órgãos sociais ^{a)}	355 567	356 393	347 915	342 735	330 836	7 652	2%	12 831	4%
ii. Indemnizações pagas por rescisão ^{a)}						0		0	
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}						0		0	
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais ^{a)}			217 924			-217 924	-100%	0	
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i., ii., iii. e iv	6 348 464	6 505 320	5 507 539	5 256 238	5 354 325	840 925	15%	1 092 226	21%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais ^{b)}	5 790 694	5 790 694	1 984 725	1 11 971	100 541	3 805 969	192%	5 678 723	5072%
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(3)-(5)	35 645 400	34 568 534	32 501 158	31 339 397	32 164 992	3 144 242	10%	4 306 003	14%
(7) Volume de negócios (VN)	63 185 886	64 704 531	60 429 039	59 834 278	59 021 350	2 756 847	5%	3 351 609	6%
Subsídios à exploração	137 445	240 570	241 131	338 098	124 770	-103 686	-43%	-200 653	-59%
Indemnizações Compensatórias						0		0	
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais ^{b)}						0		0	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	63 185 886	64 704 531	60 429 039	59 834 278	59 021 350	2 756 847	5%	3 351 609	6%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	56,41%	53,43%	53,78%	52,38%	54,50%	0	5%	0	8%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	52 606	92 166	42 078	14 836	22 500	10 528	25%	37 770	255%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	5 410	825	4 088	199	2 760	1 322	32%	5 211	2620%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	206 465	388 588	237 858	291 021	291 178	-31 392	-13%	-84 555	-29%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	249 204	695 826	326 971	563 345	469 832	-77 767	-24%	-314 141	-56%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	513 686	1 177 405	610 995	869 401	786 270	-97 309	-16%	-355 715	-41%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	206	220	209	191	192	-3	-1%	15	8%
N.º Órgãos Sociais (OS)	11	12	12	12	12	-1	-8%	-1	-8%
N.º Cargos de Direção (CD)	23	23	23	23	23	0	0%	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	172	185	174	156	157	-2	-1%	16	10%
N.º Trabalhadores/N.º CD	7	8	8	7	7	0	-1%	1	10%
N.º de viaturas	72	76	72	72	72	0	0%	0	0%

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022.c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou

b) Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Conforme se constata, não foram cumpridos os objetivos respeitantes aos gastos com o pessoal, no entanto o aumento desta rubrica foi antecipadamente autorizado por via da aprovação do Plano de Atividade e Orçamento de 2023.

Verifica-se o não cumprimento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios.

Quanto aos objetivos referentes aos restantes gastos, é de referir os seguintes valores gastos em 2023:

- Gastos associados à frota automóvel com viaturas: não verifica uma redução face ao ano anterior;
- Gastos com deslocações/estadas: não se verifica uma redução face ao ano anterior;
- Gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria: verifica-se uma redução face ao ano anterior.

Relativamente ao número de viaturas ao serviço da Empresa importa salientar que a Empresa passou a utilizar 16 viaturas elétricas e manteve o número de viaturas do parque automóvel do ano transato, bem com do número aprovado em orçamento: 72. Neste número já se consideram as 2 viaturas alienadas pela AdA em 2023, as quais mereceram aprovação prévia pelo Concedente.

PONTO 15 - RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL (ARTIGO 131.º DO DLEO 2023 | DESPACHOS, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022 E 12 DE MAIO DE 2023, DOS SENHORES SECRETÁRIOS DE ESTADO DO TESOUREIRO E DAS FINANÇAS).

	2023 EXEC.	2023 ORÇ.	2022 EXEC.	VARIÇÃO 2023/2022	
				Δ ABSOL.	VAR. %
Nº Órgãos Sociais (OS)	11	12	12	-1	-8%
Nº Cargos de Direção (CD)	23	23	23	0	0%
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD)	172	185	174	-2	-1%
Total	206	220	209	-3	-1%
Nº Trabalhadores/ Nº CD	7	8	8	0	-1%
Gastos com Pessoal/TOTAL (OS+CS+T)	32,544	31,190	29,059	3,485	12%

DESPACHOS DE 15/12/2022 E 15/05/2023, SET E SEF

Taxa de Atualização da massa salarial (2023-2022)	5,65% (*)
---	-----------

(*) Esta percentagem representa um aumento efetivo de 4,3% no total dos gastos com pessoal da empresa.

PONTO 16 - PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO RJSPE, ARTIGO 105.º DA LOE 2023 E ARTIGO 91.º DO DLEO 2023).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País

atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente de poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

BANCO / INSTITUIÇÃO	1º TRIM. 2023 €	2º TRIM. 2023 €	3º TRIM. 2023 €	4º TRIM. 2023 €
IGCP	0	0	0	11 835 854
Fundo de Compensação do Trabalho	14 595	15 404	14 736	14 023
Total de Aplicações Financeiras	14 595	15 404	14 736	11 849 878
Novo Banco	0	0	0	0
BPI	22 662	22 662	22 662	22 662
Santander	27 226	27 122	27 017	26 838
BBVA	55 283	49 065	54 808	417 451
Millennium BCP	42 798	40 520	37 399	34 296
CGD	41 036	17 402	51 239	26 464
IGCP	14 088 864	15 356 067	14 436 840	1 744 396
BKI	8 858	47 499	45 051	21 594
Total de Depósitos à Ordem	14 286 727	15 560 336	14 675 016	2 293 699
Caixa	8 791	9 500	8 096	9 500
IGCP	0	0	0	1 262
Banca Comercial	0	0	0	0
Total de Juros Auferidos	0	0	0	1 262

PONTO 17 - DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPECTIVO RESULTADO

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

No ano de 2021, foi efetuada a seguinte Recomendação pelo Tribunal de Contas, referente ao processo de visto n.º 601/2021, no âmbito da empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Concessão / Construção:

“2) Recomendar à entidade fiscalizada, ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 4, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), que em futuros procedimentos proceda a:

- a) Cumpra rigorosamente o disposto nos artigos 139.º e 146.º, n.º 1, do CCP e os princípios da proporcionalidade e da necessidade na respetiva interpretação e aplicação, adotando, sempre que possível, fórmulas de avaliação do fator preço que permitam graduar os vários limiares de preços admissíveis permitindo, por essa via, a ordenação de todas as propostas;
- b) Identificação dos pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato, nas peças do procedimento, em conformidade.”

À data atual encontra-se em curso uma Auditoria do Tribunal de Contas aos contratos de aquisições de serviços, tendo a mesma iniciado em 2022, e que ainda decorre.

PONTO 18 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL), CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 01 DE AGOSTO, E INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ÀS COMISSÕES COMPETENTES, NOS TERMOS CONJUGADOS DO ARTIGO 3.º E DO N.º 3 DO ARTIGO 6.º DO DESPACHO NORMATIVO N.º 18/2019, DE 21 DE JUNHO

ADOÇÃO DE PLANOS DE IGUALDADE TENDENTES A ALCANÇAR UMA EFETIVA IGUALDADE DE TRATAMENTO E DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES, A ELIMINAR DISCRIMINAÇÕES E A PERMITIR A CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL (VIDE N.º 2 DO ARTIGO 50.º DO RJSPE);

A Águas do Algarve, S.A., reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal manteve o seu compromisso com Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN) reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de

Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a Águas do Algarve, S.A., realizou, em 2022, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2023, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2023 da Águas do Algarve, S.A., foi remetido ao SIOE e à CITE

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2023 encontra-se publicitado no sítio de Internet da Águas do Algarve, S.A., podendo ser acedido através do seguinte link: [Plano de Igualdade de Género | Águas do Algarve \(aguasdoalgarve.pt\)](https://aguasdoalgarve.pt).

O Grupo AdP tem implementada uma política sustentada da Igualdade de Género. Esta política específica é coadjuvada pela existência de um conjunto de outras políticas não discriminatórias, tais como, o Código de Conduta e Ética, o Acordo Coletivo de Trabalho e a certificação na norma de Responsabilidade Social SA8000, que consolidam a atuação da Empresa, aumentando a cultura corporativa e a coesão social.

A Política de Recursos Humanos do Grupo garante o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades, aumentando a cultura corporativa e coesão social no Grupo. O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP assume os Objetivos de “Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e inclusão” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”. O Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP assume ainda os Compromissos de “Garantir a igualdade de oportunidades” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”.

A igualdade entre mulheres e homens significa a igual oportunidade de participação de homens e mulheres em todas as esferas da vida pública e privada. Está consagrada na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13º, e constitui um princípio fundamental do direito comunitário considerado no artigo 2º do Tratado da Comunidade Europeia.

Na sua dimensão laboral, este princípio traduz-se na:

- Igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira;
- Participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida profissional e na vida familiar, nomeadamente no que respeita à necessidade de ausência ao trabalho por licença de maternidade e/ou paternidade e para prestação de cuidados a pessoas dependentes.

Entendemos que a política de igualdade de género e de conciliação das obrigações profissionais e familiares é, não só um fator de desenvolvimento que permite eliminar e promover um melhor aproveitamento dos recursos humanos, mas também uma componente necessária à evolução das sociedades.

A Águas do Algarve, S.A., durante o ano de 2022 executou diversas medidas do seu Plano de igualdade de género 2022 e já estabeleceu e divulgou o Plano de igualdade de género 2023, em estrito cumprimento com o estabelecido na Lei nº 62/2017 de 1 de agosto.

Este Plano de igualdade de género 2023, está disponibilizado em: [Plano de Igualdade de Género | Águas do Algarve \(aguasdoalgarve.pt\)](https://aguasdoalgarve.pt) e organizado pelas seguintes dimensões/subdimensões agregadoras:

- Estratégia, Missão e Valores;
- Igualdade nas condições de trabalho:
 - o Avaliação de desempenho;
 - o Promoção / Progressão da carreira profissional;
 - o Licenças / Licenças partilhadas;
 - o Redução do tempo de trabalho;
- Conciliação Entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional:
 - o Teletrabalho
- Prevenção da prática de assédio no trabalho.

Estas dimensões compreendem objetivos e medidas de intervenção, às quais estão associados indicadores, estado de implementação, responsabilidade pela sua execução, prazo, custo e metas a alcançar.

REFERÊNCIA A MEDIDAS CONCRETAS NO QUE RESPEITA AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE DO GÉNERO, CONFORME ESTABELECIDO NO N.º 1 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 19/2012, DE 23 DE FEVEREIRO;

O Grupo AdP divulga anualmente no seu R&C e no seu Relatório de Sustentabilidade Corporativo a informação relevante de Recursos Humanos desagregada por sexo (bem como nos relatórios individuais das Empresas). O Relatório de Sustentabilidade Corporativo é enviado aos principais *stakeholders* e é disponibilizado no sítio da internet da Águas do Algarve e da Águas de Portugal ([Relatórios de Sustentabilidade \(adp.pt\)](#)).

O Plano de igualdade de género referido na alínea anterior visa a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. De entre os objetivos definidos, podemos exemplificar:

Objetivos:

- Promover a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal dos trabalhadores e das trabalhadoras;
- Assegurar um contexto de trabalho isento de discriminação em função do sexo, da parentalidade e/ou da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Garantir o princípio da igualdade e não discriminação no acesso ao emprego;
- Promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no acesso à formação;
- Promover a igualdade entre mulheres e homens no domínio da progressão e desenvolvimento profissional;
- Garantir o direito ao gozo das licenças de parentalidade pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Incentivar os trabalhadores homens ao uso partilhado da licença parental inicial;
- Prevenir e combater o assédio no trabalho. Prevenir e combater a prática de outras ofensas à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade do trabalhador ou da trabalhadora.

Para cumprimento dos objetivos acima referidos, podemos de entre outras, exemplificar as seguintes medidas:

Medidas:

- Consultar os trabalhadores/as sobre o grau de satisfação com as políticas e medidas implementadas, relativas às dimensões de diversidade e igualdade, ética, não discriminação e equilíbrio e conciliação vida profissional, familiar e pessoal;
- Verificação de todos os anúncios de oferta de emprego e outras formas de publicidade ligadas à pré-seleção de forma a garantir que não contêm, direta ou indiretamente, qualquer restrição, especificação ou preferência baseada no sexo;
- Criação e implementação de procedimento interno para assegurar que mulheres e homens têm igual oportunidade ao número de horas de formação certificada estabelecida por lei;
- Criação de procedimento e/ou mecanismos de divulgação de oportunidades internas, nomeadamente área específica no portal interno;
- Promover a equidade Homem/Mulher no gozo das licenças parentais através da divulgação de direitos e deveres na maternidade/parentalidade, previstos na legislação;
- Disponibilização de um conjunto de medidas/benefícios para os trabalhadores e trabalhadoras que promovem a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal. Exemplo: iniciativas de bem-estar e entretenimento;
- Formação para todos os colaboradores em matéria de Código de Conduta e Ética e em Responsabilidade Social.

IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DEFINIDAS PELA ENTIDADE, AS QUAIS DEVEM SER ORIENTADAS PARA A VALORIZAÇÃO DO INDIVÍDUO, PARA O FORTALECIMENTO DA MOTIVAÇÃO E PARA O ESTÍMULO DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE, TRATANDO COM RESPEITO E INTEGRIDADE OS SEUS TRABALHADORES E CONTRIBUINDO ATIVAMENTE PARA A SUA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL (VIDE N.º 1 DO ARTIGO 50.º DO RJSPE);

A Águas do Algarve, S.A. assume, no âmbito da política corporativa de gestão de recursos humanos da AdP, SGPS, o compromisso de promover ativamente o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus recursos humanos, respeitando os seguintes princípios:

- Criar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional;
- Promover comportamentos éticos e de respeito mútuo;
- Assegurar a saúde e segurança no trabalho;
- Respeitar as relações laborais;
- Acolher a diversidade;
- Fortalecer a motivação dos colaboradores;
- Promover o envolvimento e o compromisso com o Grupo AdP.

Nesse sentido, estão implementadas um conjunto de políticas corporativas que visam realizar o referido compromisso:

FORMAÇÃO CONTÍNUA

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na nossa estratégia, entendemos que é fundamental dotar os nossos recursos humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso da Águas do Algarve, S.A.. Desta forma, a formação dos colaboradores é uma aposta forte da política de gestão de Recursos Humanos. Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Um dos valores da Águas do Algarve, S.A. é o seu contributo para o desenvolvimento dos colaboradores através da aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida. Os colaboradores são incentivados a participar em programas de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual.

A participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a valorização profissional ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins da Empresa é igualmente incentivada e suportada.

HORÁRIO FLEXÍVEL

Tendo em vista o compromisso de promoção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos colaboradores é disponibilizado o regime de horário de trabalho flexível que permite a gestão individual do horário de trabalho de cada trabalhador garantindo em simultâneo o cumprimento de todas as obrigações profissionais e de produtividade estabelecidas.

No cumprimento de medidas de eficiência energética do Grupo AdP, a Empresa implementou um sistema de trabalho remoto, para todos os colaboradores da Empresa, cujas funções o permitissem.

SEGUROS

A saúde e segurança dos colaboradores é muito valorizada pela Águas do Algarve, S.A.. Todos os colaboradores têm acesso a um conjunto de seguros que garantem apoio ao próprio e à família em caso de acidente ou doença e também nos casos de invalidez ou morte.

NASCER NO MUNDO ADP

No âmbito da promoção do envolvimento dos colaboradores com a Empresa e do equilíbrio entre vida pessoal e profissional, quando nasce um filho de um colaborador é oferecido um cabaz nascimento que pretende celebrar esse momento único que é o nascimento de uma nova vida no Mundo AdP.

GESTÃO DO DESEMPENHO

O Processo de Avaliação de Desempenho tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da Empresa e potenciar o aumento da produtividade. O Sistema de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra a observação, o acompanhamento, a avaliação e o desenvolvimento dos colaboradores.

GESTÃO DE CARREIRAS

A mobilidade interna de colaboradores é uma prática que o Grupo AdP valoriza e estimula constituindo um fator importante na evolução profissional dos nossos recursos humanos.

O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de know-how específico é um processo que acrescenta valor ao Grupo AdP e possibilita aos colaboradores e colaboradoras a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências transversais. A Política Corporativa de Mobilidade Geográfica, implementada desde 2015, tem dado um contributo ativo para a dinamização de processos de mobilidade funcional ao garantir um conjunto de apoios aos colaboradores, em mobilidade, destinados a facilitar e apoiar a transição e a instalação no novo local de trabalho.

PONTO 19 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA, PREVISTA NOS ARTIGOS 66.º-B OU 508.º-G DO CSC, CONTENDO, NO MÍNIMO, A INFORMAÇÃO INDICADA NOS N.ºS 2 DOS MENCIONADOS ARTIGOS. ESTA INFORMAÇÃO DEVERÁ SER PREFERENCIALMENTE APRESENTADA EM RELATÓRIO SEPARADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, EM ANEXO AO RGS (VIDE MANUAL PARA A ELABORAÇÃO DO RGS, DISPONÍVEL NO SÍTIO DA INTERNET DA UTAM).

A Águas do Algarve, S.A. não tem a obrigatoriedade individual de reportar a informação não financeira (artigo 66º CSC revisto pelo DL 89/2017). Todavia, esta informação vai ser disponibilizado no relatório consolidado de sustentabilidade do Grupo AdP.

Ponto obrigatório constar no anexo I.

Relativamente ao constante do nº2 dos art.º 66-B e 508.º-G, recomenda-se que, neste ponto, seja feita referência aos capítulos relativos à sustentabilidade e capital humano, do Relatório de Gestão, capítulos estes em que consta já a informação mínima requerida. Nos casos aplicáveis, deve ser feita remissão para o anexo do RGS.

PONTO 20 - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SITE DA ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

Conforme orientações da DGTf, a Águas do Algarve S.A. não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	DIVULGAÇÃO		COMENTÁRIOS
	S/N/N.A.	DATA ATUALIZAÇÃO	
Estatutos	N.A.		
Caracterização da Empresa	N.A.		
Função de tutela e accionista	N.A.		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.		
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	N.A.		
Informação Financeira histórica e atual	N.A.		
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		
- Outras transações	N.A.		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	N.A.		
Social	N.A.		
Ambiental	N.A.		
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo			
- Código de ética	N.A.		

OFÍCIO-CIRCULAR DA DGFT
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2023
**CUMPRIMENTO
S/N/N.A.**
QUANTIFICAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO
JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
Objectivos de Gestão 2023

Indicadores de Gestão Global	S	Classificação de 1,9 numa escala até 3,0.	Ponto 1 - Objectivos de gestão (artigo 38º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) e Plano de Atividades e Orçamento
Metas a atingir constantes no PAO 2023			
Investimento	N	Orçamento de 44,1 milhões de €; executado 18,5 milhões de €, 42% de taxa de execução.	Atrasos nas adjudicações dos concursos e na emissão de licenças
Nível de endividamento	N	Orçamento 172,9 milhões de €; realizado 176,4 milhões de €.	Expectativa de cessão de Acordo de Regularização de Dívida de cliente a uma entidade bancária, o qual não se concretizou ainda.
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N	Rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios: Orçamento de 53,43%, Taxa média de financiamento	Volume de vendas abaixo do orçamentado; Revisões de preços acima do previsto.
Gestão do Risco Financeiro			
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Var: Endividamento de -1,1 %	
Evolução do PMP a fornecedores	S	-2 dias	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos	S	1,28 milhões de €	Sem casos problemáticos.
Recomendações do acionista na última aprovação			
Recomendação	NA		
Reserva emitida na última CLC			
Reserva	S	sem reservas	
Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não houve atribuições em	
CA-Reduções remuneratórias vigentes em 2023 (se aplicável)	S	5% de redução	
Fiscalização (CF/ROC/FUI) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	NA		
Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	NA		
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	1 cartão de crédito para pagamentos INCM	A Empresa utiliza um cartão de crédito para efetuar pagamentos de taxas do INCM, visto não ser possível fazer doutra maneira no IGCP
Não reembolso de despesas de representação pessoal	NA	Nada a assinalar	
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	NA	Nada a assinalar	
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Cumpre	
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Nada a assinalar	
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	site da empresa	
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	site da empresa	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela	S	Código dos Contratos Públicos	
Aplicação das normas de contratação pública pelas	NA		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	3 contratos, totalizando 21,96 milhões de euros.	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Variação de -2,5%.	
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	N	Variação de + 12%	Comparação face a 2020, nos termos do DLEO 2019 (Dec- Lei 84/2019 de 28 de junho); Assistência informática em 2021: com diversos gastos incorridos no reforço da segurança cibernética
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	% de disponibilidades: 2%.	Em 2022 já se procedeu à operacionalização total da conta
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Sem aplicações na banca	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues	S	Nada a assinalar	
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme	S	site da empresa	
Apresentação da demonstração não financeira	NA	Relatório elaborado pela	

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa. (b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.





C - PERSPETIVAS FUTURAS



A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. MANTÉM NA SUA ESTRATÉGIA E LINHAS DE CONDUTA A PROMOÇÃO DA MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÓMICA E SOCIAL. TAMBÉM SE PRETENDE APROFUNDAR A TENDÊNCIA PARA A REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CARBONO, APOSTANDO-SE CADA VEZ MAIS NA UTILIZAÇÃO DE CARROS ELÉTRICOS E NO ALARGAMENTO DE NOVAS MEDIDAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS.

AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS VÃO TRAZER NOVOS DESAFIOS EM RELAÇÃO ÀS ORIGENS DE ÁGUA, A REUTILIZAÇÃO ADEQUADA DAS ÁGUAS RESIDUAIS E O APROVEITAMENTO DE LAMAS PARA FINS ÚTEIS. NOMEADAMENTE A EMPRESA ESTÁ EM NEGOCIAÇÕES AVANÇADAS COM ALGUNS CLIENTES NO SENTIDO DE JÁ DURANTE O ANO DE 2023 FORNECER ÁGUA PARA REUTILIZAÇÃO PARA REGAS.

Na versão revista do Plano de Atividades e Orçamento de 2024 submetida à Tutela em 22 de Fevereiro de 2024 foi incluído um capítulo denominado de Análise de Sensibilidade ao Plano de Combate à Seca. Neste capítulo do orçamento de 2024 estão identificados e quantificados tanto quanto possível à data as medidas de investimento e gastos adicionais, bem como os impactos da adoção dessas medidas, em caso de um cenário de redução do consumo de água em 15% face ao ano transato se tenha de verificar.

A empresa entende que o orçamento de 2024 revisto é um documento robusto, no qual se procura salvaguardar a Missão da empresa, bem como a sua solvabilidade económica e financeira, reconhecendo-se no entanto que num cenário de redução de 15% no volume de fornecimento de água, serão atingidas, as contas da empresa terão um resultado pior do que o de 2022, mas não pondo em causa a continuação da operação.

A Águas do Algarve tem também trabalhado no sentido da atualização do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, o qual terá como horizonte temporal até ao ano de 2066.

Neste Estudo considera-se um esforço adicional de investimento na concessão, no qual se inclui investimento denominado PRR, investimento em neutralidade energética, no empreendimento hidráulico de Odeleite-Beliche, na melhoria do desempenho de diversas ETARs, ETAs, condutas, entre outros.

Decorrente da assinatura do novo contrato de concessão e, da concordância de todos os municípios clientes, a faturação da área de negócio do saneamento é efetuada através dos “rendimentos tarifários”, desde o ano de 2021. De acordo com a respetiva repartição por utilizador municipal, o valor definido para 2023 será de 27 106 792€, sujeito a uma atualização ainda não definida nem pela Tutela. Assim, a Águas do Algarve tem emitido a sua faturação em 2024 utilizando os preços de 2023, sendo que logo que exista uma validação dos novos preços para a tarifa da água, e para os rendimentos tarifários (saneamento), proceder-se-á à emissão de uma fatura adicional, com a diferença de preços.

Assim, a tarifa utilizada na faturação de Janeiro de 2024 e de Fevereiro de 2024 para o abastecimento de água foi a mesma de 2023, ou seja, 0,4885€/m³.

Para a faturação de água para reutilização a Águas do Algarve ainda não recebeu a validação do Concedente relativamente ao preço a faturar aos clientes. A empresa espera que a respetiva validação venha a ser rececionada ainda durante o ano de 2024.

Em maio de 2021 a Empresa assinou um Acordo de Regularização de Dívida com o cliente Vila Real de Santo António SGU/Município de Vila Real de Santo António, no montante de 16,5 milhões de euros, que titulariza uma parte da dívida total.

Não obstante a cessão do acordo não ter ocorrido ainda durante o ano de 2023, a Águas do Algarve tem a expectativa de cessão em 2024 deste Acordo a uma entidade bancária.

A AdA e a Fagar acordaram realizar um trabalho conjunto para

analisar 3 tipos de divergências entre as posições e entendimentos de cada empresa.

1. Registos contabilísticos

2. Conclusão dos processos de registo da propriedade dos ativos transferidos entre Município de Faro/Fagar e a AdA no âmbito do processo de adesão aos sistemas multimunicipais

3. Conclusão do processo de verificação e validação de valores e sua quitação, associados à integração de ativos na AdA no âmbito do processo de adesão aos sistemas multimunicipais

Na sequência deste entendimento e do ponto 1 foi realizado um trabalho de conciliação de todos os registos contabilísticos das duas empresas que permitiu conciliar os registos contabilísticos das 2 empresas, resolvendo as diferenças que existiam.

No que respeita ao ponto 2 foi acordado recurso a um advogado, local, que trabalha com ambas as entidades a quem têm vindo a ser entregues os documentos que identificam os processos em aberto e “as dificuldades” em concluir/registar os processos de transferência de propriedade dos ativos que se encontram em aberto.

No que respeita ao ponto 3 ainda não foram desenvolvidos quaisquer trabalhos.

Não obstante, a administração da AdA, considerando os contactos e os trabalhos realizados, estima que o ponto 2 tenha desenvolvimentos consideráveis durante o ano de 2023 (poderá não ser ainda possível resolver na totalidade este ponto 2 durante 2024, por morosidades de registos notariais e pela necessidade de regularizar registos de propriedade anteriores à titularidade do município), e que relativamente ao ponto 3 se chegue também até ao final do ano de 2024, a uma plataforma de entendimento que defina critérios e processos que permitam saldar os valores com relação à FAGAR que se encontram ainda em aberto no ativo da AdA.

Na sua versão revista o Plano de Atividades e Orçamento de 2024 da empresa foi submetido à apreciação da Tutela no dia 22 de Fevereiro de 2024.

Neste documento a empresa propõe-se um esforço considerável de execução de investimento, nos montantes de:

EXECUÇÃO DE INVESTIMENTO (2024-2026)		
ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
54,3 milhões de €	149,0 milhões de €	174,0 milhões de €

O orçamento está neste momento em fase de apreciação pela UTAM, conforme informação disponível no respetivo sítio eletrónico: <https://www.utam.gov.pt/>. A Águas do Algarve mantém a expectativa de aprovação do documento pela Tutela.





D - CONSIDERAÇÕES FINAIS



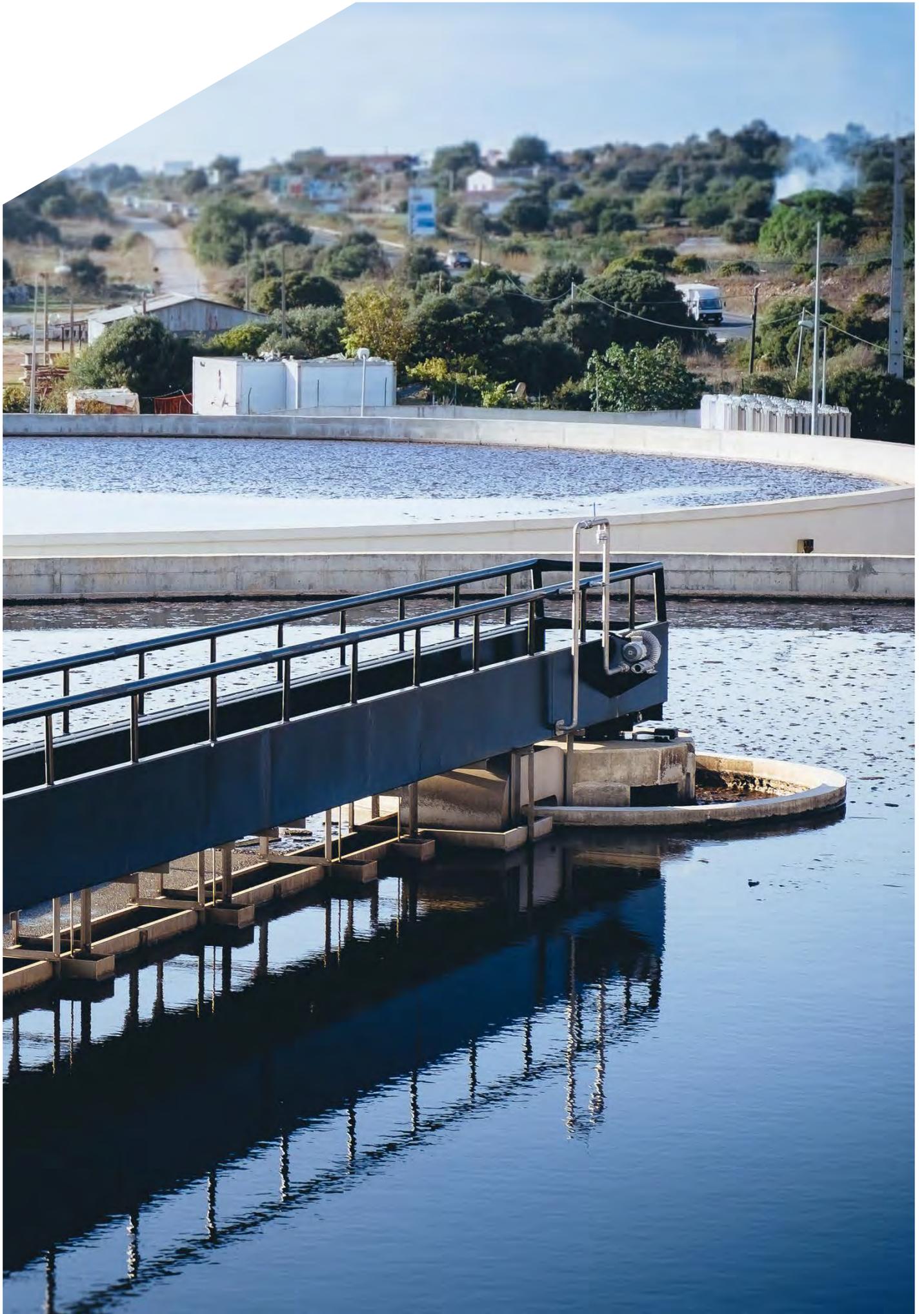
Para o resultado obtido a todos os níveis muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, na pessoa de Sua Excelência o Sr. José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio;
- Aos nossos Acionistas, com especial relevo para a Águas de Portugal, S.G.P.S., SA, que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer;
- Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento e dinâmica da Empresa;
- À Entidade Reguladora dos Serviços e Resíduos, à Agência Portuguesa para o Ambiente e aos organismos regionais pela cooperação prestada;
- Aos atuais Órgãos Sociais da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências.



A photograph of a water treatment plant. In the foreground, there are concrete basins filled with water, with some aeration equipment visible. In the background, a city with many houses is visible across a body of water. The sky is blue with some light clouds. A large blue triangle is overlaid on the top right corner of the image.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício no valor de 2 038 013 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal, equivalente a 5% dos resultados líquidos, no valor de 101 901 euros;
- Remanescente, no valor de 1 936 112 euros para resultados transitados.

Faro, 6 de março de 2024

O Conselho de Administração

António Paulo Jacinto Eusébio
(Presidente Executivo)

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vice-Presidente Executivo)

Hugo Miguel Guerreiro Nunes
(Vogal Executivo)

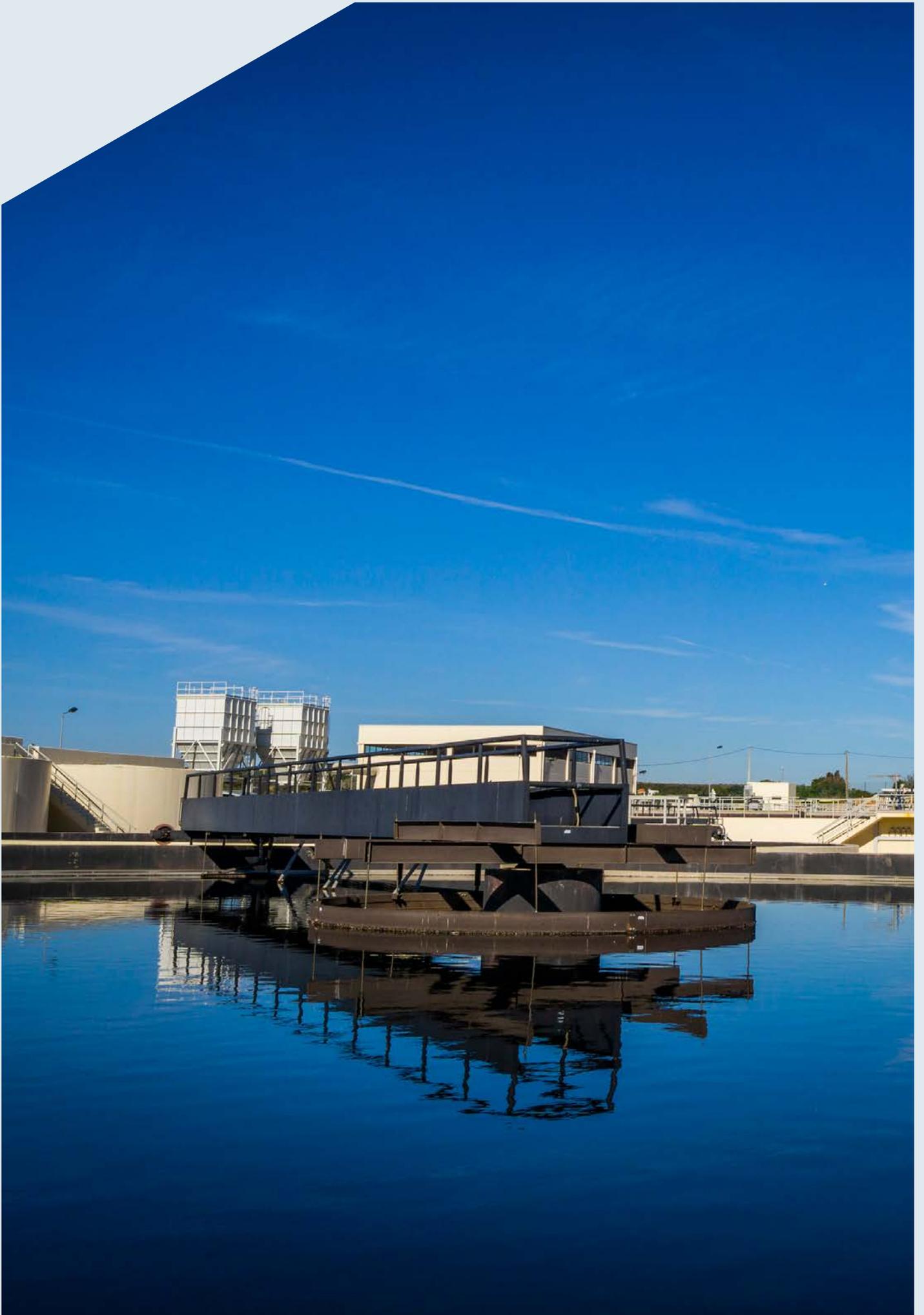
Ana Paula Fernandes Martins
(Vogal)

José Carlos Martins Rolo
(Vogal)





F - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023



INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei e dos estatutos, vem o Conselho de Administração da Águas do Algarve S.A. submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa, as contas do exercício de 2023.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da posição financeira;
- Demonstração dos resultados e do rendimento integral;
- Demonstração das variações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa.

Constituem, também, elementos do relatório os seguintes Anexos:

- Notas às demonstrações financeiras.

No final do presente relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e parecer do conselho fiscal;
- Certificação legal de contas.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

RUBRICAS	NOTAS	2023	2022
ATIVO			
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	5	446 987 373	453 112 260
Ativos fixos tangíveis	6	929 419	958 682
Ativos sob direito de uso	7	173 538	117 705
Outros ativos financeiros	8	14 023	13 298
Impostos diferidos ativos	33	38 421 697	37 450 110
Clientes e outros ativos não correntes	10	0	0
Total dos ativos não correntes		486 526 051	491 652 056
Ativos Correntes			
Inventários	12	2 984 241	2 844 460
Ativos fin. ao justo valor rend. int.	13	15 121 866	15 793 949
Clientes	10	19 481 847	17 962 547
Imposto sobre o rendim. do exercício	20, 33	1 505 640	240 106
Outros ativos correntes	11	12 190 216	11 230 085
Caixa e seus equivalentes	14	14 139 053	14 318 949
Total dos ativos correntes		65 422 863	62 390 096
Total do ATIVO		551 948 914	554 042 152
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio dos acionistas			
Capital social	15	29 825 000	29 825 000
Reservas e outros ajustamentos	15	3 376 757	3 293 604
Resultados transitados	15	(982 104)	(2 562 015)
Resultado líquido do exercício		2 038 013	1 663 065
Total do CAPITAL PRÓPRIO		34 257 666	32 219 653
PASSIVO			
Passivos Não Correntes			
Provisões	16	81 500	81 500
Acréscimo de gastos de investimento contratual	17	71 123 349	72 942 913
Subsídios ao investimento	18	202 724 883	207 191 954
Empréstimos	19	112 207 521	124 552 491
Passivos da locação	7	128 271	0
Fornecedores e outros passivos não correntes	20	2 928 226	3 502 830
Impostos diferidos passivos	33	5 936 694	6 110 618
Desvio tarifário passivo	9	37 865 324	39 222 371
Total dos passivos não correntes		432 995 768	453 604 677
Passivos Correntes			
Empréstimos	19	64 593 374	47 919 711
Passivos da locação	7	46 325	18 552
Fornecedores e outros passivos correntes	20	20 055 781	20 279 559
Imposto sobre o rendim. do exercício	20, 33	0	0
Total dos passivos correntes		84 695 480	68 217 821
Total do PASSIVO		517 691 248	521 822 498
Total do PASSIVO e CAPITAL PRÓPRIO		551 948 914	554 042 152

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
Vendas	22	36 078 490	34 033 726
Prestações de serviços	22	27 107 397	26 395 313
Rendimentos construção ativos concessionados	22	18 460 254	20 495 618
Défice/superavit tarifário	9	(1 357 047)	4 422 743
Gasto das vendas/variação inventários	23	(2 413 166)	(1 779 906)
Gastos construção ativos concessionados	23	(18 460 254)	(20 495 618)
Fornecimentos e serviços externos	24	(32 318 897)	(26 632 599)
Gastos com pessoal	25	(6 704 031)	(6 073 378)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	26	(22 944 455)	(22 670 339)
Provisões e reversões do exercício	27	1 522	1 478
Subsídios à exploração	30	137 445	241 131
Subsídios ao investimento	18	8 120 606	7 956 973
Outros gastos e perdas operacionais	29	(1 317 144)	(881 305)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	30	1 025 357	817 531
Resultados operacionais		8 130 169	6 985 882
Gastos financeiros	31	(6 859 289)	5 665 908
Rendimentos financeiros	32	1 173 648	925 588
Resultados financeiros		(5 685 641)	4 740 320
Resultados antes de imposto		2 444 528	2 245 562
Imposto do exercício	33	(1 552 027)	(3 433 296)
Imposto diferido	33	1 145 511	2 850 799
Res. Líquido do exercício operações continuadas		2 038 013	1 663 065
Resultado líquido do exercício		2 038 013	1 663 065
Rendimento integral		2 038 013	1 663 065
Resultado por ação (básico e diluído)	15	0	0
Resultado integral por ação (básico e diluído)	15	0	0

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RES. LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo a 31.12.2021		29 825 000	3 275 316	(2 909 491)	365 764	30 556 589
Aplicação do RL do Exercício	15	0	18 288	347 476	(365 764)	0,00
Realização de Capital		0	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição de dividendos		0	0,00	0,00	0,00	0,00
DRG acumulado		0	0,00	0,00	0,00	0,00
DRG acumulado - Imposto Diferido		0	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Exercício		0	0,00	0,00	1 663 065	1 663 065
Saldo a 31.12.2022		29 825 000	3 293 604	(2 562 015)	1 663 065	32 219 653
Aplicação do RL do Exercício	15	0	83 153	1 579 911	(1 663 065)	(0)
Realização de Capital		0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos		0	0	0	0	0
DRG acumulado		0	0	0	0	0
DRG acumulado - Imposto Diferido		0	0	0	0	0
Resultado Líquido do Exercício		0	0	0	2 038 013	2 038 013
Saldo a 31.12.2023		29 825 000	3 376 757	(982 104)	2 038 013	34 257 666

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXO	NOTAS	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		66 668 138	67 329 737
Recebimentos operacionais - Outros		6 978 336	5 010 759
Pagamentos a fornecedores		(41 189 044)	(31 293 893)
Pagamentos ao pessoal		(4 510 443)	(3 898 456)
Pagamentos ao Estado		(3 271 886)	(2 903 276)
Pagamento de IRC		(3 015 997)	(4 722 368)
Pagamento operacionais outros		(3 364 567)	(3 026 567)
Fluxo das atividades operacionais		18 294 537	26 495 936
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de investimentos financeiros		1	28
Recebimentos de ativos intangíveis	5	2 033	17 550
Recebimentos de subsídios de investimento	18	4 075 314	14 125 820
Pagamentos de ativos intangíveis	5	(20 877 190)	(18 409 488)
Fluxo das atividades de investimento		(16 799 842)	(4 266 090)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	19	36 693 512	23 000 000
Pagamentos de empréstimos obtidos	19	(32 540 338)	(26 457 428)
Pagamentos de juros e gastos similares		(5 827 765)	(5 251 386)
Outros pagamentos de financiamentos	7	0	(143 765)
Fluxo das atividades de financiamento		(1 674 590)	(8 852 579)
Variação de caixa e seus equivalentes		(179 895)	13 377 266
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	14	14 318 949	941 682
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	14	14 139 053	14 318 949

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	NOTAS	2023	2022
Caixa	14	9 500	9 000
Depósitos à ordem	14	2 293 699	14 309 949
Depósitos a prazo	14	11 835 854	0
Tesouraria ativa		14 139 053	14 318 949
Descobertos bancários	19	0	0
Tesouraria passiva		0	0
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		14 139 053	14 318 949

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Informação geral	150
2 - Políticas contabilísticas	152
3 - Novas normas e alteração de políticas	156
4 - Políticas de gestão de risco	159
5 - Ativos intangíveis	162
6 - Ativos fixos tangíveis	166
7 - Locações	169
8 - Outros ativos financeiros	173
9 - Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário)	173
10 - Clientes	175
11 - Outros ativos	181
12 - Inventários	182
13 - Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	183
14 - Caixa e seus equivalentes	185
15 - Capital próprio	185
16 - Provisões, ativos e passivos contingentes	187
17 - Acréscimos de gastos de investimento contratual	189
18 - Subsídios ao investimento	190
19 - Empréstimos	190
20 - Fornecedores e outros passivos	192
21 - Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9	194
22 - Rédito de contratos com clientes	195
23 - Gastos da vendas	196
24 - Fornecimento e serviços externos	197
25 - Gastos com pessoal	198
26 - Amortizações e depreciações do exercício	198
27 - Provisões e reversões do exercício	199
28 - Perdas por imparidades e reversões do exercício	199
29 - Outros gastos e perdas operacionais	199
30 - Outros rendimentos e ganhos operacionais	200
31 - Gastos financeiros	200
32 - Rendimentos financeiros	200
33 - Imposto sobre o rendimento	201
34 - Saldos e transações com partes relacionadas	204
35 - Compromissos	207
36 - Investimento Contratual	212
37 - Honorários de auditoria e de revisão legal de contas	212
38 - Outros assuntos	212
39 - Eventos subsequentes	213

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - INFORMAÇÃO GERAL

1.1 IDENTIFICAÇÃO E ATIVIDADE DA EMPRESA

A Águas do Algarve, S.A. (adiante designada também por AdA S.A., entidade, empresa ou Sociedade) foi constituída em 5 de Agosto de 2000, tendo a sua sede social na Rua do Repouso, n.º 10, em Faro.

São acionistas da AdA S.A.:

ACIONISTAS (AÇÕES)	QUANTIDADE	VALOR	CLASSE	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3 247 447	16 237 235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289 270	1 446 350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17 236	86 180	A	0,29%
Município de Aljezur	34 046	170 230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32 787	163 935	A	0,55%
Município de Faro	409 788	2 048 940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187 813	939 065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202 726	1 013 630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338 797	1 693 985	A	5,68%
Município de Monchique	25 718	128 590	A	0,43%
Município de Olhão	230 791	1 153 955	A	3,87%
Município de Portimão	369 206	1 846 030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49 607	248 035	A + B	0,83%
Município de Silves	222 439	1 112 195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135 680	678 400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53 605	268 025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118 044	590 220	A	1,98%
Total	5 965 000	29 825 000		100,00%

O capital social realizado da Empresa é de 29 825 000 euros, correspondendo a 5 965 000 ações de valor nominal de 5 euros cada.

A empresa é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais integralmente públicos criada pelo Decreto-lei n.º 168/2000 de 5 de agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-lei n.º 130/95, de 5 de junho, e n.º 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-lei n.º 379/93 de 05 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-lei n.º 172/B-2001 de 26 de maio e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, com a publicação do Decreto-lei n.º 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento, tendo sido em 7 de fevereiro de 2005 assinado o respetivo contrato de concessão.

Em 2019 foi assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24 de julho de 2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto 1 da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo. Este Sistema substitui os dois sistemas multimunicipais extintos, nomeadamente o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve.

1.2 ATIVIDADE ECONÓMICA

A Águas do Algarve, S.A., tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais (saneamento) no Algarve.

As tarifas e os rendimentos tarifários em "alta" praticados pela Águas do Algarve, S.A. são fixados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifários a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável. Durante o ano de 2023, as tarifas aplicadas na faturação pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR em 2022.

O diploma constituinte da agregação do SMM, Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, e respetivo contrato de concessão, estabelece a metodologia de registo e de recuperação do Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), tendo sido determinado um período máximo de geração adicional de DRG até 10 anos e um período máximo de reintegração destes ativos (ou passivos) até 25 anos. De acordo com esta metodologia em 2043, o saldo atual dos DRG registado nas contas da Águas do Algarve, S.A. estará recuperado.

Para o SMM gerido pela Águas do Algarve, S.A., ao abrigo do novo contrato de concessão celebrado em 2019, foi efetuado o registo inicial dos DRG, e a partir daí o correspondente a cada exercício económico.

1.2.1 ATIVIDADE REGULADA

O modelo dos contratos de concessão e parceria criado para o sistema multimunicipal possui as seguintes características:

- i) as infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela empresa concessionária;
- ii) o financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios comunitários a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI);
- iii) os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela entidade reguladora (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco. A AdA tem assegurada a sua remuneração através das cláusulas de reequilíbrio dos contratos de concessão. A concessão tem a duração de 30 e decorre até ao ano 2048. Em 2023, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 3,24%.

ÁGUA E SANEAMENTO	CONCESSÃO/PARceria	PRAZO	PERÍODO	REMUNERAÇÃO ACIONISTA TAXA DE REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO ACIONISTA BASE DE INCIDÊNCIA ⁽¹⁾
Águas do Algarve SA ⁽²⁾	Concessão	30 anos	2019-2048	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração OT 10 anos + 3% incide sobre o capital social e reserva legal. Adicionalmente sobre os dividendos em dívida incide remuneração equivalente à OT 10 anos.

(2) A 24 de julho de 2019 foi celebrado Contrato de Concessão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve gerido pelas Águas do Algarve, S.A. por um prazo de 30 anos (2019-2048). Este contrato resulta da agregação dos contratos de concessão existentes àquela data.

A empresa desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente. Com a alteração introduzida aos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei 10/2014, de 6 de março, pelo art.º 428.º da Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro, os poderes da Entidade Reguladora sobre as tarifas passam a ser exercidos pelo Concedente.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a Águas do Algarve S.A. pode registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

Em 31 de dezembro de 2023 estavam registados nas contas da Águas do Algarve, S.A., cerca de 37,9 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade do SMM.

A empresa está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

A empresa tem uma concessão atribuída pelo Estado em regime de exclusividade para a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. O contrato de concessão caracteriza-se por contemplar elevados níveis de investimentos a efetuar pela empresa. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas os municípios a quem são prestados os serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pela entidade reguladora (ERSAR) e faturada aos municípios que são servidos pela concessão. Uma das características do contrato de concessão é ter retorno garantido sobre o capital investido.

1.3 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração que teve lugar no dia 07 de março de 2024 na sede da Empresa em Faro. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdA foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o

período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 DATA DE REFERÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da AdA S.A. relativamente a 31 de dezembro de 2023 e comparativos a 31 de dezembro de 2022.

2.3 CONVERSÃO CAMBIAL

2.3.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.3.2 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data da demonstração de posição financeira, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em “Reservas e outros ajustamentos”, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional pela empresa de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.4 DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (“DUI”) - CONCESSÕES

2.4.1 CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdA S.A. presta dois tipos de serviços:

- (i) o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e
- (ii) o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento

em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão da empresa gestor do SMM (sistema multimunicipal), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AdA, empresa gestora do SMM (sistema multimunicipal) classifica, como concessionária, as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.4.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis (DUI) em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3 AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL DO INVESTIMENTO DO CONTRATO	ANOS	TOTAL DE CAUDAIS DO CONTRATO (M³)	TAXA DEPLEÇÃO 2023
ÁGUA	526 749 703	30	1 892 458 222	4,3258%
SANEAMENTO	374 945 428	30	1 233 840 012	3,8210%
ESTRUTURA	10 353 322	30	3 126 298 234	4,1314%
	912 048 454		6 252 596 468	

As amortizações na empresa são calculadas pelo método da soma das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente tratados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

2.4.4 ACRÉSCIMOS DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da AdA S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento,

durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica acréscimo de gastos de investimento contratual (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4.5 DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (DÉFICE / SUPERAVIT TARIFÁRIO)

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão e são registados ao custo amortizado. A Águas do Algarve regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.4.6 RÉDITO DA CONSTRUÇÃO

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.5 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdA SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 - vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 - vida útil de locações
- Nota 9.2 - estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 10.2 - imparidade de ativos financeiros
- Nota 13.2 - justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- Nota 16.2 - provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 33.1 - estimativa de impostos e impostos diferidos

2.6 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração de posição financeira (DPF) que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da DPF são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da DPF que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da DPF, se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3 - NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS

3.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentada nos comparativos.

3.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTEAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2023

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IAS 12 – International Tax Reform – Pillar two model rules	Isenção temporária nos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com o Pilar 2 do imposto sobre o rendimento.	Imediatamente ou 1 de Janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações, não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA SA.

3.3 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2024 e que a empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

DESCRIÇÃO (JÁ ENDOSSADAS PELA EU)	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 1 - Passivos não correntes com “covenants”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

DESCRIÇÃO (AÍNDA NÃO ENDOSSADAS PELA EU)	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA SA após 1 de janeiro de 2024.

3.4 NORMAS EM REVISÃO

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB e em 2024 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4 - POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

4.1 FATORES DE RISCO

As atividades da empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. A AdA desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da empresa. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria da AdP SGPS, com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais da empresa. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

4.2 RISCO DE MERCADO

4.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da AdA, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

JUROS SUPORTADOS À TAXA VARIÁVEL	2023	2022
Real	2 173 563	636 658
Taxa média + 1%	2 538 612	934 870
Taxa média - 1%	1 667 779	320 704

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de 12 meses.

4.2.2 RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio da empresa é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional.

4.2.3 RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da empresa em energia e combustíveis representam aproximadamente 18% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo AdP, através da AdP VALOR, negocia centralmente a aquisição destas matérias-primas. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3 RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdA SA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP, mandatada pela AdA SA, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ	< 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS
Financiamentos	64 593 374	57 165 647	55 041 874
Fornecedores e outros passivos	20 055 781	1 624 230	1 303 996
	84 649 155	58 789 878	56 345 869

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que a AdA escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Em setembro de 2017 a AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros, aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches: (i) transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A; (ii) prorrogação da data final de disponibilidade do financiamento até 14 de setembro de 2023; (iii) waiver ao covenant "Net debt/EBITDA" relativo ao ano 2023. Em 30 de junho de 2023, o Grupo AdP tem utilizados 280 milhões de euros da tranche A e 49,3 milhões de euros da tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdA dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

RISCO DE LIQUIDEZ (MILHÕES DE EUROS)	PLAFOND DISPONÍVEL	PLAFOND UTILIZADO	PLAFOND NÃO UTILIZADO
Descobertos Bancários	7 000 000	0	7 000 000

O objetivo da AdA SA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração de posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos à AdA SA. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

RISCO DE CAPITAL	NOTAS	2023	2022
Empréstimos não correntes	19	112 207 521	124 552 491
Empréstimos correntes	19	64 593 374	47 919 711
Passivos da locação	7	174 596	18 552
Disponibilidades	14	2 303 199	14 318 949
Dívida líquida		174 672 292	186 809 702
Subsídios ao Investimento	18	202 724 883	207 191 954
Total do Capital Próprio	15	34 257 666	32 219 653
Capital e subsídios		236 982 549	239 411 607
Dívida líquida		0,74	0,78

O modelo de financiamento da empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

4.4 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AdA está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AdA SA tem apenas uma natureza: autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados. O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 11) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 32).

O Conselho de Administração da AdA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na DPF, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração de posição financeira.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	NOTA	2023	2022
Depósitos à Ordem	14	2 293 699	14 309 949
Depósitos a Prazo	14	11 835 854	0
Fundo de compensação do Trabalho	8	14 023	13 298
Ativos financeiros bancários		14 143 576	14 323 247

Nota: a rubrica Outros ativos financeiros respeita à aplicação CEDIC efetuada no IGCP.

RATING	2023	2022
A-	13 629 284	86 807
Ba2	0	535
Baa2	0	258 692
BB	0	45 301
BBB	26 464	22 785
BBB+	473 805	13 895 597
não disponível	0	232
	14 129 553	14 309 949

Nota: notação de *rating* da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2024.

4.5 RISCO DE EXPLORAÇÃO

4.5.1 RISCO DE CATÁSTROFE

A empresa está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a conseqüente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AdA SA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2 RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (“DUI”) - CONCESSÕES

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.4.

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

IMPARIDADE

Os ativos da empresa são analisados à data de cada demonstração de posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas do contrato de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AdA SA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respectivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com os respetivos contratos de concessão ou parceria. No fim das concessões ou parcerias o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da concessão de rendimento garantido, alterações nos caudais não tem impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 9).

Na determinação do investimento contratual a AdA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEFs (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdA SA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

ATIVO LÍQUIDO INTANGÍVEL	2023	2022
Despesas de desenvolvimento	1 009	1 989
Programas de Computador	0	0
Propriedade industrial e outros direitos	153 419	180 529
Diretos de Utilização de Infraestruturas (DUIs)	446 832 945	452 929 742
Ativos Intangíveis	446 987 373	453 112 260

A AdA não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

ATIVOS LÍQUIDOS INTANGÍVEIS	2021	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÕES	2022
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	475 295	0	0	0	0	0	475 295
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	773 334	0	0	0	0	0	773 334
Ativos intangíveis em curso (DUI)	31 320 051	19 534 643	0	0	(6 636 404)	0	44 218 290
Direitos de utilização de infraestruturas	633 208 212	54 891 145	0	(27 517)	6 636 404	0	694 708 244
Valor Bruto dos ativos intangíveis	665 780 008	74 425 788	0	(27 517)	0	0	740 178 279
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	455 378	17 928	0	0	0	0	473 305
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	565 696	27 109	0	0	0	0	592 805
Direitos de utilização de infraestruturas	267 214 687	16 467 016	0	(15 741)	2 330 831	0	285 996 793
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	268 238 876	16 512 054	0	(15 741)	2 330 831	0	287 066 020
Ativos líquidos intangíveis	397 541 132	57 913 735	0	(11 776)	(2 330 831)	0	453 112 260

ATIVOS LÍQUIDOS INTANGÍVEIS	2022	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÕES	2023
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	475 295	0	0	0	0	0	475 295
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	773 334	0	0	0	0	0	773 334
Ativos intangíveis em curso (DUI)	44 218 290	17 352 781	0	0	(20 200 073)	0	41 370 999
Direitos de utilização de infraestruturas	694 708 244	1 115 369	0	(7 896)	20 200 073	0	716 015 790
Valor Bruto dos ativos intangíveis	740 178 279	18 468 150	0	(7 896)	0	0	758 638 533
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	473 305	981	0	0	0	0	474 286
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	592 805	27 109	0	0	0	0	619 914
Direitos de utilização de infraestruturas	285 996 793	17 405 317	0	(3 167)	7 154 902	0	310 553 843
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	287 066 020	17 433 407	0	(3 167)	7 154 902	0	311 651 160
Ativos líquidos intangíveis	453 112 260	1 034 743	0	(4 728)	(7 154 902)	0	446 987 373

A transferência no montante 20 200 073 euros para a rubrica “Direito de utilização de infraestruturas” é explicada pela entrada em funcionamento ou término das obras em várias infraestruturas (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento). Na sequência da entrada em funcionamento ou término de

obras destas infraestruturas, foi reclassificado da rubrica “Acréscimo de gastos de investimento contratual” para amortizações acumuladas do Direito de utilização de infraestruturas, o montante de 7 154 902 euros.

Das empreitadas que foram passadas a ativo firme destacam-se a Beneficiações da ETA de Alcantarilha (5,4 milhões de euros), a Nova Reserva do Barlavento (3,2 milhões de euros) e a Reformulação do Sistema de Telegestão (2,0 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde a obras em curso em infraestruturas (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento). Destacam-se as seguintes:

PRINCIPAIS OBRAS EM CURSO	MONTANTE
Reabilitação da ETAR de Lagos	16 581 070
Fases Reforço Ad. Loulé - Lig. Resv. Int	5 053 330
Rep. e Melhorias em Infr. Saneamento	3 241 070
Secagem Solar de Lamas da ETAR VRSA	2 430 355
Sist. Elev. Água para o Túnel Odelouca/Beliche	2 311 614
Desativar ETAR do Rogil e Carrascalinho	2 187 522
Obras Complementares à FAGAR	2 019 270
Const EEAR Reutiliz de Efluent-ETAR VRSA (ApR)	2 006 147
Reabilitação da EEAR do Vau	753 377
Implementação Dessalinização no Algarve	612 408
Solução da Tomada de Água no Pomarão	532 369
Fornecimento e Montagem de uma Plataforma Bomb. Bravura	465 718
	38 194 249

No presente exercício foram capitalizados 417 mil euros referentes a gastos com pessoal e 40 mil euros referentes a gastos financeiros. Em 2022 foram capitalizados 431.858 mil euros referentes a gastos com pessoal (ver notas 25 e 31).

As principais adições respeitam às empreitadas Reabilitação da ETAR de Lagos, e Fases de Reforço da Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio.

REABILITAÇÃO DA ETAR DE LAGOS

A empreitada da “Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção-Construção” tem por objetivo a reabilitação da atual ETAR, beneficiando as fases líquida, sólida e gasosa. No que diz respeito à linha de tratamento da fase líquida, a beneficiação engloba as etapas de pré-tratamento, homogeneização, decantação primária, tratamento biológico, decantação secundária e desinfecção por UV. Relativamente à linha de tratamento da fase sólida, a remodelação passará pelas etapas de espessamento, digestão anaeróbia e desidratação por centrífugas. No que se refere à linha de tratamento da fase gasosa, esta incluirá etapas de desodorização e tratamento do ar das zonas potencialmente mais libertadoras de odores e a intervenção ao nível do tratamento do biogás para produção de energia.

FASES DE REFORÇO DA ADUÇÃO A LOULÉ - LIGAÇÃO AO RESERVATÓRIO INTERMÉDIO

A expansão do sistema de adução do Concelho de Loulé pretende garantir o abastecimento de água a vários lugares situados a norte da via-férrea do Algarve que se encontram atualmente independentes do Sistema de Abastecimento de Água do Algarve. A empreitada “Fases de Reforço de Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio”, tem por objeto dar continuidade ao sistema de adução a Loulé encontrando-se interligado com o anterior. Prevê-se a construção do troço 2 da conduta elevatória da Estibeira, DN450 FFD com uma extensão de cerca de 4,4 km, o Reservatório Intermédio I e a estação elevatória associada, assim como a instalação de equipamento de elevação na estação elevatória da Estibeira.

6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

DEPRECIAÇÕES

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 26
Equipamento Básico	3 - 26
Equipamento Transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento Administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

IMPARIDADE

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

DESRECONHECIMENTO

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdA S.A..

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

ATIVO LÍQUIDO TANGÍVEL	2023	2022
Terrenos e Recusos Naturais	88 600	88 600
Edifícios e outras construções	700 453	720 999
Equipamento Básico	832	4 812
Equipamento Administrativo	13 831	18 568
Ativo fixo tangível - Outros	63	63
Ativo fixo tangível - Em Curso	125 642	125 642
Ativos tangíveis	929 419	958 682

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício de 2022 é como segue:

VALOR LÍQUIDO DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2021	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÕES	2022
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	88 600	0	0	0	0	0	88 600
Edifícios e outras construções	1 326 876	0	0	0	40 506	0	1 367 382
Equipamento básico	47 657	0	0	0	0	0	47 657
Equipamento de transporte	98 845	0	0	0	0	0	98 845
Equipamento administrativo	1 827 082	0	0	0	0	0	1 827 082
Outros	10 484	0	0	0	0	0	10 484
Ativos tangíveis fixos em curso	135 614	50 976	0	0	(40 506)	(20 442)	125 642
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3 535 156	50 976	0	0	0	(20 442)	3 565 690
Depreciações acumuladas dos ativos fixo tangíveis:							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	617 215	29 168	0	0	0	0	646 384
Equipamento básico	36 557	6 288	0	0	0	0	42 845
Equipamento de transporte	98 845	0	0	0	0	0	98 845
Equipamento administrativo	1 803 402	5 112	0	0	0	0	1 808 514
Outros	10 421	0	0	0	0	0	10 421
Depreciações acum. dos ativos fixos tangíveis	2 566 440	40 568	0	0	0	0	2 607 008
Ativos líquidos fixos tangíveis	968 716						958 682

VALOR LÍQUIDO DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2021	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÕES	2023
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	88 600	0	0	0	0	0	88 600
Edifícios e outras construções	1 367 382	9 989	0	0	0	0	1 377 371
Equipamento básico	47 657	0	0	0	0	0	47 657
Equipamento de transporte	98 845	0	0	0	0	0	98 845
Equipamento administrativo	1 827 082	0	0	0	0	0	1 827 082
Outros	10 484	0	0	0	0	0	10 484
Ativos tangíveis fixos em curso	125 642	0	0	0	0	0	125 642
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3 565 690	9 989	0	0	0	0	3 575 680
Depreciações acumuladas dos ativos fixo tangíveis:							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	646 384	30 535	0	0	0	0	676 919
Equipamento básico	42 845	0	0	0	0	0	42 845
Equipamento de transporte	98 845	3 980	0	0	0	0	102 825
Equipamento administrativo	1 808 514	4 737	0	0	0	0	1 813 251
Outros	10 421	0	0	0	0	0	10 421
Depreciações acum. dos ativos fixos tangíveis	2 607 008	39 252	0	0	0	0	2 646 260
Ativos líquidos fixos tangíveis	958 682						929 419

7 - LOCAÇÕES

7.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As locações nas quais a AdA é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de entrada em vigor da locação, a AdA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A empresa reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso. Fazer notar que a AdA só tem locações enquanto locatário.

A) IDENTIFICAÇÃO DE UMA LOCAÇÃO

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a empresa contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdA (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de entrada em vigor da locação ("commencement date") corresponde à data em que o locador coloca o ativo subjacente da locação disponível para uso do locatário.

B) CONTABILIZAÇÃO NOS LOCATÁRIOS

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de entrada em vigor da locação a AdA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis (baseados em índices ou taxas) futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Equipamento de transporte	1 - 4
Licenças de software	3

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdA mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pelo AdA enquanto locatário

A AdA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdA é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

7.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

7.3 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2023 e no exercício de 2022 e o respetivo movimento ocorrido naquelas datas é como segue:

ATIVOS SOB DIREITO DE USO	01.01.2023			31.12.2023			
	VALOR BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	VALOR BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
a) que em 31.12.2020 estavam classificados como locações financeiras							
Viaturas	678 138	(635 194)	42 944	61 698	870 430	(696 892)	173 538
Outros equipamentos	244 672	(169 911)	74 761	74 761	244 672	(244 672)	0
Subtotal	922 810	(805 105)	117 705	136 459	1 115 102	(941 564)	173 538
a) que em 31.12.2020 estavam classificados como locações operacionais							
Viaturas	0	0	0	0	0	0	0
Outros equipamentos	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	922 810	(805 105)	117 705	136 459	1 115 102	(941 564)	173 538

7.4 PASSIVOS DA LOCAÇÃO

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

PASSIVOS DA LOCAÇÃO	2023	2022
Não corrente	128 271	0
Corrente	46 325	18 552
	174 596	18 552

CAPITAL EM DÍVIDA POR NATUREZA DE ATIVOS SOB DIREITO DE USO	2023	2022
Equipamento de transporte	174 596	18 552
Outros equipamentos	0	0
	174 596	18 552

FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS	2023	2022
Até 1 ano	49 105	19 665
De 1 a 5 anos	144 125	0
Mais de 5 anos	0	0
	193 230	19 665

JUROS	2023	2022
Até 1 ano	2 780	1 113
De 1 a 5 anos	15 854	0
Mais de 5 anos	0	0
	18 634	1 113

VALOR PRESENTE DOS PAGAMENTOS MÍNIMOS	2023	2022
Até 1 ano	46 325	18 552
De 1 a 5 anos	173 968	0
Mais de 5 anos	0	0
	220 293	18 552

7.5 PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO

ATIVOS SOB DIREITO DE USO E PASSIVOS DA LOCAÇÃO	2023	2022
Aumento do ativo - Direito de uso do ativo da locação	192 292	40 788
Aumento do passivo - Passivo da locação	156 045	(143 108)

TOTAL DOS PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO	2023	2022
Contabilizadas de acordo com a IFRS 16	423 729	279 253
Contabilizadas como despesa em resultados	52 647	23 662
TOTAL	476 376	302 915

TOTAL DOS PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO	2023	2022
Capital	447 552	279 253
Juros	28 824	23 662
TOTAL	476 376	302 915

8 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

8.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 13.

8.2 DETALHE

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2023	2022
Fundo de compensação do Trabalho	14 023	13 298
Caixa e Bancos	14 023	13 298

Os ativos existentes respeitam ao fundo de compensação do trabalho exigido legalmente.

9 - DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (DÉFICE / SUPERAVIT TARIFÁRIO)

9.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.4.5.

9.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio ('DL das Agregações'), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

9.3 DETALHE E MOVIMENTO

Em 2023 a empresa atingiu o seguinte Resultado Líquido da atividade de 1 024 570€.

Nos termos do Contrato de Concessão, e considerando a taxa média das OTs em 2023, de 3,24%, o valor da Remuneração Acionista é de 2 038 013€.

Assim, o Resultado Líquido de 2023 é de 2 038 013€, conforme abaixo se discrimina:

RUBRICA	VALOR A REMUNERAR	DIAS DE REMUNERAÇÃO	FORMA DE REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Capital Social a 1 de janeiro de 2023	29 825 000	365	OT + 3%	1 861 080
Reserva Legal a 1 de janeiro de 2023	3 293 604	365	OT + 3%	205 521
Dividendos em dívida até à última AG	(2 236 265)	365	OT	(72 455)
Dividendos aprovados na última AG	1 579 911	284	OT	39 829
Reforço da Reserva Legal (AG de 23 de Março de 2023)	83 153	284	OT + 3%	4 037
Remuneração Acionista de 2023				2 038 013
Ajuste líquido ERSAR referente ao DRG de 2022				0
Resultado Líquido de 2023				2 038 013

RESULTADOS	2023	2022	2021	2020
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	1 024 570	4 965 969	7 766 081	5 577 513
DRG líquido do ano	1 013 443	(3 302 904)	(6 683 003)	(4 466 650)
DRG líquido do ano anterior	0	0	(717 314)	(371 499)
Resultado Líquido da atividade (após DRG)	2 038 013	1 663 065	365 764	739 364

De referir que a Assembleia Geral de aprovação das contas de 2022 foi realizada no dia 23 de março de 2023, pelo que só a partir dessa data se procedeu à aplicação dos Resultados Líquidos de 2022, com efeitos neste caso para o cálculo da remuneração acionista sobre as Reservas Legais, constituídas em 2023, e a Remuneração Acionista de 2022 não distribuída (e que foi contabilizada em Resultados Transitados).

Por definição o Desvio de Recuperação de Gastos corresponde à diferença entre o Resultado Líquido da atividade e a Remuneração Acionista calculada nos termos do Contrato da Concessão, líquida de eventuais ajustamentos da ERSAR.

Relativamente ao DRG de 2023, em 29 de Fevereiro de 2024 a Águas do Algarve remeteu à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos e Métricas de Eficiência de 2023. Aguarda-se pela respetiva posição da ERSAR sobre o mesmo.

Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de gastos operacionais relacionados com os aumentos significativos de preços de aquisição, a Empresa propôs à ERSAR que não haja lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2023.

Independentemente do mencionado atrás, a Empresa entende que os efeitos e consequências que os haja não põem em causa as contas de 2023.

A reconciliação entre o rendimento garantido e o resultado líquido antes de desvio de recuperação de gastos a 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

RESULTADO LÍQUIDO DA ATIVIDADE	RL DA ATIVIDADE	DRG BRUTO	IMPOSTO DIFERIDO DRG	REMUNERAÇÃO ACIONISTA
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	1 024 570	1 357 047	(343 604)	2 038 013

Na Demonstração da Posição Financeira está registado, no Passivo não corrente, o valor de 37.865.324€ referente ao Desvio tarifário passivo acumulado no final de 2023. Este valor era de 39 222 371€ no final de 2022, tendo a variação de 1 357 047 sido devida ao registo DRG bruto de 2023, conforme acima discriminado.

Quanto ao Desvio de Recuperação de Gastos de 2021 a Águas do Algarve apresentou junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé uma impugnação da decisão final da ERSAR, de ajustamento de 291 372€. Este processo está a ser patrocinado pelos advogados Vieira de Almeida & Associados. Em 22 de Fevereiro de 2024 o Tribunal agendou uma audiência prévia com ambas as partes para 20 de Junho de 2025, conforme informação prestada pelos próprios advogados.

Relativamente ao Relatório do Desvio de Recuperação de Gastos de 2022, a ERSAR, através do seu Ofício nº O-004579/2023

de 27 de Julho, aceitou a argumentação da Águas do Algarve, nomeadamente a Reclamação apresentada, e por conseguinte concordou em não fazer qualquer ajustamento ao Desvio de Recuperação de Gastos de 2022.

9.4 RENDIMENTO GARANTIDO

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

No ano de 2023 foi utilizada a taxa de 3,24% (taxa média do ano das obrigações do tesouro a 10 anos), acrescida de 3% de margem (spread), conforme definido pelo despacho do Concedente.

No final de 2023 o quadro abaixo na coluna Dívida Acionista Acumulada reflete um montante de 1 279 758€. A indicação da AdP SGPS, acionista maioritário, sobre a proposta de aplicação de resultados é a de que considerando as circunstâncias da empresa, DRG acumulado e os desafios de curto associados aos elevados volumes de investimento previstos e à incerteza resultante da situação da seca, o remanescente do resultado após “regularização” do valor distribuído em excesso em exercícios anteriores deve ser levado a resultados transitados.

ANO	REMUNERAÇÃO ANUAL ACIONISTA	AJUSTE DA REGULAÇÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL ACIONISTA (APÓS AJUSTE A REGULAÇÃO)	RESULTADOS LIQUIDOS ANUAIS ANTES DO DRG	REMUNERAÇÃO ACIONISTA DISTRIBUÍVEL	DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS	DÍVIDA ACUMULADA AOS ACIONISTAS APÓS DISTRIB. DE DIVIDENDOS	OT+3%
1995 a 2011	32 837 880	0	32 837 880	23 757 767	31 196 060	18 029 417	26 173 718	
2012	4 598 287	0	4 598 287	3 441 306	4 368 373	3 269 241	14 265 775	13,24%
2013	4 318 509	0	4 318 509	3 098 569	4 102 583	2 943 641	15 424 718	10,46%
2014	3 238 535	0	3 238 535	5 139 191	3 076 609	4 882 231	13 619 095	9,29%
2015	2 569 955	0	2 569 955	6 942 498	2 441 457	11 297 273	4 763 280	6,75%
2016	2 515 188	0	2 515 188	6 810 569	2 389 428	6 470 040	682 668	5,42%
2017	2 169 472	0	2 169 472	7 306 257	2 060 998	1 951 378	792 288	6,18%
2018	1 697 930	0	1 697 930	7 191 847	1 613 034	6 832 254	(4 426 933)	6,06%
2019	1 200 838	0	1 200 838	5 208 485	1 140 796	0	(3 286 136)	4,84%
2020	1 110 863	(371 499)	739 364	5 577 513	702 396	0	(2 583 741)	3,75%
2021	1 083 078	(717 314)	365 764	7 766 081	347 476	0	(2 236 265)	3,41%
2022	1 663 065	0	1 663 065	4 965 969	1 579 911	0	(656 353)	3,30%
2023	2 038 013	0	2 038 013	1 024 570	1 936 112	0	1 279 758	3,24%
SOMA	61 041 612	(1 088 813)	59 952 799	88 230 622	56 955 233	55 675 475	1 279 758	

10 - CLIENTES

10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da empresa, a AdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (divulgados na nota 13).

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

AVALIAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO PARA A GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS CONTRATUAIS DOS ATIVOS FINANCEIROS (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

RECONHECIMENTO INICIAL

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, a AdA valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da empresa, a AdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdA recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela empresa no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

CRÉDITO ABATIDO AO ATIVO (WRITE-OFF)

A AdA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a AdA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a empresa alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospectiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

POLÍTICA DE DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - o Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - o O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
 - o Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - o Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2 ESTIMATIVA E JULGAMENTOS

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdA.

Conforme divulgado na nota 5.4. face à tipologia de clientes da AdA para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas concessões ou parcerias serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AdA.

10.3 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe de Clientes é como segue:

CLIENTES	2023	2022
Clientes (c/c)	7 983 737	6 464 437
Clientes (acordos)	1 057 392	1 057 392
Clientes (juros mora)	93 549	93 549
Clientes (injunções)	13 065 809	13 065 809
Clientes (imparidades)	(2 718 640)	(2 718 640)
Clientes	19 481 847	17 962 547

O saldo de injunções registado é composto por dívida reclamada aos clientes.

- TAVIRAVERDE E.M. (3 230 140 €),
- VRSA SGU EM/Município de VRSA (9 780 290 €),
- Município de Vila do Bispo (55 380 €).

O ARD celebrado em 2011 com a FAGAR não regista alterações de 2023 para 2022, mantendo um valor de 1.057.392 milhões de euros incluídos acima na linha Clientes (acordos). Faz-se notar o seguinte relativamente a este ARD:

1. Em 2021 foi iniciado um processo para conciliação de registos contabilísticos e acerto de contas com a CM Faro e a FAGAR, visando resolver algumas divergências que persistiram durante alguns anos.
2. A conciliação dos registos contabilísticos ficou encerrada no exercício de 2021.
3. Os trabalhos referentes à formalização da transferência da propriedade de ativos e do cumprimento dos termos da adesão do Município de Faro aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento estão em curso, tendo as entidades acordado a contratação de serviços jurídicos comuns para o efeito.

SEGMENTO DE NEGÓCIO	NEGÓCIO "ALTA"			EMPRESAS DO GRUPO	
	MUNICÍPIOS	OUTROS	TOTAL	BAIXO	TOTAL
TIPOLOGIA DE CLIENTES	BAIXO	MÉDIO			
RISCO					
Exposição bruta	22 200 487	0	22 200 487	0	0
Imparidade	(2 718 640)	0	(2 718 640)	0	0
	19 481 847		19 481 847		

SEGMENTO DE NEGÓCIO TIPOLOGIA DE CLIENTES	NEGÓCIOS EM ALTA								
	OUTROS				EMPRESAS DO GRUPO *				
	RISCO	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	% PERDA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	% PERDA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Não vencida	0	0	0	0	0	41 153	0	0	41 153
Vencida até 180 dias	0	0	0	0	0	876 752	0	0	876 752
Vencida há mais de 180 dias	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	917 905	0	0	917 905

O montante de € 2 718 640 registado em Clientes (imparidades) é composto pelas imparidades constituídas para os clientes VRSA SGU EM (€ 734 122) e TAVIRAVERDE E.M. (€ 1 984 519). Não há quaisquer novas imparidades de clientes registadas em 2023.

(*) O valor apresentado, na segunda tabela, relativo a empresas do Grupo, de 917 905€, respeita a dívida da AgdA.

É convicção do Conselho de Administração que as imparidades constituídas são suficientes para cobrir o risco de cobrabilidade dos valores a receber de clientes.

ATIVOS FINANC. AO JUSTO VALOR REND. INTEGRAL

	2023	2022
Clientes (ARDs)	15 121 866	15 793 949
Clientes (ARDs)	15 121 866	15 793 949

Em 2020, ao abrigo do Dec-Lei nº 5/2019, foi assinado, a 25 de novembro de 2020, um memorando de entendimento com o Município de VRSA, do qual resultou um Acordo de Regularização de Dívida para regularização de 16 788 663 euros. O acordo referido está espelhado nas contas como ativo financeiro ao justo valor através do rendimento integral, e o valor em dívida no fim do exercício, após o recebimento das 10 primeiras prestações, é de 15 121 866€.

Em 31 de dezembro 2023 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe:

CLIENTES	2023	2022	VARIAÇÃO (€)	VARIAÇÃO (%)
MUNICIPIO DE LOULÉ	630 407	597 284	33 122	5,55%
MUNICIPIO DE LAGOS	955 589	444 142	511 447	115,15%
EMARP EM	596 242	567 821	28 421	5,01%
MUNICIPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	86 048	85 185	862	1,01%
INFRALOBO EM	42 737	40 917	1 820	4,45%
INFRAQUINTA EM	77 759	66 928	10 832	16,18%
MUNICIPIO DE ALBUFEIRA	1 421 319	632 351	788 968	124,77%
MUNICIPIO DE LAGOA	282 980	572 614	(289 634)	-50,58%
MUNICIPIO DE SILVES	287 629	288 272	(643)	-0,22%
MUNICIPIO DE VILA DO BISPO	353 195	165 152	188 043	113,86%
MUNICIPIO DE MONCHIQUE	36 967	35 753	1 214	3,40%
MUNICIPIO DE ALJEZUR	50 803	47 431	3 372	7,11%
MUNICIPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	24 902 156	25 574 239	(672 083)	-2,63%
MUNICIPIO DE ALCOUTIM	18 199	17 086	1 113	6,51%
MUNICIPIO DE CASTRO MARIM	261 771	190 078	71 693	37,72%
TAVIRAVERDE, EM	3 890 635	3 651 834	238 801	6,54%
FAGAR EM	1 595 274	2 089 124	(493 851)	-23,64%
INFRAMOURA EM	218 009	162 684	55 324	34,01%
AMBIOLHÃO EM	876 625	568 891	307 733	54,09%
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	723 382	677 349	46 033	6,80%
CLIENTES ApR	14 627	0	14 627	0,00%
Totais (Clientes)	37 322 353	36 475 136	786 556	2,32%

Nota: no total não estão deduzidas as imparidades.

Após a nomeação do Conselho de Administração para o triénio 2021-2023, foram efetuadas várias reuniões com os municípios/ entidades municipais que registavam saldos com idade superior a 2 meses. Estas reuniões tiveram o objetivo de estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. O ponto de situação para três casos existentes é o seguinte:

- TAVIRAVERDE E.M. – Existe contencioso judicial relativo a parte da dívida (VMG dos anos de 2007 a 2011) para a qual está registada uma imparidade de 1 984 519 euros;
- Em 2021 foi assinado ARD com o município de VRSA considerando 13 379 743 € de dívida respeitante a faturação emitida pela empresa, mais 3 408 921 € de juros de mora referentes a essa mesma faturação. A variação espelhada na tabela anterior decorre do pagamento, em 2023, das prestações previstas no plano de pagamento;
- Na tabela anterior, ainda consta o cliente VRSA SGU EM SA. Contudo, a dívida deste é atualmente dívida do município de VRSA.

As outras variações significativas que estão evidenciadas na tabela acima não resultam de quaisquer diferendos entre estas e a AdA SA. Em termos gerais, verifica-se, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem apenas às faturas emitidas a 31 de dezembro de 2023.

11 - OUTROS ATIVOS

11.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 10 - Clientes
- 18 - Subsídios ao investimento

11.2 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe de Outros ativos é como segue:

OUTROS ATIVOS CORRENTES	2023	2022
Adiantamentos a Fornecedores	826 240	214 373
Pessoal	5 293	677 715
Outros Devedores	3 530 315	3 206 454
Devedores por acréscimos de rendimentos	6 601 608	5 849 230
Diferimentos - Gastos a Reconhecer	413 039	576 044
IVA - reembolsos solicitados	813 721	706 269
	12 190 216	11 230 085

Na rubrica Devedores por acréscimos de rendimentos fazer notar que o saldo considera acréscimos de juros de mora por ausência de regularização de faturas por parte de 3 clientes, concretamente dos clientes Município de VRSA, TAVIRAVERDE EM e Município de Vila do Bispo, 3 919 504€, 1 186 565€ e 1 795€, respetivamente.

Relativamente à rubrica Adiantamento a fornecedores, esta considera, entre outras situações, os adiantamentos efetuados para as empreitadas Fases de Reforço de Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio e Instalação do grupo de bombagem para as Captações LF6 e LF8 e para Telegestão do LF2, LF6 E LF8 mas Portelas, Lagos.

A) SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Valores a receber de fundo coesão

Encontram-se registados em Outros Devedores cerca de 762 mil euros a receber no âmbito de candidaturas ao POSEUR. Em 2023 a empresa recebeu 469 mil euros de apoios comunitários ao investimento (POSEUR), assim como 3,6 milhões de euros referentes ao PRR.

CÓDIGO OPERAÇÃO	EMPREITADA	POR RECEBER
POSEUR-03-2012-FC-000027	ETAR DA COMPANHEIRA	457 556
POSEUR-03-2012-FC-000835	REFORÇO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO DA ETA DE ALCANTARILHA	270 487
POSEUR-03-2012-FC-001445	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ELEVAÇÃO E ADUÇÃO DE ApR DA ETAR de VRSA	33 709
TOTAL A RECEBER		761 753

Reconciliação do fundo coesão

CANDIDATURA	DESIGNAÇÃO	TERMO ACEITAÇÃO	AJUSTAMENTOS 2023	RECEBIMENTOS		A RECEBER
				< 2023	2023	
POSEUR-03-2012-FC-000025	LIGAÇÃO DE ALGOZ - TUNES AO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ALBUFEIRA LAGOA E SILVES	1 544 483	(37 061)	(1 431 728)	(75 694)	0,00
POSEUR-03-2012-FC-000027	ETAR DA COMPANHEIRA	9 096 271	0	(8 638 714)	0	457 556,49
POSEUR-03-2012-FC-000028	ETAR DE FARO - OLHÃO E SISTEMA ELEVATÓRIO DE OLHÃO	14 155 603	(245 389)	(13 524 001)	(386 213)	0,00
POSEUR-03-2012-FC-000835	REFORÇO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO DA ETA DE ALCANTARILHA	3 505 759	0	(3 235 271)	0	270 487,30
POSEUR-03-2012-FC-001445	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ELEVAÇÃO E ADUÇÃO DE ApR DA ETAR de VRSA	809 433	0	(768 961)	(6 763)	33 708,81
TOTAL		29 111 548		(27 598 676)	(468 670)	761 753

B) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2023	2022
IVA a receber	813 721	706 269
Tributação autárquica	0	0
EOEP ativos	813 721	706 269

C) PERDAS POR IMPARIDADE PARA OUTROS ATIVOS

A AdA não registou quaisquer imparidades de outros ativos em 2023 (ver nota 28).

12 - INVENTÁRIOS

12.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

12.2 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

INVENTÁRIOS	2023	2022
Matérias Primas e Subsidiárias	2 984 241	2 844 460
Inventários	2 984 241	2 844 460

Em 31 de dezembro de 2023, os inventários relacionados com peças de manutenção totalizam 2 563 552 euros. Em matérias subsidiárias estão registados 420 689 euros respeitantes, na sua generalidade, a reagentes.

O movimento ocorrido nas matérias-primas exercício findo a 31 de dezembro de 2023 e no exercício de 2022 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

GASTOS DAS VENDAS	2023	2022
Inventários início exercício	2 844 460	2 484 794
Compras	2 552 947	2 139 572
CMVMC e regularizações	(2 413 166)	(1 779 906)
Inventários final exercício	(2 984 241)	2 844 460

13 - ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

13.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

Um ativo financeiro que é um instrumento de dívida é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, decorrentes da celebração de Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) com clientes no âmbito do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro.

RECONHECIMENTO INICIAL

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros têm procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado, sendo reconhecidos em resultados utilizando a taxa de juro efetiva da transação;
- b) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados; e
- c) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do período são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado. Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adotada pela empresa, a Ada recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

13.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Os Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro rendimento Integral detidos pela AdA correspondem aos Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) celebrados com os clientes municipais no âmbito do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. Em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou com o Banco Europeu de Investimento uma linha de 200 milhões de euros que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de ARD's. A cedência será feita pelo valor nominal dos créditos. Neste sentido considera-se que o justo valor dos ARD's corresponde ao seu valor nominal.

13.3 DETALHE

O detalhe dos ativos financeiros ao Justo valor através de outro rendimento em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

ATIVOS FINANC. AO JUSTO VALOR REND. INTEGRAL	2023	2022
Clientes (ARDs)	15 121 866	15 793 949
Clientes (ARDs)	15 121 866	15 793 949

Em 14 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei n.º 5/2019, o qual estabelece os termos e as condições a que obedecem os acordos de regularização das dívidas das autarquias locais, serviços municipalizados e serviços intermunicipalizados e às empresas municipais e intermunicipais e que tenham por objeto o exercício de atividades de distribuição de água e saneamento de águas residuais, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e às entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

O mencionado Decreto-Lei prevê que as entidades utilizadoras que celebrem um Acordo de Regularização de Dívida ("ARD") beneficiam de uma redução correspondente a 30 % dos juros vencidos à data de 31 de dezembro do ano anterior à celebrado do ARD, sendo este prejuízo computado como encargo para efeitos de contabilização do desvio de recuperação de gastos das Entidades Gestoras, com efeito de neutralizar o prejuízo daí decorrente.

Por fim, o diploma permite a cessão destes créditos a terceiros (sem recurso ao grupo AdP), bem como: (i) os créditos que digam respeito a dívida reconhecida por sentença judicial transitada em julgado, após celebração de Acordo de Regularização de Dívida, substancialmente nos termos e condições definidos no anexo ao presente decreto-lei; e (ii) os créditos que já tenham sido objeto de acordo de pagamento, independentemente da sua designação.

A cessão dos créditos permite a extensão do prazo de reembolso a 25 anos, ficando este prazo limitado a 5 anos em caso de impossibilidade de cessão do crédito decorridos 12 meses desde a data de efetividade do ARD.

A Lei do Orçamento de Estado para 2021, 2022 e 2023 consagrou a possibilidade de serem feitos novos ARD's.

14 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

14.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração de posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

14.2 DETALHE

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 é como segue:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS NO FIM DO PERÍODO	2023	2022
Caixa	9 500	9 000
Depósitos à Ordem	2 293 699	14 309 949
Depósitos a Prazo	11 835 854	0
Caixa e Bancos	14 139 053	14 318 949

14.3 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A AdA SA, por forma a dar cumprimento do princípio da unidade de tesouraria das entidades do sector empresarial do Estado, e de acordo com o Despacho n.º 12553/2023, do Ministro das Finanças, aplicou, entre o dia 29 de dezembro 2023 e o dia 2 de janeiro de 2024, num CEDIC, as disponibilidades de tesouraria existentes.

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	2023	2022
Outros ativos financeiros	11 835 854	0
Outros ativos financeiros	11 835 854	0

15 - CAPITAL PRÓPRIO

15.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

DIVIDENDOS

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

15.2 CAPITAL SOCIAL

O capital no montante de 29.825.000 euros é constituído por 5 965 000 ações de 5 euros cada e encontra-se integralmente realizado.

CAPITAL SOCIAL	%	2023		2022	
		CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL REALIZADO
Águas de Portugal, SGPS, SA	54,44%	16 237 235	16 237 235	16 237 235	16 237 235
Município de Albufeira	4,85%	1 446 350	1 446 350	1 446 350	1 446 350
Município de Alcoutim	0,29%	86 180	86 180	86 180	86 180
Município de Aljezur	0,57%	170 230	170 230	170 230	170 230
Município de Castro Marim	0,55%	163 935	163 935	163 935	163 935
Município de Faro	6,87%	2 048 940	2 048 940	2 048 940	2 048 940
Município de Lagoa	3,15%	939 065	939 065	939 065	939 065
Município de Lagos	3,40%	1 013 630	1 013 630	1 013 630	1 013 630
Município de Loulé	5,68%	1 693 985	1 693 985	1 693 985	1 693 985
Município de Monchique	0,43%	128 590	128 590	128 590	128 590
Município de Olhão	3,87%	1 153 955	1 153 955	1 153 955	1 153 955
Município de Portimão	6,19%	1 846 030	1 846 030	1 846 030	1 846 030
Município de São Brás de Alportel	0,83%	248 035	248 035	248 035	248 035
Município de Silves	3,73%	1 112 195	1 112 195	1 112 195	1 112 195
Município de Tavira	2,27%	678 400	678 400	678 400	678 400
Município de Vila do Bispo	0,90%	268 025	268 025	268 025	268 025
Município de Vila Real de Santo António	1,98%	590 220	590 220	590 220	590 220
Capital Social	100,00%	29 825 000	29 825 000	29 825 000	29 825 000

15.3 RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o resultado líquido por ação é o seguinte:

RESULTADO POR AÇÃO	2023	2022
Resultado líquido	2 038 013	1 663 065
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5 965 000	5 965 000
Resultado por ação	0,34	0,28
RESULTADO POR AÇÃO (SEM DRG)	2023	2022
Resultado líquido da Atividade (nota 9)	1 024 570	4 965 969
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5 965 000	5 965 000
Resultado por ação	0,17	0,83

O resultado contratual por ação desvalorizou 79% face a 2022. Esta diminuição é explicada pelos resultados da atividade de 2023.

15.4 RESERVAS E OUTROS AJUSTAMENTOS

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

RESULTADOS - MOVIMENTOS EXERCÍCIO	2022	AFETAÇÃO RES. LÍQ.	DRG	DIVIDENDOS	RES. LÍQUIDO	2023
Reservas e outros ajustamentos	3 293 604	83 153	0	0	0	3 376 757
Resultados transitados	(2 562 015)	1 579 911	0	0	0	(982 104)
Resultado Líquido do exercício	1 663 065	(1 663 065)	0	0	2 038 013	2 038 013
SOMA	2 394 653	0	0	0	2 038 013	4 432 666

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

16.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PROVISÕES

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a empresa divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração de posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

PASSIVOS CONTINGENTES

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

ATIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

16.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A AdA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A empresa é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

16.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe das provisões em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue.

MOVIMENTOS DE PROVISÕES	2022	AUMENTO (NOTA 27)	REVERSÕES (NOTA 27)	2023
Provisões - outros	81 500	0	0	81 500
Movimentos de provisões	81 500	0	0	81 500

Não existem quaisquer provisões registadas em 2023 e a provisão em saldo está relacionada com o diferendo entre a empresa e um antigo fornecedor de assessoria jurídica e respeita a honorários (ver nota 27).

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A empresa faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

A correr em tribunal, e já devidamente contestadas, a empresa tem as seguintes ações interpostas por terceiros.

TIPO DE AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	VALOR DA RESPONSABILIDADE MÁXIMA	VALOR DA PROBABILIDADE DA OBRIGAÇÃO	VALOR DA PROVISÃO CONSTITUÍDA NA CONTABILIDADE	PROBABILIDADE DE DESFECHO FAVORÁVEL À ADA SA
Expropriações	Ação Executiva contra o Fagar - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M., tendo como objecto a Sentença condenatória Judicial proferida no âmbito do Processo n.º 627/2002. INTERVENIENTE ACIDENTAL: ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.	14 964	0	0	POSSÍVEL
Outros	Pedido formulado contra a AdA, p/ Sociedade de Construções Soares SA (inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela emissão de sentença.	2 662 386	0	0	POSSÍVEL
Contraordenações	Ação contra AdA, por Somague, Engigás, Neopul, Construtores ACE. Empreitada de "Concepção/construção do SAAS às ilhas da Culatra e da Armona - Travessias da Ria Formosa Perfuração Horizontal Dirigida. Inexequibilidade técnica das travessias da Ria Formosa.	8 332 017	0	0	POSSÍVEL
Contraordenações	Actualização do pedido de €8.332.017,21 formulado na anterior ação n.º 46/09.3 BELLE).	9 191 598	0	0	POSSÍVEL
Outros	Reconhecimento do direito de propriedade dos Autores e condenação na entrega da parcela de terreno em causa livre e devoluta, no estado em que se encontrava à data da sua ocupação	750 000	0	0	POSSÍVEL
Outros	Ação Declarativa de Condenação em Processo Comum	81 500	0	0	POSSÍVEL

A Administração considera que as provisões e imparidades registadas são adequadas face aos riscos emergentes dos processos judiciais em curso.

GARANTIAS

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

GARANTIAS BANCÁRIAS	VALOR
Tribunais Cíveis	1 274 994
Petrogal	10 475
ARH	566 466
Abastecimento	1 851 934
Rotas do Algarve Litoral	40 000
Tribunais Cíveis	32 299
Saneamento	72 299
Total	1 924 233

O detalhe das principais rubricas de garantias é apresentado no quadro seguinte:

PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS	NATUREZA	BANCO	VALOR
Tribunal Civil da Comarca de Albufeira	AA	Bankinter	634 023
ARH	AA	CGD	566 466
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AA	Millenium BCP	229 582
Tribunal Civil da Comarca de Loulé	AA	CGD	124 699
Tribunal Civil da Comarca de Monchique	AA	BCP	57 955

16.4 DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Até 23 de janeiro de 2022 vigorou o protocolo assinado em 30 de Setembro de 2013, com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), segundo o qual a Águas do Algarve, S.A. suportaria um gasto anual de até 1 000 000 Euros, com o empreendimento hidráulico de Odeleite-Beliche (AHOB), sendo o restante a cargo da APA. O protocolo em causa estava balizado temporalmente entre 1 de outubro e 30 de setembro, ou seja, findou com sensivelmente 4 meses decorridos do 9º ano (3 meses de 2021 e os primeiros 24 dias de janeiro de 2022). Os respetivos gastos encontram-se refletidos em fornecimentos e serviços externos (nota 24).

Em 25 de Janeiro de 2022 foi assinado um contrato de concessão do respetivo empreendimento com o Estado Português, no qual se atribuiu a gestão do AHOB à Águas do Algarve. E neste contrato de concessão ficou estipulado um modelo diferente de partilha dos gastos de manutenção e operação, ficando 15,6% dos mesmos a cargo da Associação de Regantes do Sotavento, e os restantes 84,4% suportados pela Águas do Algarve.

A Águas do Algarve tem também um protocolo com o ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual pressupõe uma contribuição anual de 280.000 euros, atualizado à taxa de inflação, destinada à exploração e manutenção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico. O referido protocolo terminará em 2025.

17 - ACRÉSCIMOS DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

17.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ver política contabilística na nota 2.4.4.

17.2 DETALHE E MOVIMENTO

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF aprovado, sujeitos a amortização no prazo da concessão, perfazem o montante 912 048 454 euros, dos quais 716 015 790 euros já se encontram realizados (DUI firme). O valor do ativo em curso no final do exercício ascende a 41 370 999 euros (ver nota 5).

MOVIMENTOS DO PERÍODO

O valor dos acréscimos de gastos de investimento contratual consta do quadro seguinte:

ACRÉSCIMO GASTOS INVEST. CONTRATUAL	2022	AUMENTOS (NOTA 26)	DIMINUIÇÕES	RECLASSIFICAÇÕES (NOTA 5)	2023
Acréscimo gastos invest. contratual	72 942 913	5 335 337	0	(7 154 902)	71 123 349

As amortizações do exercício dos investimentos futuros ascenderam a cerca de 5,3 milhões de euros tendo sido transferidos para amortizações acumuladas do direito de utilização das infraestruturas cerca de 7,2 milhões de euros (ver nota 5).

18 - SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

18.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

18.2 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

SALDO DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	2023	2022
Fundos comunitários	118 669 736	119 337 581
Integração património	84 055 147	87 854 373
	202 724 883	207 191 954

A diminuição verificada no saldo da rubrica de Fundos comunitários resulta, na sua maior parte, ao reconhecimento dos proveitos pela taxa de amortização do exercício de 2023.

O movimento ocorrido nos Subsídios ao investimento – Fundo de coesão no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício de 2022 é como segue:

Valores reconhecidos em resultados

VARIAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO	2022	RECONHECIMENTO	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	2023
Fundos comunitários	119 337 581	(4 321 379)	3 606 644	(282 450)	329 341	118 669 736
Integração património	87 854 373	(3 799 226)	0	0	0	84 055 147
Variação subsídios de Investimento	207 191 954	(8 120 606)	3 606 644	(282 450)	329 341	202 724 883

O total de recebimentos em 2023 ascenderam a 4 075 080 de euros. A AdA SA, tal como em 2022, verteu em pedidos de pagamento praticamente toda a despesa incorrida no âmbito das empreitadas candidatadas ao POSEUR e ao PRR.

O valor relatado em transferências respeita à reversão de rendimentos registados em exercício anteriores, candidatura POSEUR-03-2012-FC-000028 ETAR DE FARO - OLHÃO E SISTEMA ELEVATÓRIO DE OLHÃO. O relatório final desta candidatura traduziu-se numa redução do apoio inicialmente previsto.

19 - EMPRÉSTIMOS

19.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos” e “Fornecedores e outros passivos”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração de posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente. Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

19.2 DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

EMPRÉSTIMOS POR NATUREZA	2023	2022
Empréstimos Bancários BEI	112 207 521	124 552 491
Empréstimos Empresa mãe	0	0
Empréstimos não correntes (1)	112 207 521	124 552 491
Descobertos Bancários	11 722	0
Empréstimos Bancários BEI	12 625 418	11 724 719
Empréstimos Empresa mãe	51 956 234	36 194 992
Empréstimos correntes (2)	64 593 374	47 919 711
Total de empréstimos (3 = 1 + 2)	176 800 895	172 472 202

No presente exercício destaca-se o aumento dos empréstimos em cerca de 4,3 milhões de euros. A necessidade da AdA SA aumentar a dívida para com a AdP SGPS relaciona-se com a diminuição dos fluxos de caixa libertados pela atividade operacional (menos 8,2 milhões de euros).

MOVIMENTO NOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício de 2022, e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa, é como segue:

VARIAÇÃO NOS SALDOS EM EMPRÉSTIMOS (NÃO CORRENTES E CORRENTES)	EMPRÉSTIMOS BEI	EMPRÉSTIMOS EMPRESA MÃE	DESCOBERTOS BANCÁRIOS	SOMA
Saldo em 01.01.2023	136 277 210	36 194 992	0	172 472 202
Novos empréstimos obtidos	0	36 500 000	0	36 500 000
Juros e comissões em dívida a 31.12.2023	59 257	261 242	11 722	332 221
Amortização de empréstimos	(11 503 528)	(21 000 000)	0	(32 503 528)
Saldo em 31.12.2023	124 832 940	51 956 234	11 722	176 800 895

EMPRÉSTIMOS POR MATURIDADE

O capital dos empréstimos BEI e AdP SGPS, a 31 de dezembro de 2023 e no exercício de 2022 tem a seguinte maturidade:

EMPRÉSTIMOS POR MATURIDADE	2023	2022
Até 1 ano	64 593 374	47 919 711
De 1 a 2 anos	12 975 985	12 344 970
De 2 a 3 anos	13 835 216	12 972 762
De 3 a 4 anos	14 385 132	13 832 305
De 4 a 5 anos	15 969 314	14 382 130
Superior a 5 anos	55 041 874	71 020 325
Empréstimos por Maturidade	176 800 895	172 472 202

Não se antecipa quaisquer restrições no cumprimento das obrigações relativamente aos financiamentos apresentados.

EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA

Em 31 de dezembro de 2023 e no exercício de 2022, os empréstimos BEI e AdP SGPS apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA	2023	2022
Taxa de juro variável		
Até 1 ano	51 967 955	36 194 992
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	0	0
Superior a 3 anos	0	0
Total de empréstimos com taxa de juro variável	51 967 955	36 194 992
Taxa de juro fixa		
Até 1 ano	12 625 418	11 724 719
De 1 a 2 anos	12 975 985	12 344 970
De 2 a 3 anos	13 835 216	12 972 762
Superior a 3 anos	85 396 320	99 234 760
Total de empréstimos com taxa de juro fixa	124 832 940	136 277 210
Total de empréstimos	176 800 895	172 472 202

JUSTO VALOR

Os empréstimos obtidos pela Ada correspondem a empréstimos BEI (124.832.940 euros) e a empréstimos da AdP SGPS, suprimentos e linha de apoio à tesouraria (51.956.234 euros). Atendendo ao facto de (i) não existirem comparativos de mercado que permitam aferir a que taxas de financiamento alternativas ao BEI se poderia financiar atendendo aos montantes e prazos envolvidos (25 anos), não é possível determinar o justo valor dos empréstimos obtidos de uma forma razoável.

20 - FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

20.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

20.2 DETALHE

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

i) Fornecedores e outros passivos não correntes

FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES	2023	2022
Fornecedores de investimento	2 328 704	2 717 581
Outras contas a pagar	505 674	785 249
Outros fornecedores	93 847	0
Fornecedores e outros passivos não correntes	2 928 226	3 502 830

A rubrica Fornecedores de investimento respeita essencialmente a obrigações resultantes da integração de património dos municípios. O valor da rubrica de outras contas a pagar incorpora os passivos não correntes resultantes do protocolo de exploração do Centro do Lince firmado com o ICNF. O protocolo com o ICNF finda no ano de 2025.

ii) Fornecedores e outros passivos correntes

FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES	2023	2022
Fornecedores c/c - Gerais	5 686 638	4 158 651
Fornecedores c/c - Empresa mãe	346 342	484 597
Fornecedores c/c - Outras partes relacionadas - Municípios	0	0
Fornecedores c/c - Outras partes relacionadas - Outras	8 143	10 680
Fornecedores - Faturas Receção/Conferência	760 450	1 039 807
Outras contas a pagar - Fornecedores Investimento	1 862 842	4 579 297
Pessoal	1 281	3 045
Acréscimo com férias e subsídio de férias	840 534	1 450 759
Adiantamento de Subsídios	0	0
Outros acréscimos e diferimentos	6 765 784	5 815 279
Outros credores	3 783 767	2 737 445
Fornecedores e outros passivos correntes	20 055 781	20 279 559

O aumento verificado na rubrica **Fornecedores c/c – Gerais** deve-se principalmente ao aumento dos preços ocorrido em 2023, dos quais se destacam os aumentos dos preços da energia e dos reagentes, e à faturação no final do ano de trabalhos extra relativos aos contratos de manutenção e exploração das zonas nascente e poente, subcontratos da área de negócio saneamento.

A rubrica de **Outros acréscimos** e diferimentos inclui valores a pagar relacionados com o protocolo assinado com o ICNF relativo ao Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico, seguros, juros, eletricidade, trabalhos especializados, conservação e manutenção. Relativamente ao aumento verificado na rubrica está relacionado acréscimos com revisão de preços aos contratos de exploração e manutenção do sistema de saneamento, no valor de 2,6 milhões de euros. 75% do saldo relatado da rubrica **Outros credores** corresponde à TRH de 2023

iii) Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	2023	2022
Pagamentos por conta	2 685 450	3 151 227
Pagamento adicional por conta	418 565	523 628
Retenções na fonte	1 517	1 517
Imposto corrente	(1 599 892)	(3 436 265)
Imposto sobre o rendimento	1 505 640	240 106

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2023	2022
Retenções - IRS	(68 451)	(86 795)
Retenções - Segurança Social	(130 619)	(142 679)
Outros	(2 818 222)	(2 707 683)
EOEP passivos	(3 017 292)	(2 937 156)

21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

2023

INST. FINANCEIROS POR CATEGORIA	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	PASSIVOS FINANC. AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	ATIVO/PASSIVO NÃO CLASSIF. C/ INST. FINANC.	TOTAL DPF A 31.12.2023
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	446 987 373	446 987 373
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	929 419	929 419
Ativos sob direito de uso	0	0	0	0	173 538	173 538
Outros Ativos financeiros	14 023	0	0	14 023	0	14 023
Clientes CORRENTES	19 481 847	0	0	19 481 847	0	19 481 847
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	38 421 697	38 421 697
Inventários	0	0	0	0	2 984 241	2 984 241
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	1 505 640	1 505 640
Ativos financeiros ao justo valor	0	15 121 866	0	15 121 866	0	15 121 866
Outros ativos correntes	11 376 495	0	0	11 376 495	813 721	12 190 216
Caixa e seus equivalentes	14 139 053	0	0	14 139 053	0	14 139 053
Total do ATIVO	45 011 418	15 121 866	0	60 133 284	491 815 631	551 948 914
Provisões	0	0	0	0	81 500	81 500
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	112 207 521	112 207 521	0	112 207 521
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	0	0	128 271	128 271
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	0	0	2 928 226	2 928 226	0	2 928 226
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	5 936 694	5 936 694
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	0	0	0	0	71 123 349	71 123 349
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	202 724 883	202 724 883
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	37 865 324	37 865 324
Empréstimos correntes	0	0	64 593 374	64 593 374	0	64 593 374
Passivos da locação CORRENTES	0	0	0	0	46 325	46 325
Fornecedores e Outros passivos correntes	0	0	18 550 141	18 550 141	1 505 640	20 055 781
Total do PASSIVO	0	0	198 279 262	198 279 262	319 411 986	517 691 248

2022

INST. FINANCEIROS POR CATEGORIA	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	PASSIVOS FINANC. AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	ATIVO/PASSIVO NÃO CLASSIF. C/ INST. FINANC.	TOTAL DPF A 31.12.2022
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	453 112 260	453 112 260
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	958 682	958 682
Ativos sob direito de uso	0	0	0	0	117 705	117 705
Outros Ativos financeiros	13 298	0	0	13 298	0	13 298
Clientes CORRENTES	17 962 547	0	0	17 962 547	0	17 962 547
EOEP	0	0	0	0	706 269	706 269
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	37 450 110	37 450 110
Inventários	0	0	0	0	2 844 460	2 844 460
Ativos financeiros ao justo valor	0	15 793 949	0	15 793 949	0	15 793 949
Outros ativos correntes	10 523 816	0	0	10 523 816	0	10 523 816
Caixa e seus equivalentes	14 318 949	0	0	14 318 949	0	14 318 949
Total do ATIVO	42 818 610	15 793 949	0	58 612 559	495 429 593	554 042 152
Provisões	0	0	0	0	81 500	81 500
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	124 552 491	124 552 491	0	124 552 491
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	0	0	3 502 830	3 502 830	0	3 502 830
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	6 110 618	6 110 618
Acréscimos de Gastos de Invest. Contratual	0	0	0	0	72 942 913	72 942 913
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	207 191 954	207 191 954
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	39 222 371	39 222 371
Empréstimos correntes	0	0	47 919 711	47 919 711	0	47 919 711
Passivos da locação CORRENTES	0	0	18 552	18 552	0	18 552
Fornecedores	0	0	10 273 031	10 273 031	0	10 273 031
Outros passivos correntes	0	0	10 006 528	10 006 528	0	10 006 528
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	0	0
Total do PASSIVO	0	0	196 273 143	196 273 143	325 549 356	521 822 498

22 - RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

22.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdA SA efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdA, existe apenas uma obrigação de desempenho (“*performance obligation*”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

VENDA DE BENS

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.6.

22.2 DETALHE

O rédito de contratos com clientes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresenta o seguinte detalhe:

VENDAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDIMENTOS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	2023	2022
Venda de água	36 078 490	34 033 726
Prestações de Serviços - Tratamento de Efluente	27 106 792	26 394 150
Prestações de Serviços - Atividades assessoria/complementares	605	1 163
Rendimentos de serviços de construção	18 460 254	20 495 618
Total	81 646 140	80 924 657

Em 2023 constatou-se um acréscimo operacional das Vendas de água de 2 044 764 euros face a 2022).

Relativamente à Prestações de Serviços, a variação (positiva) foi de 712 083 euros face a 2022.

Quanto aos Rendimentos de serviços da construção, a variação é significativa face a 2022, evidenciando uma diminuição de 2 milhões de euros (ver nota 5).

23 - GASTOS DA VENDAS

O gasto das vendas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresenta o seguinte detalhe:

GASTOS DAS VENDAS E DA CONSTRUÇÃO EM ATIVOS CONCESSIONADOS (IFRIC 12)	2023	2022
CMVMC - Mercadorias	161 027	137 964
CMVMC - Matérias-primas e subsidiárias	2 252 139	1 641 942
CMVMC - Correções exercícios anteriores	0	0
Gastos das Vendas/Variação de inventários	2 413 166	1 779 906
Gastos da construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	18 460 254	20 495 618
Gastos das vendas e dos serviços de construção	20 873 420	22 275 524

Os gastos com consumo tiveram variações significativas face a 2022, como acima evidenciado no que toca à rubrica de **Matérias-primas e subsidiárias**. O incremento de 610 196 euros resulta do aumento do preço dos reagentes verificado em 2023 (aumento de 37%).

GASTOS DAS VENDAS

		2023	2022
Inventários - início exercício (nota 12)	-	2 844 460	2 484 794
Compras	+	2 552 947	2 139 572
Inventários - fim exercício (nota 12)	-	2 984 241	2 844 460
CMVMC e regularizações	=	(2 413 166)	(1 779 906)

24 - FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

24.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

24.2 DETALHE

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	2023	2022
Subcontratos	14 314 493	14 088 247
Electricidade	5 657 579	1 596 557
Rendas e Alugueres	664 641	347 585
Seguros		
Multiriscos	339 267	307 606
Outros seguros	187 966	183 109
Conservação e reparação		
Edifícios	60 872	73 061
Equipamento básico	3 495 496	3 194 560
Outras despesas conservação	107 675	42 634
Trabalhos especializados		
Assistência técnica	365 733	215 509
Análises/Monitorização	739 994	525 168
Recolha e transporte de lamas	2 194 906	1 949 978
FEE gestão	1 516 110	1 450 297
Outros trabalhos especializados	771 906	549 474
Material de laboratório	441 721	476 125
Outros FSE	1 460 538	1 632 689
Fornecimento e serviços externos	32 318 897	26 632 599

A rubrica Eletricidade regista um incremento de 254% face a 2022 (4 061 022€). Esta alteração relaciona-se com o fim da contratação anterior (2020 a 2022), e da consequente necessidade da AdA, via contrato centralizado negociado pela AdP, efetuar nova contratação. A AdA está atualmente a contratar por períodos de 6 meses e essa contratação reflete o aumento do custo da energia verificado nos mercados.

As variações dos gastos com subcontratos e com a recolha e transporte de lamas (2% e 13%, respetivamente) estão relacionadas essencialmente com as revisões de preços estimadas para os contratos de exploração e manutenção do sistema de saneamento (ver nota 20) e de recolha de lamas nas ETARs.

25 - GASTOS COM PESSOAL

25.1 DETALHE

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

GASTOS COM PESSOAL	2023	2022
Remunerações	5 423 147	4 988 908
Encargos sociais sobre remunerações	1 204 649	1 102 461
Outros gastos com pessoal	490 065	352 763
Correções relativas a exercícios anteriores	3 125	61 104
Gastos com pessoal capitalizados em ATIVO (nota 5.3)	(416 955)	(431 858)
Gastos com pessoal	6 704 031	6 073 378

Face a 2022, os Gastos com o Pessoal registam um aumento de 631 mil euros. Este aumento é explicado pela integração de novos colaboradores, e pelos aumentos por atualização e progressões de carreiras.

Em 2023, foram capitalizados em ativo 416.954,97 euros de gastos com pessoal afeto à Direção de Gestão de Ativos.

NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

NÚMERO MÉDIO DE COLABORADORES	2023	2022
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	194	180
Número médio de colaboradores	199	185

NÚMERO DE COLABORADORES A 31 DE DEZEMBRO	2023	2022
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	195	197
Número de colaboradores a 31 de dezembro	200	202

O aumento do n.º de trabalhadores decorreu da necessidade de reforçar as equipas de exploração do saneamento e da direção de gestão de ativos.

26 - AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as amortizações e depreciações têm o seguinte detalhe:

DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	2023	2022
Amortizações de ativos intangíveis (nota 5)	17 433 407	16 512 054
Amortizações de gastos do investimento contratual (nota 17)	5 335 337	5 958 613
Depreciações de ativos tangíveis (nota 6)	39 252	40 568
Depreciações ADU - Equipam. de Transporte (nota 7)	136 459	159 105
Depreciações e amortizações do exercício	22 944 455	22 670 339

27 - PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as provisões e reversões têm o seguinte detalhe:

PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO	2023	2022
Provisões - outros (nota 16)	0	0
Reversões de provisões (nota 16)	(1 522)	(1 478)
Total	(1 522)	(1 478)

O movimento do ano respeita à reversão de uma imparidade registada em exercícios anteriores.

28 - PERDAS POR IMPARIDADES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Não existem quaisquer movimentos registos em imparidades no exercício de 2023.

Relativamente à Somague ACE temos registado no ativo um valor de 1 013 226€, cuja origem se prende com 2 Autos de Multa aplicados ao ACE, e que foram logo contestados pelo próprio ACE. A AdA intentou posteriormente uma ação judicial que não teve provimento em 1ª instância, por alegadamente ter dado entrada fora de prazo. Não obstante a AdA ter recorrido seguidamente para um tribunal de instância superior, sem decisão até à data, a probabilidade de reversão deste não provimento ronda os 50%, de acordo com a Jurista da AdA. E num cenário de reversão da decisão, a probabilidade de haver uma decisão posterior favorável à AdA e de haver o recebimento efetivo não se afigura robusta. Assim, considerou a Administração o mais prudente, a constituição de uma imparidade, o reconhecimento de uma perda potencial, no valor igual ao dos 2 Autos de Multa, 1 013 226€.

Relativamente ao que a Somague exige à Águas do Algarve, um montante a rondar os 9,2 milhões, a expectativa é a de que de facto a Somague perca outra vez esta ação, seguindo a tendência das decisões já conhecidas dos tribunais. Para este montante de 9,2 milhões de euros entendeu-se por conseguinte não constituir qualquer valor para provisão para riscos e encargos, pois a AdA está confiante da sua ilibação no final.

29 - OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	2023	2022
Impostos	667 609	478 166
Donativos	41 500	43 643
Quotizações	3 670	3 990
Outros gastos operacionais	590 450	348 397
Correções relativas a exercícios anteriores	13 915	7 109
Outros gastos e perdas operacionais	1 317 144	881 305

Os valores registados na rubrica de **Impostos** referem-se essencialmente às taxas da ERSAR, taxas essas devidas no âmbito das atividades de abastecimento e saneamento. A rubrica **Outros gastos operacionais** é explicada na sua maior parte pelo ajustamento/ desreconhecimento de rendimentos reconhecidos em anos anteriores referentes à candidatura do POSEUR 03-2012-FC-000028 - ETAR DE FARO - OLHÃO E SISTEMA ELEVATÓRIO DE OLHÃO (desreconhecimento de 329 mil euros).

30 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	2023	2022
Venda de Energia	84 033	20 968
Venda de Análises	455 528	416 060
Outros rendimentos e ganhos operacionais	476 322	361 421
Correções relativas a exercícios anteriores	9 474	19 081
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1 025 357	817 531

Não existem variações significativas face a 2022.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Na tabela abaixo detalha-se a rubrica Subsídios à exploração:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2023	2022
Subs. à Exploração - EOEP	0	8 278
Subs. à Exploração - De Out. Entidades	137 445	232 853
	137 445	241 131

Reconheceram-se em 2023 vários rendimentos associados a projetos de I&D, dos quais destacamos as candidaturas AA-FLOODS e PRO-IBERLINX.

31 - GASTOS FINANCEIROS

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

GASTOS FINANCEIROS	2023	2022
Juros Suportados	5 774 310	4 526 986
Comissões AdP	880 325	946 897
Outros gastos financeiros	244 280	192 025
Gastos financeiros capitalizados em ATIVO (nota 5.3)	(39 625)	0
Gastos Financeiros	6 859 289	5 665 908

O aumento dos juros suportados é justificado principalmente pela diminuição dos fluxos de caixa libertados pela área operacional (menos 31% face a 2022), que, conseqüentemente, resultaram no aumento dos empréstimos com a AdP SGPS (ver nota 19). Relativamente à amortização de capital em dívida referente a empréstimos BEI, ver nota 19.

Em 2023 a AdA capitalizou, em ativo, perto de 40 mil euros.

32 - RENDIMENTOS FINANCEIROS

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

RENDIMENTOS FINANCEIROS	2023	2022
Juros mora	835 518	575 809
Juros acordos	297 164	310 038
Outros juros	40 966	39 741
Rendimentos financeiros	1 173 648	925 588

A rubrica de juros de mora considera os rendimentos com os juros de mora relativos a clientes que apresentam as dívidas vencidas mais relevantes, destacando-se o município de VRSA, e o aumento deve-se ao aumento das taxas de juro comerciais de 2023. Os juros de acordos respeitam aos juros acordo de regularização de dívida firmado com o município de VRSA em 2021. Referir que as variações entre juros de mora e juros de acordos estão correlacionadas inversamente, concretamente, a diminuição do valor de juros de mora verificada decorre da reclassificação de parte da dívida de VRSA de corrente para acordo, sendo que a taxa de juro associada ao ARD bastante inferior à taxa comercial. Consequente, e, obviamente, houve a diminuição do valor base de capital para cálculo de juro de mora, que transitou para ARD.

33 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A AdA, residente em Portugal encontram-se sujeitas à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa direta ou indiretamente são tributadas à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, ao empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração de posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

33.1 DETALHE E MOVIMENTO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 a carga fiscal registada apresenta o seguinte detalhe:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	2023	2022
Imposto corrente	1 599 892	3 436 265
Excesso/Insuficiência de estimativa de imposto	(47 865)	(2 969)
Imposto diferido	(1 145 511)	(2 850 799)
Imposto sobre o rendimento	406 516	582 497

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

RECONCILIAÇÃO TAXA EFETIVA IMPOSTO	2023	2022
Resultado antes imposto	2 444 528	2 245 562
Taxa de imposto sobre o rendimento	0,21	0,21
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	513 351	471 568
Variações patrimoniais		
Variação patrimonial negativa	(5 018)	(5 018)
Variação patrimonial positiva	849 662	849 662
+	844 644	844 644
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais		
Donativos	1 500	1 500
Multas, coimas e juros compensatórios	115 416	1 225
Amortizações do invest.contratual futuro	5 811 178	5 958 613
Correções relativas a exercícios anteriores	264 320	278 410
Seguros	0	28 873
Acréscimo de subsídios - IFRIC 12	0	0
Desvio de Recuperação de Gastos	(1 357 047)	4 422 743
Outros	762 741	867 033
+	5 598 109	11 558 398
Encargos dedutíveis para efeitos fiscais		
Recup. de amort. anteriormente tributadas (Subs.Futuro+subs. IFRIC 12)	1 580 745	1 068 311
Reversão de ajustamentos e de perdas por imparidades tributadas	0	0
Benefícios fiscais	673 789	34 153
-	2 254 534	1 102 464
Lucro tributável	6 632 748	13 546 140
Imposto calculado	1 392 877	2 844 689
Tributação autónoma	8 758	12 010
Derrama municipal	44 274	97 259
Derrama estadual	153 982	482 307
+	207 015	591 576
Imposto sobre o rendimento	1 599 892	3 436 265
Insuficiência / Excesso Estimativa	(47 865)	(2 969)
Imposto sobre o rendimento	1 552 027	3 433 296
Aumento / reversão dos Impostos diferidos	(1 145 511)	(2 850 799)
Imposto sobre o rendimento	406 516	582 497
Taxa efetiva de imposto	16,63%	25,94%

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

NATUREZAS	2022	DOTAÇÃO	UTILIZAÇÃO	2023
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Taxa de Derrama		4,32%	4,32%	
Ativos por Impostos Diferidos				
Provisões				
Outros				
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	100 174 020	5 811 178	(612 180)	105 373 018
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	8 503 518	0	(5 018)	8 498 500
Desvio tarifário (nota 9)	39 222 371	0	(1 357 047)	37 865 323
Passivos da locação (nota 7)	0	0	0	0
Base de incidência	147 899 909	5 811 178	(1 974 245)	151 736 842
IRC	31 059 380	1 220 347	(414 592)	31 865 136
Derrama	6 390 695	251 154	(85 287)	6 556 561
Imposto diferido ATIVO reconhecido	37 450 110	1 471 502	(499 879)	38 421 697
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama		4,32%	4,32%	
Passivos por impostos diferidos				
Outros				
Ajustamentos Transição - Amort./subsídios - Inv. Contratual NÃO Realiz.	22 904 049	0	(849 662)	22 054 414
Diferença Amort. fiscal/contabilística/subsídio Inv. Contratual NÃO Realiz.	1 228 183	162 799	0	1 390 982
Ativos sob direito de uso (nota 7)	0	0	0	0
Base de incidência	24 132 232	162 799	-849 662	23 445 395
Taxa de IRC	5 067 752	34 188	-178 429	4 923 510
Taxa de Derrama	1 042 876	7 013	-36 705	1 013 184
Imposto diferido PASSIVO reconhecido	6 110 618	41 200	-215 134	5 936 694

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	2023	2022
Pagamentos por conta	2 685 450	3 151 227
Pagamento adicional por conta	418 565	523 628
Retenções na fonte	1 517	1 517
Imposto corrente	(1 599 892)	(3 436 265)
Imposto sobre o rendimento	1 505 640	240 106

A Águas do Algarve, S.A. procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos que são maioritariamente resultantes dos (i) acréscimos de gastos para investimentos contratuais, (ii) das diferenças das depreciações e subsídios dos investimentos realizados reconhecidos contabilisticamente face aos fiscalmente dedutíveis.

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que se tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, aplicando-se o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdA SA, entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão, não se justificando que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Desta forma, o valor apresentado pela Águas do Algarve, S.A. respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

Conforme indicado na nota 33 - Imposto sobre o rendimento, e nesta nota 7 – Impostos diferidos ativos e passivos, a AdA regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

34 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

34.1 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 54,44% pela entidade Águas de Portugal, SGPS, SA, sendo as suas demonstrações financeiras nessa mesma entidade. A decomposição dos movimentos e saldos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 espelhada nas tabelas seguintes:

MOVIMENTOS COM PARTES RELACIONADAS

	2023 PROVEITOS	2023 GASTOS	2022 PROVEITOS	2022 GASTOS
ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, SA	297	4 446 973	0	2 951 677
AdP VALOR, SA	0	51 910	2 193	0
ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, SA	456 122	149	416 060	0
SIMDOURO SA	149	0	0	0
ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, SA	0	446	0	0
ÁGUAS TEJO ATLÂNTICO SA	594	594	120	0
SIMARSUL SA	0	149	0	0
EPAL, SA	743	49 098	2 130	72 487
ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, SA	149	0	0	0
ÁGUAS DO NORTE, SA	297	0	0	0
ÁGUAS DO ALTO MINHO, SA	0	0	0	0
ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA	149	0	0	0
ADP ENERGIAS SA	0	107 966	0	75 351
MUNICÍPIO DE LOULÉ	7 810 485	8 736	7 697 401	8 666
MUNICÍPIO DE LAGOS	6 074 819	0	5 774 972	0
EMARP, E.M.	7 756 486	71 861	7 357 297	68 522
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	1 077 379	263	1 100 775	758
INFRALOBO, E.M.	513 764	408	428 257	875
INFRAQUINTA, E.M.	840 436	2 687	743 733	(5 168)
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	10 292 937	0	9 521 907	0
MUNICÍPIO FARO	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE LAGOA	4 286 103	706	4 292 232	702
MUNICÍPIO DE SILVES	3 857 982	644	3 728 542	507
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	857 139	16 654	816 936	14 994
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	225 538	0	207 968	0
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	738 057	245	692 980	270
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	1 052 790	0	825 765	1
MUNICÍPIO DE TAVIRA	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	218 010	5 338	204 515	5 229
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	1 311 894	1 401	1 227 837	1 354
TAVIRAVERDE, E.M.	2 397 228	14 811	2 231 168	15 746
FAGAR, E.M.	6 321 864	17 600	6 058 124	29 770
INFRAMOURA, E.M.	2 416 739	1 604	2 248 906	1 593
MUNICÍPIO DE OLHÃO	0	0	0	0
VRSA SGU, E.M.	0	0	0	0
AMBIOLHÃO, E.M.	3 386 991	5 057	3 431 914	5 322
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	2 866 694	6 401	2 722 385	6 994
MUNICÍPIO PORTIMÃO	0	0	0	0
	64 761 835	4 811 700	61 734 116	3 255 651

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS	2023 ACTIVOS	2023 PASSIVOS	2022 ACTIVOS	2022 PASSIVOS
ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, SA	446	52 434 932	31 772	36 714 468
AdP VALOR, SA	149	112 291	0	3 255
ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, SA	917 311	149	290 254	0
SIMDOURO SA	1 337	149	0	0
ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, SA	297	149	0	0
ÁGUAS TEJO ATLÂNTICO SA	1 040	0	120	0
SIMARSUL SA	149	446	0	0
EPAL, SA	594	49 326	923	30 426
ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, SA	149	0	0	0
ÁGUAS DO NORTE, SA	446	446	0	0
ÁGUAS DO ALTO MINHO, SA	297	0	0	0
ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA	149	0	0	0
ADP ENERGIAS SA	0	13 728	0	8 427
MUNICÍPIO DE LOULÉ	630 407	715	597 284	265
MUNICÍPIO DE LAGOS	955 589	0	444 142	0
EMARP, E.M.	596 242	1 694 938	567 821	1 962 440
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	86 048	37	85 185	116
INFRALOBO, E.M.	42 737	(122)	40 917	(78)
INFRAQUINTA, E.M.	77 759	47	66 928	251
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	1 421 319	(59)	632 351	(59)
MUNICÍPIO FARO	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE LAGOA	282 980	54	572 614	48
MUNICÍPIO DE SILVES	287 629	0	288 272	0
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	354 990	384 922	166 947	402 895
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	36 967	0	35 753	0
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	50 803	5 809	47 431	6 523
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	28 821 660	0	28 738 117	0
MUNICÍPIO DE TAVIRA	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	18 199	446	17 086	0
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	261 771	50 741	190 078	50 878
TAVIRAVERDE, E.M.	5 077 200	569	4 758 506	1 308
FAGAR, E.M.	1 599 117	26 029	2 092 968	19 128
INFRAMOURA, E.M.	218 009	72	162 684	209
MUNICÍPIO DE OLHÃO	0	0	0	0
VRSA SGU, E.M.	0	0	0	0
AMBIOLHÃO, E.M.	876 625	324	568 891	429
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	723 382	(24)	677 349	30
MUNICÍPIO PORTIMÃO	0	0	0	0
	43 341 793	54 776 113	41 074 393	39 200 960

Os saldos do município de VRSA e de TAVIRAVERDE EM consideram os juros de mora acrescidos para o incumprimento na regularização de várias faturas (ver notas 10, 11 e 32).

35 - COMPROMISSOS

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração de posição financeira apresentada:

a) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

CONTRATOS DE EMPREITADA (CONTRATOS SUPERIORES A 500 MIL EUROS)

EMPREITADAS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2023
Empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção-Construção	ECOCIAF CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS	10 085 617	9 559 219
Empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção-Construção	VEOLIA WATER TREATMENT SOLUTIONS PORTUGAL, S.A	7 072 656	6 226 699
Empreitada de Fases de Reforço de Adução a Loulé - Ligação ao Reservatório Intermédio	CAMACHO ENGENHARIA, S.A.	3 401 673	3 165 372
Execução de trabalhos de reparações e melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve	METALCÁRIO - CONSTRUÇÕES LDA	2 818 127	2 025 021
Sistema de Elevação de Água para o Túnel Odeleite/Beliche LOTE B - Sistema Elevatório	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	2 333 830	2 018 382
Empreitada para Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e Respetivos Emissários.	AQUINO CONSTRUÇÕES, SA	1 900 682	1 809 604
Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR VRSA – Fase I	SADE SA	1 879 173	1 853 745
Empreitada de Fases de Reforço de Adução a Loulé - Ligação ao Reservatório Intermédio	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	1 816 427	1 502 984
Empreitada de Central de Secagem solar de lamas da ETAR de Vila Real de Santo António por Conceção-Construção	NOV PRO CONSTRUÇÕES, S.A.	1 463 861	1 341 741
Empreitada de Reforço e Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca	REDEMAIOR ENGENHARIA LDA	1 209 076	0
Empreitada de Central de Secagem solar de lamas da ETAR de Vila Real de Santo António por Conceção-Construção	VEOLIA WATER TREATMENT SOLUTIONS PORTUGAL, S.A	1 017 173	924 379
		34 998 296	30 427 145

CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (CONTRATOS SUPERIORES A 100 MIL EUROS)

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E BENS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2023
Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (Zona Poente- lote 2)	BE WATER, S.A.	59 365 651	13 366 536
Aquisição de Serviços Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (Lote 1 e Lote 2)	ACCIONA AGUA SA SUCURSAL PORTUGAL	42 690 439	19 602 544
Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	BE WATER, S.A.	6 911 698	6 911 698
Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Armazenamento/Valorização/Deposição em Destino Final de Lamas	BIOSMART-SOLUÇÕES AMBIENTAIS, SA	4 883 000	2 975 911
Taxa dos Recursos Hídricos (TRH) – Ano de Liquidação 2022 e Previsão 2023	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.	2 632 854	2 632 854
Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	BE WATER, S.A.	1 555 360	681 803
Contratação in house FEE Gestão (volume de negócios)	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	1 544 912	1 414 544
Aquisição de serviços para o Projeto de Execução do "Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve-Solução da Tomada de Água no Pomarão"	AQUALOGUS - ENGENHARIA E AMBIENTE LDA	1 347 337	351 420
Despesa com juros e aumento do valor da linha de apoio tesouraria	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	1 297 750	933 760
Despesa com juros - linhas de suprimentos e apoio de tesouraria	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	1 108 750	743 944
Contratação in house Comissões BEI, Comissões de intermediação às linhas de financiamento do Banco Europeu de Investimento	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	784 796	598 001
Análises de Águas Naturais, Águas para Consumo Humano e Águas Residuais	INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	622 176	486 611
Aquisição de Estudos e Consultoria para a implementação da Dessalinização na Região do Algarve	COBA - CONSULTORES DE ENGENHARIA E AMBIENTE SA	596 365	517 285
Aquisição de Serviços para a Gestão de Projetos e Empreendimentos de Engenharia – Lotes 1, 2, 3 e 4	RIPÓRTICO - ENGENHARIA LDA	561 600	5 495
Aquisição de Serviços de Trabalho Temporário	MULTITRAB - TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA	475 000	136 786
Aquisição de serviços de recolha, transporte e deposição em destino final de resíduos	LUSAGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A.	449 260	26 456
Recolha, Transporte e Armazenamento/Valorização/Deposição em Destino Final de Lamas de ETAR de Lagunagem	BIOSMART-SOLUÇÕES AMBIENTAIS, SA	430 227	250 783
Aquisição de Serviços para o Fornecimento de Lamas de clarificação da água do SMAA para destino Final de Valorização por incorporação no processo produtivo no CPL da Cimpor	AVE - GESTÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA SA	420 000	227 746
Aquisição de Serviços de Transporte de Lamas de Clarificação de Água	BIOSMART-SOLUÇÕES AMBIENTAIS, SA	418 232	24 480
Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Armazenamento/Val./Deposição em Destino Final de Resíduos do Sistema Faro-Olhão	LUSAGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A.	400 000	164 291

CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (CONTRATOS SUPERIORES A 100 MIL EUROS - CONT.)

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E BENS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2023
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Seg. em Obra e de Gestão Ambiental da Emp. Reab. ETAR Lagos	PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS E ESTUDOS, SA	385 710	373 643
Aquisição de Serviços de Colheitas de Águas para Consumo Humano do SMAAA	AMBIPAR - CONTROL, CONSULTORIA E AMOSTRAGEM AMBIENTAL LDA	351 000	84 339
Contratação de patrocínio judiciário 2022	AAMM SOCIEDADE ADVOGADOS, RL	350 000	117 742
Aquisição de Serviços de Limpeza	ILUSOTOUCH - LIMPEZAS TÉCNICAS, LDA	318 334	293 789
Contrato de Aquisição de Serviços de Transporte de Lamas de Clarificação de Água - Lotes I, II, III e IV	BIOSMART-SOLUÇÕES AMBIENTAIS, SA	307 492	301 940
Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança em instalações da Águas do Algarve, S.A. - Lote 1,3 e 4	SECURITAS - SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA SA	235 683	35 326
Aquisição de serviços de inspeção vídeo em condutas do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve	AGRISERVIR LDA	300 000	5 972
Celebração de contrato de Seguros de Saúde e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal (2023-24)	AON PORTUGAL - CORRETORES DE SEGUROS SA	292 525	291 386
Resultado da Contratação Centralizada para a Formação dos Contratos de Aquisição de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para as empresas do Grupo Águas de Portugal (2023-24)	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	291 275	291 275
Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança - Lotes 1 e 2	SECURITAS - SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA SA	288 481	286 631
Aquisição de Serviços de AIA, EIA, RECAPE do Proj.Execução "Reforço do Abastecimento de Água do Algarve-Solução da Tomada de Água no Pomarão e trabalhos complementares"	NEMUS-GESTÃO E REAQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL LDA	261 225	78 368
Resultado da Contratação Centralizada para a Formação dos Contratos de Aquisição de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para as empresas do Grupo Águas de Portugal(2022-23)	AGUAS PORTUGAL SGPS S.A.	248 327	248 327
Protocolo Falanges - Fase de Implementação no Terreno das Acções de Conservação	MUNDO AQUÁTICO - PARQUES OCEANOGRÁFICOS DE ENTRETINIMENTO EDUCATIVO SA	240 000	90 000
Protocolo Falanges - Fase de Implementação no Terreno das Acções de Conservação	QUERCUS-ANCN	240 000	90 000
Aquisição de Serviços de Impressão (2018-23)	KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS PORTUGAL	208 920	126 485
Aquisição de Serviços de Impressão (2023-28)	HPZ - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES LDA	208 920	0

CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (CONTRATOS SUPERIORES A 100 MIL EUROS - CONT.)

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E BENS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2023
Aquisição de Serviços para Elaboração do Projeto "Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Vilamoura"	TPF - CONSULTORES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, S.A.	207 053	165 642
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Execução de Fases de Reforço de Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio	RIPÓRTICO - ENGENHARIA LDA	206 900	195 863
Aquisição de Serviços de Transporte de Amostras de Água, em condições controladas, entre o Laboratório da Águas do Algarve e outros Laboratórios e entre Instalações Laboratoriais da Águas do Algarve	SERVIADUANA - SOCIEDADE DE SERVIÇOS ADUANEIROS E TRANSPORTES LDA	205 920	109 515
Contrato de Aquisição de Serviços de Limpezas Industriais, Inspeções vídeo por CCTV e encaminhamento de Resíduos removidos a destino final para o Subsistema de Águas Residuais de Faro-Olhão.	BRUNO BARTOLOMEU, UNIPessoal LDA	200 000	72 908
Celebração de contrato de Seguros de Saúde e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal (2022-23)	AON PORTUGAL - CORRETORES DE SEGUROS SA	182 156	181 922
Protocolo Falanges - Fase de Implementação no Terreno das Acções de Conservação	REDECOR - REVESTIMENTOS DE PROTECÇÃO E DECORAÇÃO LDA	177 183	115 058
Aquisição de Serviços de Lavagem e Desinfecção de Reservatórios, Cisternas e Órgãos de Tratamento do Sistema de Abastecimento Água em Alta	AQUALOGUS - ENGENHARIA E AMBIENTE LDA	167 500	0
Aquisição de Serviços de Fiscalização da Empreitada para Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e Respetivos Emissários	RIPÓRTICO - ENGENHARIA LDA	166 885	163 885
Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança em instalações da Águas do Algarve, S.A. - Lote 1,3 e 4	STRONG CHARON SOLUÇÕES SEGURANÇA SA	165 600	23 928
Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A.	ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHAR	160 293	149 506
Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A.	ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHAR	159 711	148 890
Aq. Serviços de Fiscalização, Gestão Qualidade, CSO e Coordenação Gestão Ambiental da Empreitada "Central de Secagem Solar de Lamas da ETAR de VRSA"	PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS,	158 800	110 450
Contratação de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para Infraestruturas Hidráulicas e Aquisição de Serviços de Corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal - Seguro Responsabilidades - Civil Geral e Civil Ambiental (2023-24)	MARSH LDA	156 813	156 813
Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A.	ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHAR	155 598	150 696
Contratação de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para Infraestruturas Hidráulicas e Aquisição de Serviços de Corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal-Seguro Responsabilidades- Civil Geral e Civil Ambiental(2022-23)	MARSH LDA	146 077	146 077

CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (CONTRATOS SUPERIORES A 100 MIL EUROS - CONT.)

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E BENS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2023
Contratação de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para Infraestruturas Hidráulicas e Aquisição de Serviços de Corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal-Seguro Responsabilidades- Civil Geral e Civil Ambiental (2022)	ALS LIFE SCIENCES PORTUGAL, S.A	135 000	49 584
Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução da Otimização de Escoamento entre o Reserv. Inicial - Ocidental e o Reserv. Final	PROCESL-ENGENHARIA HIDRAULICA E AMBIENTAL SA	134 576	98 763
Aquisição de serviços Informáticos de Hosting, Suporte e Manutenção Evolutiva da aplicação IXIS-Lab	CLARANET PORTUGAL, S.A.	132 770	132 770
Contratação centralizada dos seguros patrimoniais e de responsabilidades para infraestruturas hidráulicas e aquisição de serviços decorretagem para as empresas do grupo Águas de Portugal(2022-23)-Seguro Multiriscos	MDS - CORRETOR DE SEGUROS, SA	131 761	131 761
Contratação centralizada dos seguros patrimoniais e de responsabilidades para infraestruturas hidráulicas e aquisição de serviços decorretagem para as empresas do grupo Águas de Portugal(2023-24)-Seguro Multiriscos	MDS - CORRETOR DE SEGUROS, SA	131 761	131 761
Gestão das Faixas de Combustível e Espaços Verdes nas Instalações da Águas do Algarve, S.A.	ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHAR	129 178	122 622
Contrato de Aquisição de Serviços de Aluguer Operacional, Lavagem, Higienização e Conservação de Vestuário Profissional	SPAST - SOCIEDADE PORTUGUESA DE ALU	125 000	90 292
Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança - Lote 3	PSG-SEGURANÇA PRIVADA, S.A.	124 200	104 004
Aquisição de Serviços relativa ao AIA, EIA e todos os trabalhos complementares da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve	AQUALOGUS - ENGENHARIA E AMBIENTE LDA	122 300	61 150
Aquisição de serviços de comunicações de voz e dados móveis e voz fixa	NOS COMUNICAÇÕES, S.A.	105 291	35 168
Elaboração de Projetos de execução p/ a Construção das Infraestruturas de Elevação e Adução da ApR - Lote 2	HIDROFUNÇÃO-CONSULTORES DE ENGENHARIA LDA/INNOVACIÓN CIVIL ESPAÑOLA, SL (Consórcio)	101 500	20 300
Aquisição de Serviços de Coordenação de Segurança para a Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	ENGISPHERA - ENGENHARIA LDA	100 800	11 200
Contrato de Aquisição de Serviços para realização de procedimentos de expropriações e de constituição de servidões – Grupo IX	AERO TOPOGRÁFICA LIMITADA	100 625	54 875
		137 214 550	57 703 576

36 - INVESTIMENTO CONTRATUAL

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela Ada não relevados na demonstração de posição financeira, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão.

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF e sujeitos a amortização no prazo da concessão, perfazem o montante 912 048 454 euros, dos quais 716.015.790 euros já se encontram realizados (DUI firme). O valor em curso no final do exercício ascende a 41 370 999 euros (ver nota 5).

37 - HONORÁRIOS DE AUDITORIA E DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdA no exercício de 2023 foram os seguintes:

HONORÁRIOS	REVISÃO LEGAL DE CONTAS	OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS COM AUDITORIA	OUTROS SERVIÇOS	TOTAL
PricewaterhouseCoopers & Associados	11 680	0	0	11 680
Sociedade de Revisores de Contas, Lda				
	11 680	0	0	11 680

38 - OUTROS ASSUNTOS

A Águas do Algarve, bem como o grupo ADP, depara-se para 2024 com um cenário de agravamento significativo dos gastos com energia, reagentes, e prestações de serviços diversos.

Ao nível da energia o preço médio suportado em 2023 pela AdA foi de 0,15€/kwh, o qual representou mais de 3 vezes o preço que tinha sido suportado em 2022, o qual foi inferior a 0,04€/kwh. A justificação para este agravamento significativo tem estas origens:

- A primeira pelo aumento abrupto nos preços de aquisição internacional, o qual é visível numa consulta dos sítios eletrónicos omip e omie, e que se tornou notória já em 2022.
- A segunda razão, relacionada com a primeira, tem a ver com o término do contrato de futuros de aquisição de energia para o grupo ADP, no final de 2022. Ou seja, a partir de Janeiro de 2023 o grupo teve de voltar a ir ao mercado para a contratação de novo fornecimento de energia, e embora detenha algum poder negocial, a proteção (hedging) do contrato de futuros desapareceu.

Neste momento o preço médio suportado pela Ada ronda os 0,12 €/kwh, ou seja, desagravou-se um pouco face a 2023, mas continua longe, mais acima, do que tinha sido suportado em 2022.

Numa consulta de preços futuros no site omip.pt, para 2025 a tendência parece ser a de uma subida do preço bruto de 2024 para 2025. Não obstante, importa mencionar que a este preço acrescerá, ou reduzir-se-á, o valor respetivo da tarifa de acesso à rede, o qual pode ser negativo.

O grupo ADP já encetou uma estratégia de mitigação dos efeitos de agravamento dos preços de energia, através da aposta no plano de neutralidade energética, o qual na AdA permitirá reduzir substancialmente as quantidades de energia (medidas em kwh) adquiridas na rede, substituindo-as em grande parte por autoprodução.

39 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Já durante este ano, em Fevereiro de 2024 foi publicado em Diário da República o anúncio de Conceção-Construção e Exploração do Sistema de Dessalinização na Região do Algarve, no valor global de 90 milhões de euros. Este projeto tem importância estratégica relevante para a Águas do Algarve, e para o país, estando inclusive já aprovado um Fundo de Participação da União Europeia no montante de 54 milhões de euros.

A Águas do Algarve está em processo de assinatura de contratos de fornecimento de água para reutilização a clientes sediados no Concelho de Castro Marim.

Mantém-se o cenário de elevada incerteza no teatro geopolítico mundial, com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia sem desenlace à vista, o conflito Israel-Hamas, e com o aumento de carácter estrutural da generalidade dos preços de aquisição de bens e serviços, com especial ênfase os da energia.

Não obstante este quadro incerto a Administração da Águas do Algarve entende que a solvabilidade da Empresa, bem como a continuação da sua atividade normal, não estão em causa.

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos à ERSAR no dia 29 de Fevereiro de 2024 o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2023. Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de aumentos de gastos operacionais relacionados com a inflação e o agravamento significativo das cadeias de suprimento mundiais, a Empresa propôs à ERSAR que não houvesse lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2023.

Até à data a AdA ainda não recebeu da parte da ERSAR nem qualquer solicitação ou esclarecimento adicional, nem qualquer Projeto de Decisão.

A Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração de que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Ser convicção da Administração de que o DRG relevado nas demonstrações financeiras é a melhor estimativa na presente data.

Com o acordo do próprio Regulador, no dia 29 de Fevereiro de 2024 foi remetido para a ERSAR o Relatório do Desvio de Recuperação de Gastos e Métricas de Eficiência de 2023.

Até à data a AdA ainda não recebeu da parte da ERSAR nem qualquer solicitação ou esclarecimento adicional, nem qualquer Projeto de Decisão.

Não existe mais nada de relevante a assinalar com relação a eventos subsequentes.

Faro, 6 de março de 2024

O Conselho de Administração

António Paulo Jacinto Eusébio
(Presidente Executivo)

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vice-Presidente Executivo)

Hugo Miguel Guerreiro Nunes
(Vogal Executivo)

Ana Paula Fernandes Martins
(Vogal)

José Carlos Martins Rolo
(Vogal)

O Contabilista Certificado

O Diretor Administrativo e Financeiro

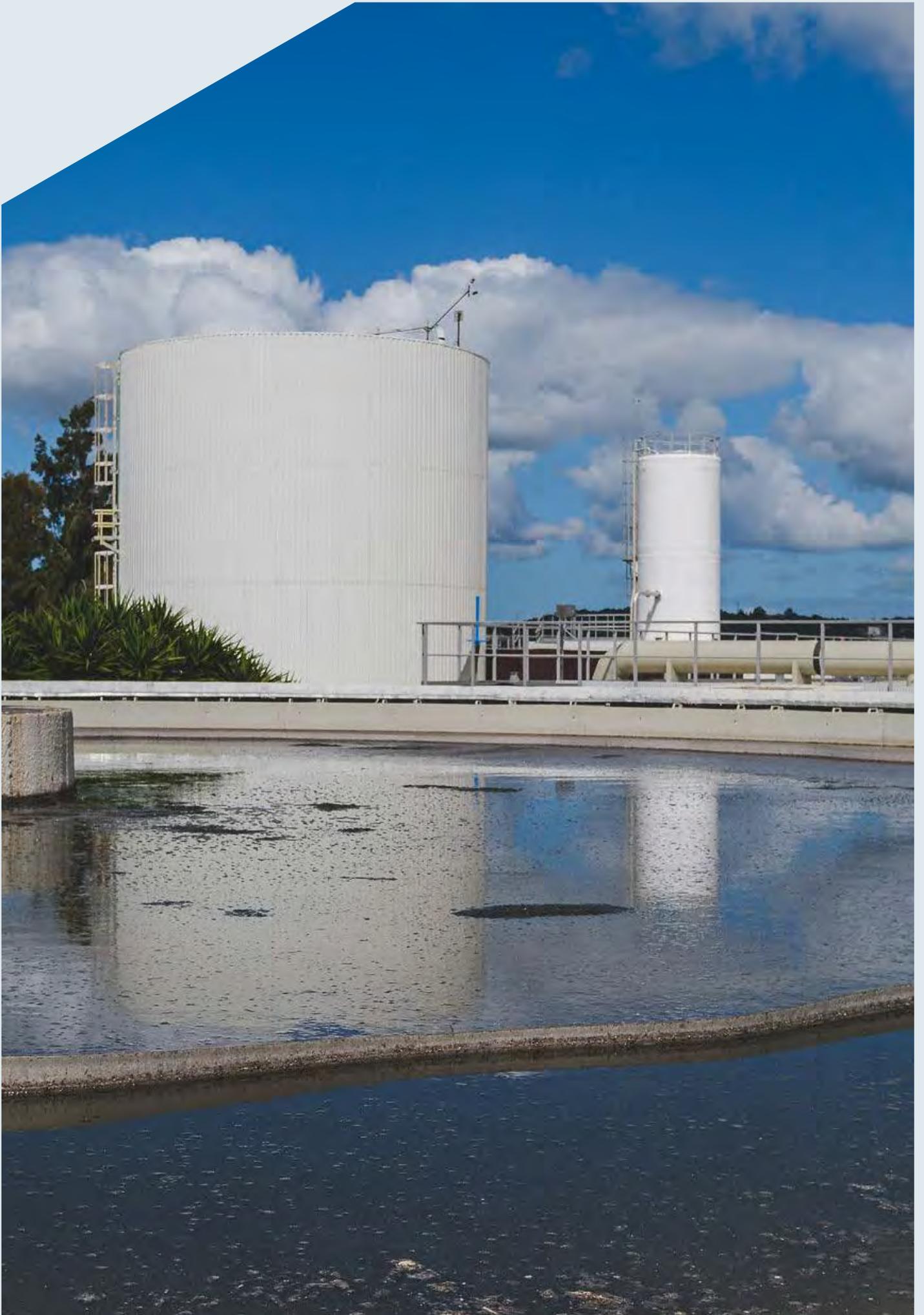
Maria Madalena Mendes

Nuno Miguel Cupertino Franco





G - ANEXOS DO RELATÓRIO E CONTAS



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2023

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, designadamente do previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420 e do artigo 452 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Algarve, S.A. (adiante também designada por Sociedade), apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Águas do Algarve, S.A. e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos e reuniões com o seu Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços da Sociedade, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e Comissão Executiva, bem como da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal, promovendo durante o ano de 2023, diversas reuniões, tendo contado sempre que necessário, com a presença dos membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.

3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.

4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2023, que obteve a aprovação, através do despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 574/2023- SET, de 20 de dezembro de 2023 e despacho da Secretaria de Estado do Ambiente, de 29 de dezembro de 2023.

5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres referentes aos três primeiros trimestres de 2023, sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental, encontrando-se a aguardar pela aprovação do relatório referente ao último trimestre de 2023, para emissão do respetivo parecer. Sobre os primeiros três relatórios de execução orçamental obtivemos igualmente os memorandos do Revisor Oficial de Contas os quais levámos em consideração na análise efetuada por este Conselho Fiscal.

6. O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável relativamente ao Relatório do Governo Societário do exercício de 2023, previsto no n.º 1 do artigo 54 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, emitido em 8 de março de 2024.

7. Em observância do artigo 420 do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativamente às remunerações vigentes em 2023, as quais se encontram divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório do Governo Societário.

8. Exceto quanto ao referido a seguir, a Sociedade cumpriu com as orientações legais previstas no ofício-circular da DGTF relativo às instruções sobre o processo de prestação de contas de 2023:

8.1. Investimento - A taxa de execução do investimento ascendeu a 42%, relativamente ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento. O desvio em causa

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2023

encontra-se justificado por atrasos nas adjudicações dos concursos e na emissão de licenças.

8.2 Nível de Endividamento - Estava orçamentado o montante de 172,9 milhões de euros, tendo sido executado 176,4 milhões de euros. O orçamento tinha subjacente a expectativa de cessão de acordo de regularização de dívida de cliente a uma entidade bancária, o qual não se concretizou até à data.

8.4 Eficiência Operacional - Rácio de gastos operacionais / volume de negócios real ascendeu a 56,41% e o orçamento previa 53,43%. O desvio em causa encontra-se justificado no ponto 4.6 do Relatório de Gestão.

9. Conforme divulgado na nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023, na rubrica de “Défice/superavit tarifário” da Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Entidade apresenta um défice de 1 357 047 euros. Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovada pelo Regulador. Conforme divulgado na nota 39 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que a referida estimativa é a melhor na presente data e que os eventuais ajustamentos após contraditório não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

10. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal de Contas, datada de 8 de março de 2024, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, que aqui se dá como reproduzida e que mereceu o nosso acordo, a qual integra uma ênfase, conforme apresentado no ponto 9 deste Relatório e Parecer, e os outros requisitos legais, e obteve destes as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

11. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.

12. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade no desempenho das suas funções na Águas do Algarve, S.A.

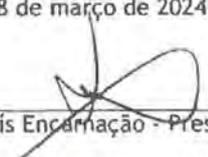
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2023

PARECER

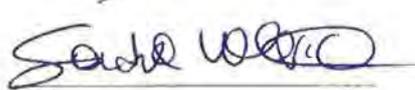
Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Águas do Algarve, S.A., aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2023.
- b) A proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

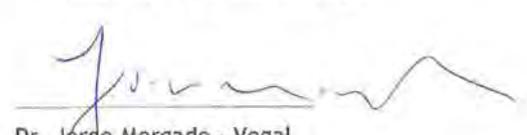
Faro, 8 de março de 2024



Dr. Luís Encarnação - Presidente



Dra. Sandra Filipe Valério - Vogal



Dr. Jorge Morgado - Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Algarve, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 551.948.914 euros e um total de capital próprio de 34.257.666 euros, incluindo um resultado líquido de 2.038.013 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Algarve, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023, na rubrica de “Défice/superavit tarifário” da Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Entidade apresenta um défice de 1.357.047 euros. Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovada pelo Regulador. Conforme divulgado na nota 39 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que a referida estimativa é a melhor na presente data e que os eventuais ajustamentos após contraditório não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

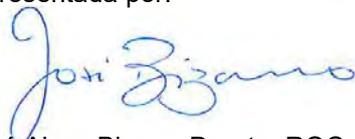
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

8 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957
Registado na CMVM com n.º 20200003

